Arthur Cezar Ferreira Reis

# SANTARÉM: seu desenvolvimento histórico

2.ª EDIÇÃO

CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA / MEC
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

## SANTARÉM: SEU DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

Arthur Cezar Ferreira Reis, como governador, legou ao estado do Amazonas uma administração íntegra e inovadora. No entanto, sua contribuição mais valiosa à Amazônia se evidencia nos criteriosos trabalhos que o tornaram conhecido como um de seus historiadores mais completos.

Nomeado, em 1953, durante o governo de Getúlio Vargas, como o primeiro Superintendente do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA, hoje SUDAM), definiu os princípios básicos do desenvolvimento econômico e social da região.

Promoveu campanhas cívicas a favor da integridade social, política e econômica de sua terra, campanhas estas que abalariam a opinião pública brasileira e receberiam seu aplauso, como, por exemplo, quando se opôs à instalação do Instituto de Pesquisas Tropicais da Amazônia, patrocinado pela Academia de Ciência de Washington e outros organismos norte-americanos, e à criação do tristemente famoso lago amazônico, ideado pelo Hudson Institute (EUA).

Interveio em inúmeros simpósios, reuniões e conferências internacionais de caráter cultural e educacional, e tem freqüentemente recebido condecorações do Brasil e de vários países estrangeiros.

# Santarém:
# Seu Desenvolvimento Histórico

Coleção

RETRATOS DO BRASIL

Volume 124

Reis, Artur César Ferreira.
R298s Santarém: seu desenvolvimento histórico / Arthur Cezar Ferreira Reis. — 2.ª ed. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979.
(Coleção Retratos do Brasil; v. 124)

Notícia biobibliográfica do autor

1. Santarém — História I. Instituto Nacional do Livro II. Título III. Série

CDD — 981.152
CCF/SNEL/RJ-79-0062 CDU — 981.152Santarém

Arthur Cezar Ferreira Reis

# Santarém: Seu Desenvolvimento Histórico

2.ª edição

Em convênio com o
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
e
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTOS E TURISMO

Am
981.15
R375s
2. ed.

civilização
brasileira
1979

Exemplar № 0596

Capa:
DOUNÊ

Diagramação:
LÉA CAULLIRAUX

Revisão:
NILO FERNANDES e
REGINA BEZERRA

Direitos desta edição reservados à
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.
Rua Muniz Barreto, 91-93,
RIO DE JANEIRO — RJ

1979

Biblioteca Arthur Reis
Registro: 01184
04103102

Impresso no Brasil
*Printed in Brazil*

# Sumário

*Notícia Biobibliográfica do Autor* 7

*Nota do Autor* 9

A expansão para oeste leva ao Tapajós 11
Os jesuítas catequizam e criam missões 23
Às portas do sertão levanta-se uma casa-forte 36
Sertanistas, missionários e comerciantes operam descobrimento e intercâmbio 49
Graduada na condição de vila, constitui capítulo do consulado pombalino 64
Nos entreveros políticos do liberalismo, decide-se contra a desordem 73
Cabanos e legais disputam o domínio do baixo Amazonas 94
Liberais e conservadores sobem e descem a escada das posições 119
Ingleses e norte-americanos tentam um novo lar 125
Viajantes e cientistas registram o progresso 133
Itaituba, Aveiro e Vila Franca figuram no quadro demográfico 153
O Tapajós é uma fronteira econômica 157
O levantamento científico do vale do Tapajós 170
Um baronato perdido na floresta 176
Em novembro de 1889, começava outro regime 180
De vigararia-geral a sede de bispado 184
Ford procura o Tapajós para uma tentativa de auto-suficiência 191
Santarém estrutura uma nova sociedade para a Amazônia 196

# Notícia Biobibliográfica do Autor

Natural do Estado do Amazonas, Arthur Cezar Ferreira Reis teve por berço a cidade de Manaus. Seus pais Vicente Reis e Emília Reis, ele carioca, ela cearense, foram atraídos naquele tempo ao Eldorado da borracha, quando o Governador Constantino Nery convidou-os a se integrarem na próspera sociedade amazonense.

Desde os tempos de ginásio, em Manaus, Arthur Cezar Ferreira Reis foi atraído pelos estudos da História. Cursando os primeiros anos da Faculdade de Direito no Pará e no Amazonas, veio completar o curso no Rio de Janeiro.

Na então capital da República ele encontrou clima e estímulos culturais para adquirir os conhecimentos humanísticos que o levariam ao estudo das raízes da civilização brasileira, em especial da região nativa, a Amazônia, da qual veio a tornar-se o maior historiador. Capistrano de Abreu, Max Fleiuss e Rodolpho Garcia foram os seus mestres no Rio de Janeiro, deles recebendo orientação e lições que lhe enriqueceram a personalidade de homem de letras históricas.

Sua vida pública teve início em 1930 quando, muito moço, exerceu a Chefia do Gabinete da Junta Governativa do Amazonas. Depois, vieram as inúmeras funções que sempre exerceu com a maior dignidade, inteligência e competência. Entre outras, Inspetor de Seguros do Ministério da Indústria e do Comércio (seu cargo efetivo, no qual se aposentou), Chefia da Divisão de Expansão Econômica do Departamento Nacional de Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho, Chefe do Departamento de Administração do mesmo Ministério, membro da Comissão do Financiamento da Produção, no Ministério da Fazenda, membro da Comissão de Política Agrária do Ministério da Agricultura, Direção Geral do Departamento Estadual do Trabalho, em São Paulo, membro da Delegação Brasileira na Conferência do Comércio e Emprego em Havana, membro da Missão Mista Brasileira-Americana (Missão Abink), Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Diretor Geral do Departamento Nacional da Indústria do Ministério da Indústria e do Comércio, Presidente do Conselho Federal de Cultura, Vice-Presidente do Instituto de Resseguros.

Dois grandes instantes marcam a vida pública de Arthur Cezar Ferreira Reis: quando o Presidente Getúlio Vargas, livrando-se do cerco de políticos ("os políticos estão corvejando este cargo", foram as palavras de

Vargas a Arthur Reis) nomeou-o primeiro Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), hoje SUDAM, onde montou o órgão e definiu os princípios básicos do desenvolvimento econômico e social da região.

O segundo instante foi a sua eleição, pela Assembléia Legislativa desconhecida para si, pois se encontrava na Europa, representando o Brasil na Conferência do Comércio e Desenvolvimento) para o cargo de Governador do Amazonas, logo após a Revolução de março de 1964.

À frente do Governo de seu Estado, revelou-se um grande administrador. Todos os campos de atividades amazonenses mereceram ação superior. Educação, Cultura, Saúde, Transportes, Comunicações, Agricultura, Assistência Social acresceram-se de tantos benefícios que até hoje o nome de Arthur Cezar Ferreira Reis é lembrado no Amazonas: "os tempos de Arthur Reis", significando o notável progresso (não só econômico, social, cultural, educacional, mas também moral) que imprimiu à vida amazonense. Destacava-se, como sempre, por uma probidade e competência realmente exemplares. Suas campanhas cívicas a favor da integridade social, política e econômica da Amazônia abalaram a consciência nacional que o aplaudiu quando se opôs à instalação do Instituto de Pesquisas Tropicais na Amazônia, sob o patrocínio da Academia de Ciência de Washington, e de outros organismos norte-americanos, e à idéia faraônica, patrocinada pelo Hudson Institute (USA), do tão falado lago amazônico.

Na sua numerosíssima bibliografia (mais de trinta títulos) figuram os livros *A Amazônia e a cobiça internacional* (livro clássico, no gênero), *História do Amazonas, O Seringal e seringueiro, O processo histórico da economia amazonense, A Amazônia e a integridade do Brasil, Como governei o Amazonas, A Amazônia e o Mundo Atual, A Amazônia que os portugueses revelaram ao mundo, A conquista espiritual da Amazônia, Política e dinâmica da vida brasileira, O impacto amazônico na civilização brasileira.* Além de mais de oitenta trabalhos em monografias, estudos, conferências.

Arthur Cezar Ferreira Reis lecionou na Universidade do Rio de Janeiro, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na Universidade Fluminense. Ainda exerce magistério em várias instituições educacionais no Rio de Janeiro, como a Fundação Getúlio Vargas, e em alguns cursos de mestrado.

Participou de simpósios, reuniões e conferências internacionais de caráter cultural e educacional. Possui condecorações do Brasil e de vários países estrangeiros.

Arthur Cezar Ferreira Reis, quando Governador do Amazonas e Presidente do Conselho Federal de Cultura, estimulou a publicação de obras consideradas fundamentais para o conhecimento, a compreensão e a reflexão de realidades brasileiras.

Suas atividades atuais são as de Membro do Conselho Federal de Cultura, e as de magistério superior. É membro e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

# Nota do Autor

Escrevi este livro, faz muitos anos, para uma série que seria editada pelo Ministério da Educação, como parte do inventário de áreas escolhidas para o conhecimento das deficiências do ensino e problemas que marcassem sub-regiões brasileiras nos vários ângulos por que podiam ou deviam ser estudados para a política oficial, a ser adotada como conseqüência das constatações e análises feitas.

Já anteriormente escrevera, para a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, um roteiro ou guia histórico dos municípios paraenses, divulgado no número 11 da Revista daquele órgão do referido Ministério. Posteriormente, elaborei ensaio sobre Monte Alegre e livro maior versando a História de Óbidos. Este de agora, conseqüentemente, integra o conjunto de trabalhos, que têm sido uma constante espiritual minha, visando ao conhecimento e divulgação do processo histórico da Amazônia. Divulgo-o, agora, graças ao Governador Aloísio Chaves. Como aquele outro anterior acerca de Óbidos, sem alterá-lo no texto original. Foi elaborado à luz da documentação que compulsei no Arquivo Público Paraense, fonte preciosíssima sobre o passado do mundo amazônico e das áreas vizinhas, como sejam, Maranhão, Goiás e Mato Grosso.

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

# A Expansão Para Oeste Leva ao Tapajós

Francisco de Orelana foi seguramente o primeiro europeu com nomeada universal que teve contacto com as águas do Tapajós e as terras que ele umedece. Foi isso no ano de 1542. Mês de junho. O descobridor espanhol descia o Amazonas, em direção ao delta, deslumbrando-se com a região, nos seus aspectos físicos, na sua imensidade como espaço, no esplendor e na exuberância de sua floresta, na multiplicidade dos grupos humanos com os quais travava relações nem sempre pacíficas, e na variedade das espécies econômicas que seguramente teriam acolhida no mercado espanhol e portanto no mundo europeu. Na descrição da viagem, frei Gaspar de Carvajal, que o acompanhava e fez o relato minucioso dos sucessos que a singularizaram, a *Relación del Nuevo Descubrimiento del Famoso Rio Grande de las Amazonas*, que só conheceu edição em 1894, assim registrou o contacto com o rio e o trecho de terras a que ele serve:

"Caminhamos com muita pressa, desviando-nos dos lugares povoados, e um dia de tarde fomos dormir num carvalhal que havia na boca de um rio que entrava pela mão direita no de nossa navegação e tinha uma légua de largura. Mandou o Capitão atravessar para dormir nesse lugar, porque parecia não haver povoação junto à costa desse rio e podermos dormir sem haver susto, embora o interior parecesse muito povoado. Paramos nesse carvalhal, man-

dando o Capitão pôr umas varandas nos bergantins, à maneira de fossos, para defendê-los das flechas, e não nos valeram pouco.

Não havia muito que estávamos nesse pouso quando vem uma grande quantidade de canoas e pirogas, a observar-nos, sem fazer-nos outro mal, e deste modo não faziam senão ir e vir. Aí estivemos dia e meio, e pensávamos demorar mais tempo[1]."

O empossamento da Amazônia não constituiu, no entanto, apesar da façanha de Orelana, de Ursua Aguirre e de concessões que os reis de Espanha fizeram a soldados da empresa conquistadora na Sul-América, um episódio realizado por esses mesmos soldados da grande aventura política. Ao contrário, a empresa esteve a cargo dos luso-brasileiros, que a promoveram com decisão enfrentando o desconhecido com um realismo verdadeiramente ponderável. É certo que ao tempo em que os luso-brasileiros a iniciaram, viviam sob o cetro de monarca espanhol. A Casa dos Áustrias reinava em Espanha e em Portugal e seu ultramar, o que importava no desaparecimento legal das diferenças entre as populações ibéricas. Nem por isso, todavia, os espanhóis se haviam decidido a possuir a região pela continuidade do descobrimento e da ocupação. Transferindo-a aos luso-brasileiros, abriam-lhes a grande possibilidade de mais um feito político, de conseqüências desmedidas.

Os franceses, os ingleses e os holandeses haviam chegado antes, nas últimas décadas do século XVI. Os franceses não subiram o Amazonas. Ficaram no delta, pelo Tocantins. Os ingleses e os holandeses, ao contrário, mais ousados, mais dispostos a ter em suas mãos o negócio da especiaria local que estavam encontrando abundantemente e constituía matéria-prima solicitada no Velho Mundo, atiraram-se pelas águas acima do Amazonas e atingiram o Xingu. Os holandeses estabeleceram ali, além de feitorias, casas-fortes que as garantiam e serviriam mais tarde para as provas de uma soberania que desejavam estabelecer. Os ingleses, ao que parece, atingiram o Tapajós. A respeito, não há muita certeza. O que se sabe é pouco, duvidoso e consta das informações de James A. Williamson, em seu livro sobre *English Colonies in Guiana and on the Amazon*[2]. Baseando-se na palavra dos frades espanhóis que desceram de Quito em 1636, no que escreveu frei Cristóvão de Acuna, cronista da expedição de Pedro Teixeira, e nas referências do Conde de Pagan, que reeditou a crônica de

[1] Cf. o texto em português da edição de C. de Melo Leitão, *Descobrimentos do Rio das Amazonas*, p. 70, São Paulo, 1941.
[2] Oxford, 1923, pp. 142-6.

Acuna, ampliando-a na base dos esclarecimentos que obteve de outros informantes, que não revela quais tivessem sido, o historiador inglês pretende que após 1630 os ingleses teriam tentado plantar uma colônia à margem do Tapajós. Armas, constantes de mosquetes, pistolas, espadas, que aqueles religiosos teriam visto em mãos dos indígenas da região, armas obtidas no massacre dos habitantes da colônia inglesa, serviriam na prova de sua existência. Documento que encontrou em arquivo britânico, descrição de uma rica plantação chamada de "Tapoywassoze" e que, segundo o mesmo documento, estaria localizada a 80 léguas do "rio do ouro", que se imaginou ser o Tocantins, comprovaria o fundamento da existência da colônia. De qualquer modo, a ser certo o que escreveram os frades e repetiu Pagan, tal estabelecimento pouca vida teria tido, destruído pela sortida de grupos indígenas locais. Convém registrar que, em nenhum cronista ou documento de origem portuguesa, e eles são muitos, há qualquer referência àquela posição inglesa. A importância que poderia possuir, se realmente existiu, foi, portanto, insignificante. Não teve tempo para desenvolver-se, de criar condições, de motivar problemas.

Os luso-brasileiros, insistamos, comparecendo ao delta do Amazonas, em janeiro de 1616, e criando, à margem do rio Pará, uma praça militar fortificada, o Presépio, é que asseguraram à empresa de conquista e de dominação a substância política permanente que explicou a soberania que representavam e consolidaram.

Consolidando a presença através da posição fortificada, os luso-brasileiros não se ativeram, porém, àquele sucesso. Os ingleses e os holandeses, com a cooperação do gentio que lhes aplaudira o comparecimento à região, dominavam grandes trechos interiores do vale. Era preciso pô-los fora, para que a soberania dos iberos fosse uma soberania serenamente aceita e mantida. Os choques militares que se seguiram asseguraram a continuidade luso-brasileira. Mas ainda não era bastante. Havia um vasto mundo interior sobre que os indígenas diziam novidades interessantes que deviam ser examinadas. Se valiosas, extraídas para o intercâmbio, mola maior de todo o empreendimento colonial que se tentava e explicava, em suas linhas-mestras, a expansão européia.

O descobrimento e a conquista da hinterlândia, como era natural, passaram a constituir uma preocupação para os que se estavam estabelecendo no delta. Nos entreveros com os ingleses e com os holandeses, haviam chegado ao Xingu e à chamada região das ilhas, ou dos estreitos. Nas cercanias do rio Gurupá, um estabelecimento holandês, a casa-forte levantada entre os índios

Mariocai, fora tomada em combate travado em 1623. Em vez de destruí-la, os luso-brasileiros utilizaram-na como uma cabeça-de-ponte para as incursões que tivessem de realizar sobre o oeste desconhecido e tentador, denominando-a Santo Antônio do Gurupá. Porta do sertão, o nosso estabelecimento significava o empossamento da hinterlândia, fronteira que se deslocara do litoral e começava agora a atingir o coração daquele mundo exótico.

Funcionando para garantia e assistência aos que incursionassem pelo sertão, Santo Antônio do Gurupá iria servir, posteriormente, como posto fiscal na cobrança dos direitos devidos à fazenda real, direitos que cresciam, uma vez que se adiantara à expansão e os colonos descobriram a "droga do sertão" que trataram de extrair[3]. Em 1633, S. Majestade criou ali uma Capitania Real, cuja direção foi outorgada a Capitão-mor.

Era o reconhecimento da importância da região do mesmo modo, porque significava uma atitude firme no sentido da fixação da soberania em plena hinterlândia[4].

O grave problema do abastecimento de mão-de-obra na empresa econômica que se desenvolvia estava, já a essa altura, exigindo que se buscassem no seio da gentilidade os recursos necessários. Os primeiros incidentes se haviam verificado. Seja porque a legislação referente a essa mesma gentilidade vedava a sua utilização no sistema escravista, seja porque os religiosos de Santo Antônio, que com ela vinham tratando em bases de muito boas relações, relações de que resultava até uma íntima colaboração nos sucessos militares contra os ingleses e os holandeses, estavam dispostos a defendê-la, assegurando-lhe vida livre e de boa vizinhança com os colonos reinóis ou nordestinos. A identificação das espécies florestais de valor econômico, as tarefas da pesca, que constituía elemento fundamental na dieta alimentar, os quefazeres domésticos, as atividades de movimentação das embarcações, sem o que não se caminhava na Amazônia, toda ela cortada de estradas líquidas cujos segredos o indígena conhecia como ninguém — tudo devia estar a cargo desse braço nativo, imprescindível, pois, para que se efetuasse, dinamizasse e frutificasse incessantemente a empresa do domínio.

Tropas de resgates alcançavam aldeias do interior na faina selvagem de agarrar escravos. Alegava-se, para organizá-las, auto-

[3] Cf. Palma Muniz, *Sobre a Fortaleza de Gurupá,* Belém, 1927.

[4] Sobre a história ou a origem das Capitanias, cf. regimento de 23-3-1688, expedido de Lisboa, publicado nos Anais da Biblioteca Nacional, Rio, 1948, vol. 66, coleção intitulada "Livro Grosso do Maranhão".

rizá-las e empreendê-las, que não iam senão livrar índios escravizados das mãos dos grupos locais que os haviam aprisionado nas guerras que os separavam de tribo a tribo, de grupo a grupo. O sofisma fora criado para justificar a aquisição daquela mercadoria de tamanha significação. Porque, cabe aqui perfeitamente o registro do fato, o colono, o soldado da aventura militar, o administrador que se enamorava da região e decidia permanecer nela criando raízes num sítio, num estabelecimento de pesca, numa casa comercial localizada nos pequenos burgos que se iam constituindo, não consideravam uma atitude nobre, no que se afastavam do pensamento régio, o trato direto com a terra. O que lhes sabia à natureza de conquistadores, de senhores das conquistas que haviam elaborado em sortidas militares, era a posição de mando, a direção, dos negócios, na base do trabalho de primitivos que, esses sim, deviam criar-lhes riqueza, que indicassem ou desejassem possuir, e acabavam por possuir.

Os aldeamentos onde encontrar os resgatáveis não se distribuíam nas cercanias de Belém, mas já pelo sertão interior, muitas léguas distantes da posição militar de Castelo Branco. Era preciso, conseqüentemente, ir a esse mesmo interior para obter a matéria-prima dos braços. As tropas de resgates começaram então a penetrá-lo devidamente autorizadas pelos Governadores e assistidas pelos religiosos que se encarregaram de verificar da legalidade da aquisição. Nos aspectos de economia, encontrava-se, assim, outro fundamento para a operação de que resultava, em última análise, a própria ampliação de bases físicas, territoriais e políticas.

Em 1626, Pedro Teixeira, à frente de uma tropa de Resgates, subiu o Amazonas. Expedira-o o Capitão-mor do Pará, Manoel de Souza de Eça, que sucedera a Bento Maciel Parente e fora agraciado com o título de Cavaleiro do Hábito de Santiago. Acompanhavam-no 26 soldados, numeroso grupo de índios aliados, mais frei Cristóvão de São José. Esse franciscano era um dos mais esclarecidos servidores da religião e dos mais avisados sabedores das coisas locais. Integrara-se no meio desde os primeiros tempos da conquista. Era soldado da fé dos dias iniciais da jornada espiritual. Chegara entre 1616 e 1617. Possuía, pois, uma experiência admirável.

Quanto a Pedro Teixeira, suas credenciais o indicavam como o mais impetuoso, decidido e capaz dos homens do descobrimento, da conquista e agora da expansão. Seus atos de bravura nos entreveros com os ingleses e holandeses eram sem conta. Sua prova cívica exteriorizara-se também nos postos de governo que já exercera com sabedoria e retidão. A empresa nos trópicos estava na

sua natureza física. O sertanismo era uma outra de suas facetas como colonial ilustre[5]. O comando da expedição não se lhe entregara, está visto, para uma experimentação. Ao contrário, decorria da segurança em que se cobriria de sucesso. Ouçamos, todavia, na sua linguagem pitoresca, o cronista dos fastos do Estado do Maranhão, o minucioso Berredo. Diz ele a respeito da entrada:

"Conhecia bem Manoel de Souza os interesses da Capitania; e não duvidando, de que os mais importantes erão os dos resgates de escravos Tapuyas, para o serviço della, encarregou esta diligencia ao Capitão Pedro Teixeira, que assistido do Padre F. Christovão de São Joseph, Religioso Capucho de Santo Antonio, sahio da Cidade de Belem com vinte e seis Soldados, e copioso numero de Indios; mas como chegando à Aldea dos Tapuyas teve as informações de que nos Tapajós commerciavão elles com huma Nação muito populosa, que tomava o nome deste mesmo rio, deixando logo o das Amazonas, por onde navegava, entrou por aquelle doze leguas até huma enseada de crystallinas aguas, a que servia de docel hum bello arvoredo; aprazivel sitio, em que descobrio os novos Tapuyas, avisados já desta visita pelos seus amigos Tupuyusús, generosamente sobornados do mesmo Comandante. Porém elle, que entre as lisonjas da fortuna se lembrava sempre da sua inconstancia, desembarcando muito nas visinhanças da Povoação, se fortificou com toda a boa ordem da disciplina militar; até que satisfeito da fidelidade destes Indios, os comunicou com mais confiança; e achando nelles hum trato menos barbaro, indagou tambem as provaveis noticias de o haverem devido ao commercio das Indias Castelhanas, de que se tinhão separado. Aqui se deteve alguns dias com amigavel correspondencia; e depois do resgate de galantes esteiras, e outras curiosidades, se recolheo ao Pará, justissimamente gostoso deste descobrimento, mas com poucos escravos; porque os Tapajós os estimão de sorte, que raras vezes chegão a consentir nesta qualidade de permutações[6]."

O analista do Maranhão não esclarece até onde foi o sertanista. Tampouco adianta acerca dos informes que teria prestado ao Capitão-mor sobre o rio e das particularidades que o caracterizassem. Antônio Ladislau Monteiro Baena, que registrou, no *Compêndio das Eras da Província do Pará*, os fastos regionais, tam-

[5] Não se escreveu ainda a biografia de Pedro Teixeira. Apenas o historiador paraense Braga Ribeiro tentou um roteiro, que divulgou na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraense*, fase III, Belém, 1920.
[6] *Anais Históricos do Maranhão*, 3.ª edição, Florença, 1905, pp. 225-6.

pouco presta qualquer esclarecimento a respeito. Mais ligeiro no relato da façanha, repete o analista:

"Encarrega ao Capitão Pedro Teixeira resgastes de escravos Indigenas bravios para o trabalho material da Capitania. Parte este Capitão da Cidade com um Religioso Capucho, vinte e seis Soldados, e avultados numero de Indios. Chega à Aldea dos Tapuyusús. sabe que estes tem trato com os Indios Tapajós no rio, que delles extrahe o nome: endereça-se para lá: entre nelle obra de doze lagoas. descobre em um sitio alcatifado de viçosa relva, amenisado por uma nascente de agua a mais cristalina, e cercado de frondosas arvores, os Tapajós já noticiados desta visita pelos seus amigos Tapuyusús, a quem elle generosamente subornara. Acha benevolo acolhimento, e um trato menos bronco; o qual segundo as suas pesquizas lhe pareceo verosimil terem-no adquirido nas possessões Castelhanas, onde havião estado. Detem-se alli pouco tempo, aquista algumas esteiras de palhinha e pacarás (a) de gentil matiz, e poucos escravos, porque os Tapajós raras vezes tolerão o uso de se commutar homens por mercadorias[7] "

Pelo que Berredo escreveu, pode, no entanto, ter-se a impressão de que Pedro Teixeira, penetrando pelas águas do Tapajós, teria alcançado, como sugere Ferreira Pena[8], a baía de Alter de Chão. A "enseada de crystalinas aguas", a que se refere como ponto final da jornada, é onde estaria a taba dos Tapajós, que o geógrafo paraense localiza naquela paragem.

Nem Berredo nem Baena, nem os cronistas jesuítas que trataram dos assuntos históricos regionais com maiores ou menores detalhes, assinalaram a importância da expedição. Ficaram todos na referência ao fato material da busca do gentio resgatável, insucesso dos objetivos a alcançar ao encontro com os Tapajós, ignorando que não se reduzira àqueles sucessos. Sim, porque, bem analisando, o que se conclui é que Pedro Teixeira havia incorporado uma nova área à base geográfica e política da colônia. Ampliara a fronteira, que até então demorava no Gurupá. Se não montou posição, o que não estava em suas instruções, reconhecendo o rio em longa extensão, revelou-o criando um outro centro de interesses para a expansão. E tanto assim que, desde aquele instante, os sertanistas não resistiram mais à pressão das necessidades, passando o Amazonas em direção ao oeste sem maiores contratempos. A fronteira continuava em movimento, agora enriquecida e ampliada.

[7] Belém, 1838, pp. 21-2.
[8] *A Região Occidental da Província do Pará,* Belém, 1896, pp. 93 e 99.

Anos depois, em 1637, informando em Quito acerca da grande viagem que realizava partindo de Belém para alcançar a capital equatoriana, o mesmo Pedro Teixeira comunicava certas notícias às autoridades espanholas sobre o distrito que descobrira e sobre o gentio Tapajós com que tomara contacto. Dizia na oportunidade:

"Atravessando este rio vienese corriendo tierra, hasta los tapajos que distan ôchoenta leguas del curupa y todo este caminho, es despoblado sovre él Rio, mas à tres leguas tierra adentro, no tiene quento los Indios que aí, usan ya, todos los desta quadrillera de flecha herada tan ponsoñosa, que en quitando qualquiera sangre no âi remedio ninguno ni los que la usan, lo saben, son todos carnizeros a marabilla comiendose unos a ôtros como hazen todos los del rrio, los tapajos, entan situados en la vocca de un gran rrio que quanto â mi es braso de lo de pernaiba, porque a mi, lo afirman algunos naturales, tendra este puebleo, de quinze mil vesinos para arriba el rrio muchisimos âqui, trataron mal a los religiosos de San Francisco que viajaron deste ciudad de Quito quitandole el Abito âl padre Fr. Andres de Toledo, dandole âlgunos rempujones, y el le puso el nombre de baruiarrojas, por las tener tintas y arriscadas como los xeruunas, en este mismo Pueblo mataron una poca gente de Franc.º de Orellana, que aun oy estan Arvoles de las estacas de su serca én el mismo lugar, hazemos las nuestras, quando alli venimos[9]."

Na baixada, o cronista da expedição, o jesuíta Cristóbal de Acuna, fez descritivo mais pormenorizado:

"A quarenta léguas deste estreito desemboca, pela banda do Sul, o vistoso rio dos Tapajoses, tomando o nome da Nação e Província que sustenta em suas margens, que é muito povoado de bárbaros, com boas terras e abundantes mantimentos.

São estes Tapajoses gente de brios, muitas vezes temida pelas nações circunvizinhas, porque usam tal peçonha em suas flechas, que só com o chegar a fazer sangue, tiram sem remédio a vida.

Por este mesmo motivo os próprios Portugueses lhes temeram o comércio por muito tempo, desejando atraí-los por bem à sua amizade, à qual nunca se chegaram de todo, porque os obrigavam com ele a sair do seu natural, vindo a instalar-se entre os já pacificados, coisa que sentem muito estas Nações. Embora em

[9] "Relazion del General Pedro Teixeira de el rio de las Amazonas para el Sor Presidente", *in* Jaime Cortezão, "O Significado da Expedição de Pedro Teixeira à Luz de Novos Documentos", *Anais do IV Congresso de História Nacional*, 3.º vol., p. 190, Rio, 1950.

suas terras recebessem com bom agasalho aos nossos, como verificamos, quando acampados perto de uma aldeia sua, de mais de quinhentas famílias, de onde não cessaram, durante o dia inteiro, de vir trocar patos, galinhas, redes, peixes, farinhas, frutas e outras coisas e com tanta confiança, que mulheres e meninos não se afastaram de nós, prometendo que, se os deixassem em suas terras, poderiam os Portugueses em boa hora vir a povoá-los, que os receberiam e serviriam em paz para sempre[10]."

O mesmo cronista adianta, em pormenores úteis como retrato dos processos de aquisição da mão-de-obra indígena na região e histórico dos encontros por que se processavam as relações com os Tapajós, que, nessa ocasião, cedendo ao apetite que os assaltou, os luso-brasileiros que haviam tentado façanha semelhante no rio Negro, quando foram alertados desse propósito por Pedro Teixeira, atiraram-se vorazmente ao aprisionamento de nativos, numa sortida que valia como uma autêntica caçada predatória. Leiamo-lo.

"Não bastaram os humildes oferecimentos destes Tapajozes para que fossem admitidos ou pelo menos tratados com cordura e conveniência, pois isto não convinha a pessoas tão interessadas, como são as destas conquistas e que só arrostam dificuldades com a cobiça de escravos que venham a conseguir. Suspeitando que esta Nação tivesse muitos a seu serviço, tentaram com toda violência ir oferecer-lhes crua guerra, sob o pretexto de que eram rebeldes.

Esta se estava preparando, quando chegamos ao forte do Desterro, onde se reunia gente para tão deshumana façanha.

Desde logo, procurei, pelos melhores meios que pude, se não impedir, pelo menos sustar, até que houvesse nova ordem de Sua Magestade e o Sargento-Mor do Estado, cabo e caudilho de todos, que era Bento Maciel, filho do Governador, me deu a sua palavra de que não prosseguiria no seu intento até ser avisado de seu pai.

Mas apenas virei as costas, quando com a maior quantidade de gente que poude, em uma lancha com peças de artilharia e em outras embarcações menores, dando sobre eles de improviso, lhes ofereceu crua guerra se não queriam boa paz.

Eles logo aceitaram a esta com boa vontade, como sempre haviam oferecido, prontos a tudo o que quizesse dispor de suas pessoas.

10 Cf. Melo Leitão, *op. cit.*, p. 271.

Ordena-lhes que entreguem todas as flechas ervadas de peçonha, que tinham, e que era do que mais se podia recear, no que os míseros obedeceram prontamente; e vendo-os agora desarmados, agarra grande quantidade de bárbaros e, encerrando-os todos em um curral, com guarda suficiente, dá liberdade aos Indios amigos que levava (que para fazer mal é cada qual um diabo solto) e que, em pouco tempo saquearam toda a aldeia, sem deixar coisa nela que não fosse devastada, aproveitando-se, como me contou uma testemunha de vista, das mulheres e filhas dos aflitos presos, à vista de seus próprios olhos; e fazendo coisas que, me assegurou esta pessoa que é bem antiga naquelas conquistas, para não as presenciar, não só deixaria de comprar escravos, mas daria de quebra os que possuía.

Não parou aqui a crueldade dos Portugueses, que como ia envolta na cobiça de escravos, não ficava satisfeita até ver-se senhora deles.

Ameaçam os Indios encurralados e tímidos, aterrorizando-os com crueldades novas, para que ofereçam escravos, assegurando-lhes que, com isso, não só ficariam livres mas seus amigos e carregados de ferramentas e panos de algodão que lhes dariam por eles.

Que haviam de fazer os miseráveis, presos, sem armas, saqueadas suas casas, oprimidas suas mulheres e filhas, senão render-se a tudo o que aqueles quizessem fazer?

Ofereceram mil escravos, mandam procurar os que com o alvoroço da guerra se tinham posto em dobro, e, não podendo juntar mais de duzentos entregam-nos. Com a palavra de que obterão os restantes, deixam os Portugueses livres aos que, para tal conseguir, ofereciam seus próprios filhos por escravos, como aconteceu muitas vezes. Despacham todos estes para o Maranhão e Pará, que os vi com meus olhos, e satisfeitos da presa, dispõem logo outra expedição mais para dentro do Rio das Amazonas, onde serão sem dúvida ainda maiores as crueldades, porque vão menos pessoas de categoria, que possam ir à mão de quem a todos comanda. Com isto ficará o rio tão alvoroçado que, quando sua Magestade quizer que se pacifique, terá enormes dificuldades, ao passo que, ficando como a deixei, com muito pouco trabalho se conseguiria.

São estas as conquistas do Pará, este o tráfico de que se sustentam, esta a justíssima causa porque todos andam pobres, sem ter um pão para comer.

E se não fora pelos serviços que prestaram a ambas as Magestades Divina e humana, resistindo valorosamente ao inimigo

Holandês, que varias vezes atacou aquela terra, já nosso Senhor os teria destruído.

Voltando, pois, ao dos Tapajozes e ao formoso rio que banha as suas terras, digo que tem tão boa profundidade que, por ele acima muitas léguas, subiu há tempos atrás uma nau Inglesa de grande porte, que pretendendo assentar nesta Província e firmar colheitas de tabacos com os naturais, lhes ofereceram bons proveitos, mas eles, atacando de improviso os Ingleses, não quizeram outro que matar aos que puderam ter nas mãos e, aproveitando-se de suas armas, que hoje teem, os fizeram deixar a terra mais depressa do que tinham vindo, evitando a gente que ficou na nau, com o fazer-se logo à vela, outro encontro semelhante, no qual todos ficariam destruidos[11]."

Cerca de trinta anos decorridos, após a jornada, um dos que dela participaram, de nome Maurício de Heriarte, escrevia uma *Descripção do Estado do Maranhão, Pará, Gorupá e Rio das Amazonas*, em que recapitulava ou compendiava quanto já se sabia acerca de toda a vasta Região Amazônica. E como era natural, quando se referiu ao que ele chamou de Província dos Tapajós, além de uma notícia bastante interessante sobre aquela humanidade gentia, inseriu os dados referentes ao rio, no seu aspecto físico e na realidade econômica que oferecia.

"Este rio onde estam situados estes Indios Tapajós he mui caudaloso e de apraziveis terras, e clarissimas agoas. Nam he de muito peixe: desce do poente, e desagoa e mette no das Amazonas.

Athé esta provincia chegão náos de alto bordo, e por este rio dos Tapajós vam quatro jornadas a resgatar madeiras, redes, orucus, e pedras verdes, que os Indios chamão buraquitas (antes Baraquitã) e os estrangeiros do norte estimam muito; e commummente se diz que estas pedras se lavrão, neste rio dos Tapajós, de um barro verde, que se cria debaixo da agoa, e debaixo della fazem contas redondas e compridas, vazos para beber, assentos, passaros, rãs e outras figuras; e, tirando-o feito debaixo da agoa, ao ar, se endurece o tal barro de tal maneira que fica convertido em mui durissima pedra verde; e he o melhor contracto destes Indios e delles mui estimado.

11 *Op. cit.*, pp. 272-4.

O clima desta provincia he quente, de mui boas e alegres terras, capazes para criar muitos gados, vacum, ovelhas, cabras e gado de cerda. Tem muitas serras, e pela falda dellas e por algumas ilhas que tem este rio e o da Amazonas, se póde fazer grandes engenhos de assucar; por quanto as crescentes do rio fructificam todas aquellas terras, em que os Indios fazem suas roças de milho, e fructas e alguma mandioca. Governão-se estes Indios por Principaes, em cada rancho um, com vinte ou trinta casaes, e a todos os governa um Principal grande sobre todos, de quem é muito obedecido.

Dão guerra estes a todos os demais daquelle circuito, de quem sam temidos. Tem muitos escravos; outros que vendem aos Portugueses por ferramentas para fazerem suas lavouras, e roças à terra. Este rio era digno de se descobrir, por quanto mostra ser de muito proveito para estas conquistas[12]."

Nestes trechos do descritivo de Heriarte, vamos encontrar a motivação maior do interesse que o rio despertava: escravos, matéria-prima para o comércio, artefatos indígenas exóticos que provocavam a curiosidade do estrangeiro e levavam à sua obtenção nos círculos do gentio local. O cronista insistia, todavia, em que, até o seu tempo, não se passara muito além das cachoeiras. Confirmava o pronunciamento do jesuíta Acuna. Era preciso subir o curso fluvial, buscando-lhe os manadeiros, tentando o descobrimento de suas particularidades interiores, distantes, no balanço do que valia realmente e do que podia vir a constituir o fundamento econômico da ocupação de suas margens, como já sucedia com o Tocantins. As perspectivas para uma empresa agrária eram sedutoras — o negócio da lavoura de cana e do fabrico do açúcar, que já estava constituindo operações de bons rendimentos no Pará, bem podia assegurar-se com o aproveitamento daquelas terras que prometiam muito.

12 A descrição de Heriarte está divulgada em edição recente no 3.º vol. da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, São Paulo, s/d.

# Os Jesuítas Catequizam e Criam Missões

Foram os franciscanos da Província de Santo Antônio os religiosos que primeiro chegaram à Amazônia. Ainda na fase dos dias iniciais, quando os portugueses tomavam contacto com o meio rude e procuravam firmar o pé para a empresa definitiva do domínio. Desembarcando no Presépio, logo se atiraram à faina da conquista espiritual. Com um sucesso marcante. A ponto de, em pouco tempo, disporem de catecúmenos que participaram, sob a direção deles, dos entreveros contra os estrangeiros que procuravam apoderar-se da região, lutando ao lado dos portugueses numa cordialidade impressionante.

A Companhia de Jesus, todavia, vinda posteriormente, em 1653, é que ampliou a base espiritual da conquista, numa vasta empresa de catequese que lhe assegurou, em concorrência com as outras ordens religiosas, um prestígio de qualificação que mais tarde seria arma usada contra ela, à alegação de que não agia visando servir à soberania de Portugal, mas aos seus interesses mais próximos[1].

Essa empresa de conquista espiritual tinha seus fundamentos lógicos. A região parecia, aos olhos de autoridades civis e milita-

[1] Os primeiros jesuítas chegaram ao Pará em 1653, chegaram para permanecer Anteriormente, em 1636, lá estivera o grande Luís Figueira, que foi o primeiro planejador da conquista espiritual do vale e de sua incorporação ao Império Português.

res, um mundo em ser que devia ser dominado pela presença do missionário. E isso porque a multidão nativa não se mostrara disposta à colaboração sem que o religioso atuasse. Quando essa interferência não ocorria, o que acontecia era a escravidão pura e simples, em violação ao que dispunha a legislação e ao que os reis portugueses desejavam que se fizesse com os grupos gentios locais. As reações dos índios eram transpostas mediante a ação maneirosa dos catequistas. Sem eles, parecia impossível incorporar em definitivo aquele espaço gigantesco.

Os colonos, é certo, viam a matéria sob ângulo diferente. A ação dos missionários significava contenção ao apetite que revelavam, apetite dirigido sobre aquela mão-de-obra imensa e fundamental para as tarefas da colheita das drogas, para os serviços domésticos, para a movimentação das embarcações, para os ensaios de lavoura de sustentação em que andavam empenhados e constituíam o seu fundamento de vida. Os conflitos seriam inevitáveis. E se sucederam num crescendo ponderável.

A Companhia de Jesus, com a visão da obra que podia realizar, pretendeu executar a conquista espiritual, vencendo a resistência dos colonos e governantes que se aliaram a estes. Ao compulsarmos a documentação já divulgada, inclusive a correspondência de Antônio Vieira e os memoriais de Luís Figueira, não se pode fugir à conclusão de que ela possuía uma compreensão imediata e a longo prazo do que poderiam vir a constituir aqueles espaços tão amplos. A Amazônia, como sucederia no Paraguai, em Chiquitos, em Moxos, no Orenoco, no México, aparecia-lhe como um desafio à capacidade da ordem, que defendia a finalidade de criar novas áreas de domínio da cristandade, principalmente no seio daquelas humanidades em infância de vida cultural, humanidades que poderiam modelar e integrar num novo sistema existencial. A oposição dos colonos, que viam no seu imediatismo e portanto só podiam considerar a multidão nativa como elemento indispensável para as suas tarefas de todo o dia, dos quefazeres domésticos, das coisas da produção de riquezas, não lhes significou uma oposição a que tivessem de capitular. A ordem não fora estabelecida para capitular, mas para lutar, disciplinadamente. Enfrentando todas as hostilidades, fossem as do meio físico, fossem as do meio social, os jesuítas dispuseram-se à obra, que sonhavam grandiosa e no decorrer de cuja execução se haveriam de sagrar os realizadores de uma das operações civilizadoras de maior significação da história moderna.

Os indígenas, segundo a palavra dos próprios religiosos, sentiam verdadeiro horror aos colonos, sôfregos na empresa escravi-

zadora. E só se sentiam seguros quando, sobre eles, atuavam os catequistas. Nos primeiros tempos, os jesuítas fizeram apenas um trabalho de reconhecimento, num contacto rápido, tomada de posição e levantamento preliminar. Depois, porém, à segurança de que a empresa poderia dar aqueles frutos que imaginavam, a ela se lançaram com ímpeto e propósito de continuidade. Liga-se a essa fase a da subida do Amazonas. O Tocantins e o Xingu foram os primeiros rios visitados. Seguiu-se o Tapajós. Ano de 1659. As notícias sobre o grande rio eram as mais confusas. Da gentilidade que o ocupava dirigiam-se coisas as mais variadas e de certo modo sensacionais. Maurício de Heriarte, que acompanhou Pedro Teixeira ao Vice-Reinado do Peru quando o ilustre cabo de bandeiras subiu e desceu o rio na ousada e impressionante entrada fluvial que ampliou, desde logo, a base física portuguesa no extremo norte, escrevendo ao tempo do Governador Rui Vaz de Siqueira, portanto entre 1662 e 1667, como sugere Rodolfo Garcia, informava com a minudência que resultava de seu contacto com a região na subida e descida do rio, permitindo que saibamos hoje o que se conhecia ou afirmava acerca daquele distrito do Estado e de sua população nativa. Já vimos, no capítulo precedente, o que escreveu o cronista[2], e era muito esclarecedor acerca da região.

Evidentemente, se o rio deveria ser percorrido em busca de suas nascentes para uma justa medida do que poderia oferecer à cobiça do colono e à grandeza do Reino no seu ultramar, aqueles grupos, aquelas aldeias deviam ser incorporados ao grêmio da cristandade. Os jesuítas já as conheciam desde 1659. E conheciam pela presença, entre elas, do grande Antônio Vieira, conforme a verificação de Serafim Leite[3]. E de tal maneira seguramente se impressionara o missionário que, dois anos depois para elas expedia, com instruções especiais, uma das figuras de maior expressão que a ordem ia possuir na Amazônia, pelo que valeria como fiel servidor e pela inteligência objetiva na execução de empreendimentos da valia daquele de que era agora incumbido. Esse catequista era o padre João Felipe de Bettendorf, alemão, amigo de Pedro II e que se ilustraria, posteriormente, como Reitor dos Colégios do Maranhão e do Pará e Superior das Missões, e pela auto-

[2] Heriarte, no que registrou, foi um informante interessante que não tem sido devidamente considerado e é muito mais valioso do que geralmente se imagina.

[3] Cf Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, tomo III, pp. 357-8, Rio, 1943.

ria de uma sumosa "Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão", que a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* editou em seu tomo LXXII, primeira parte, Rio, 1910, e é um dos mais completos repositórios de informações sobre a obra religiosa jesuítica e acerca da vida regional nos seus múltiplos aspectos.

A história da conquista espiritual dos Tapajós não se iniciou, todavia, com a ação do padre Bettendorf. Pouco antes da façanha do religioso-escritor, Antônio Vieira expedira até o rio e suas aldeias os missionários Tomé Ribeiro e Gaspar Misck, aquele um veterano das empresas regionais e este um noviço no assunto, recém-chegado de Lisboa e que aportara a Belém em 1660. Serafim Leite, que teve em mãos o relato do episódio elaborado pelo próprio Misck, relato que se guarda na Real Biblioteca de Bruxelas, assim registra o episódio:

"Sairam os dois de Gurupá no dia 31 de maio de 1661 e acharam a Aldeia dos Tapajós, com índios de seis tribos diferentes. No dia seguinte ao da chegada, os Indios com mulheres e filhos vieram ofertar-lhes os habituais presentes: mandioca, milho, galinhas, ovos, beijús, mel, peixes e carne de moquem. E por sua vez receberam as dádivas que mais ambicionavam: espelhos, facas, machados, velórios, vidrilhos, etc. Os padres celebraram a festa da Ascenção do Senhor, à portuguesa, com tiros e morteiros. Houve missa, fez-se a catequese, realisaram-se batismos e antes de descerem ao Pará os Padres ergueram, entre expectação e comoção geral, no terreiro da Aldeia, uma grande Cruz[4]."

Quanto à empresa de Bettendorf, será melhor acompanharmos o próprio descritivo que nos legou na "Crônica":

"Apenas tinha eu estado uns poucos de mezes em companhia do Padre Francisco da Veiga em a aldêa de S. João em Murtigura, quando o Padre vizitador o Subprior Antonio Vieira me chamou à casa do Pará, e lá levando-me para o cubiculo que hoje serve de livraria, me mostrou em o mappa o grande rio das Amazonas e disse-me: Eis aqui, meu padre João Felippe, a diligencia do famoso rio das Amazonas, pois a Vossa Reverencia elegeo Deus por primeiro Missionario do assento delle, tome animo e apparelhe-se que em tal dia partirá, e levará por companheiro um irmão conhecedor da lingua, Sebastião Teixeira, para o ajudar em as occasiões em que for necessário. Respondi-lhe eu que estimava muito esta dita de ser o primeiro Missionario de

[4] Cf. *op. cit.*, p. 358.

um rio tão afamado e de uma tão diltada missão, e agradecia muito a Deus e a Sua Reverencia essa eleição, e que da minha parte faria todo o possivel para lhe corresponder, segundo a obrigação que me ficava de trabalhar com grande zelo pela salvação das almas que por elle havia. Aviou-me logo o Padre Francisco Velloso, Superior da casa, com as cousas seguintes que aqui se referem, para saberem os Missionários deste tempo presente como se haviam os Missionarios do tempo antigo. Deu-me uma canôa meâzinha já quasi velha e sem cavernas bastantes, um altar portatil com todo seu aviamento, uma piroleira de vinho para as Missas e necessidade de um anno, uma botija de azeite do Reino, uma frasqueira [...] tres paruleiras de aguardente, uns alqueires de sal, um machado, uma foice, uma meia duzia de facas carniceiras de cabo branco de páu ordinario, uns poucos anzões, umas poucas de agulhas, uns massetes de velorio preto, o de outra cor, os quaes juntos não faziam um meio masso ordinario, uns poucos de pentes e ataccas do Reino, uma caixa de matolotagem com seus pratos, facas e garfos para a mesa, um triangulo de páu para fazer casas e egreja, um boiãozinho de doce; e com isso mandou-me à Murtigura em busca de farinha para a viagem, e ao Cametá em busca de umas poucas tartarugas, que as daria o padre Salvador do Valle.

Queria o Padre Subprior Antonio Vieira que as residências dos Ingaybas, onde assistia o Padre Manoel Nunes com o Padre João Maria Gorsony, e a do Gurupá, onde asistia o Padre Gaspar Misseh e a do rio das Amazonas com os Tapajós, fossem sobre si sem mais dependencia que do Padre Subprior da missão; mas respondi-lhe eu que da minha parte não queria ser independente da casa do Pará, porque me convinha ter a quem recorrer em as necessidades que se offerecessem e houvesse quem tivesse obrigação de acudir-me em razão de seu officio; e com isso não se effetuou o que o Padre Subprior pretendia fazer, caso os Padres Missionarios quizessem. Com este limitadissimo aviamento, eu com meu companheiro, muito doente, fomos para minha missão, que não tinha outro limite *que todo o rio das Amazonas*, que corre pelo districto das conquistas da corôa de Portugal, começando na aldêa do Ouro, em Cambebas, até a residência do Gurupá ou Tapará, incluindo de mais todo o rio dos Tapajós com suas serrinhas e sertões. Chegado que fui a Murtigura deu-me o padre Francisco da Veiga uns tres para quatro paneiros de farinha com uma só tartaruga, que os indios comeram por ceia. Em Cametá não me deu o padre Salvador de Valles mais que uma bôa vontade, por não ter peixe, nem cousa alguma para me dar em aquella

missão; e assim partimos, sustentando-nos pelo caminho com farinha e um bocadilho de doce, tirado do boiãozinho que levavamos. Não faltaria algum conducto se o irmão mais pratico que eu, que ainda era novato, mandasse pescar os indios; passados uns seis para sete dias chegamos à fortaleza de Gurupá, onde o Capitão-Mór Paulo Martins Garro mandou disparar duas peças de artilharia para com isso nos dar as bôas vindas, e agazalhou-nos muito bem; em o dia seguinte nos acompanhou em sua canôa até o Tapará, fazendo os gastos pelo caminho, botando-me água às mãos, para com isso dar exemplo do respeito que os indios me haviam de guardar. Andamos dia e quasi meio do Gurupá até a residencia do Tapará, onde não achamos nem o padre Thomé Ribeiro, nem o padre Gaspar Misseh, por se haverem ido ambos para o Pará; fizeram-nos os indios seus presentes de peixe-boi assado e excellente, mas, como não he tão sadio, comendo delle o Capitão-Mór logo lhe deram febres, que lhe duraram muito tempo, com que, despedindo-se, voltou para sua fortaleza, e nós, depois de termos doutrinado os indios conforme pedia a necessidade, fomos para Igoaquara. Aqui ajuntei a gente que lá havia, doutrinei e lhe fiz pratica do que haviam de guardar em minha ausencia, e deste modo fui visitando as mais aldêas, catechizando, baptizando e confessando. Estava em aquelle tempo a aldêa do Curupatiba dividida em duas: uma que estava em uma porta do monte sobre o igarapé e se chamava Caravela pelos brancos, e não é crivel quanto me custou a ensinar e baptisar aqui uma velha, para que não morresse sem a agua do santo baptismo; a outra parte estava em riba do monte onde está hoje; e como me encaminhava para elle, muito de madrugada, vieram os indios, postos por fileira, com candeinhas de cêra preta em as mãos receber-nos, levaram-nos para sua aldêa; aqui achei muito que fazer: avisei todos que se juntassem na egreja, disse-lhes Missa, doutrinei e baptisei quantidade de innocentes, e, sem embargo de ter encommendado que não deixassem nenhum ainda dos que não fossem baptisados, ficara de fóra um rapazinho que estava muito mal. Porém, quiz Deus que, acabado já tudo, como parecia, entrasse eu em dúvida se porventura por negligencia dos indios tinha ficado alguma creança sem baptismo; portanto, sem embargo parecer isto ao irmão escrupulo, quiz eu tornar a visitar as casas que já tinha visitado todas. Cousa notavel: entrando em casa de um principal, vi uma redinha velha e preta de fumaça, e, chegando para vêr o que em ella estava, achei um rapazinho innocente reduzido a ossos e quasi aos ultimos da morte. Perguntei ao indio principal se este menino estava baptisado e respondeu-se elle que não, e que

não se tinha tratado delle, pois estava muito mal; então dando-se eu uma reprehensão ao principal, baptisei lá mesmo o menino chamando-o Francisco Xavier. Foi isto singular providencia de Deus, porque pouco depois se foi para o Céu gozar da vista de seu Creador, da qual havia de ficar privado para sempre se eu por inspiração particular não tivesse tornado a visitar as casas. De Gurupatiba formos para os Tapajós, onde havia de fazer minha residencia, conforme a ordem do Padre Subprior e visitador Antonio Vieira. Lá chegamos depois das festas do Espirito Santo, e fomos recebidos dos indios daquella populosa aldêa com grande alvoroço e alegria; levaram-nos para uma casinha de palmas, que não tinha mais commodo que uma varandinha com dois limitados cubiculos, e à ilharga uma choupanazinha para dizer Missa. Vieram ver-nos não somente os cinco principaes que havia, aquelle tempo, de diversas nações em a aldêa, mas tambem os mais com suas mulheres e filhinhos, trazendo-nos seus presentes, que chamam putabas. A todos contentei, dando-lhes justamente a razão da minha vinda, de que gostaram muito, por haver muito tempo que desejavam a dita de ter consigo Missionario da Companhia de Jesus. Em o dia seguinte vieram outros principaes do sertão, tambem com suas dadivas de kagados e fructas, rogando-nos com muita instancia quizessemos chegar às suas terras para levantar a Santa Cruz e fazer-lhes egreja, como em as mais aldêas dos Christãos; correspondi a seus presentes com a pobreza que trazia commigo, dando-lhes minha palavra que cedo lhes acudiria com o que pediam[5]."

O irmão Sebastião Teixeira não se adaptou à empresa. Bettendorf teve de deixar Cametá para levá-lo. Vieira, em Belém, reconduzindo-o à missão, fê-lo partir de regresso.

Começara difícil, como vimos na transcrição do texto de Bettendorf, o trabalho no Tapajós. Voltando a ela, recebido com satisfação pelos indígenas, o missionário não desmereceu da confiança de Antônio Vieira. E com decisão, ânimo religioso, meteu-se ao cumprimento de suas obrigações. Ouçamo-lo nas minúcias com que registrou as trabalheiras que andou experimentando nessa segunda fase de sua empresa:

"Estando as cousas da missão nestes termos, cheguei ao Tapajos com o Alferes João Corrêa. A primeira cousa que lá fiz com a ajuda de meu companheiro e alguns indios grandes linguas foi fazer uns catechismos de varios idiomas daquelles seus princi-

[5] Cf. "Crônica", p. 158.

pios, todos pela da lingua geral, um era em lingua dos Tapajos, outro dos Urucucus, que commumente entendiam, e com este os ia ensinando e baptisando; estavam já baptisados muitos pelos Padres Thomé Ribeiro e Gaspar Misseh, que para lá tinham chegado de passagem, e ficavam outros muitos para se baptisarem, e como eram tantos os meninos era necessario pôr-lhes um escriptinho na testa para poderem se lembrar correntemente de seus nomes quando administravam os Sacramentos do Santo Baptismo; e aconteceu uma cousa, que foi um principal, perguntando eu como queria que o chamassem, respondeu: Padre, chama-me Cabo de Esquadra, porque me parece bello nome aquelle, porém dizendo-lhe eu que este nome não era daquelles que se usavam, desistiu logo e tomou o nome de Sebastião. [...]

Tratei logo depois disso de fazer a egreja e casas de taipa de mão, indo eu mesmo acompanhar os indios que iam cortar a madeira e padecendo muito bôas fomes, no entretanto, por estar ainda novato; posta a madeira em a aldêa, a lavrou o companheiro João Corrêa com os indios, e como acudia muita gente assim de indios como de indias, dentro de tres para quatro dias ficou toda a obra feita e coberta. Fiz um retabulo de morutim, pintando ao meio Nossa Senhora da Conceição pisando em um globo a cabeça da serpente, enrosacada ao redor delle, com Santo Ignacio à banda direita e São Francisco Xavier à esquerda. À noite antecedente da festa em que se havia por o altar, houve trovões, relampagos e coriscos, tão terríveis que todos os indios sahiram para fora das casas, e parecia que se ia acabando o mundo. Disseram-me depois que tinham visto em o Céo uma mão com um lenço branco que ia limpando o sangue derramado pelo Céo; em dia seguinte lhes fiz uma pratica sobre a Conceição da Immaculada Virgem Senhora Nossa, e disse que este signal foi alguma cousa, foi prognostico de um grande castigo que a Senhora havia de remediar. Ainda mal, que logo se seguiu o levantamento do Pará com expulsão dos Missionários e ao depois disso deram os Portugueses guerra aos Aruaquizes daquelle sertão, onde houve grande derramamento do sangue dos indios; porém nunca dei credito a este signal[6]."

A leitura dos pronunciamentos do religioso permitem-nos o conhecimento de uma série de aspectos interessantes da obra de catequese: o cometimento fora pensamento de Antônio Vieira; já havia, àqueles dias, vasta carta da região sobre que o grande

[6] Cf. *op. cit.*, p. 168.

catequista planejara a ação de conquista espiritual; o elemento indígena não oferecia reservas à obra de conquista espiritual. O equipamento para uma obra daquela envergadura não era copioso. Em todo caso, importava em elementos materiais necessários ou essenciais no interior, seja para o trato com o gentio, seja para as próprias exigências da vida precária que se vivia pela hinterlândia. O plano da missão dos Tapajós não compreendia, exclusivamente, a conversão ou a ajuda espiritual àquele grupo de gentio local, mas perseguia objetivo territorial muito mais vasto — estendia-se ao mais dilatado sertão, até onde chegasse a fronteira de Portugal com os distritos de Espanha no vale amazônico, portanto a própria fronteira estabelecida por Pedro Teixeira em 1639, isto é, a fronteira plantada no Aguarico. A aldeia dos Tapajós, transformada em sede de missão católica, passava a servir de cabeça-de-ponte para a penetração a longa distância. Significava, pois, marca política para a expansão que, sendo espiritual, não deixava, também, de ser política. A missão possuía, é de ver-se, uma importância especial. O gentio mostrava-se cavalheiresco para com os religiosos. Por onde haviam passado em direção à aldeia, haviam sido tratados com consideração, e, mais que isso, com amizade. No tocante à localização da residência missionária, em cumprimento às ordens do padre superior, fê-la ao pé do outeiro onde se ergueu posteriormente a fortificação e para onde caminhou também o aldeamento.

Dissemos que os indígenas não criaram dificuldades ao religioso. Assim foi, realmente. No livro de Bettendorf encontra-se abundante material informativo, pelo qual se verifica que as relações entre ele e os grupos gentios que nucleou se processaram na maior cordialidade. Um episódio merece, porém, ficar registrado. E é aquele referente ao estado social dos Tapajós. Vivendo em mancebia com várias mulheres, criavam uma situação irregular na aldeia. Bettendorf, disposto a impor a disciplina moral dos lares, organizados com marido e mulher, determinou que os seus catecúmenos se reunissem em dia festivo para ouvir-lhe a palavra. E em fala que lhes dirigiu exprobou-lhes aquele procedimento, que feria as leis de Deus. Conseguindo convencê-los do erro em que se mantinham, fê-los recolher as mulheres com que não queriam casar-se a um rancho de um principal, onde ficaram recolhidas para aguardar que lhes aparecesse candidatos. Esses candidatos apareceram, instituindo-se um núcleo familiar que se compôs desse modo à feição dos núcleos dos colonos.

Bettendorf não conseguiu, todavia, cumprir totalmente o encargo de Vieira. Porque a exploração ocorrida em Belém e São

Luís contra a Companhia forçou-o a dirigir-se ao Pará e juntar-se aos companheiros nas desventuras que estavam padecendo. O gentio que missionava tentou levá-lo para o interior, mas o missionário preferiu acompanhar a sorte dos companheiros. A obra de organização do aldeamento foi interrompida. Bettendorf desceu o rio, procurando abrigo entre os soldados de Gurupá. Foi tratado com a devida consideração, baixando a seguir para Belém, onde nada sofreu de maior[7].

A missão dos Tapajós, em conseqüência, ficou ao desamparo. E só mais tarde, por volta de 1657, passou a ter missionário permanente. Nesse ano, ocupava as funções o padre Manoel Pires. Por ocasião das visitas que se realizavam pelo Amazonas acima, visando verificar do andamento dos negócios espirituais, apreciar o rendimento da obra missionária, dar as providências que se julgassem oportunas e corrigir as falhas que se observassem, a aldeia era freqüentada. Já com as obrigações de Superior da Amazônia, Bettendorf, por incumbência do visitador Manoel Zuzarte, subiu mais uma vez o Amazonas. Acompanhava-o o padre Pedro Luís. Atingiu o Tapajós, onde principiara a ação missionária. "Vieram os indios mui alegres a receber-nos com seus presentes de farinha e fructas, e acabada esta sua cortezia costumada, retiraram-se outra vez, sem esperar o retorno. Chamei-os então e disse-lhes: Filhos, estando eu comvosco, de residencia, não vos dava nadâ quando me trazieis os vossos presentes, por quanto estava falto de tudo, agora que venho com mais alguma cousa, vinde, que vos quero consolar com o que trago como Payuyassú; quer dizer, padre grande, como elles chamam ao Padre Superior da missão[8]."

A missão entrava a prosperar. Nela buscavam apoio os sertanistas que penetravam o interior na caça de escravos ou na colheita das "drogas". Segundo Bettendorf, o Rei Pedro II projetara elevá-la à condição de vila e utilizá-la para a instalação de um colégio da própria Companhia. "Suas terras", esclarece o religioso, "são boas para mantimentos, principalmente, para milho e tabaco, os seus ares já não são tão maus como dantes eram. Bebe-se água do rio a qual assenta toda não faz mal, não falta caça por seus mattos, que até coelhos, pombos e pattos cá se acham; os rios abundam em peixe, até peixes bois e tartarugas. É paragem muiro aprasível."

[7] Bettendorf narra o episódio em sua "Crônica", p. 173.
[8] *Op. cit.*, p. 260.

Denominava-se a residência Nossa Senhora da Conceição. Anteriormente, como registra Serafim Leite, adotara-se denominação diferente — Todos os Santos, Santo Inácio. Nossa Senhora, abrangendo todo o vasto mundo que é o Baixo Amazonas, fixara-se, porém, por fim, na aldeia dos Tapajós. De certo modo, a preferência e a amplitude da denominação significavam a importância que a missão já possuía, como capital de todo o distrito missionário.

Os depoimentos catalogados por Serafim Leite, depoimentos de cronistas religiosos ou de simples missionários residentes ou visitadores, são unânimes em indicar o progresso que a aldeia experimentava[9]. Aos poucos, lá se havia reunido gentio de várias procedências — Aretuses, Arapiunses, Tapiruenses ou Serranos, Corarienses. Em 1719, segundo a palavra do padre Jacinto de Carvalho, havia 35 mil índios batizados na missão. Isto é, trazidos ao grêmio da cristandade na igreja local, e não vivendo nela.

Outros aldeamentos, além daquele da boca do rio, os jesuítas montaram ao longo do rio Iburari, Nossa Senhora da Conceição dos Arapiuns, Cumaru, Santo Inácio, São José ou Maitapus, Santa Cruz a Nova, Taparajó-Tapera. Não há notícias abundantes a respeito, pelo menos divulgadas até o presente. Sabe-se que existiam pelos catálogos das missões, pelos dados registrados nas crônicas. Coeva, Iburari estava situada a sete léguas da aldeia dos Tapajós, à margem direita do rio. A princípio, estivera muito perto daquela. O problema de seu abastecimento era, por isso, difícil. A nova localização foi realizada para vencer a dificuldade. Arapiuns e Cumaru, a princípio distintas, por fim foram unificadas num só aldeamento, à margem do Lago Grande de Vila Franca, nome que no consulado pombalino passou a ter o núcleo graduado na condição de vila. Santo Inácio estava situada à margem esquerda do Tapajós. Fora fundada à margem do Amazonas com o nome de Tupinambaranas, mas em 1737 o missionário José Lopes, fugindo a ares maus do primitivo sítio, trouxe-a com os seus catecúmenos para a nova posição. Foi depois Vila de Boim. São José era à margem esquerda. Fora estabelecida pelo padre José da Gama, em 1722. Teve depois o nome de Logar de Pinhel. Tapajós, segundo a informação de Barbosa Rodrigues, resultou de trabalho do padre Antônio Pereira, que desde 1682 missionava no Tapajós. Quanto a Santa Cruz, sa-

[9] Cf *op. cit.*, p. 361.

be-se que não constituía propriamente um posto de missão. Visitada pelos inacianos, era mais um núcleo de colonos[10].

A ação da Companhia de Jesus ao longo do Tapajós apresentava-se pois como uma realidade. Devia-se a ela, evidentemente, a incorporação do grande curso d'água ao Império, integração efetivada através da redução da gentilidade. Os grupos regionais estavam sendo defendidos da escravização e contidos para os aldeamentos missionários. Impedira-se, conseqüentemente, o despovoamento. Ao contrário, conseguira-se adensar esse mesmo povoamento — nesse particular, correndo riscos os religiosos. Porque nem sempre os sertanistas e seus cabos se mostravam compreensivos. Em 1705, por exemplo, grave incidente quebrou a harmonia existente entre os missionários e aqueles colonos. Francisco Soeiro de Vilhena, comandando uma entrada que devia operar no resgate de escravos, chocou-se com o missionário Antônio Gomes. E desembainhando a espada, pretendeu dar umas pancadas no religioso. O escândalo foi imenso. Do assunto, tomou conhecimento Sua Majestade, que por alvará de 28 de maio de 1806 ordenou a abertura de devassa para procedimento contra o agressor, ouvidas 10 a 12 testemunhas. Apurada a denúncia, Soeira de Vilhena devia ser preso, interpondo-se recursos para a Casa de Suplicação de Lisboa. A falta era considerada da maior gravidade. Três anos decorridos, em face das informações do Capitão-mor do Pará, o Monarca determinava providências mais duras. O delito fora considerado "atrocíssimo e a injúria que se fez a este Missionário foi por zelar a sua obrigação e digno que não fique sem castigo, e ainda para exemplo de que outros senão atrevam a cometer semelhantes desordens[11]".

A autoridade judiciária mandada ao local, o Ouvidor Antônio da Costa Coelho, no cumprimento de sua comissão, incidentara com o novo missionário, padre Manoel Rabelo, a propósito de índios que o missionário não cedera ao Ouvidor, o qual os pedira para tripular a canoa e aquele negara, porque os índios ou estavam doentes ou já se encontravam lotados em outros serviços do Estado. Sabedor do que sucedera, o Rei, em carta ao Capitão-General Cristóvão da Costa Freire, mandou que o ser-

10 Serafim Leite, *op. cit.*, pp. 363-5.

11 A documentação a respeito está arquivada na seção de manuscritos da Biblioteca de Évora. Cunha Rivara indicou-a no Catálogo da referida seção. Nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 67, Rio, 1948, que divulga o "Livro Grosso do Maranhão", vêm publicados os dois atos régios a que fazemos referência.

vidor, chamado à presença do Governador, ouvisse admoestação conveniente com o esclarecimento de que, se houvesse outra acusação, experimentaria penalidade exemplar... E em outra ao próprio Ouvidor, estranhou-lhe o procedimento[12].

Se esses casos ocorriam com o seu alongamento no tempo, mas em todo caso a significar a intransigência dos religiosos na defesa dos princípios que entendiam certos, e como tal sofrendo injúrias e perigos, também ocorria o louvor régio pela ação benemérita. Para exemplificar — em carta de seis de fevereiro de 1726, D. João V dirigia-se a Jacinto de Carvalho, Visitador da Companhia, para louvá-la, uma vez que seus agentes estavam comportando-se fiéis à vontade real quando ela se manifestara na defesa dos índios resgatados: o padre José da Gama, que trabalhava entre os Tapajós, conseguira resgatar índios...

12 Cf. "Livro Grosso do Maranhão", *in Anais da Biblioteca Nacional*, cit., 2.ª parte, p. 68.

# Às Portas do Sertão Levanta-se uma Casa-Forte

A expansão que os portugueses realizaram na Amazônia, procurando vencer a hostilidade do meio e impedir a presença dos concorrentes estrangeiros, que pretendiam impor-se soberanamente, criando bases permanentes de domínio militar, político e econômico, revestiu-se do caráter de conquista militar e de conquista espiritual. As lutas sustentadas contra aqueles concorrentes e a que já nos referimos no primeiro capítulo foram coroadas de êxito para os portugueses. Significaram ação militar. A outra empresa, a de incorporação das gentes nativas, essa mais longa, apresentou rendimento apreciável também.

Expulsos os holandeses e os ingleses, parecia que nenhum outro perigo rondava mais a colônia, que poderia, assim, crescer livre de perturbações e perigos iminentes. A conquista seria, conseqüentemente, uma aventura contra a resistência mesológica, representada nas peculiaridades fisiográficas regionais e na humanidade gentia que nem sempre se mostrou disposta à cooperação, à colaboração ou à sujeição que os novos senhores pretenderam ou objetivaram impor.

Essa situação não foi, porém, a que realmente se registrou. Porque ao invés de ocorrer apenas aquela resistência que o tempo, a disposição de vencer dos portugueses e dos mamelucos nordestinos que tinham chegado para os entreveros iniciais se encarregariam de superar, surgiram outros concorrentes que criaram

novos embaraços e exigiram uma política orientada na disposição de impedir que eles fossem os vitoriosos. Essa política exigiu a montagem de aparelhamento defensivo e ofensivo e a criação de pessoal devidamente instruído para opor-se-lhes às sortidas.

O estabelecimento de posições fortificadas, casas-fortes, fortalezas, acampamentos devidamente equipados, por isso mesmo passou a entrar na cogitação permanente das autoridades responsáveis pela ordem e pela segurança da Capitania, e da cogitação do campo da ação direta e imediata.

É de recordar-se, a propósito, que, por toda parte de seu Império imenso, os portugueses haviam adotado essa política, que lhes valeu segurança e extensão do domínio. Por toda parte os estabelecimentos militares representaram a decisão firme de criar raízes definitivas nas terras descobertas, exploradas e incluídas na base física do ultramar. Foi essa, aliás, como recorda Mendes Correia, ao tentar a caracterização maior da expansão de seus co-nacionais, um dos traços materiais que a assinalaram ou a distinguiram[1].

Na Amazônia, à fundação de Presépio, seguiu-se a de Santo Antônio de Gurupá, levantada sobre os escombros do forte dos Mariocay, que os holandeses haviam erigido no decorrer de sua penetração águas acima do Amazonas. Depois, viriam outras praças que, nas horas de paz, serviam aos rigores do fisco, verificando a matalotagem das embarcações que subiam e desciam os rios e cobrando-lhes as taxas, os impostos, que o Estado impunha e ninguém devia ou podia escapar de pagar.

Toda uma vasta rede de fortificações foi sendo construída desde o litoral, em direção norte, visando garantir uma fronteira com os vizinhos franceses, e em direção oeste e nordeste, nos mais distantes trechos da hinterlândia, nas fronteiras interiores com os territórios coloniais de Espanha. Franceses e espanhóis constituindo os adversários em potencial, era natural que contra eles se elaborasse o planejamento defensivo. E foi o que realmente sucedeu. Rede de fortificações que importou, igualmente, na segurança que era necessário assegurar aos que, escapando ao litoral, internavam-se pelo oeste na busca do braço escravo, na colheira das "drogas do sertão", a especiaria local, tão solicitada pelos mercados europeus, no reconhecimento geográfico da hinterlândia misteriosa, sobre que se afirmava tanta novidade atraen-

[1] Cf. "A Cultura Portuguesa na África e no Oriente", *in Atas do Colóquio nternacional de Estudos Luso-Brasileiros,* Nashville, 1953.

te. A penetração não era fácil, apesar da vasta rede hídrica, que permitia o acesso. O gentio, desconfiado e hostil, muitas vezes reagia aqui e ali, obrigando a provas de força. A casa-forte podia, em tais oportunidades, garantir o sucesso dos encontros de sangue.

A história dessas fortificações foi feita por Artur Viana, no tocante ao Pará propriamente dito[2]. A história, no referente ao Amazonas, tentamo-la nós, ambos firmados principalmente na vasta documentação constante dos manuscritos da seção especializada da Biblioteca e Arquivo Paraense[3].

Diz Artur Viana, recordando ou sintetizando essa política:

"A resistência natural dos índios e a tenacidade dos hollandezes e inglezes na occupação das terras do grande rio, foram os primeiros obstaculos que os portuguezes tiveram de combater no Pará.

A principio concomitantes, ficou depois em campo apenas o primeiro, desvenecido o ultimo sob o peso de continuos revezes.

A lucta com os indios devia prolongar-se, não mais com a impetuosidade dos primeiros choques, em que os naturaes tomam a offensiva contra os invasores, porém num estado chronico, por assim dizer, no qual o conquistador vae, guiado pelo interesse, em busca do conquistado já desilludido da efficacia da sua resistencia.

Se a victoria da conquista devia reduzir a esse estado a importante questão dos indios, por outro lado a expansão geographica levaria os conquistadores às fronteiras das possessões limitrophes, instaurando latente e profiada desharmonia de uns com os outros.

D'esses factos e também da necessidade de fiscalisar a collecta promanaram as fortificações, erguidas assim, ora para attenuar a investida furiosa dos indios, para impedir a invasão de visinhos atrevidos e bellicosos, e outras vezes para dominar pontos dos rios nos quaes a disposição topographica facilitava a ação do fisco."

Particularizando o caso de Santarém, escreveu o grande mestre paraense:

"Contemporanea da fortaleza dos Pauxis, mais tarde de Obidos, foi a fortaleza dos Tapajós, posteriormente de Santarém.

[2] Cf. "As Fortificações da Amazônia. As Fortificações do Pará", *in Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, t. IV, Belém, 1905.

[3] Cf. "Roteiro Histórico das Fortificações no Amazonas", *in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio.

Promanou esta fortificação da mesma idéa de por em defeza o Amazonas contra a invasão de inimigos, especialmente dos franceses.

Segundo uma informação digna de fé, os trabalhos da fortaleza iniciaram-se sob a direção e às expensas de Francisco da Costa Falcão, pae de Manoel da Motta e Siqueira, que os continuou.

Refere, ainda o informante que, em recompensa do patriótico serviço de edificar trez fortalezas, a do Obidos, a do Pará e a do Rio Negro, e de terminar a de Santarém, deu o rei a Siqueira o commando de um dos fortes, à escolha e por trez vidas. Optou elle pelo de Obidos e, findas as trez vidas não houve renovação da graça, porque o ultimo a commandar pediu baixa do serviço."

O pronunciamento de frei João de São José, a que se referiu como informante, é este:

"Tem a villa um pequeno fortim ou reducto fundado a expensas proprias de um Francisco da Costa Falcão e continuado por seu filho Manoel da Motta, ambos de Portugal; o ultimo fez mais trez, um em Pauxis, que é hoje villa de Obidos, outro em Rio Negro, e o terceiro junto à serra do Parú. Concedeu-lhe a Côrte a escolha de um dos quatro em tres vidas, e não havendo renovação de graça porque o sucessor com a pobreza, abatidos os espiritos, pediu baixa no serviço[4]."

Atribui-se, pois, a Francisco da Mota Falcão a obra de construção da casa-forte dos Tapajós. S. Majestade o Rei Pedro II teria autorizado a empresa, prometendo-lhe o governo da mencionada praça militar, governo que, quando falecesse, seria transferido ao filho Manoel da Mota Silveira. Mota Falcão teria assumido o compromisso de erigir, além daquela dos Tapajós mais outras três no Urubu, no Madeira e na boca do rio Negro, já bem dentro do sertão. O alvará régio de 15 de dezembro de 1684 consubstanciava a promessa real. Exato?

Pela documentação que tivemos oportunidade de compulsar e de que vai cópia em anexo, verifica-se que realmente assim sucedeu. Falcão, em compromisso assumido com o governo, obrigou-se a realizar aquele serviço. E S. Majestade, em paga, dar-lhe-ia o governo nas bases indicadas. Francisco da Mota Falcão, com os recursos de sua própria fazenda, atirou-se à tarefa pesada.

[4] Cf. "Viagem e Visita do Sertão em o Bispado do Gran-Pará em 1762 e 1763, Escrita pelo Bispo D. Frei João de São José", *in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. IX, p. 81, Rio, 18.

Morador do Pará e homem de personalidade na sociedade local, sertanista, já por ocasião dos sucessos que sacudiram o Maranhão com o pronunciamento dos colonos contra a Companhia de Jesus e contra a Companhia do Comércio, tivera atuação sucessória, como delegado de Gomes Freire. Acompanhando o Capitão-General, que viera realizar a pacificação ou enfrentar o movimento pelos meios violentos, Falcão desembarcara antes de qualquer outra autoridade para sentir as reações do ambiente revolucionário. Entrara em contacto com os moradores e verificara que nada havia a temer. Gomes Freire viera para terra depois, sem encontrar resistências. Falcão mostrara-se mediador hábil. Sua passagem pelo sertanismo regional foi a passagem de todos quantos tinham de enfrentar a adversidade e os perigos do interior. E seguramente ao contacto com a realidade dura que fora observando e estudando é que se propusera aquela empresa, realmente importante, útil aos interesses reinóis e que o propunham como um colono ágil, objetivo, realístico, colono que servia a S. Majestade sem ignorar-se, isto é, sem deixar de cuidar também dos problemas de sua própria fazenda[5].

O alvará régio de 15 de dezembro de 1684 é longo[6]. Impunha as seguintes obrigações a Mota Falcão: a construção deveria ocorrer dentro de quatro anos; as plantas, elaboradas por engenheiro, de acordo com a melhor técnica, mas respeitadas as contingências locais, de pedra e barro. A do Tapajós, por sua situação geográfica, isto é, de fácil acesso por embarcações estrangeiras cobiçosas das terras e das especiarias amazônicas, seria erigida com melhor material, mais resistente, para poder oferecer resistência àqueles concorrentes ousados. Para os serviços, as autoridades contribuiriam com 60 índios do Xingu, Guanacuará e terras anexas, 10 cavaleiros das aldeias da repartição, esses por sua condição especial devendo servir não como simples operários, mas como cabos e línguas. De quatro em quatro meses seriam renovados. Na hipótese de as referidas aldeias não poderem dar a contribuição estabelecida, essa seria solicitada ou buscada às aldeias do sertão. O operariado indígena seria pago. A colheita de drogas, realizada no decorrer da construção, serviria para as despesas a serem feitas. Em livro próprio da repartição fazendária, por isso mesmo, teriam a sua escrituração. O que não

[5] Tracei um resumo biográfico de Mota Falcão no ensaio *Manaus e Outras Vilas,* Manaus, 1934.

[6] O alvará vai em extenso no fim do presente trabalho histórico. Foi obtido na Coleção Rio Branco, do Arquivo Histórico do Itamarati.

fosse utilizado, findos os quatro anos, passaria a incorporar-se à fazenda real. As despesas que se fizessem necessárias correriam sempre por conta de Mota Falcão, que assim se via na contingência de fazer adiantamentos, ressarcidos quando da venda das "drogas". Dois ajudantes, que poderiam ser substituídos se não provassem bem, estariam a postos, percebendo a soma de oito mil réis por mês.

As casas-fortes, segundo se afirmava no alvará, serviriam aos interesses de Deus e de S. Majestade. Além de significarem a presença de ambos, em pleno interior da região, iam ser úteis na obra de conquista espiritual, na redução da gentilidade. Essa vivia em choque, combatendo-se as tribos umas às outras. As vencidas correriam para a proteção da praça. Celebradas as pazes, ainda a sombra protetora e disciplinadora da praça teria a sua função aglutinadora, pois que os antigos inimigos ali se fixariam, na certeza de que estariam garantidos e livres de qualquer escravização dos sertanistas. O resultado, considerava-se no diploma legal, era a abundância de mão-de-obra, para a extração de "drogas", o que valia dizer, riqueza à disposição do Estado.

Haveria, em cada uma delas, 10 soldados, duas a quatro peças de artilharia, sendo seis peças de quatro. A do Tapajós, por aqueles motivos já indicados, seria armada com oito peças de seis a oito.

A região, assim garantida para os domínios régios, era considerada das mais ricas. Falava-se com certo entusiasmo da abundância de "drogas", representadas principalmente pelo cravo, pelo cacau e pela noz-moscada. Relatórios eram endereçados a Lisboa referindo-se pormenorizadamente a essa abundância de especiaria. O cravo local parecia a entendidos, com experiência nas Molucas, muito superior ao que vinha do Oriente. E a quantidade era tal que se poderia carregar navios e mais navios. Existiam, conseqüentemente, as mais sérias razões de Estado para que aquele trecho do Império permanecesse defendido, garantido para a Coroa portuguesa.

Pedro de Azevedo Carneiro, a cujo cargo corria a obra de planejamento e de fiscalização dos serviços de fortificação da Amazônia, homem experimentado, bem técnico, foi encarregado de traçar as plantas. Elaborou-as. Quanto à construção, Mota Falcão não teve a alegria de vê-la executada totalmente. Faleceu quando ainda se processava árduo trabalho. Seu filho, por isso, designado por ele como seu sucessor para os favores régios, prosseguiu nos serviços. E dirigindo-se ao Rei, no momento já D. João V, pediu-lhe o reconhecimento das mercês prometidas

ao pai. S. Majestade, pela Carta-Patente de 14 de julho de 1716, confirmou-o. Escolhera ele a fortaleza do Tapajós para dela ser o Governador. Em fins de 1737, já entrado em anos, doente, Manoel da Mota dirigiu-se ao Capitão-General João de Abreu Castelo Branco. Alegou os serviços. E pediu que lhe fosse dado substituto na administração da praça. Esse substituto, o filho João da Mota Siqueira. O Governador satisfez-lhe a vontade. Pela Carta-Patente de 8 de dezembro de 1737, promoveu o indicado João da Mota no posto pleiteado[7].

Segundo Artur Viana, já em 1695 estava concluída a obra de construção. Não é certo. Nesse mesmo ano de 1695, numa exposição minuciosa acerca das condições de defesa do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Pedro de Azevedo Carneiro referiu-se a ela nos seguintes termos:

"Seguesse a Fortaleza dos Tapajoz hũa das da obrigação de Manoel da Motta de Siqueira, que seu Pay quiz fosse a mayor, por Sua Mage. o haver feito Governador della, e o cittio e pedia por ter suficiencia para isso, e ser a terra mais sadia, e fertil, e ter duas popullozas aldeas junto ao dito cittio, fóra muitas mais que estavam pello rio acima nossos compadres. Dessenhey esta fortaleza, cidadella regular com 4 baluartes, está com os alicerses feitos a 8 para 9 annos, que como se emtremetteram as fortalezas do Cabo do Norte, e as da barra do Pará, e Maranhão, e sendo eu só engenheiro de todo aquelle Estado acodindo a hũa, e a outra parte dilatadas jornadas, serviu esta minha ocupação de motivo ao descanço com que se porta o dito superintendente Manoel da Motta na sua obrigação para não continuar aquella obra podendoa ter já consumada, pois a tudo acodi eu sempre como era nessessario a quel deve Sua Magestade ao dito Superintendente que a acabe por ser esta muito nessessaria por estar na boca do rio dos Tapajoz margem das Amazonas, e dá esta mão ao Forte do Parú, que sem dous dias de viagem; e neste citio se pode fazer hũa boa povoação por ser salutifiro, e abundante, e ter muitos Indios de que necessitão os moradores[8]."

Verifica-se, pelas palavras do engenheiro, que Manoel da Motta não cumprira a obrigação assumida pelo pai a quem ele substituía com o título de "Superintendente das Fortificações",

[7] A documentação pertinente foi divulgada por Barbosa Rodrigues em seu livro sobre o Tapajós. Pelo interesse que possui, transcrevemo-la no fim deste trabalho.

[8] A exposição de Pedro de Azevedo existe em cópia na Coleção Rio Branco, do Arquivo Histórico do Itamarati.

que passara a usar. Ainda nesse mesmo relatório, Pedro de Azevedo, páginas atrás, escrevera:

"porque fazem as obras eternas, e falcificadas, como se tem visto no exemplo de Francisco da Motta Falcão a quem seu filho Manuel da Motta sucedeo, que se tem acabado duas vezes 4 annos, e mais tres, e não tem feito as fortalezas a que está obrigado naquelle rio, e tem cobrado 12 mil e tantos cruzados, preço porque arrendou, seçenta Indios que Sua Mage. lhe concedeo por 4 annos para que com elles tirasse drogas do sertão para os gastos das fortalezas, e dentro deste tempo as acabar, e não tem feito mais que duas cazas fortes sendo as fortalezas coatro as a que está obrigado".

O Capitão-General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que se comportou à frente dos negócios da colônia com um sentido de responsabilidade raras vezes atingido pelos que tiveram idênticas responsabilidades de comando e de governo civil, visitando ainda nesse ano de 1695 o interior do Estado, pois chegou ao rio Negro, verificou que a fortaleza não estava senão nos alicerces. Diz aquela autoridade, em exposição ao Conselho Ultramarino: "a dos Tapajós com as muralhas no nível do cordão, e por falta de índios, e haver muitas doenças, não está acabada[9]".

Ainda em 1707, seis de outubro, S. Majestade dirigia-se ao Capitão-General Cristóvão da Costa Freire em face de uma exposição deste governante, que informara ao monarca que Manuel da Motta ainda não cumprira a obrigação de levantar as fortalezas, nelas incluída a dos Tapajós. Ordenara então S. Majestade que o construtor fosse intimado a cumprir o compromisso assumido. Ano de 1707, note-se bem. A fortaleza não estava ainda pelo menos concluída.

Quando, portanto, a fortaleza foi ultimada? É de assinalar que a situação estava a exigir uma providência rápida. Já três anos antes, em 1692, quatro franceses, que andavam na colheita de "drogas" e na captura de escravos, haviam sido aprisionados justamente no Tapajós. Tinham vindo de Caiena. As "drogas" seriam papagaios e pedras verdes, pois o cravo e o cacau, segundo esclareceram, não tinham procura nos mercados franceses. Estavam autorizados à façanha pelo Governador da Guiana, que desse modo revelava a intenção de ampliar a área de atuação de

[9] O relato da viagem feito pelo próprio Capitão-General consta da Coleção Joaquim Nabuco, do Arquivo Histórico do Itamarati.

seus colonos à custa dos territórios que os luso-brasileiros vinham descobrindo e possuindo permanentemente.

Em carta que escreveu ao Monarca, a 12 de agosto de 1722, o Capitão-General João da Maia da Gama deu um balanço no poder defensivo do Estado, indicando-lhe as necessidades de fogo. Referindo-se à praça do Tapajós, disse que fora "erigida em sítio capaz de uma grande povoação por ser bom o terreno, sítio alegre, saudável, e abundante", "mas que a fortaleza", pela largura que ali tinha o rio e ilhas que faz, o não defende, "*mas como está feita* sempre é conveniente conservá-la", por ser a melhor do Rio das Amazonas, e mais capaz de toda a defesa". Seria conveniente aumentar-lhe a guarnição ou criar um núcleo urbano de proporções, com colonos trazidos da ilha do Pres, nos Açores[10]. Ano de 1722. O Governador falava em termos que não admitem dúvida. A fortaleza já estava construída nessa época.

Em 1749, José Miguel Aires, que fizera a sua vida nos serviços de Sua Majestade, sertanista, comandante de estabelecimentos militares, envelhecendo nele e a ele sempre dedicado a ponto de merecer públicas demonstrações de gratidão régia ao tempo do Pombal, quando o irmão do poderoso ministro, o Capitão-General Mendonça Furtado, lhe fez o elogio pela obra magnífica de uma vida ininterruptamente voltada para os encargos da pátria, nesse ano, José Miguel Aires foi mandado examinar as condições em que se encontravam as praças erigidas pelo interior do Estado. No cumprimento da comissão, Miguel Aires viu o que precisava ver. E em extenso memorial relatou o quadro que encontrara: "A fortaleza dos Tapajós, comandada pelo capitão André Miguel Aires, achei totalmente arruinada, na cortina da parte de nascente tem duas braças de muralha no chão. O Baluarte da mesma parte e toda a muralha fendida, os Baluartes da parte do poente arruinados, de sorte que a maior parte da Fortaleza será preciso reedificar-se de novo; e da mesma sorte a capela e coarteiz porque tudo se acha demolido." A guarnição constava, então, de um capitão-comandante, um tenente e um sargento de número e sete praças. Os apetrechos eram: duas peças de artilharia, sendo uma de seis e outra de quatro, ambas no chão, sem carretas; oito arrobas de bala para mosquetes, 30 libras de pólvora, 20 balas de artilharia, duas cuxarras, 11 baio-

[10] Cf. "Livro Grosso do Maranhão" nos *Anais* citados, segunda parte, p. 8.

netas, 11 peções, seis enxadas, uma gonilha com o respectivo varão, um tronco, 14 armas de fogo[11].

Lastimável, evidentemente, a situação. É que aqueles problemas dos primeiros tempos, quando fora necessário policiar a hinterlândia assinalando a presença portuguesa através do estabelecimento militar, estavam superados. O domínio era exercido agora tranqüilamente. Os perigos não se encontravam no interior. Viriam de fora, pelo mar, pelo Atlântico, donde a preocupação de garantir o litoral e o delta. As atenções convergiam, por isso, para lá, e não mais para o sertão pacífico.

Artur Viana, compulsando documentação do Arquivo paraense, faz o histórico dos momentos posteriores:

"Em 1762, do que antes houvera restava apenas um montão de escombros; somente os canhões, menos sensíveis às intempéries, restavam intactos, mas cahidos dos reparos sobre o solo.

Nesse mesmo anno de 1762, o governador Manoel Bernardo de Mello e Castro encarregou Domingos Sambucetti, aquelle mesmo que vimos trabalhando em Gurupá, de examinar e reconstruir a fortaleza de Santarém.

Sambucetti desobrigou-se da sua incumbência projectando a fortaleza, cuja planta, levantada muitos annos depois, vae annexa a este trabalho. A construção foi executada em pedra e cal, com bôa solidêz e resistência; augmentou-se a artilharia e o deposito de petrechos bellicos.

Entretanto, posteriormente, nada mais se fez no sentido de conservar a obra; vieram as ruhinas e com ellas um despreso persistente, durante um longo periodo de annos".

Em 1795, o Capitão-General D. Francisco de Sousa Coutinho, preocupado em trazer o Estado em condições de falar com dignidade em face de qualquer perigo, dadas as condições de intranqüilidade em que vivia a Europa, com reflexos possíveis nos territórios ultramarinos, procedeu a um novo grande balanço do potencial existente e das providências que se deveriam decretar e executar para que se restaurasse aquela dignidade militar. O relatório que apresentou ao Ministro dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, é minucioso. Quando se refere aos estabelecimentos fortificados do sertão, diz, textual-

11 Não conseguimos ler a exposição de Maia da Gama, mas as considerações de resposta, comunicadas de Lisboa a ele. Essa resposta, em que se faz uma repetição do que mandara dizer, consta da Coleção Joaquim Nabuco, do Arquivo Histórico do Itamarati.

mente: "ponho de parte tudo o que respeito a Fortaleza de Gurupá, de Parú, de Santarém e de Obidos e do Rio Negro porque todas considero como inúteis e só próprias para dividir as forças". Sousa Coutinho, numa linguagem meridiana, sustentava a inutilidade daqueles restos de um poderio que tivera alto sentido, mas já agora nada significava, nem mesmo como instrumento artístico e histórico do esforço por que haviam sido levantados numa hora difícil da empresa colonial.

Esse ponto de vista do Governador não foi, porém, o ponto de vista vencedor. Porque, como esclarece Artur Viana, em 1801, ainda portanto governando Sousa Coutinho, que só em 1803 concluiria seu período administrativo, tratou-se de reconstruir a fortaleza; para esse fim, ordenou-se que o Coronel Teodósio Constantino de Chermont desse o seu parecer sobre o projeto, bem como "o comandante da fortaleza, Capitão Paulo José Vicente Pereira".

Dessa ordem originaram-se a planta e estas informações desenvolvidas que a acompanham, enviadas ao sargento-mor comandante-geral do Amazonas, pelo Capitão Pereira:

"Pelo tosco risco e pelos vestígios que ainda existem, té onde chega o meu diminuto eng.°, vou amostrar o que era o da forma que existe a Fortaleza desta Villa de Santarem.

A saber que os riscos atraveçados que tem os baluartes e muralhas são os signais donde tem a ruina cada hum per si, como juntamente pellos mesmos numeros mostrarei os palmos que tem de vão, todas as casas, calabouços, quarteis, casa da Polvora e capella.

Esta fortaleza tem de circumferencia 93 braças e 6 palmos, inclusivo dos baluartes, cada baluarte tem quatro braças, em quadro, em cada cortina tem 12 braças de extenção, a muralha da parte de mar tem 13 palmos, e as mais tem 6 palmos, cada huma tem de ambito, inclusive as muralhas 15 braças em quadro.

O baluarte n. 1 tem 17 palmos de altura, com doas brexas no parapeito, hua de quatro palmos, e outra de seis e mais seis raixas.

O baluarte n. 2 tem 12 palmos de altura, e desde d'onde principião os riscos té onde acabão está tudo por terra. O baluarte n. 3 tem 27 palmos de altura e 10 raixas. A cortina n. 1 tem 17 palmos de altura e toda a cortina com uma grande concavidade causada das muitas chuvas, e tem raixas.

A cortina n. 2 tem 22 palmos de altura e 8 raixas e tudo quanto comprehendo para cima do portão e corpo da guarda, está quasi cahindo que os espeques que tem he que lhe tem mão.

A cortina n. 3 tem 17 palmos de altura e 4 raixas e nesta muralha desde onde principia té onde acaba he hua raixa pello meio que tem a largura quase de um palmo, causada pelas aguas da chova.

A casa n. 1 tinha 25 palmos de comprido e 20 de largo; a n. 2, 20 de comprido e 17 de largo; a n. 3, 20 em quadro; a n. 4, 35 de comprido e 20 de largo; a capella 20 de comprido e 15 de largo; a sancrestia, 12 em quadro; a cosinha, 17 em quadro; o calabouço, 37 de comprido e 20 de largo; os quarteis, 35 de comprido e 20 de largo; a casa da Polvora, 30 de largo e 20 de comprido.

De tudo isto só existe os quartéis, calabouço e casa da Polvora, e esta comtuda a incapacidade por causa da muita humidade; tudo o mais está por terra, só se conhece o que foi pelos bucados de parede que ainda existem."

A restauração indicada em termos tão positivos só veio a ser ordenada dois anos depois, a 18 de março de 1803, ainda por Sousa Coutinho. Não passou, no entanto, de boa-vontade. Porque na realidade nada de douradoiro foi efetuado. Ao encerrar-se o período português na Amazônia, a fortaleza não apresentava mais qualquer sentido militar — era ruína histórica, desprovida de qualquer resquício de poderio. E, no entanto, como fora útil para assegurar a penetração em direção ao oeste e mesmo no relacionamento entre o Pará e Mato Grosso pela via difícil de Tapajós.

A história da fortaleza não acabou, todavia, com o expirar da presença lusitana. Sob a Cabanagem, ofereceu abrigo a rebeldes e legais, sem, contudo, é certo, intervirem as suas precárias baterias nas justas que se travaram. No decorrer do Império, quando se imaginaram ou pressentiram perigos a rondarem as duas Províncias do extremo norte, preparou-se sua defesa pela reorganização da rede de fortificações coloniais, aquartelamentos bem-equipados, colônias militares, forças navais, Santarém voltou a ser considerada na sua importância estratégica.

"Na forma do velho costume, voltava-se em 1867 à carga: por uma ordem especial do ministério da guerra, o capitão de engenheiros Luiz Antonio de Souza Pitanga marchou para Santarém e alli emprehendeu a tarefa de fortificar de novo a cidade, tarefa improficua que devia ficar por concluir definitivamente.

Dentro de poucos annos a fortificação, abandonada de vez, desfazia-se em escombros.

Depois tiraram-lhe os canhões, precipitaram-nos pelas ladeiras da collina abaixo, para um terreno particular.

D'ahi os removeu o proprietário para a via publica, onde permaneciam ainda em 1898.

Eu ahi os vi neste anno, bem como o local anteriormente occupado pela fortaleza, assignalado pelos alicerces das muralhas."

A planta que reproduzimos, datada de 1863, registra que nesse ano havia apenas os fundamentos e partes das muralhas. E assim continuou. Já antes de findar o século, perdera-se a memória de sua existência.

A Amazônia crescera, e se desenvolvia pensando não mais em termos de luta armada para definir sob que soberania devia permanecer, mas em termos de progresso econômico, e suas impressões, registrando a ação dos homens na paisagem natural, falam dela como marca perdida da história que se escrevera para conquistar a terra.

Às portas do sertão levantara-se uma casa-forte. "Em forma de um quadrado, com baluartes nos angulos." De "Taipa de pilão, sobre colina proxima ao rio". Justamente aquela colina onde Bettendorf levantara a residência para a missão e para onde se deslocara a gentilidade que o religioso catequizara. Fora uma necessidade do momento. Exercera a sua função política. Assegurara, inclusive, com a ordem imposta, a existência de núcleo religioso e posteriormente da vila, que representava etapa nova, de estabilidade, de vitalidade. No Oriente, a presença de Portugal evidencia-se ainda nos dias de hoje pela existência, pela imponência das velhas fortificações e dos templos que lhe atestaram a grandeza colonial. Santarém, como estabelecimento militar, nada representa hoje. Porque nem mesmo lhe restam mais as ruínas. Tudo desapareceu. A casa-forte cumprira a sua missão.

# Sertanistas, Missionários e Comerciantes Operam Descobrimento e Intercâmbio

A penetração de Pedro Teixeira pelas águas do Tapajós fora insuficiente. Nada se sabia acerca das nascentes do rio. Tampouco sobre o seu curso acima de sua foz. As informações correntes, colhidas no depoimento nem sempre seguro do gentio, não pareciam bastantes. Falava-se que o rio era rico não apenas na especiaria, a "droga do sertão", mas igualmente em peças minerais, pedras preciosas e ouro. Seguramente, porém, o índio representava a maior riqueza. As ordens régias para preservar-lhe a liberdade, defendidas pelos missionários que os nucleavam atentamente, impediam a entrada visando à escravização daquela mão-de-obra sedutora. O rio, por isso mesmo, permanecia fechado aos olhares indagadores dos sertanistas.

Só em 1706, seria realizada a primeira grande bandeira de descobrimento. Chefiou-a o Capitão Francisco Soeiro de Vilhena. Fora incumbido de fazer resgates pelo rio acima. Ordem do Capitão-mor do Pará, João de Velasco Molina, que substituiria Manoel Rolim de Moura.

Na aldeia dos Tapajós, todavia, entrara em desacordo com o respectivo missionário, como já vimos em capítulo anterior, parecendo que a missão não foi cumprida, não produzindo os frutos esperados. Até onde teria chegado Vilhena? Acaso não teria passado da aldeia, talvez impedido pelo religioso com que travara razões?

Em 1724, o Capitão-General João da Maia da Gama, três anos depois de sua chegada ao Pará, determinou expedir um grupo de sertanistas para a exploração do rio. Maia da Gama, no seu período de governo, preocupou-se com o conhecimento realístico da base física do Estado que viera administrar. Várias foram as entradas que se efetuaram, por ordem sua, nas mais variadas direções, com aquele objetivo[1]. No tocante ao Tapajós, é ele próprio quem relata, ao explicar-lhe na acusação que os colonos lhe fizeram perante o Rei a propósito de suas reclamações ou intimidades com os jesuítas, que aqueles consideravam prejudiciais aos seus interesses na aquisição da mão-de-obra indígena. Escreveu o Governador, ou antes, depôs aquela autoridade: "No meu terceiro ano continuarão as tropas de resgastes, e se despedio a tropa de descobrimento do Rio dos Tapajós com o cabo Estêvão de Albuquerque, e missionário da Companhia com os índios das suas aldeias do mesmo Rio dos Tapajós, e no quarto se reforçou a mesma tropa com o capitão-mor Fernão Loubo de Souza, e com índios das mesmas aldeias dos Padres, a fazer a guerra e desimpedir a entrada daquele rio que até aquelle tempo não esteve nunca desimpedido[2]. E se praticarão muitas nações, de que fizerão os Padres novas aldeas..." Na mesma oportunidade, avançava a penetração em operação de guerra pelo rio Negro acima, rendendo toda a empresa militar, nos dois rios, um resgate de mais de quatro mil cativos. Deram entrada no Pará, escreve ou depõe o referido governante, entre 3.300 e 3.700 escravos, o que assegurou à fazenda local um rendimento bastante apreciável, ao mesmo tempo em que vinha satisfazendo o mercado de braços que os colonos desejavam ver sempre movimentado, isto é, em pleno funcionamento. A fazenda real beneficiou-se, na oportuni-

[1] A ação de Maia da Gama na Amazônia apenas foi aflorada pelos historiadores. Muito ligado aos jesuítas, sofreu a investida dos colonos. Seu governo, no entanto, foi profundamente útil à região. Deve-se-lhe, entre outras realizações, a aclimação do café, trazido da Güiana Francesa, e as primeiras providências visando à sua difusão como empresa econômica.
[2] Acerca desse Estêvão de Albuquerque, há documentação que não o apresenta como um elemento muito respeitável na sociedade paraense da época. No vol. 4 dos *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, Belém, 1905, há um alvará de 30 de maio de 1713, dirigido ao Capitão-General Alexandre de Sousa Freire, advertindo-o porque soltara o referido sertanista-colono, devedor da fazenda real. O Governador soltara-o para que participasse de uma expedição policial no interior, que ele bem conhecia, visando o aprisionamento de criminosos. Soltara-o ainda porque, preso, sendo pobre, jamais ressarciria a fazenda nacional, enquanto que, solto, poderia obter recursos com que efetuar o pagamento da dívida.

dade, com "onse contos e tantos mil reis", pois que cada escravo pagava direitos de três mil reis[3]...

Acerca da entrada de descobrimento, há, porém, além do depoimento do Capitão-General, uma outra peça importante. Trata-se de uma carta régia expedida àquele governante, em conseqüência de exposição que endereçara ao Reino sobre o projeto de penetração do rio. Pela carta referida, que transcrevemos a seguir, tem-se a síntese do que Maia da Gama mandara dizer a S. Majestade, inclusive as razões que o haviam disposto à iniciativa e à conveniência de agir sem mais demora para o descobrimento e para assegurar, com a tranqüilidade ao longo do rio, o domínio português em face de certas desenvolturas do gentio. Mais, verifica-se que o rio era freqüentado por sertanistas que buscavam nele as "drogas do sertão", e nessa aventura alcançavam a região das cachoeiras. Havia a informação da existência de pedras estranhas, que pareciam prata, o que podia ser um convite a mais demoradas penetrações. Já no período anterior do Governador Cristóvão da Costa Freire, o Senhor de Pancas, tentara-se a jornada acima das cachoeiras, mas o gentio local atuara com tal impetuosidade, reagindo, atacando, matando, que um receio geral se apoderara de todos, fazendo interromper de certo modo a conquista que se iniciava. Leiamos, todavia, o que disse o Monarca na clareza dos detalhes contidos na carta régia:

> "Faço saber a vos João Maia da Gama Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, que se vio a conta que me destes em Carta de 15 de Agosto do anno passado de que o Rio dos Tapajós he hum dos milhores que desagoa no Rio das Amazonas, baixando da parte do Sul, e fica dessa Cidade do Pará vinte ou trinta dias de viagem e muito mais perto que outros da mesma parte de que estamos deposse, e fica para ca do Rio da Madeira, que as margens deste Rio são abundantissimas de cravo, o qual setem tirado delle alguas vezes, maz com perigo, e ha noticias de haver nelle minas de ouro e prata, e deste metal se virão já alguas pedras, e se entende que tem muita riqueza, e bastava só a do cravo, e a maior he a do immenso e inumeravel Gentio, e que vos certeficão ser de boa condição e dezejar nosso tracto e amizade, maz que tudo isto impede

[3] Esse depoimento está publicado por Melo Morais em sua *História dos Jesuítas*, vol. 2, pp. 260-1.

à barbara nação que está situada junto as primeiras cachoeiras do dito Rio, acommettendo todas as canoas que vem ou presentem que passarão ou pretendem passar as ditas cachoeiras do tal Rio, e fizerão muitas mortes, e que no tempo do Senhor de Pancas se ajuntarão alguas canoas para tirarem o dito cravo, e sem embargo que o dito General lhes deo algua ajuda vierão sacodidos todos os que forão em cinco ou seis canoas grandes, que se juntarão, maz que ainda trouxerão bastante cravo, porem que desde esse tempo senão atreve ninguem a entrar no dito Rio por causa dos referidos tapuyas bravos, e que quisestes logo no principio do vosso Governo descobrir este rio, porem que vos faltavão os meios, maz que estais sempre com aresulução de ofazer, e que como eu mando que remettaes as amostras da pedra de prata que se diz produz o dito rio, e o Governador da Fortaleza dos Tapajos vol-as não trouxera, dizendo que era precizo grande poder para se hirem buscar, vos resolvereis mandar ao Ouvidor geral tirasse hua devassa das mortes que tinhão feito os ditos Tapuyas, que não querem anossa amizade, nem consentem que atenhamos pelos que ficão pelo rio acima, e tirada que seja amandareis ver pelos Ministros e Prelados, a que toca e se vos achareis com forças e possibilidades, mandareis fazer o tal descobrimento; maz que erão tantas as obrigações que voz ocorrem com avesinhança dos Castilhanos, Francezes e Holandezes, que não sabeis se apodereis fazer, sendo certo que otal descobrimento seria mui uttil, e que supposto q. não sois amigo de dar alvitres que prejudiquem ao bem commum dos meus vassalos, e que he necessario fazer tropa para se lhe desempedir aentrada, e descobrir otal rio, vos parecia que eu reservasse este rio para setirar o cravo delle por conta da Minha Real Fazenda para suprir as grandes despezas desse Estado e do Gentio que por elle se reduzir e se forme uma ou mais Aldeas so para omeu serviço para serem occupadas na colheira do dito cravo que tem orio, e tambem para se tirar alguma couza para acrescentamento dos Soldos ou fardas dos Officiaes e Soldados, o que tudo vos parecera pór na minha Real prezença, Mepareceo dizer-vos que se vio avossa Carta e o que nella se conttem, e que espero me deis conta asim do que constou da devassa que mandastes tirar como do que se asentou na Junta das Missões sobre a guerra destes Indios para se facelitarem estes descobrimentos, e se com efeito mandastes algua tropa desta expedição e no que resposta

aos enteresses que sepodem tirar para aminha real Fazenda na extração do cravo do dito rio emais requezas que nelle se incerrão fazendo-se esta diligencia por minha conta, que nesta parte sou servido não ademettir este voso arbitrio, antes premitir que das ditas conveniencias e descobrimentos se aproveitem os moradores desse Estado, como fazem nos mais a que vão aos sertões por que este caminho poderão não só baixar muitos indios que quererão descer voluntariamente, mas buscar os interesses que se podem esperar do que há no dito rio, e suprir por este meio afalta dos Indios que são necessarios para o seu serviço, e não ficarem sugeiros a execução de minhas leys pordonde lhes prohibo o captiveiro de outros Indios. El Rey nosso Senhor o mandou por João Telles da Sª e Antonio Rodrigues da Costa, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino e sepassou por duas vias. Manoel Gomes da Silva afez em Lisboa Ocidental a 17 de Fevereiro de 1724[4]."

Em 1742, ocorria a grande aventura de Leonardo de Oliveira. A façanha não tinha por via de entrada a boca do rio, porque o sertanista chegava de Mato Grosso. A penetração era, pois, em sentido inverso às que até então se vinham tentando realizar com êxito. Mas, como ocorrera? A pergunta realmente tem todo cabimento. E aqui devemos passar ao registro de certos sucessos que estavam marcando a hora econômica na hinterlândia brasileira, que se desbravava pelo *rush* do ouro na nova fronteira política que se abria nos confins de Mato Grosso.

Passada a fase mais intensa do *rush* do ouro na região de Cuiabá, os mineradores haviam procurado outros *placers*, onde encontrassem o minério cobiçado. Em vez, pois, de permanecerem nos sítios onde se registrara a exploração rendosa, na fronteira com os territórios espanhóis de Mojos e Chiquitos, tinham prosseguido no descobrimento, ao mesmo tempo em que procuravam outros caminhos que os libertassem da perigosa via onde o Paiaguá vigiava e preparava os ataques de surpresa que tantas vidas ceifavam na sua fúria. O mestre de campo Antônio de Almeida Falcão, sorocabano, que se ilustrara em feitos sertanistas da maior envergadura, ao longo da fronteira com os domínios espanhóis, descendente de família de bandeirantes com variados serviços à

[4] A Carta régia está publicada nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 66, 2.ª parte, Rio, 1948, *Livro Grosso do Maranhão*, pp. 194-5.

causa da ampliação da base física de Portugal nos sertões sul-americanos, foi o autor do descobrimento. Estavam a seu lado, na façanha, seu filho José Pais e seu neto Pascoal de Arruda. De Cuiabá e dos distritos vizinhos saiu quem pôde ou teve coragem para a nova empresa mineradora. O Arinos parecia àquela gente um novo Eldorado que era preciso explorar convenientemente, para pôr fim às suas desventuras e restaurar-se nas esperanças de um enriquecimento rápido e seguro. Como escreve Taunay, baseado nos cronistas dos primeiros tempos de Mato Grosso, logo se formou arraial e levantou capela. O arraial logo prosperou. Mas, como sucedera nos outros sítios onde se processara a mineração intensiva, em breve registrava-se um estado de fome geral — ninguém tinha tempo de plantar e os lugares de abastecimento eram distantes. Os preços das mercadorias elevaram-se. Pagou-se por um alqueire de feijão ou de farinha dez oitavas de ouro. Por fim, sucedera o imprevisto — as minas não constituíam o velocino imaginado. O desencanto tomou conta de todos. E o Arinos entrou a perder a sedução dos primeiros dias, abandonado o trabalho de exploração.

Os cronistas do episódio são unânimes no registro daquele desastre. Leia-se o *Anal de Vila Bela*, leia-se Beauropaire Rohan, nos seus *Anais de Mato Grosso*, leia-se Filipe José Nogueira Coelho, nas suas *Memórias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso*, leia-se Joaquim da Costa Siqueira nas *Crônicas de Cuiabá*, leia-se o Barão do Melgaço nos *Apontamentos Cronológicos da Capitania de Mato Grosso*. Nenhum deixou de referir-se à triste ocorrência que, em todo caso, importou no reconhecimento de uma área nova, justamente aquela que se verificaria que era a fonte, a raiz, a nascente do Tapajós. O Arinos entrava para a história dos novos trechos descobertos sem que, todavia, nesses períodos iniciais, se soubesse o que ele representava como ligação com a Amazônia. Essa ligação ia ser desvendada com o feito de Leonardo de Oliveira. O descritivo dessa viagem é uma das peças interessantes da literatura que se escreveu acerca da penetração dos sertões brasileiros no período colonial, literatura, diga-se de passagem, que ainda não foi devidamente considerada para o livro que reunisse tais descritivos, para com eles compor o grande quadro histórico-geográfico do descobrimento de nossos espaços interiores, relatado pelos que o realizaram.

O descritivo a que nos referimos está em Évora, cujo catálogo de manuscritos Cunha Rivara levantou. Das páginas do famoso *Catálogo da Biblioteca Eborense*, Lisboa, 1850, consta a existência da seguinte peça manuscrita — *Breve Notícia do Rio Ta-*

*pajós, cujas Cabeceiras, Último, se Descobriram no Ano de 1742 por uns Sertanejos ou Mineiros de Mato Grosso, dos quais era Cabo Leonardo de Oliveira, Homem Bem Conhecido, e dos Mais Experimentados dos Sertões das Minas.* A *Breve Notícia*, segundo o mesmo *Catálogo*, é da autoria do jesuíta Manoel Ferreira, que o redigiu a 14 de agosto de 1751 e remeteu ao Provincial da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão e Grão-Pará, padre Bento da Fonseca, que tinha um interesse sempre muito vivo pelos assuntos geográficos e históricos do território onde exercia a sua atividade religiosa e de que se fez um profundo conhecedor.

Não dispomos, no entanto, da peça, que continua inédita em Évora, e seguramente há de ministrar uma série de informações, sejam aquelas referentes à viagem em si, nos seus aspectos mais curiosos, seja no que diz respeito aos que a realizaram, sítios descobertos, objetivo da operação. Ter-se-á, nas páginas do documento, um retrato dos primeiros contactos havidos pelos sertanistas mato-grossenses com as realidades do Tapajós, que dessa forma perderia o caráter misterioso que o revestia.

Em nosso livro sobre *Paulistas na Amazônia e Outros Ensaios*, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro divulgou em sua revista, vol. 175[5], fizemos o registro seco a respeito, na base desses escassos elementos de que dispúnhamos. Posteriormente, Afonso de Taunay, no tomo VIII de sua *História Geral das Bandeiras Paulistas*, referiu-se à entrada, sem maiores detalhes, firmado no que escrevemos.

Pelo que se pode inferir das indicações constantes do documento, fica-se no conhecimento de que Leonardo de Oliveira era homem experimentado na região das minas mato-grossenses e pretendera ter descoberto as cabeceiras do grande curso fluvial. Seguramente fornecera as informações ao jesuíta, que as inscrevera na memória elaborada para uso de Bento da Fonseca[6].

Poucos anos depois, isto é, em 1747, outro sertanista vindo das minas, João de Sousa de Azevedo, circulou pelo Tapajós, baixando por suas águas em demanda do Amazonas. Seria um continuador da aventura de Leonardo de Oliveira. Teria seguido o mesmo caminho do outro?

[5] Desse trabalho foi feita separata. Rio, 1941.

[6] João Lúcio de Azevedo, em seu livro "Os Jesuítas no Grão-Pará", Lisboa, 1930, p. 271, adianta acerca da entrada de Leonardo que ele gastara quatro meses entre Mato Grosso e o Tapajós. Afirma-o baseado na leitura da *Notícia*, do padre Manoel Ferreira.

Dessa penetração, temos elementos mais fáceis de verificação. Esses elementos são os seguintes: *Notícia da Viagem de João de Sousa de Azevedo (pelos rios Jauru, Paraguai, Arinos e outros) 1747-1747*; e *Memória sobre o Tapajós, Seguida da Notícia da Viagem do Sargento-Mor João de Sousa de Azevedo*. Essas notícias guardam-se na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional e foram indicadas no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, em que figuraram com a indicação de que seriam, a primeira, cópia do século XVIII e, a segunda, cópia moderna. Essas peças vão insertas no documentário deste volume. Outra fonte é a *Breve Informação Que Dá João de Sousa de Azevedo ao General do Estado do Maranhão, do Descobrimento das Minas de Santa Isabel no Rio Arinos*. Tal informação não está, como as outras, no Rio de Janeiro, mas na Biblioteca de Évora. E seguramente dela, como depoimento de bandeirante, constarão detalhes, talvez de natureza reservada, pois era do tempo obterem-se esses pronunciamentos com aquele caráter, para evitar que os concorrentes estrangeiros, no caso particular os espanhóis confiantes, se esclarecessem principalmente dos caminhos de acesso às zonas de mineração.

Examinemos, porém, com a documentação que possuímos, o que foi realmente a aventura de João de Sousa. Comecemos pelo registro que dela fez João Severiano da Fonseca, firmado no próprio depoimento de João de Sousa. Segundo a *Viagem em Redor do Brasil*, João de Sousa, que possuía fazenda no Jauru, portanto na bacia do Paraguai, partindo dali, a quatro de agosto de 1746, em seis canoas, tripuladas por 58 pessoas, incluindo 32 escravos, subiu as águas do Paraguai, passou ao Sipotuba, varou por terra para alcançar o Sumidouro até o Arinos e por este atingiu o Tapajós. Desceu-o, chegando a 14 de fevereiro à missão jesuítica de São José, que foi posteriormente o lugar de Pinhel, e depois de breve descanso continuou até o Amazonas, que viajou alcançando Belém em julho de 1747. Ligara, com a façanha, verdadeiramente empolgante, as bacias do Prata e Amazonas. Cabe-lhe essa glória, nunca dantes vislumbrada. E realizada com o transporte por terra das canoas em que embarcara, do Sipotuba para o Sumidouro... Em Belém, a 26 de agosto, perante o Capitão-General Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, na *Breve Informação que dá João de Sousa de Azevedo ao General do Estado do Maranhão, do Descobrimento das Minas de Santa Isabel no Rio Arinos*, apresentara os esclarecimentos exigidos. Adiantara que fizera, entre outros, o descobrimento de minas de ouro, localizadas na bacia do rio das Três Barras. De posse daqueles

dados, a referida autoridade apressara-se a comunicar o fato auspicioso ao Reino. Dirigia-se a D. João V, a 26 de setembro de 1747. Em resposta datada de nove de julho do ano seguinte, vieram instruções acerca da política que deveria aplicar na defesa dos interesses de Sua Majestade.

Nessas instruções, Sua Majestade determinava que houvesse rigorosa vigilância a fim de evitar que a nova via fosse utilizada para as relações comerciais com Mato Grosso. O Capitão-General já determinara que na fortaleza dos Tapajós fosse feita a vistoria das embarcações que subiam o rio na época das "drogas". O rio já era, então, freqüentado para a colheita principalmente de cravo. As canoas da Companhia de Jesus navegavam-no no rendoso negócio. O Monarca, aprovando as providências de seu delegado no Estado, ordenou que se respeitasse a legislação anterior, que proibia aqueles entendimentos mercantis[7].

João de Sousa de Azevedo, que realizara a façanha, era negociante em Itu. Em Mato Grosso, entregara-se ao comércio do sal. Regressando à região do ouro, devidamente autorizado, preferira subir o Madeira, tornando-se, daí por diante, o maior conhecedor daquele caminho e autoridade nos assuntos referentes àquela fronteira com os domínios espanhóis. Sua história é interessante. Porque, com o passar dos anos, seus conhecimentos serviram aos interesses do próprio Estado, que lhe buscou os conselhos, as advertências, as informações precisas e preciosas, através das quais orientou muito de suas decisões em matéria de fixação dos limites com os territórios vizinhos espanhóis[8].

A viagem que realizara pelo Arinos-Tapajós fora, seguramente, uma aventura das mais arrojadas. Os mistérios que cercavam a imensa bacia do afluente do Amazonas tinham seu termo. E a literatura que se começou a escrever acerca de sua navegabilidade, suas características, sobre a zona de cachoeiras que lhe embaraçavam a navegação, suas populações indígenas além das cachoeiras, riquezas que poderiam encontrar-se ao longo de suas margens, evidentemente resultava da grande viagem de descobri-

[7] Cf. o capítulo pertinente, pp. 233-5, do livro de nossa autoria *Paulistas na Amazônia e Outros Ensaios,* Rio, 1941.

[8] Sobre a atuação de Sousa de Azevedo, além do que a respeito escrevemos em nosso citado trabalho acerca dos paulistas, também os detalhes no tomo segundo do livro *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. A Fronteira com as Colônias Espanholas,* Rio, 1949. Virgílio Correia Filho igualmente examinou essa atuação à luz de documentação inédita, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* vol. 1, p. 179.

mento. João de Sousa, superando o precursor Leonardo de Oliveira, este por muito tempo ignorado na entrada realizada, era o revelador de todo aquele mundo novo que se abria ao interesse e à atividade econômica dos sertanistas, dos colonos, das autoridades, voltadas, por instruções de Lisboa, para a identificação de quanto pudesse significar riqueza vegetal ou mesmo mineral.

João de Sousa adiantara que na viagem encontrara ouro no Três Barras. Até onde seria exata a sua informação? A notícia da existência de minas na Região Amazônica de quando em vez circulava, pondo em reboliço a pacata sociedade local. E esses minérios eram um constante logro. Não passavam de noticiário vago, impreciso, mentiroso. A riqueza regional estava na floresta imensa e farta em "drogas", de procura certa nos mercados portugueses que as exportavam para os centros de consumo europeus.

Em 1753, todavia, apresentou-se ao Governador Mendonça Furtado e ao Bispo D. Frei Miguel de Bulhões, que nas ausências e impedimento do Capitão-General assumia a direção da coisa pública, um baiano de nome Antônio Vilela do Amaral. Dizendo-se descobridor de minas, ele mesmo ourives de profissão, afirmou que em um pequeno afluente do Tapajós encontrara uma peça que continha prata. Submetido à prova, um ourives local fundiu "hum pedaço sem a pesarem", e fazendo com a fundação seus tostões de despesa, tiraram somente "meya outava de Prata"[9]. Em face do que se apurava, Mendonça Furtado decidiu enviar o descobridor e as pedras descobertas para Lisboa, a fim de ali proceder-se a uma análise mais demorada e exata. O baiano, pronto o barco em que deveria dirigir-se à metrópole reinol, alegou doença grave. O Governador nem por isso se deu por achado. E na posse da pedra, remeteu-a a Diogo de Mendonça Corte Real, que dirigia os negócios do ultramar[10].

Seu substituto, o Bispo D. Frei Miguel, possivelmente em face de instruções especiais vindas de Lisboa, tomou as providências que visavam acautelar os interesses do Estado. Por ordem sua, a 11 de janeiro de 1755, o desembargador João da Cruz Diniz Pinheiro, que exercia a Ouvidoria e a Corregedoria da Capitania do Pará, tomava posse da mina para a Coroa, no igarapé Tapacará, "em uma enseada que fez o mesmo rio um dia de viagem com pouca diferença distante da cachoeira grande do dito rio".

9 Cf. Carta de Mendonça Furtado para Diogo de Mendonça Furtado, de 16 de outubro de 1753, *in Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, tomo 2, pp. 62-3, Belém, 1902.

10 Carta de 24 de novembro de 1753, *Anais*, citados, p. 104.

Tomava posse "em razão do domínio absoluto que tem neste Estado: em suas conquistas"[11]. A exploração do veio, se é que ele existia, jamais foi efetuada. Ficou no descobrimento. Como aquele ouro do Três Barras. Possivelmente, tanto uma como outra não seriam veios capazes de provocar um *rush* como os que se haviam registrado nas Minas Gerais, em Mato Grosso e Goiás.

A exploração do rio, na colheita da "droga", prosseguiu. Como, apesar das ordens em contrário, o relacionamento através de suas águas com os distritos mineiros de Mato Grosso. Esse relacionamento mercantil não apresentou um rendimento sensacional. As cachoeiras eram um entrave. De outro lado, a onda povoadora na Capitania vizinha caminhava em direção ao Madeira-Mamoré-Guaporé. O caminho mais fácil, mais natural, mais direto, mais atraente, como conseqüência, não era o que o Tapajós representava, mas o Madeira — também encachoeirado, é certo, todavia, interessando mais vivamente porque representava fronteira com a área interior espanhola, que era preciso vigiar constante e ativamente. Data de 1750 a *Breve Notícia do Tapajós*, que se guarda na seção de manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. De pouco antes, isto é, de 1747, era uma outra memória sobre o rio, também existente naquela associação cultural especializada, intitulada *Descripção do Madeira e Tapajós*, portanto mais ampla, visto que compreendia também o outro curso dágua. Em ambas as memórias, o descritivo é pouco minucioso. O que nelas se registrava, evidentemente, é uma conseqüência daqueles contatos constantes que os sertanistas e os missionários vinham tendo, seja na façanha da coleta das "drogas", seja nas tarefas de catequese das multidões indígenas. Quem as teria escrito? Não trazem assinatura. Guardam-se na seção de manuscritos da Biblioteca de Évora, onde foram copiadas, por ordem do Imperador Pedro II, para o Instituto[12]. No Catálogo daquela preciosa Biblioteca, inventariada por Cunha Rivera, consta a existência de outras memórias sobre o Tapajós e o Arinos, sem que em qualquer delas se faça menção do autor. O rio Tapajós, como o Madeira, estariam na mira dos sertanistas.

Os religiosos da Companhia, por dever de ofício e por curiosidade científica, procederam também ao levantamento do rio até a região das cachoeiras. E ouvindo os sertanistas que se arriscavam na façanha da travessia dos obstáculos de pedra, elaboraram

11 Cf. *Paulistas na Amazônia*, p. 232.
12 Vol. IX da referida coleção.

informações que se consubstanciaram principalmente no que escreveu o padre Bento da Fonseca, o grande geógrafo da Companhia no extremo-norte. A *Descripção Geográfica do Maranhão e de Alguns Rios, assim Pertencentes à Capitania do Maranhão, como do Célebre Rio das Amazonas, Rios que neste se Metem, e Nações, de Que São Povoados*, de autoria do ilustre membro da Companhia, é a memória que completa os levantamentos de ordem histórica que Domingos de Araújo, Jacinto de Carvalho, João Daniel, Felipe de Bettendorf e José de Morais escreveram[13]. E nela, o descritivo do Tapajós se faz com detalhes até então não registrados. Outra *Descripção Geográfica do Famoso Rio das Amazonas, com as Missões que nella Fundarão os Padres da Companhia, e dos Maiores Rios que nella Desembocão até a Fortaleza do Gurupá*, de autor ignorado, mostra, igualmente, um vasto informe sobre o rio[14].

Esse descritivo iria ser ampliado com os esclarecimentos apurados em viagens que não cessavam de realizar-se, por Ricardo Franco de Almeida Franco e Antônio Pires da Silva Pontes, os dois eminentes homens de ciência que estavam fazendo a Amazônia e Mato Grosso como servidores do Estado na empresa de demarcação de suas fronteiras com os distritos espanhóis. São do primeiro a *Memória sobre o Tapajós* e a *Navegação do Rio Tapajós para o Pará*; do segundo, o *Diário da Diligência do Reconhecimento das Cabeceiras Sararé, Guaporé, Tapajós e Jauru, Que se Achão Todos Debaixo do Mesmo Paralelo na Serra dos Parecis, em Dezembro de 1789*. Em todas essas peças geográficas, a informação é preciosa. Há nelas detalhes novos que são fruto do que apuraram os dois demarcadores, seja pelo que foram apurando na base do depoimento de velhos sertanistas, seja pelo que verificaram diretamente através de seus trabalhos de campo[15].

13 Pouco dessa literatura jesuítica já foi publicado. O livro do padre João Daniel, por exemplo, fundamental para o conhecimento da realidade sociográfica e econômica da região, é fonte preciosíssima de que apenas duas partes foram divulgadas. Nele, como nos outros trabalhos dos autores acima referidos, o descritivo do Tapajós vale como um quadro dos conhecimentos que se possuíam acerca do rio.

14 Essa descrição, de autor ignorado, foi divulgada por Melo Morais, na *Chorografia Historica do Império do Brasil*, tomo III, Rio, 1859, e na *História dos Jesuitas*, do mesmo autor, tomo I, Rio, 1872.

15 Esses trabalhos de Silva Pontes e Ricardo Franco guardam-se na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional e na do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O referente à navegação do Tapajós, de Ricardo Franco, foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 1, Rio, 1847.

Sob o governo de Sousa Coutinho, recolheram-se informações acerca da navegabilidade dos grandes rios da Província. O Capitão-General estava interessado no conhecimento objetivo do Estado que administrava. Em seu pragmatismo de governo, entendia que era básico possuir todos os elementos necessários ao equacionamento de seus planos de valorização regional. E, entre esses elementos fundamentais, os que se referiam às características fisiográficas. As ligações francas e constantes com os territórios das Capitanias vizinhas pareciam-lhe essenciais para o desenvolvimento daquela área do Brasil interior. Ora, o Tapajós constituía uma dessas vias importantes que deviam ser utilizadas. Os dados, que fez reunir e mais de uma vez comunicou ao Reino para sustentação de seus planos de ação, constam da *Memória de Algumas Notícias Antigas e Inéditas sobre a Navegação dos Rios das Amazonas, Negro, Madeira, Tapajós e Tocantins*, toda cheia de interesse e importância, que se guarda na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional[16]. Nessa *Memória* estão as indicações mais completas que foi possível obter sobre o Tapajós, como sobre os outros rios mencionados. As viagens eram difíceis e de certo modo desencorajadoras.

De parte de Mato Grosso, a especulação para o acesso ao Tapajós como caminho para a Amazônia, e por essa com a metrópole peninsular, não era menor. Os Capitães-Generais daquela Capitania não ignoravam a importância do problema e desejavam escapar ao Madeira, cuja navegação se operava por entre tremendos riscos. A idéia de que essa mesma navegação, realizada pelo Tapajós, diminuía os riscos, estava arraigada. Em 1812, organizou-se em Cuiabá uma expedição que deveria estabelecer essas comunicações através de um amplo inventário preliminar de sua possibilidade e perspectivas. Os Capitães Antônio Tomé de França e Miguel João de Castro foram incumbidos da operação. O descritivo da viagem está publicado nas páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, sob a denominação "Abertura das Comunicações com Mato Grosso". Por ela verifica-se que os dois oficiais partiram do rio Preto, "5 léguas distante do arraial de Paraguay, Diamantino, a 14 de Setembro". A expedição compunha-se de 72 pessoas, das quais oito brancos, 57 camaradas de serviço e sete escravos, que viajavam numa canoa

16 Consta do Catálogo da Exposição de História do Brasil, sob o n.º 120. Sousa Coutinho recolheu informações interessantíssimas sobre a Bacia Amazônica e suas peculiaridades. No Arquivo Público do Pará, há abundantíssimo documentário a respeito.

grande e em sete batelões. A viagem foi áspera. As dificuldades da navegação, os embaraços das cachoeiras de certo modo pareciam desanimar os dois arrojados sertanistas. A 27 de novembro chegavam a Santarém, que lhes apareceu como "villa maior do sertão do qual é considerada como capital". Nela encontraram "muitos homens estabelecidos com bastante escravatura, que empregam na plantação do cacao". Havia aí ainda muitos outros comerciantes que faziam o giro comercial embarcados, visitando um largo distrito. Eram os "regatões". A 5 de janeiro aportavam a Belém, de onde regressavam a 8 de março de 1813. A viagem somara 82 dias[17].

O caminho estava aberto. E de Mato Grosso lançaram-se outros corajosos mercadores e sertanistas à empresa de navegarem o rio, num esforço memorável para tornar uma realidade o relacionamento comercial entre as duas grandes áreas do Brasil através do Tapajós, e não apenas do Madeira, como vinha ocorrendo[18]. Do Pará, por seu lado, igualmente, se verificou um esforço apreciável para manter abertas essas comunicações. As dificuldades encontradas não desencorajavam. Um certo Tenente Antônio Peixoto de Azevedo, que saíra de Santarém com seis canoas, perdera a primeira na cachoeira do Maranhão, outra no baixo de Arari. Acabando-se os mantimentos e adoecendo a maioria dos companheiros, regressara ao ponto de partida para refazer-se, voltando com a decisão inicial e prosseguindo na viagem com o mais absoluto êxito. Eram constantes os episódios desse tipo. O estudo do Tapajós não ficou restrito, porém, a essa investigação de campo que realizavam os sertanistas por determinação oficial ou por iniciativa própria, no afã de abrir e manter comunicação entre as duas áreas da hinterlândia. Certos mistérios que envolviam o rio, como o problema de suas populações nativas e as dificuldades criadas pelas cachoeiras, a imensidade da bacia hidrográfica, despertavam a curiosidade e o interesse mais agudo de homens de ciência. A Amazônia estava nascendo para a curiosidade da ciência européia. Nela poderiam ser respondidas dúvidas que dividiam os círculos técnicos, como seria assegurada a fama dos que desvendassem as características mais ponderáveis daquele espaço ignorado. Fechado à curiosidade universal até a Independência, era

[17] Tomo XXXI, Rio, 1846.

[18] Na memória intitulada "Memória da Nova Navegação do Arinos até a Villa de Santarém, Estado do Grão-Pará", publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo XIX, Rio, 1898, há um registro minucioso de todos quantos se arriscaram à grande empresa.

natural que despertasse esse movimento. E o Tapajós figurava entre os mil motivos a serem devidamente examinados e revelados. Num balanço compreensivo do que aqueles pioneiros tinham realizado, o saldo lhes era favorável. Os homens de ciência, como mais adiante veremos, iriam conseguir informações menos apressadas e assinalar novos aspectos regionais, compondo um quadro mais realístico que completaria o dos pioneiros.

# Graduada na Condição de Vila, Constitui Capítulo do Consulado Pombalino

Francisco Xavier de Mendonça Furtado veio governar a Amazônia em 1751. Era irmão do futuro Marquês de Pombal. Trazia instruções públicas e secretas a respeito de seu comportamento na administração, ou antes, a propósito da nova política que o governo desejava executar na região, integrando-a melhor no desenvolvimento material do ultramar. Até onde a interferência de Sebastião José de Carvalho e Melo existiu nessas instruções, pouco sabemos. Talvez até nenhuma interferência tenha ocorrido, e isso porque elas teriam sido expedidas antes de lhe caber a posição de comando da coisa pública portuguesa. Não importa. O que é positivo é que essas instruções significavam uma orientação nova, orientação que vinha sendo esboçada há cerca de 20 anos através de medidas isoladas, mas de algum rendimento ponderável, e agora se consubstanciava num plano de maior envergadura, a ser executado com decisão e as correções e ampliações que a experiência fosse indicando.

Como já afirmei em outro estudo, aquele ar aventureiro de vida que havia presidido até então à evolução regional precisava ser mudado[1]. A Amazônia devia passar a ser uma área útil à vida

1 Cf. *Estadistas Portugueses na Amazônia*, p. 55, Rio, 1948.

do Império, humanizada, descoberta, possuída realmente, incentivada e transformada em suas condições existenciais.

Mendonça Furtado, para pôr em ordem o que encontrou errado e cumprir o que lhe fora determinado, teve de enfrentar dificuldades de toda sorte. Era um homem voluntarioso. Não sabia ceder a qualquer argumento ou a qualquer oposição. Entendia o uso do poder nos últimos extremos. Uma ordem que baixasse, uma interpretação que desse a texto de carta régia ou de alvará de mera resolução do Conselho Ultramarino, devia ser cumprida sem demora e sem maiores reflexões. Exigia submissão. Mas tinha, em meio a essa incompreensão imediatista e rigorosa da coisa pública, um desejo ardente do mundo novo que refletisse a capacidade portuguesa e importasse na mudança radical do sistema de vida que se vivia. Os problemas que encontrou e procurou resolver eram realmente problemas que exigiam soluções serenas e às vezes soluções drásticas, reveladoras da posse do poder por quem tinha noção exata do que era governar sem receios e sob respeito. Nesse particular, Mendonça Furtado revelou-se um homem de Estado. Em nenhum momento permitiu que se menosprezassem o prestígio e a dignidade do cargo, da função que exercia[2].

No tocante à situação do interior do imenso território do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em contacto com ele pelas viagens que realizou, foi compreendendo que se impunha uma política realista de ocupação imediata pela integração desse mesmo interior ao quadro político ultramarino. Até então, o que havia, ao longo do Amazonas e seus tributários sob soberania portuguesa, era muito pouco — aldeias confiadas a ordens religiosas, feitorias de sertanistas e algumas praças militares de pouca eficiência. As feitorias eram estabelecimentos precaríssimos, provisórios, abertos e mantidos nas horas necessárias para a movimentação da economia de coleta florestal e de pesca e salga da mercadoria extraída das águas. Aquelas, as aldeias missionárias, significando mais ligação com o meio, dando a impressão de permanência, valiam, todavia, como organismos estranhos, isolados, distantes, que não participavam de uma política que visasse criar uma seiva diferente, representada na presença de uma sociedade politizada. Nos aldeamentos fazia-se uma vida serena, mansa, sem ambições,

[2] Além do que escrevemos naquele livro antes citado, fizemos uma síntese do período pombalino no extremo norte no ensaio intitulado "O Ciclo Pombalino na Amazônia", que constitui capítulo de meu livro *Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazônia,* Manaus, 1966.

numa quietude que não lhe parecia representar integração política. Daí a suspeita que Mendonça Furtado começou a alimentar de que tudo aquilo era a conseqüência ou a exteriorização perigosa de um plano de transformação do espaço sul-americano numa ordem política desligada de qualquer obediência ou vassalagem às mães-pátria peninsulares. Seria exato? Haveria, realmente, aquele propósito escondido, oculto? Estar-se-ia preparando vagarosa e seguramente uma teocratização em grande estilo da Amazônia e de outras regiões do Novo Mundo?

Mendonça Furtado agarrou-se à idéia, que se lhe tornou uma verdadeira obsessão. E na base do que pensava, tudo quanto foi verificando, apurando, pareceu elemento probante da tese ardilosa que engendrou. Era preciso, pois, opor alguma resistência ao plano em marcha. Na correspondência que manteve com o irmão, surpreende-se a todo momento esse estado d'alma que o atormentava e que o levava a imaginar perigos e soluções rápidas e de longo alcance. Uma delas foi aquela de intervir nos aldeamentos, pondo fim ao estilo de vida autônomo que dominava neles. As autoridades religiosas, representadas nos Bispos do Pará, vinham afirmando a existência de uma independência que lhes parecia prejudicial à própria disciplina espiritual que devia presidir a tudo. Eram, portanto, vozes que aplaudiam as decisões de Mendonça Furtado, como eram fontes preciosas de que ele próprio se valia para os seus argumentos negativos.

Mas a simples interferência, através das visitas que fazia, das ordens que expedia aos superiores das comunidades religiosas que operavam pelo interior, não lhe pareceu suficiente. Porque suspeitava que essas ordens não eram obedecidas com o rigor, a intensidade e a continuidade desejada ou esperada, ou ainda necessária. Impunha-se uma orientação política mais penetrante, que só poderia ter rendimento com a presença da autoridade civil ou com o aproveitamento do próprio elemento nativo para a sua ascensão política, o que importava em se desprender da tutela da autoridade missionária. As aldeias deviam ser vilas ou povoados. Haveria conveniência, pois, em as guardar em nova condição administrativa e social, assegurando a politização das populações gentias e a imposição da soberania portuguesa nos trechos mais distantes do sertão. Em seus planos, o Governador imaginara um vasto programa de criação de núcleos urbanos, que cobririam todo o território do Estado. No Tapajós seria localizado um desses núcleos.

Quando, por isso, em 1755, foi ao rio Madeira, à aldeia do Trocano, para cumprir a carta régia de três de março que a

elevara àquela condição, evidentemente ia começar a sua experiência de politização da humanidade local. E nas instruções que baixou ao oficial que ficou dirigindo o posto militar para o socorro às expedições que se dirigiam a Mato Grosso ou de lá vinham procurando Belém, riscou as linhas centrais do diploma que seria posteriormente expedido pelo Rei D. José, e conhecido pela denominação de "Regimento do Diretório", que consubstanciava todo o vasto programa de ascensão cultural do gentio nas novas graduações que se lhes conferia.

Borba a Nova, que substituiu assim à aldeia missionária de Trocano, não foi um ato isolado ou uma inovação que tivesse ficado sem continuação. Porque na verdade, devidamente autorizado pela carta régia de seis de junho de 1755, Mendonça Furtado, quando, em 1758, voltou a subir o Amazonas para atingir o rio Negro, onde esperava encontrar-se com os demarcadores espanhóis encarregados, como ele e seus companheiros civis e militares, de traçar no terreno os limites concertados no ato diplomático de Madri, foi praticando novos atos de elevação dos aldeamentos à categoria de vilas e povoados.

A aldeia do Tapajós fora visitada por ele na sua primeira viagem, isto é, em 1754. A ela se referiu em sua correspondência com o irmão nestes termos:

> "he esta Fortaleza situada na Fôs do Tapajôs ejunto aella estâ huma'populosa Aldeya de administraçam dos religiosos da Comp.ª de que hê Minsionario o P. Joaquim de Carvalho, aqual hê bastantem.e aprazivel perserfundada em hua'formoza praya deareya[3]."

Nesta segunda viagem, Mendonça Furtado, vindo de Monte Alegre, desembarcou na aldeia a quatro de março. Demorou-se pouco. Subiu o Tapajós. Criou as vilas de Alter do Chão e Boim. Voltando à missão, elevou-a a vila. Sua prosperidade, constatada na visita anterior, assegurava-lhe a situação nova. Outros núcleos menos prósperos subiam apenas à posição de povoados. Mendonça Furtado, como se verifica de sua carta de 13 de junho de 1757, a Tomé Joaquim da Costa Corte Real, que dirigia os negócios do ultramar português, na mudança que realizava não se

[3] Publicamos essa carta em nosso livro *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. A Fronteira com os Domínios Espanhóis*, p. 282, Rio, 1948.

tinha apenas àquele ato político de alta expressão. Sua preocupação por que a região se integrasse definitivamente no Império ia a extremos. Horrorizava-o que se falasse copiosamente a linguagem dos indígenas. Devia-se perdê-la. Não se podia compreender que vilas e povoados de um distrito do Império Português fossem denominadas de modo estranho. Aos nomes gentílicos, sucedessem nomes portugueses de boa cepa[4]. A aldeia dos Tapajós recebeu o de Santarém, cidade da Extremadura[5].

Sabe-se o acontecimento pela própria palavra do Capitão-General, na carta que dirigiu de Barcelos, a 4 de julho de 1758, à Corte Real, constante do Códice 259, sob o título "Correspondência Official do Governador do Grão Pará, 1752-1777", existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Escreveu Mendonça Furtado: "Saindo pois da dita Villa [Pinhel] no dia 10 vim pelo rio abaixo, a buscar outraves a aldêia dos Tapajoz aqual cheguei a 12 e a 14 erigi esta Povoação em Villa com o nome de Santarem e feitas as justiças e outras deligências que me parecerão convenientes a bem daquelle estabelecimento: sahi de dita villa a 16 do dito mez[6]."

Mendonça Furtado, na oportunidade, se fazia acompanhar do Ouvidor-Geral do Estado, o Dr. Pascoal Moreira Abranches, que seguia para proceder a inquérito, no rio Negro, relativo ao pronunciamento da guarnição. O Capitão-General, para que o ato se revestisse da solenidade que desejava ver bem compreendida na importância que a singularizava, aproveitava o ensejo e com aquela autoridade judiciária fazia reunir, na praça principal do aldeamento, a população indígena e perante ela declarava o lugar graduado na condição de vila. No meio da praça levantava-se, de madeira tosca tirada à floresta circundante, o símbolo das franquias municipais, o pelourinho. Davam-se vivas ao Soberano. E a seguir, procedia-se à escolha dos que deviam, na qualidade de vereadores, servir no Conselho. Os edis, representando a von-

[4] A propósito, nosso ensaio *A Imposição da Língua Portuguesa na Amazônia*, Lisboa, 1959.

[5] Mendonça Furtado, em correspondência datada de 13-6-57, com Tomé Joaquim da Costa Corte Real, comunicou-lhe a decisão de dar os nomes portugueses às vilas e povoados, explicando que os buscara aos dos núcleos urbanos da Real Casa de Bragança das terras da Rainha, do Infantado, da Ordem de Cristo, Cf. *Anais da Biblioteca e Arquivo do Pará*, tomo 5, pp. 231-2, Belém, 1906.

[6] Essa carta já fora divulgada por Furtado de Belém no livro *Limites Orientaes do Estado do Amazonas*, Manaus, 1912. Sucede, porém, que o texto do Instituto é mais exato, pelo que o preferimos.

tade soberana da população do burgo, dada a raridade do elemento reinol ou mesmo mestiço, uma vez que nas aldeias os missionários não permitiam a permanência ou sequer a presença mais demorada de qualquer elemento não-indígena, eram recrutados ou escolhidos, para usar a terminologia da época, entre esses próprios filhos da selva, agora elevados ao posto político[7].

O cerimonial, que fora sendo executado em todos os aldeamentos elevados a vila, seguramente não deixou de ser cumprido no Tapajós. Se aquela aldeia era das mais prósperas e nela, lembremos, o Monarca pensara em criar e fazer funcionar um colégio!

Os primeiros vereadores, segundo a verificação de Palma Muniz, foram Paulo de Azevedo e Brito e André Antônio de Siqueira, como juízes ordinários; Manoel Correia Picanço, Domingos Jorge Furtado e José de Sousa e Silva, como oficiais; e Domingos Rabelo, na qualidade de procurador.

O mesmo historiador procedeu a um levantamento da vida edílica de Santarém nos dias que se seguiram, através dos nomes que integraram o Conselho. Registra ele:

> *"Continuaram os mesmos em 1759, havendo na sessão da Camara, de 29 de Dezembro dêsse mesmo ano, officiado ao governador do Estado, pedindo que, em vista da 'suma pobreza em que estava a Camara, por moderna e não ter nem rendas que possão receber', fosse mandada passar 'carta de datta de huã legoa de rialengos para a villa fazendo pião no pelourinho para sima meya legoa e outra meya para baixo, com huma para dentro'. (Off. de 29 de Dezembro de 1759. Ms. do Arch. Publ. do Pará).*
>
> *Em 1760 o Senado da Camara esteve representado pelo juiz ordinario Manoel Corrêa Picanço, e pelos vereadores, Joachim da Costa Pedreira, Damião de Lacerda e Manoel José Goes Nogueira.*
>
> *Fizeram parte do Senado em 1761 Manoel João Baptista, Ignácio de Souza e Sylva, Matheus da Fonseca, Jacob Henrique e C. Francisco Lopes.*
>
> *Constituiram o Senado da Camara, em 1762, Domingos Rabello, Manoel João Baptista, João Pais Pedroso, D. Matheus*

[7] A escolha dos próprios elementos indígenas para integrar o corpo de vereadores e demais membros da corporação municipal estava nos propósitos do Capitão-General para demonstração de que eles se encontravam em condições de politização absoluta.

*da Fonseca e E. Serrão Lopes. Em 1762 era capellão da tropa Dr. João Baptista do Pará.*

*Segundo manuscripto existente no Archivo Publico do Estado do Pará, em 1766, era director do indios na villa de Santarem, o tenente Henrique José de Vasconcellos, que constinuou até 1769, sendo em principios de 1770 o cargo occupado por Pedro Maciel Parente.*

*No anno de 1776 teve logar a inauguração de uma olaria official na villa, com capacidade para 2.000 telhas e 400 potes. Nesse anno as cotações de venda dos productores ceramicos desse estabelecimento eram de 3$000 por milheiro de telha, 2$400 por milheiro de tijollos e 80 reis o pote.*

*Naquelle anno, diz o relatorio acima indicado, que a igreja da villa era coberta de telha e asseada, servindo como vigario um clérigo que fora jesuita.*

*Em 1767, juiz ordinário, Matheus da Fonseca, vereadores, Joaquim Souza, Domingos Jorge e Domingos Rabello, e procurador, Manoel Teyxeira.*

*Como juizes ordinarios, em 1768, serviriam Domingos Rabello e o capitão Domingos George Furtado.*

*Em 1769, juiz ordinario, Paulo de Azevedo e Brito, vereadores Joaquim da Costa Pereira Cabeçudo, Santhiago da Fonseca e Damião da Serra, e, procurador, Gregorio Jacob da M. Reis.*

*Serviu como juiz ordinario em 1770 Lourenço Ferreira Gonçalves, e como director da villa Pedro Maciel Parente.*

*De 1773 a 1775 occupou o cargo de director da villa o sargento-mór José Pedro da Costa Souto Mayor, substituido em 1776 por Manoel Antonio da Costa Souto Mayor, que, em 1777, cedeu o logar a João da Gama Lobo.*

*Nesta ultima direcção, a estatistica official dos indios, na villa, apresentou as cifras, 176 indios, 228 indias, 161 rapazes e 172 raparigas, no total de 737.*

*Fizeram parte do Senado da Camara, em 1803, Manoel Joaquim Bentes, José Joaquim Dias Leão e Jacinto José de Figueredo.*

*Como juizes ordinarios serviram, em 1804, Paulo José Vicente Pereira, e, em 1805, Francisco Ferreira da Silva.*

*Em 1811 o Senado contou como membros José Luiz Coelho, Francisco José F. dos Reys, Zeferino José Xavier, Domingos Corrêa Picanço e José Roiz dos Santos.*

*Em 1819, era juiz ordinario Antonio da Silva Barreto, e vereadores, Joaquim Dias Leão, Manoel Bernardo de Araujo e Manoel Joaquim da Silva Guimarães.*

*Em 1820, juiz, José Rodrigues dos Santos, vereadores, Antonio José Lobato, Manoel Antonio da Costa Souto Mayor, José Antônio Ferreira e João Antonio Pinto Cotta*[8]."

A evolução de Santarém no decorrer do período colonial não apresentou aspectos que a distinguissem dos demais centros urbanos.

O rendimento dos dízimos não era alentado. Devido, principalmente, porém, à desordem com que se fazia a cobrança, e não porque a vila não reagisse bem à taxação. Seu progresso estaria condicionado ao desenvolvimento do comércio que se abria com Mato Grosso e com o Alto Amazonas. Não se mostrou dinâmico. Nem por isso queremos dizer que tivesse sido um progresso lento demais. E tanto assim que já em 1820 os naturalistas Spix e Martius, que a visitaram, encontraram-na com o aspecto simpático que os dois naturalistas registraram em seu livro de viagem.

O processo de vitalização daqueles centros urbanos que Mendonça Furtado criara em seu afã de comunicar à região uma seiva mais intensa de vida era um processo rotineiro. Não se verificava uma motivação maior que explicasse qualquer transformação mais rápida ou mesmo mais profunda. Os vereadores não se mostravam, em parte alguma, os homens capazes que o antigo Capitão-General imaginara. Santarém, sem fazer exceção, ascendia sem tropeços. Apenas em 1773 assustara-se ante a ameaça de um ataque do gentio do alto rio, os Mundurucus, que faziam, então, o seu aparecimento no rio. Até então, vivendo no Madeira e nas circunvizinhanças, na Mundurucânia, surgiam agora numa incursão violenta. Naquele ano, em conflito com um grupo de sertanistas do comércio com Mato Grosso, levantaram-se e, em grito de guerra, desceram o rio em direção ao vilarejo. A fortaleza pouco podia assegurar à tranqüilidade da população a que servia. Santarém sobressaltou-se deveras. Seus homens foram mobilizados para a experiência militar a que todos deviam dar a contribuição. O ataque que sofreu não produziu

[8] Palma Muniz, "Limites Municipais do Estado do Pará, capítulo referente a Santarém, *in Anais da Biblioteca e Arquivo do Pará*, tomo IX, pp. 666-9, Belém, 1916.

efeito. A fortaleza, surpreendentemente, reagiu bem. Os assaltantes, que haviam devastado o baixo rio, à proposta de paz acabaram por ceder, estabelecendo-se a ordem[9].

Em 1816 um procedimento do Governo Provisional que dirigia a Amazônia desde 1810 veio revelar o que Santarém já representava naquele quadro modorrento das edilidades regionais — a sugestão para que o governo do Príncipe Regente criasse ali, e em Cametá, o juizado de fora. Tratava-se de uma providência que significava a existência de condições na vila para que pudesse possuir um funcionário daquela graduação. Porque o juiz de fora, como agente da justiça, devia, pelo regime jurídico vigente, ministrá-la por ordem régia, nomeação por três anos, independente dos juízes ordinários. Era geralmente letrado, enquanto aqueles não possuíam o conhecimento especializado das letras jurídicas. A aplicação do Direito nas mãos dele era muito mais valiosa e segura que a que ministravam os juízes ordinários. As vilas que os possuíam orgulhavam-se deles porque sua existência significava que sobre elas incidira a atenção de Sua Majestade, e seus habitantes dispunham de maior tranqüilidade ao pleitearem a concessão da justiça. Os juízes de fora não eram servidores escolhidos pelos eleitores locais. Representavam a justiça régia. Santarém, beneficiando-se com a nomeação de um, crescia de importância. Sua ascensão política era evidente. E assim chegou aos dias que prenunciavam o fim da dominação portuguesa.

[9] Cf. Relatório do Presidente Abel Graça, de 15 de fevereiro de 1872, Anexo, pp. 8-18, Belém, 1872.

# Nos Entreveros Políticos do Liberalismo, Decide-se Contra a Desordem

A Amazônia experimentou, nos últimos dias da dominação portuguesa, uma tremenda crise política. Fora criada, a certos aspectos, à imagem de Portugal. Sua vida processava-se dentro de um estilo em que as influências reinóis eram visíveis, profundas. Seus homens de negócios eram aferradamente portugueses. Suas relações mercantis se realizavam com o velho Reino e muito raramente com as demais unidades do Brasil. Ora, essa intimidade mercantil com a península, consolidando a dominação portuguesa, importava, pelo menos externamente, numa muito maior integração no espírito de Portugal que no Reino brasileiro, o qual se estruturava com a presença da Corte de D. João no Rio de Janeiro.

Quando, por isso, ecoaram em Belém os sucessos que no Porto e em Lisboa puseram termo ao regime absolutista, a cidade paraense não demorou em acompanhar o pronunciamento, numa visível demonstração de que se mantinha fiel aos interesses e à ideologia reinóis.

Mas os acontecimentos na Província não se circunscreveram a essa atitude imediatista. Porque, com espanto dos que se imaginavam senhores da situação no que ela podia representar como fidelidade a Portugal, logo se lançou à luta uma corrente de opinião que não deixava impressionar por aquelas idéias alienígenas

e se manifestava francamente disposta a atuar visando a uma nova ordem de coisas. Os sentimentos nacionalistas, vindo a furo sob surpresas de muita gente, não se limitaram a explosões isoladas. Porque aos poucos foram se avolumando para expressar-se nos pronunciamentos militares, nas manifestações de imprensa e nas decisões abertas e decisivas do eleitorado quando da escolha de integrantes das edilidades.

Santarém parecia um reduto reinol. Era vigário da paróquia o padre português Manuel Fernandes Leal, que em reunião da Câmara Municipal, realizada a 31 de janeiro de 1821, para tomar conhecimento dos acontecimentos que movimentaram o Pará na sua adesão a Portugal, proferiu discurso louvando os liberais de sua pátria, numa evidenciação positiva de que não admitia outro caminho que não fosse aquele da obediência a Lisboa, e não ao Rio. A manifestação não valia apenas como uma externação de lusitanismo do religioso. Porque, ouvida a sua palavra, a edilidade aplaudira o seu conteúdo sem qualquer reserva. E dirigindo-se à Junta que governava o extremo norte, remeteu o original da peça oratória, confessando desse modo a sua adesão aos princípios que nela se continham[1].

Os dias posteriores não justificaram, todavia, aquela impressão de que Santarém era uma vontade disciplinada ao lado do pensamento lisboeta. Os mesmos movimentos de opinião que agitavam todo o interior, provocando os receios dos governos de Belém, fosse o civil, fosse o militar, também se verificaram em Santarém. Há vasta documentação, na seção de manuscritos da Biblioteca Pública do Pará, que autorizam essa nossa afirmativa. Por eles, verifica-se que se constituíra na vila um núcleo de liberais voltados para a idéia da independência. Sem dispor do poder ou sequer da força necessária para uma decisão mais positiva, esse núcleo não passou do campo da propaganda, da preparação dos espíritos que deviam estar alertas para uma ação mais positiva quando ocorresse, em Belém, a mudança do sistema político a que a Província estava acorrentada[2].

Fora organizado pelas autoridades militares, orientadas pelo Brigadeiro José Maria de Moura, um plano de defesa do Pará

[1] Esse original guarda-se na seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, códice 338.

[2] Nesse período destacou-se como agente dos ideais de independência João Pedro de Andrade, que atuou também em Óbidos e, por denúncia dos elementos ligados à permanência de Portugal nas terras da Amazônia, foi preso e enviado a Belém.

em face dos perigos que decorriam da atitude das Províncias vizinhas, todas elas agindo em conformidade com as ordens emanadas do Imperador. Desse plano constava a preparação de Santarém, como ponto de contacto com Mato Grosso[3]. Na mesma ocasião chegava, porém, a Belém, em meio à correspondência remetida do Rio às câmaras da região, conclamando-as à adesão à causa nacional, ofício dirigido à de Santarém. Em Belém apreendera-se a correspondência, considerada subversiva. Ora, a verdade é que essa correspondência não era dirigida a todas as edilidades. No Pará, apenas fora mandada para Melgaço, Monforto, Monsarás, Bragança, Alter do Chão, Vila Franca, Souro, Gurupá, Chaves, Souzel, Colares, o que significava que Santarém estava entre aquelas unidades consideradas, na capital do Império, como merecedoras da atenção oficial[4]. Seu relevo era de uma evidência positiva.

Só, todavia, depois da manifestação de Belém em favor do Império, é que Santarém deu o seu passo decisivo, aceitando o fato consumado, em meio a grande regozijo popular, a 19 de outubro de 1823, formando o destacamento da força pública e celebrando-se solene té-deum na igreja paroquial. O documento, que transcrevemos a seguir, é um retrato do acontecimento:

> "Recebi o officio de V.E. com data de 22 de setembro do presente anno, no qual me ordena V. Ex. tome o comando geral do destacamento desta Villa, para o fim de fazer conter o socego publico desta Villa, e conseguir a sua boa ordem e armonia para melhor consolidar o systema da nossa Independência Politica do Reino do Brasil, que felizmente juramos nesta Villa no dia 19 do corrente mez e anno, tendo primeiramente o Senado da Camara dado todas as providencias com antecipação, convidando a todos os moradores para que se achassem promptos e na melhor ordem para o dia aprazado, a cujo exemplo foi logo avisar a minha Companhia, que promptamente concorreu na melhor ordem e anseio pocivel, e no dia determinado me postei com ella na frente dos Passos do Con-

[3] Cf. Palma Muniz, "Adhesão do Grão-Pará à Independência", capítulo intitulado "As Mallogradas Insurreições de 13 de Abril e 28 de Maio de 1823", *in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, vol. IV, p. 273, Belém, 1923.

[4] Cf. documentação existente na referida seção de manuscritos da B.A.P. do Pará, citado de Palma Muniz, *op. cit.*, p. 167.

selho, aonde reunidos os Officiaes do Senado e mais Authoridades a hum grande numero de Povo, recitou o Procurador huma eloquente oração, e depois logo se entoarão os Vivas ao muito alto e Poderoso Senhor D. Pedro 1.º. Imperador do Brasil, ao que respondi com tres descargas de alegria com a Salva Real de 21 tiros de Artilharia, seguindo-se logo o autho de juramento, que com toda a solenidade prestarão todas as Authoridades presentes, de Obediencia e fidelidade ao melhor dos soberanos o primeiro Imperador do Brazil o Senhor D. Pedro de Alcantara, cujo exemplo foi seguido por todos os Cidadãos que se achavão prezentes, findo este emportantissimo acto, sahio o Corpo do Senado em direitura da Igreja Matriz acompanhado das mais Authoridades que se achavão prezentes seguidas do immenso Povo para renderem as devidas Acções de Graça ao Senhor dos Reys, Supremo arbitro da Natureza pelo encomparavel beneficio que acabava de liberalizar-nos, a cujo actto tão Religioso tambem concorri a postar-me com a minha Companhia ao largo da Igreja para acestir os Officios Divinos, e logo que se entoou o solemne Te-Deum formou a Companhia e no fim dar as descargas de Mosquetaria repetindo a salva Real da Artilharia o que tudo se executou com a maior alegria e geral satisfação dos circunstantes e no dia seguinte logo fis prestar o devido juramento a mesma Companhia de Obediencia e fidelidade ao nosso Augusto Imperador do Brasil e Muito Alto e Poderoso o Senhor D. Pedro 1.º, e depois logo lhes fis huma fala, para que conservassem sempre a devida obediencia e submissão as Authoridades Superiores, fazendo-lhes igualmente ver que de Ordem do V. E. os havia por dispensados dos serviços, para hirem tratar de suas lavouras, e que só serião chamados quando as urgentes do Estado o permitissem; o que tudo cumprirão com a maior rezignação e obediência[5]."

Desse modo encerrara-se a atitude daquele grupo que se julgava senhor absoluto da situação. Vencido, o grupo se desencantaria, aceitando a situação e integrando-se no novo sistema. Esse comportamento não foi, no entanto, aquele que se verificou. Por

[5] O documento, que transcrevemos do trabalho citado de Palma Muniz, guarda-se em manuscrito no códice 782 da Biblioteca e Arquivo do Pará.

toda a Província, a reação dos derrotados da hora se veio a registrar. Sem ceder, fiéis à idéia de que o Império era uma aventura sem futuro e mais dia menos dia os próprios brasileiros se veriam forçados a regressar à condição colonial anterior, dispuseram-se a manter o fogo sagrado da idéia recolonizadora, ignorantes da realidade insofismável que constituía a independência. E o resultado foi o conflito com os elementos nativos, que desejavam a permanência do poder.

Toda uma série de sucessos graves, como conseqüência desse estado de espírito, agitou a região. Nenhuma vila ou povoado, mesmo aqueles onde o grosso da população ainda estava formando pela gentilidade amansada, escapou do tributo à agitação que perturbou a paz por todo o vale. Essa agitação começou logo após o 15 de agosto, em Belém, e rapidamente alcançou o interior, preferentemente no Tocantins, onde sucessos pouco anteriores à efeméride autonomista se haviam registrado no entrevero próximo.

Nessa fase, Santarém saiu da quietude em que se afirmara. E de armas na mão, decidiu-se pela ordem, defendendo-a com uma decisão especial. A história desses sucessos vem sendo esquecida pelos historiadores paraenses. Todos a silenciam. Não há motivo para essa atitude. Porque tais sucessos foram graves e justificariam a elaboração de um amplo capítulo que, em minúcias, os recordasse. Porque não se limitaram ao distrito de Santarém, estendendo-se por todo o Baixo Amazonas. A amplitude do movimento revolucionário e da reação que provocou dá bem a medida de sua importância. E nele, Santarém exerceu papel da maior importância. Se assumiu a direção de todas as operações que visavam restaurar a tranqüilidade e o respeito ao sistema que vingara no sul do Império...

Em Belém, pondo fim ao domínio político de Portugal, fora eleita em agosto de 1823 um governo de cinco membros. Sucede que esse governo não parecera autenticamente nacionalista. Dele faziam parte elementos suspeitos, suspeitos porque falavam em pacificação do espírito, esquecimento das diferenças anteriores, quietude de todos que deviam viver solidários para o bem coletivo. Ora, essa atitude dos governantes estava parecendo uma contemporização perigosa com os reinóis. E em Belém e depois em Cametá, onde se criara um núcleo de resistência aos interesses e ao poder político dos reinóis, explodira a insurreição. Visavam os rebeldes estruturar na Província uma administração que estivesse integrada nos ideais do Sete de Setembro. Esse ideal, aos

olhos daqueles homens ingênuos do interior, significava desligamento total de qualquer relação com Portugal e sua gente.

A revolução de Cametá, ampliando a sua base territorial, foi avançando pelo interior, envolvendo as demais vilas do Tocantins. Alcançou o Baixo Amazonas. Pela violência com que procediam os revolucionários, tinha-se a impressão de que o ajuste de contas era verdadeiramente sangrento. Não havia quartel. Ademais, circulava que os revolucionários não se atinham aos atos propriamente políticos da derrubada dos elementos comprometidos com o passado recente ou distante. E numa irreflexão sem precedentes, atiravam-se à destruição da propriedade, à tortura dos prisioneiros, ao saque dos bens dos vencidos, que já não eram apenas os portugueses, seus descendentes ou seus amigos, mas todos quantos tivessem, no momento, uma parcela de poder político e econômico. Em conseqüência, ou ocorria o salve-se-quem-puder ou todos formavam uma frente de resistência para operar a restauração do que poderia ser considerado como o regime legal. E foi principalmente na decisão da resistência que em Santarém se tomou conhecimento do que estava sucedendo.

Por ocasião dos primeiros sucessos sangrentos, registrados em Belém, as vilas do Baixo e do Alto Amazonas haviam tomado posição, desaprovando-os. Em Santarém, a Câmara e comando militar local, de mãos dadas, agiram com rapidez para evitar que a desordem atingisse a vila[6].

No mês de março de 1824, dia 11, as notícias que chegavam sobre a situação em Monte Alegre e Gurupá eram, porém, mais alarmantes. Em Monte Alegre, três habitantes, homens de posição na sociedade local, haviam sido amarrados a cavalos e arrastados pelas ruas do burgo até morrer. Depois, a vila fora saqueada[7]. Já em dezembro do ano anterior, na previsão de que os acontecimentos que sacudiam o Tocantins chegassem ao Baixo e Alto Amazonas, a Junta Governativa do Rio Negro pusera-se

[6] O comportamento da Câmara e do Comandante Militar pode ser verificado à luz de vasta documentação existente no Arquivo Público do Pará, inclusive nos códices 782 e 783, referentes à correspondência daquele comando com o governo de Belém. Além das providências locais, Santarém entendeu-se com as edilidades próximas, vizinhas, e com as autoridades do Rio Negro. Foi uma ação rápida, enérgica e decisiva. Os rebeldes de Belém, fugindo à reação das autoridades constituídas, dirigiam-se ao interior, espalhando notícias alarmistas e procurando adesões no seio da multidão ingênua dos sítios, fazendas e vilarejos.

[7] Cf. ofício de 27-3-1824, da Câmara de Santarém ao governo do Rio Negro.

em comunicação com a Câmara Municipal de Santarém. Ao mesmo tempo em que lhe comunicara a disposição de reagir ao surto revolucionário em marcha, propusera um entendimento com ela e as demais vilas da região para se oporem à desordem. Os edis de Santarém haviam apoiado a decisão de Rio Negro. E agora, em março, dia 29, afirmavam sua disposição de manter-se na defensiva, mas em desaprovação radical ao surto revolucionário[8]. E na oportunidade pediam que do Rio Negro lhes fosse remetido o equipamento de guerra possível, inclusive embarcações armadas para o caso de ser necessária a movimentação de forças.

Com as novas sensacionais de agora, que fazer? Manter-se na defensiva ou tomar a decisão da ofensiva? Aguardar o ataque dos insurretos na sua subida pelo Amazonas ou ir buscá-los onde estivessem para enfrentá-los? A Câmara pediu o comparecimento do povo. Era preciso deliberar com a participação de todos. E sem defecções, pelo menos na hora daquele primeiro pronunciamento, foi deliberado que se fizesse não apenas a defesa da vila, mas que se atacasse os rebeldes. Para isso, num passo impressionante, que revelava comportamento à altura da hora grave, foi organizado um arremedo de governo local, a Junta Militar Provisória e Defensiva de Santarém, integrada por um grupo de quatro membros, escolhidos imediatamente, empossados e com atribuições para a ação militar conveniente.

A Junta ficou composta dos seguintes membros: Antônio Luís Coelho, que era o Presidente da Câmara Municipal, Tenente-Coronel Francisco Ricardo Zany, Antônio José de Faria, Mateus Vaz Pacheco e Joaquim José Pereira do Lago.

Francisco Ricardo Zany era um corso que entrara para o serviço do exército português ao tempo de D. João. Viera fazer a Amazônia por ordem superior. No Rio Negro, entrara em conflito com os dirigentes locais. Participara das primeiras comoções cívicas que ali se verificaram. E em face da oposição que lhe fora feita aos gestos mais ou menos suspeitos, vira-se forçado a abandonar a antiga Capitania para dirigir-se a Belém. Ao passar por Santarém, encontrara a situação agravada, oferecendo-se para participar da organização militar que se tinha em vista. Apresentara planos considerados de alta valia. E fora incluído, a pedido do próprio povo, na Junta, em substituição ao morador

[8] Cf. ofício de 27-3-24, mais o de 20 de abril, da mesma Câmara ao mesmo Governo do Rio Negro.

João Pedro de Andrade, que pedira demissão. Entrando para a Junta, iria criar algumas diferenças com o governo do Rio Negro, que não o suportava e o via como um elemento execrável que devia ser posto de quarentena, do contrário a cooperação a ser concedida seria suspensa[9].

Quase no mesmo momento em que se constituía a Junta Militar, isto é, a 22, chegava a Santarém um enviado dos rebeldes, o Tenente Manoel Bentes. Vinha fazer a intimação para que aderissem, entregassem a vila e se incorporassem ao movimento. Em caso de hesitação ou de reação, pagaria a vila o seu gesto como estava sucedendo com os outros centros urbanos que haviam ousado agir de maneira diferente ao da vontade deles. A Câmara, altivamente, respondeu que não aceitava a intimação. O enviado tratou de abandoná-la para incorporar-se aos seus, que prosseguiam na ação e acabavam de apoderar-se de Alenquer, onde praticavam as mesmas violências de Monte Alegre e Gurupá[10].

A Câmara, complementando a decisão, dirigiu-se novamente ao governo do Rio Negro, ao governo legal de Belém, às câmaras do Baixo Amazonas (Faro e Óbidos) que ainda não haviam caído em mãos dos revolucionários, conclamando-se à frente da reação. E tratou, de outra parte, de preparar forças locais em número suficiente para a ação militar. Organizou dois batalhões de infantaria, um campo de artilharia, um piquete de cavalaria, colocou vigias em todos os sítios por onde os rebeldes poderiam penetrar na vila, rondas ao longo do Amazonas, em pequenas embarcações, sentinelas atentas na própria vila, e preparou duas barcas que foram convenientemente equipadas para qualquer operação.

Óbidos e o Rio Negro, em resposta aos apelos de Santarém, enviaram forças para a luta em perspectiva. De Óbidos veio logo um destacamento de 31 homens. Depois, mais 30, além de haver a promessa de remessa de um terceiro, que se organizava; do Rio Negro, uma barca artilhada com 40 soldados, sob o comando do

[9] A correspondência trocada entre a Junta, a Câmara de Santarém e o governo do Rio Negro consta do Códice 776, da B.A.P. do Pará. Ricardo Zany participara das agitações no Rio Negro, colocando-se contra a atuação da Junta Governativa local, que se considerava autônoma. No momento de sua incorporação à Junta de Santarém, descia para Belém, onde ia queixar-se da Junta rionegrina, acusando-a de facciosa.

[10] Cf. Ofício de 31-3-24, da Junta de Santarém ao governo em Belém, códice 776 citado.

Capitão Bibiano José do Carmo. Esse oficial comandava o posto militar de Parintins. Tinha às suas ordens a embarcação armada. Por este ou aquele motivo, não compareceu, no entanto, prontamente, atendendo ao chamado da Junta. Seu não-comparecimento imediato não impediu, porém, que a Junta tomasse a providência de agir para conter a desordem que se aproximava velozmente. Os rebeldes, por agentes que se infiltrava por todos os cantos, semeavam o medo, através de notícias dos horrores praticados, e que seriam repetidos em Santarém na hipótese de a vila teimar no propósito de resistir. Era preciso agir prontamente, atalhando os perigos de uma defecção, justamente a grande arma de que pretendia valer-se o inimigo[11].

À falta de artilharia, apelou-se para três barcos que foram transformados em trincheiras, armando-se a guarnição com arcabuzes e terçados. Uma peça velha de calibre seis, de rodízio, foi restaurada, ao mesmo tempo em que se trabalhou na recuperação de outra.

Uma expedição foi organizada, com os elementos vindos de Óbidos e com os de Santarém. Foi encarregado da direção da força armada o Tenente de Milícias Francisco Caetano da Silva, que se ofereceu para a operação. A expedição compunha-se de 80 homens armados e 50 remeiros. O destino era Alenquer. Partiu a 29 de março. A expedição fora organizada no prazo mínimo de uma hora após a chegada da notícia da queda daquela vila, o que provava a preparação e a disposição de Santarém para a ação imediatista.

O encontro feriu-se com violência. Durou mais de uma hora. Os rebeldes aguardaram a chegada da força expedicionária prontos para enfrentá-la. No primeiro momento, a impressão era de vitória dos rebeldes, que lutavam a pé e a cavalo. O comandante Francisco Caetano foi ferido. Um Alferes, um sargento e alguns soldados também ficaram feridos. Morreu apenas um combatente da parte dos legais, e esse mesmo vítima de sua própria arma. Quanto aos rebeldes, batidos, tiveram entre 15 e 20 mortos, além de igual número de prisioneiros. Os feridos puderam escapar com os que saíram ilesos. Dirigiam-se para Monte Alegre uns, enquanto outros se refugiavam nas matas próximas. O quadro que Alenquer apresentava era desolador. Nem as partículas sagradas, a Santa imagem e os demais ornamentos, es-

11 A correspondência da Junta de Santarém com as Câmaras do Baixo Amazonas, comandante militar de Vila Nova da Rainha e Governador do Rio Negro, códice 776.

caparam à sanha dos invasores que as haviam espalhado ou destruído a machado. No dia da refrega iam ser imolados todos os moradores brancos, suspeitos de ligação com os reinóis ou deles descendentes diretos[12].

Recuperada Alenquer, impunha-se agora marchar sobre Monte Alegre. Nova força expedicionária, enriquecida com reforços expedidos de Óbidos, sob o comando do Tenente Francisco Roiz Vieira Cativo, dirigiu-se a Alenquer, de onde partiria sobre aquele outro centro urbano.

À vila haviam voltado bandos rebeldes que, atacados, experimentaram nova derrota, deixando 29 prisioneiros[13].

Com a chegada do comandante Bibiano, pareceu melhorar a situação. Vinha ele com força naval disposta para dirigir o bloqueio de Monte Alegre.

Foi quando chegou de Gurupá um enviado do comandante daquela praça, trazendo correspondência para o comandante militar de Santarém. Essa correspondência constava inclusive de ofício do parlamentário da Junta Governativa de Belém junto ao chefe do movimento de Cametá, Capitão Fernando Ferreira Ribeiro, acompanhando a proposta que aquele governo dirigira aos insurretos para pôr fim à guerra civil. Que fazer, imaginaram os responsáveis pela situação em Santarém? Aguardar a solução apresentada ou continuar na ação de guerra? Em comunicação ao Capitão Bibiano, a Junta de Santarém ordenou-lhe vigilância rigorosa. O representante do comando militar de Curupá dirigia-se à vila para apresentar aos rebeldes a referida proposta com a correspondência pertinente. Na hipótese de ser aceita, os rebeldes entregassem as armas. E aqueles que fossem responsáveis pelos horrores, aprisionados. Os escravos que estavam abandonando o trabalho deviam ser recapturados e entregues aos respectivos senhores. O armamento, arrecadado e transportado para Santarém[14].

As operações de guerra tiveram de ser iniciadas. Os rebeldes não se mostravam dispostos a aceitar as proposições pací-

12 Ofícios de 29-3-24 e de 1-4-24, da Junta ao Tenente Francisco Caetano e ao comandante da força de Óbidos, códice citado. Sobre o encontro, nossos ensaios intitulados "História de Óbidos", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio, 1947, e *Monte Alegre. Aspectos de Sua Formação Histórica,* Belém, 1949.

13 Cf. ofício de 3-4-24, da Junta de Santarém ao Tenente Captivo, códice citado.

14 Cf. Ofício de 16-4-24, da Junta ao Capitão Bibiano.

ficas do governo. O Tenente Francisco Roiz Vieira Cativo, de Óbidos, à frente de 30 praças e 20 índios Mundurucus, vencido o encontro de Alenquer, aproximou-se de Monte Alegre, para sondar o terreno. Os escravos e os índios, a essa altura, engrossavam as fileiras rebeldes. Em Alenquer, os rebeldes, para obter o concurso dos trabalhadores negros, proclamaram a libertação dos escravos. De Santarém saiu então outra força, de 60 praças e duas peças de artilharia sob a direção de um oficial de primeira linha, o comandante Manoel Joaquim dos Santos Falcão. Os recursos em dinheiro para pagamento da tropa estavam escasseando. Não havia, em Santarém, na Fazenda Imperial, numerário disponível. Os moradores haviam contribuído com dinheiro para os primeiros gastos. Em Alenquer fora encontrado uma exígua importância — apenas 185$600. Em todo caso, essa importância servira para enfrentar-se a situação com menos sobressalto.

Nas instruções baixadas ao comandante Manoel José dos Santos Falcão, ordenava-se-lhe que avançasse para o Pracari, onde já se encontrava um pequeno destacamento do Tenente Antônio da Silva Pimentel. A força do Tenente Vieira Cativo seguramente já estaria ali também. Todas reunidas, mais os reforços que se haviam pedido a Óbidos, procuraria, sondado o terreno, avaliadas as possibilidades de resistência do inimigo, enfrentá-lo sem mais tardança para libertar Monte Alegre. Carecendo de cavalos para a soldadesca, requisitasse dos proprietários, não cedendo a qualquer reserva que fizessem. O objetivo era "pacificar todos os lugares que os insurgentes tem alvoraçado e armado, para firmarem a anarquia revolucionária. . .[15]"

Assim constituídas, as tropas governamentais, denominando-se pomposamente "Divisão Imperial Pacificadora do Amazonas", num total de mais de 200 homens, empreenderam o ataque. Estavam certos de êxito. Tal, porém, não sucedeu. O encontro resultou desfavorável para as armas legais que, além da derrota, perderam o Tenente Francisco Roiz Vieira Cativo. Os rebeldes tiveram muitas baixas, mas se mantiveram senhores das posições. A tropa, batida, retirou-se para Santarém. Leiamos, para uma informação mais exata e completa, a descrição dos sucessos feitos pela Junta à Câmara Municipal de Óbidos:

> "Hé com grande magoa que vamos contar a VS.ª adesgraçada sena de M.te Alegre. Anossa Tropa se com-

[15] As instruções constam do ofício de 10-4-24, da Junta ao comandante Falcão, códice citado.

punha de 109.º homens de Armas fora o Socorro que dessa Villa marchou com.ª p. Infeliz ten.te Captivo, e a mais Tropa que dahi foi, segundo as nossas requeziçoens, alem de mais de 50" pessoal de remos e destes m.tos armados alguns que se unirão em Alemquer, e dois moteiros em 2 Canoas com 10" Praças desta Arma que tão bem hião armados com Armas. O milhor de 100" Armas herão arcabuzes Imperiais; quazi metade da Tropa levavão Terçados, 3000 Cartuxos de Arcabus, 100 de Lazarinas e 120" de Metralha das pessoas. O Com.e da Espedição hera o Ajudante Falcão, o Seg.do e Falicido Ten.te Captivo, o Ten.te Colares, o Ten.te Bagata, o Alf.es Silvestre, hum Sargento de Linha e tres de Melicias. Esta Tropa a milhor escolhida das nossas fileiras, e toda ofrecida, as assellaradas, despoziçoens do Ajudante Com.e que faltando em tudo as Instruçoens desta Junta, fez um dezembarque com 40" a 50" praças, antes deter a força reunida, fazendo a sua marcha pelo Caminho mais perigozo e emcomonicavel que havia, cujo desembarque anunciou p.ª hum foguete, mandando tocar a caixa pela Igapó onde dezembarcou, o que fez com que o Inimigo em emboscadas ferisse a nossa Tropa na marcha. Foi o dezembarque pellas tres horas da madrogada, e contudo ganharão a planice sobre as Sinco horas, esperarão o dia; logo que a Aurora vinha rompendo se aprezentou o Inimigo em Numero de 100" e tantas pessoas em magotes, levantouce hum grito na nossa Tropa, fujamos que estamos cercados a gente he muita logo todos a porfia largando as Armas, de precipicio em precipicio, fugirão para a Agoa, e huns 10" a 1" que se conservavão mais algum tempo a instancias do Ajudante ja m.to ferido, que afinal sempre se retirarão fazendo fogo em retirada. As Canoas Artilhadas, Commandadas pelo Ten.te Colares favorecerão o Embarque fazendo algum fogo sobre os faciozos que se retirarão. A nossa perda foi de 9" mortos e vinte e tantos feridos, talvez o número dos mortos seja menos p.r não sabermos se alguns se estraviarão. Hum dos mortos foi o Ten.te Captivo. A perda dos Faciozos foi 13" que forão passados a Espada abordo das Canoas na Ação da retirada e 5" que forão mortos sobre a prova; ignoramos os feridos, pois tendo ametralha das pessas feito grande fogo na ação do Embarque, p.r que os Insurgentes chegarão tão ouzados e meterçe na Agoa sobre a nossa Tropa, a alguns ouve que chegarão a embarcar p.ª

a preceguisam na Agoa. O Ajudante Com.e he hum dos feridos; os mais são Soldados[16]."

À derrota convinha somar o proselitismo que os rebeldes estavam conseguindo pelo Tapajós acima. Em Alter do Chão, Aveiro, Vila Franca, criavam-se pequenos focos de agitação que foi necessário esmagar. O Major José Xavier de Azevedo, que dirigia os serviços do pesqueiro imperial, apesar de sua avançada idade, foi nomeado comandante-geral do rio, com sede em Vila Franca. Para garantir as ordens da Junta, além do destacamento local, de Santarém foi um outro sob o comando do sargento de cavalaria Antônio de Melo Pinto. E em ofício às Câmaras de Vila Franca, Boim, Pinhel e Alter do Chão, a Junta de Santarém pediu-lhes vigilância rigorosa e participação mais intensa na obra de restabelecimento da ordem. Como resultado imediato, 13 rebeldes foram aprisionados entre Vila Franca e Aveiro[17].

Os rebeldes, com a vitória, estavam aumentando a pressão sobre a região. Essa pressão era exercida através das notícias que faziam espalhar e do trabalho de seus agentes, que procuravam obter adesões. Em Santarém, João Pedro de Andrade, proprietário que desde a propaganda da Independência vinha agitando os espíritos na região, punha em desassossego os habitantes. Era um partidário perigoso dos rebeldes. Foi preso e mandado para Vila Nova da Rainha, hoje Parintins, confiado ao comandante daquele ponto militar, José Cândido Ferraz, a quem a Junta pediu o maior rigor com o agitador, que bem poderia ser mandado para mais longe, isto é, para Lugar da Barra, hoje Manaus. A retirada do prisioneiro, que seguiu a ferros, fora solicitada pela própria população. A Junta considerou o pedido justo em face da existência de um número sempre crescente de rebeldes recolhidos às prisões. João Pedro, em meio dos prisioneiros, poderia levá-los a uma sortida na vila.[18].

Os boatos eram os mais sensacionais. Dizia-se, notícia trazida por índios agarrados no Urumamduba, que teriam chegado

16 O ofício transcrito consta do códice citado.

17 Doc. no códice citado. A respeito da agitação que começava a lavrar pelos Tapajós e Municípios vizinhos, cf. ofício de 13-4-24, da Junta ao comandante Falcão, códice citado. As instruções ao Major Xavier de Azevedo foram datadas de 19-4-24.

18 Cf. ofício de 26-4-24, da Junta ao referido oficial, códice citado.

a Monte Alegre, vindos do Xingu, reforços de milicianos rebeldes, comandados pelo tenente-coronel Melxior, que viajariam em dois barcos artilhados, duas canoas grandes e várias igaritês. Gurupá permanecia em mãos dos revolucionários. Outras novas, todavia, pareciam animadoras para o campo legalista. Segundo informações trazidas por um cabo de Ligeiros, dois mamelucos e três índios agarrados pelas escoltas de vigilância da vila, forças de Belém haviam atacado cinco vezes Cametá, sede da insurreição, acabando por dominá-la. O chefe rebelde, conhecido pela alcunha de "Maneta", fugira para o Marajó, onde perdera a vida. A Vila do Conde fora arrasada e os destacamentos legais já penetravam pelo Xingu operando a captura de rebeldes[19].

A Junta, sem desesperar da derrota sofrida no ataque a Monte Alegre, decidiu enfrentar a situação organizando nova expedição. Apelou, mais uma vez, para a cooperação das vilas e lugares que ainda permaneciam livres, no sentido de que trouxessem armas, munições e pessoal para a nova sortida. A reação aos pedidos foi ótima. De todos os lados chegaram os socorros. Óbidos enviou imediatamente 40 praças com o equipamento pertinente. O plano da ação era o seguinte: bloqueio da vila que, caso não se rendesse, seria atacada, sobre ela lançando-se o peso das armas legais. E para começar, numa precaução necessária, a Junta expediu para a boca do Itaqui um destacamento de 20 praças, sob a direção do Tenente de Artilharia José Rodrigues Colares, com a incumbência de estar atento à vinda de qualquer embarcação que pudesse conduzir rebeldes. Quem não apresentasse passaporte expedido pelo governo de Belém devia ser imediatamente aprisionado e remetido para Santarém. Se as embarcações suspeitas tentassem reagir à intimação para identificar-se, o destacamento as atacasse. Na hipótese de as embarcações inimigas serem mais poderosas, ele devia retirar-se para a vila, não sem antes mandar uma igarité dar aviso a fim de que Santarém pudesse preparar-se para a defesa imediata. Nenhuma embarcação que descesse o rio poderia passar pelo destacamento sem apresentar licença, concedida pela Junta. A seguir, fez-se descer o Amazonas, para dar início ao bloqueio, uma escuna artilhada com uma peça de calibre seis, e duas igaritês armadas com pecinhas de calibre um sob o comando do Capitão Gregório Gonçalves de Castro, que deveria postar-se em local que lhe permitisse

[19] Cf. ofícios de 26-4-24 e 28-4-24, da Junta ao comandante militar de Vila Maria e ao do Tapajós, códice citado.

vigiar a vila rebelde. Todos os estragos que pudesse fazer às embarcações inimigas deviam ser feitos. A vigilância seria rigorosa. Por onde passasse e encontrasse disposição de cooperar, devia incorporar novos elementos à guarnição da flotilha, que não permaneceria sempre unida para evitar ataque de surpresa e êxito dos inimigos. De 24 em 24 horas, uma igarité, devidamente equipada, procuraria contacto com a flotilha para que Santarém estivesse informada constantemente do que estava ocorrendo. Por fim, o Capitão Bibiano Luís do Carmo foi designado para o comando das operações. Na barca em que viera do Rio Negro recebeu um sacerdote, um cirurgião, 46 praças de Infantaria, 16 de Cavalaria, 26 Mundurucus sob a chefia do Capitão Antônio Roque. No Ituqui, do destacamento ali localizado, receberia nove homens, ficando o restante para assegurar a posição. Quanto à defesa de Santarém, o Tenente Manoel Luís de Paiva recebeu a incumbência de, em outra barca artilhada, surta no porto da vila, realizar a vigilância, impedindo qualquer surpresa dos rebeldes. Das seis à meia-noite e de meia-noite às cinco da manhã, igarités tripuladas por elementos de confiança fariam a ronda ao longo do rio[20].

A primeira força naval encarregada do bloqueio, tendo partido de Santarém a 25 de abril e chegado a Monte Alegre a 27, na execução das instruções recebidas, entrou em contacto com os rebeldes. Os encontros eram rápidos, mas revelavam a disposição das duas partes de enfrentar-se com a maior energia. Logo ao fundear em frente à vila foi recebida a tiros de arcabuz. Uma proclamação lançada pela Junta conclamando os milicianos de Monte Alegre a abandonarem a causa revolucionária parecia estar produzindo os desejados resultados. Porque, segundo comunicado do comandante Gregório, a 28 dois emissários dos rebeldes estiveram a bordo da barca para solicitar armistício. A Câmara da vila, dirigindo-se, por sua vez, à Junta, respondia ao apelo tentando o entendimento de pacificação.

A 1 de maio de 1824, a Junta comunicou-se com o comandante Bibiano. Fê-lo ciente do que estava sucedendo, remetendo um bando de 15 de novembro de 1823, que recebera de Belém, no qual a Junta daquela capital concedia anistia aos rebeldes. Na base de toda a documentação, o caminho seria entender-se com os rebeldes para que depusessem as armas. O comandante Bibiano, no cumprimento desse programa, procurou

20 A documentação a respeito é vasta e consta do referido códice 776.

entendimento com os rebeldes. Tendo atingido Monte Alegre a 30 de abril, logo se dirigiu a eles, por meio de um sargento. Parece, ao que se verifica da correspondência trocada entre ele e a Junta, que cedeu um pouco no decorrer dessa troca de vistas, indo ao ponto de descer a terra para a aproximação, no que não teve a aprovação da Junta. Entendia esta que os rebeldes é que deviam procurar o comandante Bibiano a bordo da barca; no caso de a iniciativa partir dos legais, quando muito um civil é que procurasse a aproximação. Nunca de parte dos legais a iniciativa fosse entregue a elemento militar. A Junta confiava no comandante Bibiano, mas lhe solicitava cuidado com os rebeldes, que bem poderiam estar, nas marchas e contramarchas, preparando um plano para surpreendê-lo e desbaratá-lo. Quanto às condições para a paz, seriam as seguintes:

> "Condiçoens — 1.º Reuniram-se no Porto, de Baixo das nossas Armas, todos os Indeviduos, que se achão em Monte Alegre e ahi largarem as Armas, e estas serem conduzidas a seu Bordo — 2.º — Embarcarem-se os Indeviduos que compõem aquella Camera, é o que figura de 1.º e 2.º Com.e hirem a seu Bordo fazer entregue da Villa — 3º — Não deixar sahir inimigo algum que estiverem no Porto reunidos, sujeitos as nossas forças em quanto VS.a não manda tomar conta da Villa, e aquelle que sahir ser punido rigurozam.te — 4.º — Os que compõem a Camera, e o que figura do 1.º e 2.º Com.e deverão ficar a seu bordo, emté VS.a estar de posse da Villa — 5.º — O Dezembarque das nossas forças deverão ser feitos de Baixo da proteceção de Artelheria, pois devemos ter toda a Cautella com inimigos que não Conhecem a honra, e so tem p.r timbro a Carnagem, e atrocidades — "Estas Condiçoens são para Instruçoes de VS.a das quaes poderá tirar ou acrescentar tudo quanto que o seu Zello homra e Patriotismo lhes dictar, a bem da nossa Cauza e dos Dereitos Sagrados do nosso muito Alto e muito poderozo Imperador o Snr. D. Pedro 1.º [21]."

Por tudo isso, e a fim de que eles ficassem certos de que a decisão de batê-los pelas armas ou pela fome estava firme, a Jun-

21 O trecho transcrito consta do ofício de 4-5-24, da Junta ao comandante Bibiano, códice citado.

ta enviou a Monte Alegre, a 10 de maio, uma terceira embarcação armada, a barca *São José,* conduzindo 70 praças sob o comando do Alferes Gaudêncio Augusto de Abreu[22].

Os rebeldes, seguramente sentindo que a partida estava perdida, procuraram contemporizar. Responderam, por intermédio da Câmara local, à Junta, que não lhes pareciam justas as exigências. A Junta, conhecendo do pronunciamento, examinou-o e determinou, após maduras reflexões, que se desse o prazo de 24 horas aos rebeldes para a rendição pura e simples. Findo o prazo, as forças em operações entrassem em ação, bombardeando a vila e afundando as embarcações inimigas. Inicialmente, porém, fizesse demonstrações de fogo, manobrando de modo a criar susto e a deixar o inimigo na ignorância de como seria realizado o ataque[23].

Os rebeldes, em grupos que saíam da vila, aproximavam-se ousadamente de Santarém, para implantar o terror — incendiavam casas de moradores da zona rural do Município que haviam deixado a morada para refugiar-se na vila, apoderavam-se do gado das fazendas, levantavam os escravos contra os senhores, atacavam embarcações que, desprevenidas, desciam ou subiam o Amazonas. Recebendo a intimação de 24 horas para rendição, pediram ao comandante Bibiano mais três dias de prazo, pois desejavam deliberar com mais segurança e consciência. Atendidos, mostraram-se, ao invés de interessados na paz, com a disposição de continuar na luta, provocando atritos e o que a Junta chamou de "incivilidades e patifarias". O comandante do bloqueio, à vista do que ocorria, iniciou a ação. A 12 de maio, às nove horas da manhã, abriu fogo contra as posições inimigas, o que durou 10 horas consecutivas. Ao cair da noite, tinha perdido apenas um sargento e um soldado. No dia seguinte, os rebeldes, arvorando uma bandeira negra com uma caveira, começaram o fogo. Os legais perderam mais um soldado, registrando a baixa de alguns feridos. Os rebeldes achavam-se entrincheirados muito bem. Ademais, tinham ocupado todos os pontos, em terra, por onde pudesse ocorrer um desembarque da tropa legal[24].

A Junta desejava vencer a partida com a rendição dos rebeldes e não pela supremacia das armas, correndo sangue. Em comunicação ao governo em Belém, expôs a situação. E em ofício

22 Of. de 10-4-24 da Junta ao comandante Bibiano, códice citado.
23 Cf. comunicações da Junta de 17-4-24 ao comandante militar de Vila Maria e à Câmara de Óbidos, códice citado.
24 Correspondência a respeito no citado códice 776.

ao governo do Rio Negro, comandantes militares de Vila Nova, Gurupá, Macapá e Câmara de Óbidos, voltou a solicitar reforços, para melhor realizar o bloqueio.

As comunicações com Belém, com a restauração da ordem em Gurupá, estavam franqueadas. A todo momento, poderiam chegar novas forças para apertar o bloqueio ou instruções a respeito da ação militar. Os rebeldes, de seu lado, numa teimosia impressionante, certos que já deviam estar da queda de Cametá, não davam, no entanto, mostras de desejar pôr fim à luta.

Em meados de maio, por ordem da Junta, passou ao comando da força militar o Tenente José Coelho de Miranda Leão, experimentado oficial com nome feito, inclusive, em campanhas na Europa. O novo comandante mostrou fibra. Os rebeldes continuavam nas suas demonstrações, já agora, porém, sentindo mais o peso do bloqueio, uma vez que começava a lhes faltar farinha, as disenções entre eles tomavam vulto, registravam-se deserções.

Com a nova chegada a Belém do primeiro Presidente nomeado pelo Imperador, o Coronel José de Araújo Roso[25], mantida a anistia concedida pela Junta que governara a Província, a de Santarém aproveitou a oportunidade para voltar a tentar, junto à Câmara de Monte Alegre, a pacificação. Dirigiu-lhe uma proclamação. Era assim redigida:

> "A Junta Provizoria de Defensiva da Villa de Santarem, tendo por principal baze obedeencia ao Nosso m.^to^ Alto imperador o Snr. D. Pedro 1.° e Submissão ao Ex.^mo^ Governo Geral da Provincia do Pará, tem constantem.^te^ seguido em tudo os dezejos do nosso Amado Imperador, Sustentando p.^r^ mais de 7 mezes os inexfautiveis Direitos do m.^mo^ Snr., tudo a fim da chamar à ordem, e respeito os veritiginozos Povos que por falta de commonicação com o Ex.^mo^ Governo se tinha espalhado entre elles o espírito da discordia, e rebellião; ai he q. p.^r^ fim o Ceo benigno, compadecendo-se de tantas victimas e querendo Sucegar os Povos perplexos a sua total ruina, nos emviou noticias do Pará, pelas quais vemos a chegada da hum novo Governo, Joze de Araujo Roso, acompanhado a este hum General das Armas, Ouvidor, e Juiz de fora, assim como o Perdão Geral para todas as Villas que estivessem sublivadas, reinando já a Pás em toda a

[25] A 7-6-24, a Junta dirigia-se a Araújo Roso, saudando-o, manifestando-lhe obediência e fazendo um sumário da situação.

Amazonas, he desgraça que M.te Alegre se conserve em Armas contra seus Irmãos quando estes não querem, nem exigem outra couza mais do que atranquilidade e Sigurança; porem esta Junta não querendo deixar ignorar p.r hum mom.te a felicidade que lhes he concedida pelo Ex.mo Governo Geral da Província do Pará, no Perdão Geral que lhes consede, lhe faz transmitir estas noticias. Dizendolhes que nos lhe Offerecemos tambem a Pás com a piquena condição só de nos entregar as Armas Imperiais, e os Escravos para se entregaram a seus Senhores, sendo tambem estes perdoados afiançando a esse ilustre Senado que huma vez que hajão de anuir ao que rogamos, retirarseá immediactam.te o Nosso Bloqueio, ficando VS.a desde logo obrigado a responder ao Ex.mo Governador Geral p.r todas as Dezordens commetidas pellos Citios e Currâes dos moradores que ahinda hoje se estão perpetrando, fazendo VS.a expedir rondas afim de castigar aquelles Indios, a indeviduos que andão roubando. Sendo assim esta Junta exultará de alegria por ver firmada a Pás em todo o Amazonas[26]."

Essa proclamação devia ser imediatamente comunicada à Câmara. Na hipótese de aceitação, entregues as armas, os escravos e os prisioneiros legais, o comandante do bloqueio lhes entregaria os três milicianos que estavam em mãos dos legais, retirando-se a seguir para Santarém. Estaria restaurado o império da lei.

A reação dos rebeldes dessa vez foi favorável. Seguramente se teriam convencido de que não havia mais como contemporizar. A vitória não lhes sorria. A posse do Presidente Araújo Roso no governo da Província, além do mais, significava o fim da presença da Junta de Belém na vida provincial. A rebelião que estourara em Cametá e incendiara o interior do Pará resultava, em grande parte, da oposição que havia àquela Junta.

"Os entendimentos recomeçaram. Houve troca de notas. Propostas foram, propostas vieram. Miranda Leão, já impaciente, nos primeiros dias de junho fez nova e última proposta de paz. Mandou-a por uma embaixada. Os rebeldes receberam-na, mostrando boa vontade. Responderam solicitando a suspensão do bloqueio, para que se celebrasse a pacificação sem o caráter de uma pressão e sim com o ar de um entendimento cordial. Miranda Leão, disposto a encerrar aquilo, foi em pessoa à terra, avistar-se com os

26 A proclamação foi datada de 2-6-24. Consta do citado códice 776.

rebeldes. Na casa da Câmara, surgindo um mal-entendido a respeito do desarmamento, elementos exaltados prorromperam em gritos sediciosos, exigindo a prisão do militar comandante das forças legais. A intervenção do chefe das colunas rebeldes, Antônio Barbosa, serenaram os ânimos. O comandante Miranda Leão e seus companheiros foram soltos. E a nove de junho, solenemente, celebravam legais e rebeldes o acordo que restabelecia a ordem na vila[27]."

O termo de paz tinha cinco itens. Por eles, Monte Alegre e Santarém decidiam jamais pegar em armas para enfrentar-se como inimigos; o bloqueio cessava; os rebeldes, depondo as armas, fariam que cessasse toda e qualquer ação predatória de seus companheiros nos sítios dos dois Municípios; em caso de nova agitação, as duas vilas lutariam juntas, aprisionando todo e qualquer elemento perturbador da paz, inclusive escravos fugidos aos respectivos senhores; os militares que não se apresentassem para beneficiar-se da anistia seriam presos e remetidos às autoridades superiores da Província; as armas usadas na luta, que pertencessem ao governo imperial, seriam recolhidas ao lugar que o Presidente da Província determinasse[28].

A 11 de junho de 1824, a Junta dirigia-se à Câmara de Monte Alegre. Dizia-lhe:

> "Acabamos de receber o Officio do Ten.te fs 1.ª L.ª Joze Coolho de Miranda Leão p.lo qual junto nos remete o Tratado de Pás que VSas. assignarão com os nossos Off.es nada mais temos que dizer a VS.ª se não que aprovemos a sobre dita Pás e a asseguramos; de baixo da quella fé ehonra, que hé devida entre nossos Irmaos Brazileiros, os quaes de hoje em diante e unanimamente so devem pençar em aumentar o florescente Imperio Brazilico fazendo cada vez mais respeitar o innabalavel Throno do nosso muito Amado Imperador e Perpetuo Defençor o Snr. D. Pedro 1.º [29]."

27 A transcrição é do livro de minha autoria, *Monte Alegre*, já citado, p. 33.

28 Divulgamos o tratado no livro *Monte Alegre*, pp. 59-60. O documento nos foi cedido, há anos, pela família do comandante Miranda Leão.

29 Cf. ofício no códice citado. Na mesma data, a Junta dirigia-se a Miranda Leão, nestes termos: "Nada mais temos a dizer a V. S. se não que approvamos muito a Pás concluida entre nossos irmãos Brazileiros que há tanto tempo desejavamos..."

A paz estava por fim alcançada. A Junta de Santarém cumprira o seu dever, atuando sem cessar, com a melhor cooperação dos moradores da vila. No Tapajós, às vésperas da cessação da luta, alguns elementos ligados à função de Monte Alegre pretenderam alterar a ordem. A Junta correra à ação, remetendo um destacamento de 100 homens para Boim, onde ocorrera a intervenção dos rebeldes. Óbidos e o governo do Rio Negro, nessa mesma época, haviam começado a atritar com a Junta. O Governo do Rio Negro estranhara o ataque a Monte Alegre. Em vez de ação militar-naval, devia firmar-se como paz por via diplomática. Os rebeldes eram brasileiros, convinha não esquecer. Havia rivalidades, evidentemente, em face da posição que o governo militar daquela vila conseguira. A verdade, porém, é que graças à Junta e ao apoio dos habitantes de Santarém, que se mantiveram firmes nas suas convicções, numa cooperação franca e constante, a qual incluía não apenas a presença de seus homens nas fileiras das forças expedicionárias, mas igualmente a contribuição em dinheiro para que a tropa estivesse suficientemente provida de recursos para as operações, Santarém marcara um tento na hora grave que vivera a Província. E sua projeção firmara-se. Dirigindo-se à Junta e à Câmara, o Presidente Araújo Roso louvou a vila pelo comportamento que revelara, agradecendo, em nome do Imperador, a magnífica contribuição que dera para a restauração do império da lei[30].

[30] José de Araújo Roso agradeceu também à Junta do Rio Negro a cooperação prestada à de Santarém.

# Cabanos e Legais Disputam o Domínio do Baixo Amazonas

O encerramento do conflito que agitou o Baixo Amazonas, e no decorrer do qual Santarém teve aquele papel de relevo registrado nas páginas anteriores, não significou que se houvesse restabelecido, de todo, a ordem na região, ou mesmo na Província. Por todo o Império, lavrara àqueles dias, se não um estado de agitação militar e política violenta, um mal-estar que importava em confessar que a Independência não fora realizada com a extensão necessária. De certo modo, o processamento sereno com que fora alcançada era responsável por aquela insatisfação. Os homens do passado continuavam de posse do poder e isso criava mal-estar, levando muitos a admitir que uma restauração pudesse ocorrer a qualquer momento.

O Baixo Amazonas, no decorrer do primeiro reinado, não viveu em paz. A tormenta não fora encerrada com o fim da agitação que partira de Cametá. Durante todo o período, ocorreram incidentes que refletiam nervosismos, agitação de espíritos, perspectiva de desordem. Na *História de Óbidos*, tivemos ocasião de nos referir ao que foi essa fase, tendo em vista os sucessos do ângulo daquele centro urbano. Na *História do Amazonas*, fixamos um certo número de episódios que marcaram o momento na antiga Comarca e indicavam a existência de uma exacerbação que, se ocorria em pleno interior do Império, nas barrancas dos rios

amazônicos, com muito mais intensidade se estaria verificando pelo litoral, nos maiores núcleos políticos do país.

Santarém, nesses dias de incerteza, esteve atenta ao que ocorria em Belém e em outras unidades demográficas da Província. Rivalizando com Óbidos e Monte Alegre no predomínio sobre a Comarca, seus homens não se mostravam indiferentes ao que estava sucedendo. E sem demonstrações de entusiasmo pelo partidarismo violento que ensangüentava a Província de quando em quando, mantinham-se em posição de reflexão, amadurecidos para o exercício da liberdade decorrente do Sete de Setembro. A ação que desenvolvera no decorrer dos anos de 1823-4 não parecia bastante?

O comando militar da vila permaneceu em mãos do Capitão Antônio José de Faria. A Junta, constituída na hora difícil, encerrou suas atividades, dissolvendo-se sob os melhores agradecimentos da população. Em proclamação lançada a 24 de junho de 1824 aos seus soldados do 2.º Batalhão Imperial Pacificador do Amazonas, o Comandante Francisco Caetano da Silva exaltou-lhe a magnífica demonstração de civismo no decorrer dos acontecimentos sangrentos de Monte Alegre, concitando-os a se manterem fiéis ao Imperador e à causa da ordem e da disciplina militar, respeitando os superiores hierárquicos e as legítimas autoridades civis e militares da Província[1].

O Capitão comandante do Piquete de Cavalaria da Vila, João Antônio Luís Coelho, de seu lado, a 25 de julho, lançou também proclamação aos seus subordinados. A corporação constituía-se dos elementos mais graduados na sociedade de Santarém. Fora organizada nos momentos delicados da sorte da vila. O Presidente da Província, considerando a necessidade de que funcionasse um corpo de polícia local, capaz de manter a ordem e servir aos desejos de harmonia que promovia por todo o seu distrito político de governo, ordenara que o Piquete se mantivesse em armas, com aquelas funções. Ao se dirigir aos seus comandados, João Antônio Luís Coelho recordou-lhes os feitos na conjuntura difícil que fora experimentada e pediu-lhes que continuassem nos mesmos propósitos de fidelidade ao Imperador e à ordem constitucional vigente. E logo no dia seguinte, seguramente considerando as condições de cada um daqueles que haviam abandonado os seus quefazeres

[1] Códice 783, da seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.

para o exercício das armas, reorganizou o Piquete, ainda nesse momento integrado pelos elementos mais distinguidos da sociedade santarena[2].

A situação, como esclarecemos atrás, apesar de aparente quietude, na realidade devia ser considerada sempre sob reservas. Santarém tinha a responsabilidade de maior centro urbano regional. Mais no fragor dos acontecimentos, assumira posição de singular evidência. Não podia, de agora em diante, perder aquela condição prestigiosa de liderança que assumira, posição que Óbidos desejava empolgar. O Tapajós não estava pacificado. Em Boim, agentes da desordem continuavam a pregar a discórdia. Fernando José de Castro Melo, que fora encarregado de restaurar a disciplina nos núcleos do rio, sentia-se receoso de transferir-se para ali no cumprimento da comissão que lhe atribuíra o próprio Presidente José de Araújo Roso. O Juiz Ordinário Pedro Rodrigues Pargo e o vereador Pedro Antônio não cessavam na veiculação de notícias que cavavam diferenças no seio da população. As proclamações de paz, as instruções visando à restauração da tranqüilidade não eram divulgadas. Ao contrário, o que se veiculava incitava à desunião. Na vila criara-se um núcleo de mamelucos e de índios. Os brancos eram minoria. Os próprios mamelucos não dispunham de prestígio para impor-se. Os Juízes indígenas dispunham de tudo e não cediam a argumentos em contrário às suas decisões[3].

As deserções dos índios que se haviam mobilizado para a sorte das armas começavam a operar-se com grande intensidade. Bandos de antigos rebeldes punham em perigo a integridade dos vilarejos do Baixo Amazonas e da própria Comarca do Alto Amazonas. De Santarém partiu o alarme e o pedido de providências ao Presidente Roso, a fim de que fossem expedidas instruções às autoridades do interior no sentido de recapturar os desertores e devolvê-los às respectivas povoações. O Capitão Antônio Luís Coelho esteve ativo nesse particular. Parecia-lhe profundamente perigosa a existência desses desertores, que em última análise constituíam exemplos péssimos aos contingentes nativos

[2] Códice 783. A relação do pessoal que integrou o Piquete consta do mesmo códice.

[3] A documentação pertinente é abundante no referido códice. São interessantes, sobre o quadro que referimos, as exposições feitas por Fernando José de Castro e Melo ao Presidente da Província, a 28 de janeiro de 1824 e 8 de agosto de 1824.

da região, verdadeiro convite à vagabundagem, que levaria a perdas substanciais de braços para as tarefas da produção[4].

Era preciso, portanto, mão forte para evitar descaminhos, perturbações à própria economia local. O Capitão Bibiano Luís do Carmo, que tão boa prova evidenciara nos sucessos militares, foi então nomeado comandante militar da vila, com poderes para agir no sentido da manutenção da tranqüilidade. A tropa, todavia, estava no desembolso de seu soldo. Atuara durante algum tempo paga pelos moradores, pela Câmara, mas os recursos eram exíguos e se haviam acabado. Era preciso vencer a dificuldade. Tropa sem soldo em dia era tropa sempre disposta a ouvir maus conselhos e a agir com desenvoltura perigosa. O Capitão Bibiano tratou de obter os recursos em dinheiro para saldar os compromissos. Falou claro à Câmara da vila. Pediu uma providência, que devia também ser dada pelo próprio órgão fazendário da Província[5].

A esse tempo, a situação em Óbidos começava a agitar-se. Martinho da Fonseca Seixas, que desfrutava de prestígio político ali, em face de rumores de que a ordem seria alterada, procurou a cooperação de Santarém. O comandante da escuna *Carolina*, Tenente Antônio Maximiano de Chermont da Costa Cabedo, que se dirigia para Óbidos, ordenou-lhe a convocação de forças santarenas para uma ação sobre aquela vila. O comandante Bibiano, apressando-se em atender à requisição, fez partir, ao encontro da escuna, um pequeno destacamento de 20 praças sob o comando de um oficial de confiança. As escaramuças não ocorreram. A notícia da desordem era resultante da intrigalhada que campeava, ou antes do estado de ânimos reinante no Baixo Amazonas. O sucesso serviu, porém, para aumentar as distâncias que haviam começado entre Santarém e Óbidos. As autoridades desta última dirigiram-se em termos demasiado enérgicos ao Capitão Bibiano, que apresentou queixa ao Presidente Roso[6].

Pouco depois, circularam rumores de que Santarém ia ser atacada por um dos bandos que agitavam a hinterlândia. A vila

[4] Comunicação do Capitão, de nove de agosto de 1824, ao Presidente Araújo Roso, códice citado.

[5] Exposição de 8 de janeiro de 1825, do Capitão Bibiano, à Câmara de Santarém, e ofício de 22 de novembro de 1824 do mesmo Capitão ao Presidente Araújo Roso, códice citado.

[6] A documentação referente a esse episódio consta do referido códice 783. É copiosa e deixa ver claro a diferença perigosa que se estava abrindo entre as duas vilas, o que importava em quebra de uma harmonia necessária à existência da tranqüilidade da região.

foi posta em estado de alerta. Mês de fevereiro. Os prisioneiros, que deviam ser remetidos a Belém, estavam recolhidos a bordo de uma escuna surta no porto e impedida de partir por motivos de avaria. Os boatos foram atribuídos a parentes dos mesmos presos, interessados em evitar que viajassem para as prisões da capital. Entre esses presos havia alguns considerados homens perigosos à paz coletiva. Um deles, de nome Hilário Martinho, encabeçara pronunciamento armado em Alter do Chão[7]. Afinal, seguiram viagem, restabelecendo-se a tranqüilidade.

O Tapajós continuava, no entanto, a exigir cautelas. A extensão do rio, as facilidades para, ao longo dele, se esconderem elementos perturbadores deviam ser considerados devidamente para qualquer política visando preservar a ordem. A solução imediatista seria localizar, na ilha junto à cachoeira Maranhão, onde se fazia a fronteira com Mato Grosso, um destacamento. Já na fase final do domínio português, o Coronel José Maria de Moura tomava providências para evitar a fuga de escravos para aquela Capitania mandando pôr em Itaituba um destacamento. A fuga de escravos aumentava agora. Punha em perigo a atividade econômica. E permitia que os fugitivos, reunidos a índios e a elementos agitados, constituíssem uma força desassociativa[8].

Em meio a essas circunstâncias, que deviam ser devidamente consideradas, chegou ordem de Belém para que a barca artilhada com cinco peças, remetida do Alto Amazonas, a pedido da Junta Militar, regressasse àquela Comarca. O desfalque pareceu a todos profundamente perigoso. Santarém, como foi relatado ao Presidente Roso, não podia expor-se a uma surpresa. Pelo que o Capitão Bibiano, depois de examinar com a Câmara o perigo da saída da barca, dirigiu-se ao governo provincial pedindo que reconsiderasse o assunto. Ademais, a barca, cheia de armamentos, podia, no regresso a Lugar da Barra, cair em poder de bandos rebeldes e constituir uma tremenda experiência negativa à paz regional. Havia a considerar a existência de uma facção de "rabinos e republicanos", que não toleravam a presença de europeus, seguramente, na época, os portugueses que restavam. Um pasquim fora lançado na vila atacando o Capitão, que era o esteio da ordem, e fazendo ameaças àqueles estrangeiros. Na ousadia, os inimigos do militar se haviam dirigido ao novo Presidente da

7 Comunicação do Comandante Militar ao Presidente Araújo Roso, de 28 de fevereiro de 1825, códice citado.
8 Cf. ofício do Capitão Bibiano ao Presidente Araújo Roso, códice citado, de 19 de abril de 1825.

Província, José Félix Pereira de Burgos, advertindo-o de que a ordem estava mantida e inexplicavelmente o Capitão mantinha em armas os moradores que, desse modo, tinham seus afazeres interrompidos ou prejudicados. Voltava-se a insistir no regresso da barca artilhada, que pertencia ao morador de Rio Negro Antônio da Silva Craveiro, comerciante no Lugar da Barra e membro da Junta que governava a Comarca. O mais grave não estava nesses fatos, mas na continuação do estado de insolvência da fazenda no tocante ao pagamento do soldo da soldadesca. Elevavam-se agora, mês de agosto de 1825, a 16 meses... de atraso. Não era extremamente perigoso? E no entanto, os cofres da fazenda imperial na vila dispunham de recursos para fazer a despesa[9].

A solução foi a mudança no comando. O Capitão Bibiano foi mandado voltar a Belém, entregando o comando militar ao Capitão de segunda linha Antônio de Faria, o que ocorreu a nove de setembro. O Capitão Diogo Vaz de Moya, a 17 de novembro, por ordem expressa do Presidente Pereira de Burgos, substituiu o Capitão Faria. A vila estava em paz. A barca artilhada foi mandada de volta ao Alto Amazonas[10].

A população, entregue aos seus trabalhos de rotina, como que se esquecera das atribulações dos dias da Junta Militar. E nesse estado de espírito, não se negou a cooperar com o governo, atendendo ao apelo que lhe endereçara visando a construção do canal do Igarapé-Mirim, para isso contribuindo, não em dinheiro, mas com 90 alqueires de farinha. Era uma participação interessante, expressiva como demonstração de espírito público, sentimento de solidariedade, mas que revelava as condições que se viviam. Não havia o dinheiro necessário ao pagamento da contribuição voluntária, pelo que essa se efetuava por meio de um gênero de primeira necessidade. Por todo o interior, na mesma época, as contribuições eram realizadas de maneira idêntica. Não havia exceções[11].

É desse período um pronunciamento de um morador de Santarém, que dá um traço vivo da situação. Trata-se de um memo-

[9] A propósito, pode ser consultada a documentação constante do códice 783, em particular os ofícios de 25 de maio, 11 de agosto, nove de setembro, todos de 1825, do Comandante Bibiano ao Presidente da Província.

[10] Comunicação do Capitão Moya ao Presidente da Província, de 17 de novembro de 1825, códice citado.

[11] O encarregado da obtenção dos recursos foi Fernando José Castro Melo.

rial endereçado ao Presidente da Província pelo Capitão Joaquim Colares, negociante estabelecido na vila há 30 anos[12]. Falando ao governante numa linguagem clara e bem-orientada, disse que confiava nas leis em vigor — "conhecendo que as leis são feitas para assegurar a todo o bom cidadão a sua Propriedade, e o seu Direito, assim, logo que a Pátria o protege da mesma forma toma maior interesse em se dedicar a ella com algum serviço". E como tal, vinha pleitear para os habitantes do distrito onde exercia sua atividade criadora a proteção do Estado. Os santarenos constituíam, na família paraense, um núcleo magnífico de trabalho e de serenidade. A posição do núcleo era privilegiada, dando margem a operações mercantis com Mato Grosso. Esse intercâmbio, todavia, estava sendo dificultado pela fuga dos escravos, que se juntavam, pelo Tapajós, aos grupos indígenas. Essa situação se vinha agravando com os sobressaltos decorrentes dos sucessos políticos. Índios e escravos africanos, trabalhados por espíritos agitadiços, opunham embaraços ao tráfico e à exploração das "drogas", que se colhiam secularmente na floresta. Recordando as providências tomadas pelo Brigadeiro José Maria de Moura, que mandara um destacamento comandado pelo Capitão José Henriques de Morais com resultados precários em virtude do regresso a Belém do referido oficial, apelava para a consciência do governante, a fim de que viesse em socorro dos que desejavam criar riqueza na exploração da terra. A presença de escravos fugidos, índios, desertores das forças armadas, era tremenda dificuldade, e o destacamento, uma necessidade inadiável. No ano anterior, às influências daninhas dos que promoviam a desordem, 11 pessoas, que se entregavam ao comércio, haviam sido assassinadas. O quadro constante da exposição, significando um estado de espírito da coletividade, que desejava prosseguir na produção de bens para o giro mercantil, portanto para a fortificação econômica da Província, valia também como uma evidenciação de que a ordem continuava em perigo. Não seria possível realizar qualquer política de vitalização com o espectro da anarquia a surgir a todo instante.

A documentação que se guarda na seção de manuscritos da Biblioteca Pública do Pará é abundante na evidenciação da existência do clima de insegurança, ou antes, de apreensão, que dominava todo o Baixo Amazonas. Na *História de Óbidos*, registrei vários aspectos da conjuntura político-social. Em Santarém,

[12] Essa exposição consta do códice 783.

como nos outros núcleos da região, o quadro não diferia. Os incidentes entre portugueses e brasileiros extremados ocorriam a todo instante. Todavia, em Santarém, aos poucos se fora consolidando a ordem, o que significava muito, uma vez que a vila servia de verdadeira capital de vasto trecho da hinterlândia. Entre Belém e o Alto Amazonas, Santarém representava um centro de ligação, de controle, de comando. "Entre as mais ricas e populosas Villas da Província tem Santarem a preferência pelo seu local. Está situada na margem Austral do Grande Amazonas, à foz do Rio Tapajós, sôbre a mais bella, e a amena planície, no milhor local que seguramente pode haver em toda a Provincia: Seu terreno se concentra ao Sul em largura imença, e se alonga de Leste ao Este, em não pequena longitude[13]." Havia, em 1828, 1.004 fogos, 5.361 habitantes livres e 2.895 escravos. Era, então, a vila mais poderosa do sertão. Nela sediava, além da Vigararia-Geral do Baixo Amazonas, a do comando militar que abrangia a vila, mais as de Alter do Chão, Vila Franca, Boim, Pinhel, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, e Faro, os lugares de Aveiro, Santa Cruz, Uxituba, Itaituba, no Tapajós, e Oiteiro, no Amazonas. O poder militar e o religioso asseguravam-lhe a posição preponderante, de que usufruía, mas lhe impunha obrigações severas — ordem pública e ordem espiritual.

Ainda em 1827, por ocasião da inauguração da matriz de Santarém, em Óbidos, onde as paixões não cessavam, às notícias de que as facções em luta agiriam com violência, o comandante militar, João Roberto Aires Carneiro, veio de Santarém, a fim de evitar o conflito, logrando êxito integral[14]. Em 1834, novas escaramuças programadas, foi a vez do Vigário-Geral, padre Raimundo Antônio Fernandes, que era homem enérgico, decidido, português que aceitara o regime brasileiro, apesar de seu exaltado amor à pátria peninsular. Como comandante militar, conseguiu vencer a procela anunciada, pondo termo ao incidente registrado[15].

Santarém desde 1827 tinha novo comandante militar. Era o Coronel João Roberto Aires Carneiro. Tratava-se de autêntico

[13] Informação sobre Santarém e demais núcleos do Baixo Amazonas, apresentada ao Presidente da Província pelo Coronel João Roberto Aires Carneiro, a oito de janeiro de 1828, códice 451, da seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará.

[14] Cf. a *História de Óbidos,* de nossa autoria, *in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo 185, Rio, 1944.

[15] Cf. nossa *História de Óbidos,* onde registramos todo o ambiente de tensão que agitava a região.

prócer da Independência. Conforme documentação existente no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fora enviado ao Rio de Janeiro, em 1823, para obter ajuda que permitisse ao Pará desligar-se de Portugal, incorporando-se ao Império. Atuara intensamente. Fora escolhido para a comissão por seus companheiros de anseio cívico, pela habilidade e pelo destemor que demonstrava. Viajara, pelo interior, para alcançar a capital do Brasil.

Aires Carneiro, logo que assumiu o comando, tratou de verificar as condições que particularizavam a vida do distrito. Deu um balanço na realidade local. Inventariou necessidades e peculiaridades. Não se restringiu aos aspectos militares. Compreendendo que lhe cabia uma responsabilidade muito grande no posto que estava exercendo, desejou conhecer Santarém e demais unidades. Num primeiro relatório, enviado ao Presidente da Província a 8 de janeiro de 1828, apresentou os dados esclarecedores que particularizavam a situação política, social, econômica e material. Em segunda memória, elaborada a primeiro de dezembro, foi mais amplo nas informações, que cobriram o mesmo campo, agora, todavia, com um conhecimento mais apurado do meio e, conseqüentemente, esclarecimentos mais exatos e mais densos. Defeitos, erros, possibilidades, tudo foi arrolado. Nas conclusões, afirmou:

"Se o Governo olhar com attenção para a Villa de Santarem, se estabellecer nella huma forma de governo adequado às suas circunstancias e do interesse Nacional, poderá vir a ser em poucos annos huma vistoza cidade; florecente pelo seu Commercio facilimo de augmentar, pois que a Natureza ahi paresse estar por toda a parte lançando em rosto a froxidão dos habitantes. Ripito, se o Governo olhar com vistas patrioticas para a Villa de Santarem, o Brazil terá nella huma nova cidade na margem do Soberbo Amazonas, que pela sua imensidade e doçura de seu clima, convidará aos cidadãos de todo o Mundo para a hirem habitar; porem se continúa a subsistir o systema prezente-mente adoptado, então ella nunca passará do que he no conceito do serto cidadão[16]."

O Coronel Aires Carneiro era um homem imbuído de idéias generosas. Desejava o progresso, ansiava por que a Província caminhasse com passos largos, vencendo hesitações e rotinas prejudiciais. Embora confinado às obrigações militares, nem por isso deixou de interessar-se pelos assuntos que lhe pareciam exigir a

[16] Esse relatório consta do códice 455, da referida Biblioteca do Pará; é datado de 28 de dezembro de 1828.

intervenção de quem pudesse ou tivesse de contribuir para realizar. Movimentando a sociedade local, tentou edificar um salão para que nele funcionasse uma aula ao método lancasteriano, que constituía a grande novidade educacional na época. O professor seria um Antônio Dias Ferreira Portugal, que possuía experiência, demonstrada em curso que ministrara na própria vila. As despesas correriam por conta da sociedade santarena — mil réis mensais, obrigando-se o professor a ensinar gratuitamente a 12 crianças. No tocante ao funcionamento dos serviços públicos, procurou interessar a Câmara na concessão de terrenos onde se erigissem a nova casa da mesma Câmara, o quartel e a cadeia. As casas onde estavam instalados eram uma vergonha: o quartel não permitia que os soldados nele dormissem — dormiam na rua; a Câmara funcionava onde morasse o Juiz-Presidente e só possuía, de própria, uma mesa velha e estragada. "Os presos civis e de justiça, sem custódia, he necessário dar-lhes a villa por humenagem ou mantellos em troncos contra a lei ou finalmente dar-se-lhes carceres privados contra a mesma lei."

Tendo solicitado a providência do governo provincial, nenhuma repercussão encontrara às suas observações. Mas, como era homem de decisões, conseguiu, do próprio bolso e da cooperação de amigos, recursos com que transformou "huma arroinada e immunda caza" em "decente e assiado quartel", onde pôde construir "forte e limpo calabouço". Para as sentinelas, que ficavam até então expostas às intempéries, construiu guaritas. O trem de guerra era uma hipótese — as peças jogadas à rua, o armamento, as munições, tudo abandonado num corredor da casa, sem qualquer segurança. Reconstruindo uma casa abandonada e levantando outra de pedra e cal, a elas fez recolher o material de guerra. Quanto às peças de ferro, montou-as em bons reparos e as localizou, como baterias, com frente para o Amazonas e para os lados extremos da vila, de modo a garantir-lhe a defesa[17].

As condições existenciais vigentes por toda a comandância pareciam-lhe precaríssimas. O grau de instrução era baixo. A população indígena, que participava da vida política, não dispunha de conhecimentos para o uso dos direitos que as leis lhe atribuíam. Um fato, que registrou em uma de suas memórias, é bastante para dar a medida. Vamos lê-la:

"Hum Negociante da Villa de Santarem tendo hido ao giro do seu negocio pelo rio Tapajós, aportou a Villa de Boim. Ainda

17 Relatório de 28 de dezembro citado.

a canôa não tinha largado ancora; eis que se aprezenta o Porteiro intimando-lhe que de Ordem da Camara se aprezentasse em continente nos Passos do Conselho: Como pode a Camara Saber que eu me acho aqui, disse o Negociante, se apennas acabo de chegar, e ainda ninguem me viu? O Porteiro enfurecido por não ser de prompto obdecido virou costas protestando que em breve tempo lhe faria conhecer milhor quem elle era... O Negociante não sabendo a cauza deste enfado, chamou pelo Porteiro, rogando-lhe esperasse em quanto se vestia; mas o Porteiro sem o querer ouvir se retirou. Não tardarão dez minutos; eis que se aprezentão cinco homens/Indios/vestidos com calções curtos de panno de algodão, camizas do mesmo com a fralda para fora, descalços, com chapeos de palha, tendo cada hum delles hum comprido páo na mão, e huma saia preta deitada pelos ombros: em tão o Negociante espantado com a vista desta procissão, se dirigio a elles perguntandolhes quem erão e o que querião?

Quem somos dissi hum delles, pois não ve que este he o Senado desta Villa, a quem V.Mcê a pouco desobedeceo, incorrendo assim em pena de morte? O Negociante rodiado daquelles sugeitinhos, receioso de que levassem a asneira mais longe, deu mil desculpas que filizmente forão atendidas, dizendo que elle já se hia vestir para acompanhar aonde quizessem, mas o Juiz Prezidente o interrompeu dizendo, nada, nada, venha assim mesmo, por que esta Camera não hé de seremonias. Assim foi o Negociante levado em Procissão até aos passos do Concelho aonde se lho deo o lugar de Prezidente que elle recuzou acceitar, porem à Camera lhe ordenou que sem replica o aceitasse. Aberta a Sessão disse o Prezidente — Meus Senrs a quatro dias que estamos em variação, sem que aparessa hua só pessoa que saiba lêr, para nos dizer o que contem neste officio do Exmo. Snr. Prezidente da Provincia, elle aqui: então todos prestarão attenção e o Negociante commessou a leitura do Officio, findo o qual lhe ordenou a Camera que respondesse. O que querem V.Sas. que eu responda disso o Negociante? responda lhe tornou o Prezidente, responda o que quizer, e não desobedeça à Camera. O Negociante para se ver livre delles, escreveo o que lhe pareceo, e cada hum dos Vereadores se prestou prontamente com a sua cruz, sem que sobesse o que continha a resposta. Concluido este acto, foi o Negociante acompanhado pela Camera até a sua Canôa, aonde despedindo-se delles até ao outro dia, lhe ordenarão não sahisse daquelle porto sem nova ordem aparecerão no outro dia e o mimosearão com bello peixe fresco, e caça que tinham hido agenciar e agradecendolhe muito o grande serviço que lhes tinha feito, lhe permittirão

licença para se retirar. A Camara da Villa de Pinhel que muitas vezes em pequenas Canôas, em huma destas vezes ordenou ao Com.e Policial de Itaituba que dentro do prazo de tres mezes sahisse daquelle districto e que a elle nunca mais voltasse, dezapossanduo assim, não só do seu Emprego como da sua propriedade[18]."

O progresso político regional fazia-se, assim, muito lentamente. Seria uma conquista do tempo. As simples providências governamentais não se mostrariam suficientes. A experiência com os altos e baixos naturais é que asseguraria o êxito final. Quase ao expirar do domínio português, um Capitão-General, o Conde dos Arcos, em reflexões endereçadas ao Rio de Janeiro, expunha seus pontos de vista acerca de homens e coisas regionais. No seu entender, a sociedade amazônica mostrava-se ainda profundamente selvagem. Pouco ascendera para uma posição menos bárbara. Seria esse também o modo de ver de governantes mandados da capital do Império, estranhos às características da formação local e, por isso mesmo, incapazes de compreendê-la nas suas peculiaridades, nas suas diferenças. O Brasil, ao sair do regime colonial, não possuía uma feição unitária. As diferenciações regionais eram muito acentuadas. E já constituíra uma prova admirável de resistência a simples manutenção da unidade territorial num continente que se afundava na desordem que estava levando a maiores esvaziamentos os velhos núcleos que os espanhóis tinham criado. A incompreensão dos problemas regionais provocava insatisfação. O primarismo da sociedade não era entendido convenientemente para as soluções que podiam ser decretadas. Desse primarismo apenas se indicava ou registrava o que possuía de pior, o que, efetivamente, não estava certo.

Em 1831, a divisão que lavrava na família santarena e era mais uma manifestação do estado de espírito, cresceu. De um lado, os nativistas exaltados, e de outro os elementos considerados suspeitos de ligação com Portugal — portugueses de nascimento ou deles descendentes diretos, e por isso manifestamente simpáticos aos próprios pais. No mês de setembro, essa divisão avivou-se através de um incidente que tomou proporções. A 13, tendo sido mandado recolher a bordo da escuna de guerra *Maria da Glória*, comandada pelo Tenente Aranha, que acabava de chegar do Alto Amazonas, até onde fora em missão militar, a artilharia e munições existentes no trem de guerra, o comandante mili-

18 Relatório de 28 de dezembro citado.

tar interino, João Batista da Silva, ordenou que a mesma fosse desembarcada e recolhida novamente ao depósito natural. Recusando entregar aquele material, à alegação de que o referido comandante militar era suspeito aos brasileiros natos, mantendo ligações com a corrente lusófila, o Tenente Aranha apresentou-se ao quartel, em terra, desautorando o comandante João Batista, e exigindo uma reunião de notáveis. Convocados, nesse mesmo dia, às 16 horas, compareceram o Juiz Ordinário, o Presidente da Câmara, o Vigário-Geral, o Tenente-Coronel comandante do Corpo de Ligeiros. Os debates foram animados. O Vigário-Geral, o Juiz e o Tenente Aranha manifestaram-se contra o retorno do material de guerra ao trem. Por fim, foi vencedora a proposta do comandante João Batista, sob a condição de que o parque fosse dirigido por oficial de confiança dos três, no caso o Capitão Azevedo, organizada uma guarda nacional composta de pessoas escolhidas pelo Juiz de Paz. A Câmara, reunida, convocou o comandante militar. Os boatos de perturbação da ordem começaram a circular com intensidade. Aqui e ali formaram-se bandos que pareciam dispostos a agitar, a provocar incidentes. Uma escuna de guerra, a *Alcântara*, sob o comando do Segundo-Tenente Lorde Souza, provocou, como era natural, o recrudescimento da inquietação. Argüía-se que o comandante João Batista preparava-se para dar um golpe nos brasileiros natos. Os dois oficiais de marinha, ao contrário, eram a garantia da ordem[19].

A correspondência enviada a Belém, pelas autoridades locais, inclusive um sumário de culpa a que João Batista fez proceder contra os que ele apontava como agentes da desordem, que maquinavam um pronunciamento a 13 de setembro, serviu para esclarecer os governantes, na capital, sobre a situação. Impunha-se a presença de quem tivesse suficiente autoridade para dominar e impor a pacificação dos espíritos. O escolhido para a comissão foi o Capitão Hilário Pedro Gurjão, realmente um militar às direitas, de quem os Presidentes da Província mais de uma vez lançaram mão para conciliar populações exaltadas e restituir a uma convivência salutar sociedades que fugiam ao clima de compreensão e de tranqüilidade que devia presidir às relações políticas.

Assumindo o comando militar sob as melhores esperanças de todos, recebido à distância da vila por grupos que embarcaram e o foram buscar ainda no Amazonas, o Capitão Gurjão constatou

[19] Ofício do Comandante Militar, de quatro, 18 e 25 de outubro de 1831, ao Presidente Marcelino José Cardoso, documento avulso da seção de manuscritos da B.A.P. do Pará.

as divergências que estavam criando a insegurança. E com aquele equilíbrio de comportamento que era muito seu e que produziu sempre os melhores frutos, conseguiu vencer as indisposições reinantes, para que se restaurasse a confiança coletiva[20].

Meses depois, tinha de deixar a vila. É que, tendo rebentado em Lugar da Barra, hoje Manaus, um movimento revolucionário que proclamou a separação da Câmara do Alto Amazonas da Província do Pará, considerada graduada na condição de Província do Império, fora mandado assumir o comando militar da Comarca, depois de desbaratados os insurgentes. Logo no primeiro momento, informado do pronunciamento armado e receoso de que se propagasse pelo Baixo Amazonas, onde havia sempre ambiente para explosões nativistas, tomara uma série de precauções, desse modo tentando impedir que se reacendessem as paixões locais. Sua atuação serena lograra sucesso. A paz não fora perturbada.

A essa altura, o Conselho do Governo, em Belém, para cumprir o que se determinava no Código do Processo Criminal, decretado para todo o Império, reunira-se examinando a situação geral da Província no referente à sua organização administrativa. Vilas antigas estavam decadentes. Povoados, criados por Mendonça Furtado quando iniciara a politização do extremo norte como parte de sua campanha ou programa para destruir a influência e o poder dos religiosos, ao contrário floresciam, em contraste com aquelas. Evidentemente, chegara o reconhecimento da situação nova que se criara. Mais — para reajustar o quadro político-administrativo regional, dando-lhe uma estrutura de acordo com as realidades que se estavam constatando. Havia, por fim, uma particularidade: nos dias de Mendonça Furtado, registrara-se uma exagerada preocupação de tornar a Amazônia inteiramente constituída à feição de Portugal, donde os nomes portugueses impostos aos núcleos demográficos, em substituição aos nomes indígenas adotados quando do estabelecimento dos mesmos. Agora era hora de dar um passo em outra direção. Os pruridos nacionalistas, as exaltações antilusitanas tomavam vigor. Por que não fazer a mudança, que significasse lealdade à pátria, proclamação de que a região estava integrada na direção nacionalista do momento? Não seria apenas pelos gestos marciais que essa conduta, ou esse

[20] Sua correspondência, em particular os ofícios de 29 de outubro de 1831 e 23 de abril de 1832, encontra-se em avulsos na B.A.P. do Pará, não tendo sido ainda reunidos em códices como o restante da documentação ali guardada.

estado d'alma, podia ou devia ser exteriorizada. E o Conselho do Governo, em reuniões realizadas entre 10 a 17 de maio de 1833, tomou conhecimento do assunto sob todos os ângulos por que poderia ser considerado, efetuando uma revolução com a reorganização que efetuou. A 25 de junho, o Presidente da Província, Brigadeiro Machado de Oliveira, decretou a reorganização administrativa.

De acordo com o Código do Processo, as Províncias deviam constituir-se de distritos de paz, termos e comarcas. O Conselho do Governo cumpriu a determinação do Código. Segundo Ladislau Monteiro Baena, no *Ensaio Chorografico do Pará*, o Conselho não ouviu a voz da experiência, que estaria nos informes de pessoas ligadas à vida do interior da Província, os párocos e os professores, que, pelo contacto diário com os problemas de direção e de existência da hinterlândia, deviam ter sido a melhor contribuição para a política que se estava adotando. As críticas formuladas, as reclamações que surgiram, os descontentamentos não foram poucos. O próprio Presidente Machado de Oliveira, na "fala" com que, a três de dezembro, se dirigiu ao Conselho dando contas de sua administração, confessou a existência do mal-estar[21]. Cabe aqui referir que a reforma fazia desaparecer da condição municipal vários núcleos criados no decorrer do consulado pombalino. Esses núcleos estavam decadentes. Não possuíam, entre os seus habitantes, quem pudesse exercer os cargos e funções decorrentes da graduação política do núcleo. Por que, portanto, mantê-los, quando muitos outros estavam prosperando e não dispunham do título ambicionado de sede de Município? A grita que se ouviu era na realidade uma decorrência da perda de situação de muitas daquelas unidades municipais em favor de outras novas.

No particular do Baixo Amazonas, ou antes, de Santarém, não houve diminuição. Foi mantida a vila. E, numa demonstração de que merecia o apreço das autoridades mais responsáveis da Província, erigida em sede da Comarca então criada. Como Comarca, governaria, no judiciário, todo o Baixo Amazonas. Sede do Comando Militar e da Vigararia-Geral instituída pelo Bispo D. Romualdo de Souza Coelho, Santarém passava, com a reforma, a dispor de um poder imenso. Sua prosperidade, seus gestos de fidelidade à ordem, sua posição geográfica, entre o delta e o Alto Amazonas, estavam garantindo o prestígio alcançado.

21 A "fala" em questão consta do códice 468, da B.A.P. do Pará.

Na "fala" de 1.º de dezembro de 1830, o Presidente Barão de Itapicuru-Mirim propusera a criação da nova Comarca. Escrevera:

"Pede por tanto a razão para melhor expediente da administração pública, em que se crie mais huma Comarca na Villa de Santarem, ou que/se a despeza anexa he extraordinaria para o estado em que se acha a Provincia, ao que em me confórmo/se transfira a Ouvidoria do Marajó para aquella Villa, até porque sendo hoje de tanta consideração por ser centro do Comercio do Sertão, e por que a natureza mostra que ainda o hade ser dos que traficão da Provincia de Matto-Grosso, e de Gouazes para ésta; achando-se, de mais disso, na Fóz do Rio Tapajós, e tendo Capitalistas consideráveis, e por isso de muito bôa escolha para os cargos das diferentes Repartiçoens da Publica Administração, reune assim todas as vantagens, e n'esse cazo à divizão mais natural, e conforme para seu Destricto seria/como melhor se vê na minha indicação approvada na Acta do Conselho do Governo desta Provincia em Sessão Ordinaria de 21 de Julho de 1826/para a parte d'Oéste, a mesma divizão que subsiste ainda hoje entre o termo da Comarca desta Capital e a do Rio Negro, e para Léste, a linha que passasse pouco á Léste da Praça de Macapá ao Meridiãno de 326º e 15' pouco mais de longitude da Ilha de Férra, dirigindo-se para a parte do Sul pelo Canal intermedio às Ilhas dos Porcos e Guanapú, já deserta, e para Norte tomando a direcção variada de Amazonas até a Fóz do Rio Araguary[22]."

Na "fala" de 7 de dezembro de 1831, o Presidente Marcelino José Cardoso insistira na proposição de seu antecessor — "Aproveito a ocazião para vos lembrar que a criação de uma cabeça de Comarca em a Villa de Santarem em forma que propuz ao Exmo Barão d'Itapicurú Mirim em a sua Falla da instalação do anno passado he utilissima ainda mesmo que se suprimisse a Comarca de Marajó, e neste cazo deveria ficar sugeita a Comarca da Capital no que se concordaria com o voto da Comarca de Monsarás, que isto mesmo já tem pedido[23]."

A criação da Comarca atendera, portanto, a exigência a que o governo se sentira na obrigação de satisfazer. Não decorria de uma simples manifestação de generosidade. Era, muito mais, um ato político que consultava à realidade. A Comarca constituía uma necessidade. E Santarém era a sede naturalmente indicada.

22 Essa "fala" consta do códice 640 da B.A.P. do Pará.
23 Essa "fala" consta do referido códice 640 da B.A.P. do Pará.

Na oportunidade, convém registrar, a Câmara Municipal devia reunir-se para reorganizar os respectivos distritos. Cumpriu a obrigação. Devia fazer a indicação, em lista tríplice, de nomes para compor os quadros da magistratura inferior — Juiz Municipal, Juiz de Órfãos, Promotor Público. E na conformidade dos interesses locais, os que mereceriam a escolha. Tudo foi feito, sem incidentes.

É momento para registrar que a Comarca compreendia todas as vilas e povoados do Baixo Amazonas. Começava na zona dos estreitos e se estendia à fronteira com a Comarca do Alto Amazonas. Integravam-se neles, portanto, os Municípios de Faro, Pauxis (Óbidos), Vila Franca, Monte Alegre, Macapá, Porto de Mós, Gurupá.

É momento de registrar também que Santarém, no processo de alteração nominativa que trazia a marca nacionalista, deixou de ter o nome tradicional. E passou a denominar-se Vila do Tapajós. Homenageava-se, desse modo, a velha tribo que dera nome ao rio e provocara o interesse dos missionários, dos capitães da conquista, dos que estudavam as peculiaridades da Região Amazônica. Vila do Tapajós. Como se comportaria na conjuntura política que se estava iniciando? Não apenas em face da graduação que lhe conferira todos aqueles poderes, mas principalmente em face dos acontecimentos políticos graves que ameaçavam a ordem coletiva por toda a Província. Teria a mesma decisão dos tempos heróicos da Junta Militar?

Pela lei, a Comarca compreenderia, numa subdivisão, os termos como unidades judiciárias. Os termos de Santarém eram Alenquer e Alter do Chão, que perdiam a condição de vilas. A Comarca seria gerida por um magistrado formado, de nomeação do Imperador, com o título de Juiz de Direito, que substituía a velha denominação lusitana de Ouvidor. O escolhido para efetuar a instalação da Comarca e dar início à nova quadra foi o Dr. Joaquim Rodrigues de Souza. Ainda pela lei, o Juiz de Direito acumulava as funções de Chefe de Polícia da região, isto é, do Baixo Amazonas. Poderes amplos, de verdadeiro chefe de Estado em miniatura.

Seriam suficientes essas medidas para que o Baixo Amazonas vivesse uma nova fase, tranqüilamente, em ascensão política e progresso material? Ainda em agosto de 1834, quando a experiência da nova fase ia em caminho, o Comandante Militar do Alto Amazonas, Manoel Machado da Silva Santiago, de passagem por Santarém a caminho de Manaus, informava ao Presidente Bernardo Lobo de Sousa, de quem era pessoa de confiança, que

a situação na vila não lhe parecia boa. A intrigalhada voltara a ferver. Os partidos formavam-se à volta das questões que estavam novamente a agitar a Província. As autoridades temiam desordens. A tradição de turbulência dos núcleos vizinhos à sede da Comarca era uma das razões do temor existente. Desejavam os responsáveis pela ordem pública que uma barca artilhada permanecesse no porto à disposição delas, a fim de intervir em qualquer acontecimento de maior gravidade. Os boatos que de quando em vez sacudiam a vila continuavam a ser divulgados. Em todo caso, tudo era mais nervosismo que propriamente um fato em perspectiva[24]. Seria perfeita a análise do Comandante Militar? Era realmente aquela a situação?

A Amazônia, no decorrer do qüinqüênio 1835/40, ia experimentar ou padecer uma das mais sangrentas aventuras políticas que se registraram no processo de politização do Brasil. A insatisfação das multidões nativas que se julgavam esbulhadas nos seus direitos desde o momento da Independência, que não se sentiam felizes no atendimento de suas necessidades materiais mais imediatas, que continuavam naquela mesma condição de inferioridade social e econômica que vinha dos dias da colonização, que viam nos antigos dominadores os mesmos poderosos de sempre, mantidos nos postos, agraciados com as atenções e os favores do governo, a usufruírem todas as venturas decorrentes do poder econômico e do poder político, tinham chegado ao clímax de suas desesperanças. Os líderes que as haviam conduzido até então estavam cessando no seu prestígio. Não haviam resolvido os problemas que afligiam aqueles seres mediocrizados pela condição econômica e social em que eram mantidos. Faltara-lhes a visão exata e penetrante para compreender que as soluções tentadas estavam superadas, pois não encontravam fundamento na verdadeira situação que teimavam em não querer ver. Anos passados, um historiador alemão, examinando o período, os fatos, os homens, as raízes dos sucessos, percebera facilmente o que aqueles chefes não tinham entendido, no primarismo de seu imediatismo de concepção. E afirmara que todo o processo revolucionário não passara de um pronunciamento dos que tinham contra os que não tinham, isto é, um esforço dos menos favorecidos para a ascensão que

[24] A comunicação de Machado de Oliveira tem a data de 19 de agosto de 1834 e é documento avulso da B.A.P. do Pará.

lhes vinha sendo recusada, e eles agora cobravam pelas armas, numa violência sem limites e de certo modo a causar espanto aos que estavam habituados a ver, nas populações regionais, uma humanidade tolerante, calma, serena, tranqüila, sem atitudes excessivas, numa quietude de escravização[25]. Humanidade doce, passiva, que permitira toda a exploração a que vinha sendo conduzida. A história dos acontecimentos que ensangüentavam a Província tem de buscar suas fontes nos episódios de Cametá, e no decorrer dos quais Santarém se dispusera a agir em favor do que entendia ser a legalidade, isto é, o governo estabelecido em Belém depois de 15 de agosto.

Dirigindo a Província sem a necessária maneirosidade, desatento à realidade ambiente, mais interessado em ver as coisas pelo ângulo dos reflexos da vida política das demais áreas do Império, ou da Corte em si, que propriamente pelas suas causas locais bastante autônomas, o Presidente Bernardo Lobo de Sousa provocou a reação das forças da oposição. E dessa reação resultou o assassínio daquela autoridade e do Comandante das Armas, o Coronel Santiago, que deixara o Comando Militar do Alto Amazonas. A nova era de estarrecer. As Câmaras do Baixo Amazonas assustaram-se. E numa coligação de esforço por manter a ordem, trataram de solidarizar-se, numa espécie de liga defensiva que tinha em Santarém e em Óbidos seus mais poderosos e ativos pontos de apoio e de comando. Pela lei, cabiam as providências, coordenadas para o bem comum, ao Juiz de Direito, que era, lembremos, o Chefe de Polícia regional. A iniciativa, como era natural, partiu de Santarém, cuja Câmara, tomando conhecimento do que estava ocorrendo, tratou de organizar a defesa da vila e de conseguir a cooperação armada das demais edilidades para a frente comum. A reunião teve lugar a 20 de março[26]. O Juiz de Direito, Dr. Joaquim Rodrigues de Sousa, propôs a constituição imediata de um conselho defensivo, naturalmente uma ressurreição da Junta Militar de 1823-4. Mais, a organização de cruzeiros de pequenas embarcações, à falta de barcas artilhadas, para evitar qualquer surpresa dos rebeldes sobre a vila; a formação urgente de um corpo de artilharia com três peças de bronze que havia, e o lançamento de destacamentos fora da raia do núcleo, em pontos que permitissem uma operação defensiva. Por fim, aquela inicia-

[25] Referimo-nos ao historiador Hamdelmann, na sua *História do Brasil*, edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio, 1930.

[26] Ata da sessão *in* Bortino de Miranda, *Manaos. Sua História e Seus Motins Políticos*, pp. 14 a 16, Manaus, 1908.

tiva da congregação de todas as forças do Baixo Amazonas, que deviam procurar, também rapidamente, a colaboração do Alto Amazonas, como sucedera no passado, isto é, entre 1823-4[27].

A reação favorável foi completa. E Baixo e Alto Amazonas coordenaram-se, deram-se as mãos, mais uma vez, para perseguir o objetivo da paz oficial. As Câmaras das duas regiões declararam-se dispostas a lutar com ímpeto guerreiro. Ordenaram verdadeira mobilização de seus quadros populacionais capazes de pegar em armas. Lançaram proclamações condenando o pronunciamento revolucionário de Belém e declarando ilegal o governo que ali se instalara pela força da rebelião. Santarém, na conjuntura, parecia realmente um núcleo de resistência capaz, por si só, de pôr fim à inquietação reinante. A infiltração dos descontentes, dos que simpatizavam com a revolução, estaria contida nos seus efeitos. O Juiz Rodrigues de Sousa, numa atividade intensa, procurava conduzir os acontecimentos de acordo com a sua concepção e as suas diretivas políticas. Os contatos que manteve com seu colega, o Juiz Henrique João Cordeiro, do Alto Amazonas, com as autoridades civis e militares das várias unidades municipais da região, eram constantes e deixavam a impressão de que tudo caminhava bem[28]. A subida dos revolucionários podia ocorrer, na hipótese de se apoderarem de Breves, que, em conseqüência, precisava ser devidamente garantida. Para lá fez deslocar suas escunas, artilhadas e um destacamento que engrossaria o local. Mas ainda havia a oportunidade de outra passagem. Essa era a do Tajapuru-Tapera, que o comandante de Breves devia ocupar imediatamente. Não dispondo, porém, de elementos para dominar o ponto perigoso, apelou para o Presidente legal, o Marechal Manoel Jorge Rodrigues, a fim de que para lá mandasse os reforços possíveis. E, num apelo dramático ao mesmo governante, pediu-lhe uma barca armada em guerra e um reforço de 40 soldados do exército regular, sob o comando de oficial capaz e leal[29].

Os rebeldes, que se chamavam de Cabanos, a essa altura rumavam para a região. E numa infiltração desagregadora, co-

[27] Além do que consta das atas divulgadas em Bertino de Miranda, Rayol, *Motins Políticos*, volume V, Belém, 1890.

[28] A correspondência do Dr. Rodrigues de Sousa é minuciosa a respeito. Guarda-se em vários códices na B.A.P. do Pará. Também em Manaus, no arquivo da Prefeitura local.

[29] Cf. Ofícios de 13 de agosto de 1835 e cinco de janeiro de 1836 ao Presidente Manoel Jorge Rodrigues.

meçaram a atingir as vilas cobiçadas, não em operações militares imediatas, mas pela circulação de notícias tendenciosas, boatos alarmantes, que começaram a quebrar, se não a harmonia das populações, mas o espírito de reação. Os receios de que não pudessem vencer, e talvez fosse melhor abrir as portas da casa aos cabanos que propriamente resistir-lhes sem perspectivas de êxito, entrou a frutificar. Tajapuru foi ocupada por eles, que desse modo impediram as comunicações entre o Alto e Baixo Amazonas e Belém. Em Breves, todavia, o destacamento das escunas de Santarém conseguiu retomar o lugar, reatando as comunicações. Do Alto Amazonas chegaram forças, sob o comando de Ambrósio Pedro Aires. Foi quando se descobriu que, na noite de Natal, os cabanos pretendiam assassinar o Juiz de Direito e demais autoridades, apoderando-se da vila. Presos os cabeças, Santarém preparou-se para a luta que lhes estava chegando às portas[30].

Um lugar denominado Ecuipiranga, perto de Santarém, serviu à concentração das milícias cabanas, sob o comando de Miguel Apolinário Maparajuba. Daí, preparado o terreno pelos espias e pelos que haviam quebrado o espírito de resistência das vilas, partiram para ocupá-las, muitas delas não tendo oferecido qualquer oposição.

O Juiz Rodrigues de Sousa, num momento de fraqueza, sentindo-se sem elementos suficientes e leais para a defesa da vila e da Comarca, decidiu abandoná-la, partindo ao encontro do Presidente Manoel Jorge Rodrigues. Era o dia 27 de fevereiro de 1836. A Câmara reuniu-se extraordinariamente. Pediu ao magistrado que permanecesse. Apelou para o Juiz de Paz. Apelou para as forças navais surtas no porto, compostas das escunas *Ligeira* e *Federal*. Em vão. Desatendida, decidiu aderir. E uma embaixada que enviou aos cabanos trouxe-lhe a resposta — aclamassem como Presidente da Província o chefe cabano Eduardo Francisco Nogueira Angelim, que estava de posse do poder em Belém, ou a vila seria envolvida pela sangreira. A Câmara, aterrorizada, convocou os cidadãos mais respeitáveis para uma decisão. A reunião ocorreu a nove de março. O Presidente da Câmara alegou doença, não podendo, portanto, estar presente. Vários outros conselheiros municipais haviam abandonado a vila. Foram convocados os suplentes. Decidiu-se então aclamar Angelim, o que foi feito imediatamente, em livro especial. Estava

30 Cf. cits. ofícios de Rodrigues de Sousa.

surta no porto a escuna *Guajará*. Foi intimada a entregar o armamento aos "patriotas" de Ecuipiranga. Como resposta, abandonou o fundeadouro, fazendo-se de vela. Tomaram a mesma atitude as embarcações mercantis ali surtas. O Juiz de Paz comunicou que, por doença, retirava-se para Belém. A debandada era geral. A resistência tinha fenecido. Os cabanos ocuparam a vila, entregando-a ao comando militar de um dos seus, de nome Bonifácio Nunes de Arruda. A Câmara lançou proclamação aos habitantes, conclamando as demais edilidades do Baixo e Alto Amazonas a lhe seguirem os passos. Leiamos a proclamação:

"Honrados cidadãos Tapajoenses: Sucegai vossos Espíritos. A Reunião de Ecuipiranga não vos hade offender, antes pelo contrario hade fazer garantir os vossos Direitos que quasi se hião devorando, pelo Despota Juiz de Direito desta Comarca Joaquim Roiz de Souza, o que já por intermedio desta Camara se vai conciliar dando as mãos com aquella Reunião reconhecendo na pessôa do Exmo. Snr. Eduardo Francisco Nogueira Angelim, a Presidência desta Provincia para que de todo fique pacato obedecendo todas as suas deliberaçoens na defeza dos direitos individuais dos cidadoens desta Comarca. Viva a Santa Religião Catholica e Apostolica Romana; viva o Jovem Brasileiro o Senhor Dom Pedro 2.º e a Regencia em seu nome e Vivão os nossos Irmãos da Ecuipiranga na Defeza e Manutenção da Ordem Pública e vivão os honrados Tapajoenses[81]".

O Juiz Rodrigues de Sousa tentara desembarcar em Monte Alegre, mas os cabanos haviam chegado antes, pelo que tratou de dirigir-se a Macapá, pondo-se ao abrigo da velha fortificação colonial, antes de tomar contacto com as autoridades legais, que procuravam reaver a capital.

De Santarém, os cabanos passaram ao Alto Amazonas. De razia em razia, foram ocupando quanta localidade lhes pareceu carecendo de uma presença deles. A impressão geral era de que tudo lhes corria definitivamente bem. Nenhum esboço de reação parecia fadado a êxito. Estavam senhores de um imenso trecho do território da Província. Alcançavam a fronteira com o Peru, no Solimões.

A reação, todavia, aconteceu. Começou pelo Alto Amazonas, onde destacamentos, fiéis ao governo do Rio de Janeiro, des-

[81] A documentação pertinente, constante das atas da Câmara de Santarém, foi divulgada pelo historiador Domingos Antônio Rayol, *in Motins Políticos*, vol. V. pp. 483-488. A proclamação acima transcrita consta de Jorge Hualcy, *Traços Cabanos*, p. 69.

ceram do Rio Negro, e se apoderaram de Manaus. A irradiação do movimento de recuperação atingiu o Solimões. No Baixo Amazonas, a vila de Óbidos, então denominada de Pauxis, encabeçara o movimento. Pusera fora os cabanos. E sob a direção de um sacerdote católico, o vigário Mánoel Antonio Sanches Brito, que se distinguia no panorama político regional como uma força positiva capaz dos maiores lances, homem disposto aos mais enérgicos pronunciamentos, ele próprio comandando destacamentos, empossara-se daquela posição que estivera em mãos de Santarém nos sucessos anteriores[32].

A 16 de junho, soldados de Óbidos e de Macapá — estes enviados pelo Comandante Militar daquela praça — sob a direção do Capitão Raimundo Joaquim Pantoja, atacaram Santarém. Foi uma operação rápida e fácil. Durou o fogo meia hora. A vila foi restaurada. Começara a ação contra os cabanos.

Uma força naval comandada pelo Capitão-de-Fragata Ângelo Petra Bitencourt, subindo o Amazonas, participou do entrevero. Fundeou em Santarém, que foi transformada em quartel-general da força expedicionária. E dali, entendidos os chefes legalistas para a ação de conjunto que programaram, principiou a ofensiva. Petra Bitencourt não se mostrou com o dinamismo necessário à hora, o que não significa que se revelasse um hesitante. O que lhe faltava era a agilidade de movimentos para a atuação rápida, necessária, em face da maneira como a guerra civil estaria agora a ser encaminhada pelos cabanos. Estes, perdendo Belém, que voltou aos legais, tinham encerrado a revolução naqueles lances políticos que marcavam os movimentos nacionais e como pronunciamento ordenado. Agora ia começar a guerra civil através das guerrilhas. Os cabanos possuíam por si o conhecimento imediatista e profundo das particularidades regionais. Lagos, Puros, Paranás, toda a rede hídrica lhes estava no conhecimento pormenorizado. E as forças remetidas do sul e do nordeste, como as embarcações para as operações navais, eram estranhas ao meio. Os cabanos dispunham, assim, para o tipo de ação que iriam desenvolver, de uma superioridade evidente. E só com recursos locais seria possível vencê-los. Acontece, no entanto, que desse modo as multidões locais estavam comprometidas na aventura. As autoridades legais tinham pela frente, conseqüentemente, o tremendo problema da cooperação indispensável dos próprios elementos regionais. Sem eles nada

[32] Cf. Rayol, vol. V. p. 225.

seria possível para pôr fim àquele estado de insegurança. E eles não se mostraram inclinados a prestar essa cooperação.

As ações contra os cabanos, em conseqüência, não puderam ser aceleradas. Todas as forças de que pôde dispor o governo do Marechal Soares de Andréia, que recuperara a capital e decidira atuar com rapidez e impetuosidade para pôr termo ao estado de beligerância que desorganizara a vida no interior da Província, foram mobilizados. Uma expedição sob o comando do Tenente-Coronel Joaquim Luís de Sousa, denominada expedição do Amazonas, e integrada por poderosas forças navais e de terra, inclusive unidades remetidas do nordeste e do sul do Império, fez de Santarém a sede do comando. Dali deviam sair todos os planos e todas as ações a serem executadas. Petra Bitencourt e o padre Sanches de Brito haviam entrado em choque. Apenas o Comandante Militar do Alto Amazonas, o Capitão Ambrósio Pedro Aires, se pusera eqüidistante desses desentendimentos, afeiçoado ao estabelecimento da ordem, e trazendo os seus soldados para uma participação efetiva na luta. A solução fora a substituição de Petra pelo Tenente Lourenço Justiniano de Serra Freire, a quem sucedeu, depois, o Tenente-Coronel João Henrique de Matos. Os cabanos, de seu lado, além do vale do Tapajós e de largos trechos do Baixo Amazonas, tinham em seu poder Ecuipiranga, que estava fortificada e resistia a todas as tentativas, numa resistência verdadeiramente espantosa. A 10 de julho de 1837, numa ação conjunta de envergadura, forças de Santarém, de Óbidos e do Alto Amazonas atacaram o núcleo cabano, que já cercavam desde o mês anterior, dele apoderando-se.

A unidade de comando era, porém, essencial ao prosseguimento da luta. O Tenente-Coronel Luís de Sousa conseguiu obter essa unidade. E, através dela, promover as operações de limpeza ao longo do Amazonas e afluentes, como o Xingu, o Tapajós, rio Preto e outros cursos fluviais onde os cabanos se infiltravam e possuíam hostes poderosas. Não podia ser livrada a batalha decisiva. Porque era da técnica dos rebeldes a guerrilha, para o que usavam centenas de pequenas embarcações, fáceis de manejar e que fugiam à caçada dos barcos da força naval, geralmente de muito maior porte e por conseguinte impossibilitados de proceder à perseguição, quando os cabanos escapavam pelos furos, pelos igarapés, pelos lagos, que conheciam em toda a extensão.

A limpeza imaginada pelo comandante da expedição não poderia, é óbvio, ser realizada com o sucesso que desejava. O ano de 1836 como o de 1837 não assistira ao fim da luta. Em

38 ainda não foi o desenlace. As guerrilhas, sobre que a documentação no Arquivo Público do Pará é volumosíssima, cansavam e não permitiam a vitória. Todos os grupos, por fim, se esgotavam. Porque os próprios cabanos acabaram por compreender que a causa que defendiam estava perdida. As rendições sucediam-se aqui e ali. Aproximava-se o fim. Foi quando o governo imperial, em face de reflexões do Presidente da Província, cedeu na política que vinha adotando, e ao invés de prosseguir na luta demorada e sangrenta, decidiu conceder anistia. A paz oferecida aos rebeldes foi aceita. E por todo o Baixo Amazonas grupos de cabanos se renderam, entregando as armas e regressando às tarefas anteriores ao movimento. No Tapajós, os Maués e os Mundurucus facilitavam a ação dos cabanos. Participavam delas. Acima das cachoeiras do rio, núcleos rebeldes sustentavam-se comerciando com Mato Grosso. Cedendo aos apelos de pacificação, transferiram-se para Ichituba, onde se renderam, ajudando na reconstrução de Itaituba. Cinco anos de luta tinham trazido a desolação e a pobreza. As lavouras, quando não abandonadas pelos trabalhadores, foram destruídas na fúria da luta. A sociedade precisava agora restaurar-se, encerrando as diferenças que a haviam levado ao desatino coletivo. Os que não tinham estavam melhorados na situação material de vida ou haviam ascendido nas posições políticas? Num balanço rigoroso, ao encerramento do drama, a conclusão a que se chegava era de que em nada se alterara a condição daquelas populações desajustadas e insatisfeitas. Ninguém, na verdade, podia, porém, considerar-se vencedor. Os antigos cabanos, em todo caso, saíam da pugna certos de que haviam dado uma tremenda amostra de que não tinham medo nem era mais possível, depois de lição forte, tratá-los com menosprezo.

# Liberais e Conservadores Sobem e Descem a Escada das Posições

Santarém, com a escolha para agasalhar a expedição do Amazonas, recuperara a posição que perdera, por momentos, para Óbidos. Funcionara de então em diante como a capital do Baixo Amazonas. Era o centro urbano da transição entre o Pará e o Amazonas. A 24 de outubro de 1848, pela lei 145, voltava ao nome de Santarém. Mais — ascendia à condição político-administrativa de cidade. Sua prosperidade, sua conduta, sua posição geográfica, sua importância econômica haviam permitido ou determinado a providência da Assembléia provincial que o Presidente Jerônimo Francisco Coelho aprovara, transformando em lei.

Pouco depois, dos incidentes que se abriam entre o Pará e o Amazonas a propósito de seus respectivos limites, e ainda em face da necessidade de assegurar vitalidade à região, pondo-a em condições materiais que significassem a capacidade de realização e de civilização do Brasil no mundo amazônico, sobre que já se faziam sentir certos apetites de povos estranhos, fora sugerida a criação de uma nova Província, que compreenderia os territórios de Santarém, Óbidos e Parintins. Ano de 1853[1]. Em

[1] Cf. Ferreira Pena, *A Região Ocidental da Província do Pará*, p. 239. Belém, 1869. Agassiz, que se impressionara com a extensão das duas Províncias que compunham politicamente a Amazônia, sugeriu a divisão em várias unidades menores. E uma delas deveria compreender os territórios

1869, renovava-se a idéia. Em ambos, apesar de opiniões favoráveis a Óbidos, Santarém era indicada para capital da nova Província. Demonstrações inequívocas de que crescia no conceito coletivo, impondo-se à preferência dos que estudavam, com realismo, os problemas amazônicos e desejavam solucioná-los sem fantasias. A divisão do espaço imenso parecia um caminho acertado.

Em 1850, pelo decreto n.º 687, de 26 de julho, era a Comarca classificada como de primeira entrância; em 1872, pelo decreto n.º 5.923, de 24 de julho, de segunda. E em 1857, passara a ser sede do Comando da Guarda Nacional do Baixo Amazonas, com seis batalhões.

Santarém desenvolvia-se, sobre os núcleos urbanos da Amazônia, de maneira particular. Além da posição geográfica de que desfrutava, concorria para esse crescimento a própria atividade de seus habitantes, que sabiam aproveitar as riquezas naturais da bacia do Tapajós numa ativação interessante. O crescimento da cidade, visível a quem a visitasse, não se pode dizer que tivesse sido interrompido aqui e ali, ou antes, neste ou naquele período Encerradas as dificuldades criadas pelas diferenças políticas e ideológicas que tanto haviam perturbado a vida provincial, fora possível conduzir a existência dentro de melhores padrões de atividade criadora. Às distâncias daquela fase sangrenta sucedera um período de quietude. Os Partidos Conservador e Liberal, em que se dividia ou organizara politicamente a família brasileira, possuíam os seus diretórios locais. Mas a luta partidária processava-se agora sem os incidentes graves do período pós-independência. As diferenças não levavam a extremos. Não estava, aliás, na natureza das populações amazônicas, a solução violenta para os seus problemas. O entrevero da cabanagem constituíra uma exceção ruidosa, de explicação momentânea. A sociedade santarena, dentro da paisagem amazônica, era a mesma sociedade quieta, nesse particular das questões partidárias, mas, evidentemente, mais dinâmica no que diz respeito ao seu esforço por desenvolver-se, progredir, assegurando à sua cidade a posição especial no quadro urbano da região.

Esse desenvolvimento pode ser verificado através dos algarismos da produção, que atestava a energia realizadora da população. Não expressaria, apenas, a tábua de algarismos crescente,

entre o Madeira e o Xingu, tendo como capital Santarém, que lhe parecia o centro indicado para sede.

o progresso material da cidade. O testemunho, o depoimento dos viajantes que a conheceram no decorrer de seus contactos com a Amazônia, subindo ou descendo o Amazonas, é, talvez, mais eloqüente. Vale muito mais expressivamente para evidenciar essa caminhada, na exteriorização material, que aqueles algarismos rígidos.

Em 1848, sua população somava 6.662 pessoas; em 1849, 6.883; em 1850, 7.301; em 1854, 7.894; em 1864, 7 568; em 1869, dos 1.761 habitantes da cidade, 1.711 eram nacionais e 50 estrangeiros. Então, havia 73 comerciantes[2].

No particular da vida político-administrativa, não se compromete em desvarios. Sua progressão faz-se lentamente. Os pruridos nacionalistas exaltados desaparecem totalmente. Como veremos adiante, estrangeiros começam a fixar-se na cidade, nos negócios comerciais, em atividades industriais, cooperando para o desenvolvimento local. Uma sociedade de cultura, a Sociedade Etnográfica de Santarém, congregou os curiosos regionais para o estudo do que teria sido o passado arqueológico do núcleo onde sediara a nação Tapajós. Os Mundurucus, que viviam pelo rio, constituíam outro grupo primitivo a exigir imediato estudo antes que desaparecesse, ao contacto com os brancos, a famosa e aguerrida humanidade indígena. Desde 1877, Santarém possuía uma biblioteca particular; desde 1867, uma aula de Música; desde 1851, cadeiras de Latim e Francês. O Colégio de Nossa Senhora da Conceição, subvencionado pelo governo provincial, preparava alunos para os cursos de humanidade de Belém[3].

Dezoito jornais, no período imperial, atestam, de outro lado, o que já significava o interesse de sua população pelo progresso intelectual e pelo debate das coisas do Município, inclusive aquelas que indicavam a politização de sua gente. O primeiro foi *O Amazoniense,* que circulou em 1853. Seguiu-se *O Tapajóense,* em 1855. A seguir, *O Patusco,* em 1856. Depois, pela ordem, *O Bonina,* em 1857; *O Aldeão,* em 1858; *O Domingueiro, O Monarquista Santareno, O Quatro de Maio,* todos em 1859; O

[2] Cf. Ferreira Pena, *op. cit.*, pp. 70-1 e 80. Em 1872, essa população, segundo o censo então realizado, já ascendera para 2.000 na sede do Município, e para 10.000 em todo o Município.

[3] Além desses estabelecimentos, criavam-se em Santarém várias escolas primárias. O Colégio de Nossa Senhora da Conceição foi, porém, o mais importante, logrando referências constantes à sua eficiência nas "falas" dos Presidentes da Província. Fora fundado por Carlos Seidl em 1876. Antecedera-o um Colégio de Santarém, de pequena duração.

*Baixo Amazonas, O Estímulo, O Tacape,* em 1873; *O Município,* em 1878; *A Máscara,* em 1879; *A Casquinha, A Juventude, O Santareno,* em 1881; *O Sorriso,* em 1887; *A Conciliação,* em 1888[4].

A Guerra do Paraguai e o movimento da Abolição agitaram os espíritos. Os movimentos de interesse pelos dois acontecimentos ecoaram em Santarém. Para o teatro de operações, como Voluntários da Pátria, seguiram algumas dezenas de santarenos. Segundo Ferreira Pena, a contribuição para a Guerra somava 219 santarenos, dos quais 74 eram voluntários, 58 recrutados, 85 guardas nacionais. O Baixo Amazonas, com seus Municípios, comparecera com 746 homens. A participação de Santarém era a mais alta[5].

No particular da campanha pela libertação, a campanha emanada de Belém encontrou eco no Município, onde a escravaria negra era pequena, mas nem por isso deixou de provocar a participação de proprietários na concessão de cartas de liberdade. O Município comparecia com a sua contribuição apreciável para o impulsionamento da idéia de igualdade de todos os seus habitantes, em gestos simpáticos.

O governo municipal, como se pode verificar da relação minuciosa que Palma Muniz levantou, foi exercido por figuras que se destacavam no cenário político, social e econômico local. Eram liberais e conservadores que subiam e desciam na escada das posições.

A primeira Câmara Municipal, eleita para o quatriênio de 1829 a 1832, segundo a lei de 1828, constituiu-se com o padre Raimundo José Auzier, Presidente, e vereadores, Belquior Henrique de Melo, Manoel Frutuoso da Costa, Bento Rabelo, Antônio Veloso Pereira, Pedro José de Basto e José de Sousa e Silva Seixas.

De 1837 a 1840, serviram na Câmara Pedro Alexandrino da Silva, Presidente, e, vereadores, Raimundo José Rabelo, Mateus Rodrigues Pinto, Lourenço Antônio da Silva, Domingos Correia Picanço, Policarpo Joaquim dos Reis e João Caetano de Sousa Barreto.

[4] Cf. Remígio de Belido, *Catalogo dos Jornaes Paraenses,* pp. 162-3, Belém, 1908.

[5] Cf. Ferreira Pena, *op. cit.,* p. 77. De acordo com o Relatório do Presidente Leão Veloso, de 9 de abril de 1867, até aquele ano a contribuição do Município já ascendera a 400 praças da Guarda Nacional, 203 voluntários, 39 recrutas para a armada.

Fizeram parte da vereação do período de 1841 a 1844 João Máximo de Sousa, Antônio de Oliveira da Paz, José Miguel da Silva Lisboa, Marcelino Lopes de Sousa e Cordalo Viana.

De 1845 a 1848, Presidente, Joaquim Rodrigues dos Santos, vereadores Miguel Antônio Pinto Guimarães, Antônio de Oliveira da Paz, João Gomes Pereira, padre Raimundo José Auzier, Antônio de Paiva Palhão e Simão José de Oliveira Campos.

De 1849 a 1852, Manoel Antônio Pinto Guimarães, Bento Manoel de Carvalho Pinheiro, Simão José de Oliveira Campos, José Inácio Pereira de Miranda e José Bernardo de Macedo.

Em 1848, a Lei n.º 145, de 25 de outubro, elevou Santarém à categoria de cidade, conjuntamente com Cametá e Barra do Rio Negro.

De 1853 a 1856, serviram na Câmara Municipal João Caetano Borges Barroso Pereira, Luís Antônio Fernandes, João Maximiano de Sousa, José Joaquim Pereira Macaimbra, Luís Maximino de Miranda, e Raimundo José Rabelo.

Para o quatriênio de 1857 a 1860 foram eleitos Miguel Antônio Pinto Guimarães, Joaquim Rodrigues dos Santos, José Inácio Pereira de Miranda, João Gomes Pereira, Joaquim Alves de Sousa, João Severiano de Miranda, Dr. Antônio de Aguiar e Silva, José Antônio de Miranda e José Caetano Correia.

Para o período de 1861 a 1864, a eleição ofereceu o seguinte resultado: Coronéis Miguel Antônio Pinto Guimarães e João Caetano Barroso Pereira, Tenente-Coronel Joaquim Rodrigues dos Santos, Capitão Manoel de Oliveira da Paz, José Caetano Correia, Joaquim Antônio Rodrigues Colares, João Vítor Gonçalves Campos, Alferes Amândio de Oliveira Pantoja e Inácio José Correia.

Para o quatriênio de 1865 a 1868, foram ainda eleitos Coronéis Miguel Antônio Pinto Guimarães e João Caetano Barroso Pereira Tenente-Coronel Joaquim Rodrigues dos Santos, Joaquim Antônio Rodrigues Colares, Capitão Manoel de Oliveira da Paz, Inácio José Correia, Isidoro de Alcântara Pinto Cota, Joaquim Alves de Sousa e Luís da Rocha de Sousa.

De 1869 a 1872, Manoel Antônio Pinto Guimarães, Presidente, e, João Vítor Gonçalves Campos, José Tomás da Silva, Antero Pinto Guimarães, João da Costa Pereira, Manoel Caetano Correia, Maurício José Pereira Macambira, Antônio Marcolino da Silva e Isidoro de Alcântara Pinto Cota, vereadores.

De 1873 a 1876, Barão de Santarém, Presidente, e vereadores, Joaquim Rodrigues dos Santos, João Vítor Gonçalves Cam-

pos, Jerônimo Gentil Júnior, José Joaquim da Silva, José Tomás da Silva, José Maria Correia e José Caetano de Vasconcelos.

De 1876 a 1880, José Caetano Correia, Presidente, e, vereadores, Raimundo de A. Rabelo, Inácio José Correia, Antero Antônio Pinto Guimarães, Joaquim José Dias Teixeira, José Joaquim da Silva, José Luís da Silva e Sousa, João Vítor Gonçalves Campos e Antônio Benedito de Oliveira Campos.

No último ano do quatriênio serviram: Presidente, José Caetano Correia, e, vereadores, Antônio Benedito de Oliveira Campos, Gustavo Honório Serotheau, Manoel Sebastião de Morais Sarmento, João Vítor Gonçalves Campos e Inácio José Correia.

Em oito de janeiro de 1881, juramentaram-se José Caetano Correia, Presidente, e, vereadores, Joaquim José Dias Teixeira, José Leopoldo Pereira Macambira, Jacó Joaquim da Silva, Afonso José de Castro, Inácio José Correia, Galdino Veloso Pereira, João de Deus do Rego e Jerônimo Gentile Júnior.

Em 1885, serviram José Caetano Correia, Cândido José de Oliveira da Paz, Jerônimo Gentile Júnior, Galdino Veloso Pereira, Manoel José Colares Júnior, José Joaquim Pereira Macambira, Vítor José Gonçalves Campos e Samuel Aftlato.

Em 7 de janeiro de 1887, juramentaram-se Francisco Caetano Correia, José Cláudio da Silva Rabelo, José Leopoldo Pereira Macambira, Matias Afonso da Silva, José Veloso Pereira, Miguel Batista Belo de Carvalho, Fausto Pinto Guimarães e José Joaquim da Silva[6].

A Proclamação da República veio encontrar Santarém com o seu núcleo republicano em pleno funcionamento. De acordo com a orientação adotada pelo governo provisório constituído em Belém, a Câmara foi dissolvida pelo decreto n.º 81, de seis de março de 1890. Pelo ofício de 22 de novembro de 1889, a edilidade comunicara a sua adesão ao novo regime. Pelo decreto 82, de seis de março de 1890, foi nomeado um Conselho de Intendência Municipal, integrado pelo Barão de Santarém, na qualidade de Presidente, José Leopoldo Pereira Macambira, Ascendino G. Gentil, Dr. Turiano Lins Meira de Vasconcelos, Joaquim Lopes Bastos e Francisco Caetano Rodrigues dos Santos. Segundo Palma Muniz, tal Conselho empossou-se a 21 de março de 1890. Apenas Francisco Caetano Rodrigues dos Santos recusou a nomeação. Permanecia fiel ao Império?

[6] Palma Muniz, *op. cit.*, pp. 668-71.

# Ingleses e Norte-Americanos Tentam um Novo Lar

Terminara a guerra civil. O sul vencido. Lincoln proclamara concitando à restauração da unidade que se rompera no período sangrento. A marcha para o oeste prosseguia sem interrupção, menos dinamizada, é certo, no decorrer do conflito, mas sem que os que a realizavam tivessem perdido o ímpeto que os levara ao alargamento da base física da pátria. A derrota, no entanto, criara o mal-estar natural. A destruição da propriedade, evidentemente, constituía uma perda substancial que exigiria um largo tempo para que fosse recuperada através de sua reorganização. O mais grave era a insatisfação dos que haviam perdido a guerra e o próprio lar. Como reajustá-los? Da parte deles, que reações haveria?

É dessa fase a primeira imigração de norte-americanos, não para o oeste, que eles estavam integrando no quadro territorial e político do país, mas para áreas distantes, onde, longe dos horrores da aventura militar, e sem que assistissem, magoados, aos êxitos dos que estavam triunfantes, pudessem demonstrar a sua capacidade para vencer e criar uma nova sociedade, nos novos núcleos urbanos, as novas propriedades agrárias de que se haviam orgulhado no sul.

A história dessa imigração é interessante e inteiramente nova no tocante ao mundo visado. Porque significava sempre uma

realização positiva daquela decisão do "destino manifesto", que constituíra o fundamento maior da expansão efetuada sem temor em busca do Pacífico. Agora o que os novos pioneiros objetivaram era criar novos lares, como se estivessem vivendo aqueles momentos iniciais da conquista mansa dos séculos XVI e XVII. Em vez de virem pelo Atlântico fazer a América, saíam pelo Atlântico buscando outra América para nela realizar a experiência da nova pátria a criar. Mas que partes da América seriam as preferidas? Em nenhuma outra haveria aquelas condições a que estavam habituados. Em todas elas tropeçariam, inicialmente, com o problema da língua, do sistema de trabalho, da alimentação, do clima, dos costumes estranhos. Essa outra América era toda ela ibérica. No que diz respeito às atividades econômicas, é certo, marcada por uma produção tropical a que talvez lhes fosse interessante vincular-se com relativa facilidade. É que se no sul dos Estados Unidos a lavoura algodoeira servira de fundamento de vida, nessa outra América a cultura algodoeira não tinha apenas todo cabimento; era, mesmo, um campo de inversão de capital próspero, próspero principalmente devido ao conflito que dividira a União norte-americana. A experiência seria dura. Não se arreceavam, todavia, em enfrentá-la. Descendentes dos pioneiros do século XVII, não podiam mostrar-se sem a coragem daqueles.

O Brasil foi uma das áreas preferidas por esses sulistas. Por que motivo? Seria que a existência do trabalho escravo ainda vigorante servisse de motivo de atração? Para Artur Ramos, as referências que fez o reverendo Vallard Dunn, que servira nos exércitos dos confederados e, finda a luta, visitara o Brasil para estudá-lo nas suas possibilidades de acolher os vencidos, devem ter contribuído fortemente para explicar a preferência do grupo que se dirigiu para o Império[1]. Esse grupo não se fixou num só distrito. Alguns foram para São Paulo, outros para o Paraná. Um terceiro dirigiu-se para a Amazônia. Esse terceiro grupo fixou-se em Santarém. Por que razão? Quantos eram os seus integrantes? Como chegaram? Onde se localizaram? Que efetuaram? Que reações houve à presença deles na cidade do Ta-

1 O estudo da imigração norte-americana para o Brasil tem até agora apenas sido aflorado. Nem os historiadores norte-americanos nem os brasileiros trouxeram a contribuição definitiva a respeito. É um ponto em aberto, por examinar. Em conseqüência, os motivos exatos da escolha do Brasil permanecem sob dúvidas. A referência de Artur Ramos consta de seu livro *A Aculturação Negra no Brasil*, pp. 308-9. São Paulo, 1942.

pajós? Em que proporção contribuíram para o progresso da região?

A Amazônia, será necessário recordar, não se mostrara, até então, em condições satisfatórias para a atração do imigrante estrangeiro. A elaboração de sua vida vinha sendo processada com a humanidade local ou de outros distritos do Império. A presença do alienígena significou muito pouco. Várias tentativas haviam sido feitas, com resultados pouco convidativos. A região interessava como área de produção de matéria-prima florestal, solicitada pelos mercados do exterior. Nesse particular, havia demonstrações muito positivas de interesses, alguns suspeitos ou mesmo profundamente perigosos à integridade nacional. No tocante à participação dos contingentes estrangeiros na fortificação da sociedade local ou de seu enriquecimento quantitativo e qualitativo para aquelas operações de mudança do sistema econômico vigente, pouco pudera ser atribuído a eles. Os levantamentos pelos quais se vem procurando verificar o que teria sido essa contribuição levam a conclusões pouco animadoras. As colônias estabelecidas com os contingentes buscados à Europa falharam como empresa colonial. A aventura da vida, nas suas ligações como as tarefas econômicas, dominava, impedindo ou comprometendo o êxito de qualquer empreendimento que tentasse dar origem a uma outra condição existencial[2].

Um norte-americano, oficial de marinha, Maury, por meados do século, agitara o problema grave da navegação do Amazonas, sustentando que era criminosa a atitude do governo brasileiro trancando o rio às bandeiras mercantis das demais nações. Os Estados Unidos, afirmava, deviam pôr-se à frente do movimento de opinião universal a ser intentado no sentido de o Império mudar de comportamento. Os interesses da humanidade estavam acima dos interesses da soberania brasileira na região. Oficiais da marinha americana, Herdon e Gibbon, em viagem autorizada pelo governo do Rio de Janeiro, ao apresentarem os resultados de suas indagações, concluíam que estava, na Amazônia, um imenso mundo por explorar. Os povos fortes, capazes, com o realismo de uma atitude pragmática, não podiam deixar de interessar-se por que se franqueasse o rio e seu território a fim

[2] Sobre a imigração estrangeira para a Amazônia, os estudos existentes cifram-se a Palma Muniz, *Colonização e Imigração no Estado do Grão-Pará*, Belém, 1917; Ernesto Cruz, *Colonização do Pará*, Belém, 1958; Júlio Uchoa, *Colonização do Amazonas*, inédito, a ser publicado pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, que editou a monografia anterior.

de que o freqüentassem e lhe dinamizassem as margens. Um movimento de opinião, nos Estados Unidos, anterior ao conflito secessionista, criara intranqüilidade no Brasil a propósito da novidade perigosa contida naqueles dizeres, nas manifestações oficiais dos homens do norte. O interesse de agora, dos sulistas, não se poderia ligar a algum resíduo de propaganda de Maury e de quantos mais, na oportunidade, tiveram ocasião de agitar o assunto?

Administrava o Pará, como seu Presidente, o Barão de Arari. Procurado pelo Major Lansford, Warren Hastings, que se dizia agente de imigração, concordou com as propostas que esse lhe apresentou. Desejava o norte-americano que a Província lhe facilitasse a instalação de um grupo de sulistas que se propunham fixar-se ali dispostos a criar riqueza. Santarém foi a área preferida.

Ouvido o Ministério da Agricultura do Império, que concordou com a proposta norte-americana, foram dados os passos iniciais para execução do programado. O contrato, assinado a sete de novembro de 1886, fixou as obrigações do governo e do introdutor dos imigrantes. O governo devia adiantar ao Major Hastings o numerário necessário ao transporte dos colonos, dar-lhes alojamento provisório, vender-lhes a meio real a braça de terra onde se localizassem. A colônia seria estabelecida entre o Amazonas, o Tapajós e o Curuá, portanto parte na austral daquele rio. Seriam 60 léguas quadradas. Os implementos agrícolas que os colonos trouxessem estariam isentos do pagamento do imposto de importação. As despesas com os trabalhos de demarcação, medição e descrição seriam adiantadas pelo governo provincial, estando os serviços técnicos a cargo de profissionais nacionais, designados pelas autoridades. O contratante Hastings receberia um título provisório das terras que seriam objeto de colonização[3].

A demarcação começou imediatamente. O contratante partiu para os Estados Unidos a fim de buscar os imigrantes. Deixou, porém, em Santarém, em trabalhos de adaptação, quatro compatriotas. Do Rio de Janeiro, vieram, mandados pelo Ministério da Agricultura, 15 colonos, dos quais oito, por ocasião do embarque em Belém, recusaram-se a viajar, sob a alegação de que haviam encontrado trabalho melhor na capital paraense, onde ficaram.

[3] O contrato com Hastings consta do referido livro de Ernesto Cruz. Falecendo Hastings, substituiu-o como novo contratante Robert J. Lowe, que celebrou contrato a seis de dezembro de 1867.

Os colonos do Major Hastings começaram a chegar no segundo semestre de 1867. Eram uma leva de quase 100 pessoas. Vinham de Mobile. A 14 de setembro viajavam pelo *Inca* em direção a Santarém os primeiros 70, velhos e moços, inclusive crianças de peito. Em Santarém, já fora aberta uma estrada de 15 palmos de largura, considerada suficiente para permitir a passagem de veículos. Os lugares onde deveriam instalar-se denominavam-se Ipanema, Diamantino e Maruru.

Recebidos pelas autoridades locais, foram enviados aos lugares que lhes haviam sido reservados. Cada imigrante tinha direito de requerer dois lotes de terra, de 250 mil braças cada. Os requerimentos foram apresentados. Nem todos os que chegavam revelavam-se, porém, dispostos a realizar a tarefa colonial a que vinham. Nem sempre eram agricultores. Muitos, cedo revelaram-se péssimos elementos. E isso porque, na realidade, não passavam de aventureiros de péssimos antecedentes. Desencantados com a colônia, abandonaram-na, regressando a Belém, de onde vários tornaram aos Estados Unidos[4]. Os que ficaram, lançando-se à construção de novo lar, montaram engenho de açúcar e fizeram grandes lavouras de algodão, cana, trigo e batata. Industriosos, iniciaram a fabricação de aguardente, vinho, conhaque, licor de caju. Montaram serrarias a vapor. Protestantes, levantaram igreja para as cerimônias do respectivo culto. Também escola para seus filhos. Revelando amor ao trabalho, não se cansavam nas tarefas a que se dedicavam. Associando-se a comerciantes de Santarém, a eles remetiam o que estavam produzindo, criando um mercado de consumo que se beneficiava grandemente. Adiantados nos seus processos de trabalho, introduziram máquinas, o que lhes garantia êxito no empreendimento. Um desses colonos, o reverendo *Henrigton,* produziu, por suas próprias mãos, 10 máquinas movidas a água. O ambiente de cordialidade com os moradores brasileiros era absoluto. Não há notícia de incidentes que houvessem perturbado essas boas relações. Ao contrário, tanto os Presidentes da Província como a própria Câmara Municipal de Santarém pronunciavam-se a respeito deles louvando-os e exaltando-lhes o comportamento. O Presidente Vicente de Azevedo, em sua "fala" ao legislativo pro-

[4] Segundo Ferreira Pena, os colonos haviam saído da pior classe dos Estados Unidos — seriam marinheiros e soldados combatentes da guerra civil, desempregados, fugitivos da justiça, enfim, homens que nenhum amor votavam à agricultura. Ernesto Cruz registra vários incidentes em que se meteram, e não deixava com bom nome os colonos.

vincial, por exemplo, escrevia: "Pelo que tenho tido muitas ocasiões de saber, todas as famílias passam bem, e algumas dellas ajuntam dinheiro. Ao mesmo tempo servem-se umas às outras, assim como ao lugar: melhorando e limpando as terras, introduzindo máquinas para poupar trabalho e pelas grandes colheitas produzidas por essas terras". A Câmara expusera a sua impressão em 1875, afirmando que a colônia prosperava "a olhos vistos, tornando-se dia para dia digna da proteção deo Govêrno, afim de que ella tome maiores proporções, aumentando o número dos colonos, sendo estes agricultores laboriosos, honestos e inteligentes" Os colonos, na palavra dos vereadores, mostravam-se satisfeitos e revelavam adiantamento nos métodos que empregavam para criar riquezas. Constituíam um exemplo positivo a ser adotado pelos demais moradores.

Em 1872, visitando a colônia, Barbosa Rodrigues falava de seus progressos e do que significava no meio, que prosperava lentamente. Encontrara 19 famílias, com 88 pessoas, sendo 77 norte-americanas e 11 inglesas. Havia dois médicos e quatro mecânicos. Ferreira Pena, num pronunciamento anterior, afirmara o seu desencanto pela colônia. Recolhera o noticiário acerca dos que haviam fracassado e sobre eles armara a sua conclusão, um tanto apressada e imediatista[5] Já não pensava do mesmo modo o cônego Francisco Bernardino de Sousa, que, integrante da seção etnográfica da Comissão do Madeira, visitando o núcleo, dele colheu impressão de progresso e de bem-estar[6]. Os colonos mostravam-se capazes e estavam contribuindo eficientemente para

[5] Cf. *A Região Occidental da Província do Pará,* pp. 1-2. Escreveu o naturalista:

"Toda esta gente foi para Santarem viver a custa do governo. Nem-um tratou de formar estabelecimentos, nem mesmo porque fiavam-se na grande generosidade do governo e muito na caridade pública.

Depois alguns que por um ou por outro meio conseguiram arranjar o necessário para pagarem sua passagem, foram-se retirando para os Estados Unidos, havendo entre elles uns que depois de terem recebido dinheiro do governo trataram de sahir do país.

Um deles allegou que ia ver sua familia e dispoz os arranjos precisos para voltar com ella em esta sua nova partida.

Hoje a colonia de Santarem está extinta por assim dizer Dos colonos que ainda existem uns subiram o rio e estão tirando seringa e apanhando castanhas, outros andam pelas povoações sem ocupação regular."

[6] Cf. *Comissão do Madeira,* 3.ª parte, p. 38, Rio, 1875:

"Há actualmente em Santarem uma espécie de colonia de americanos industriosos, que se têm estabelecido nas montanhas que circundavam a cidade e que muito têm concorrido para o desenvolvimento da agricultura."

que se criasse, em Santarém, um novo teor de vida. A mesma impressão de trabalho e de bem-estar recebeu Rufino Luís Tavares, oficial da marinha de guerra do Império, que constatou atividades criadoras dos colonos, a lavrarem a terra e a executarem serviços industriais. As lavouras eram, então, de cana, café, milho, arroz, feijão, algodão, tabaco, mandioca, carrapato, batata. A tentativa para a cultura do trigo falhara devido à imprevidência do colono que a experimentara. As casas onde viviam eram cobertas de palha, mas apropriadas ao clima, mais sólidas que as dos locais, assoalhadas e com maior número de acomodações. Nas tarefas agrárias, usavam o arado, o que constituía revolução[7].

Barbosa Rodrigues falara em colonos ingleses. Eram parte do grupo de famílias, num total de 18 pessoas, remetidas do Rio de Janeiro, em 1871, para compor colônia destinada à agricultura e produção industrial. Localizados no núcleo norte-americano, integravam-se nele com ótimo rendimento. Diferindo dos norte-americanos, não haviam chegado às expensas do Estado. Tinham vindo de iniciativa própria, custeando a viagem e trazendo implementos agrícolas essenciais às suas atividades. Apenas solicitaram, e foram atendidos, facilidades no transporte de duas toneladas de carga, justamente aqueles implementos que incorporavam ao patrimônio da colônia[8].

As delongas burocráticas no processamento da concessão dos títulos definitivos de propriedade das terras onde laboravam trouxeram desalento aos colonos. E muitos acabaram por deixar-se vencer pelo desânimo, regressando aos Estados Unidos, mudando-se para outros sítios, abandonando enfim a colônia. Agassiz, que os visitara quando começavam a descrer no futuro da empresa a que se tinham lançado, expondo a situação ao gerente da Companhia de Navegação do Amazonas, o pragmático Pimenta Bueno, mostrava a necessidade de vencer-se aquela rotina administrativa que seria a responsável pelo desastre da iniciativa, e que redundaria em prejuízos futuros, uma vez que nenhum

[7] Rufino Luís Tavares, *O Rio Tapajós*, Rio, 1876. Segundo esse oficial, o engenho mais importante da região pertencia ao norte-americano R. J. Rhorne, associado ao Barão de Santarém. Chamava-se Taperinha e estava localizado no rio Aiaá, na zona do Itaqui.

[8] Cf Ernesto Cruz, *op. cit.*, pp. 40-1. Os ingleses desde o pós-independência tinham começado a estabelecer-se em Santarém. Eram comerciantes prósperos. Deles falam bem todos os viajantes que percorreram a região. Possivelmente a notícia do que estavam conseguindo é que houvesse atraído os que vieram para a colonização.

outro colono estrangeiro se sentiria encorajado para vir fixar-se na Amazônia[9]. Apesar da boa vontade do governo provincial, as delongas burocráticas não foram vencidas. A colônia aos poucos foi fenecendo. Nem todos os colonos, no entanto, confessaram a derrota. Vários deles permaneceram fiéis aos ideais do novo lar que desejavam construir. Eram decididos. Chamavam-se Ricker, Hensington, Pittes, Mendanhall, Vaughan, Jennings, Goulding, Desincourt, Wanghan. Prosperaram. Deixaram descendentes[10].

[9] A carta de Agassiz foi divulgada pelo presidente Vicente de Azevedo na sua "fala" à Assembléia Provincial.

[10] Ainda hoje há descendentes desses imigrantes. Estão incorporados à população de Santarém, como autênticos caboclos, não se distinguindo, do ponto de vista da afirmação cultural, dos demais contingentes humanos que dão cor própria a Santarém.

# Viajantes e Cientistas Registram o Progresso

Santarém, nos dias que vivera desde a sua ascensão à condição de vila, não cessara de crescer. Crescera como núcleo urbano, como núcleo demográfico, crescera na importância política. Os sucessos em que se vira envolvida e no decorrer dos quais escrevera páginas cheias da maior intensidade cívica asseguraram-lhe projeção. Não se procure explicar esse desenvolvimento como uma resultante da situação geográfica que, na realidade, influíra fortemente, porque, é evidente, o que melhor o indicava era a atividade de seus moradores, que se haviam distinguido na paisagem social da Província. O progresso traduzia a sensibilidade da sociedade santarena no seu propósito de comunicar uma vida nova ao meio, propósito que transformava em realização efetiva e constante. Havia, por todo o vale, nas suas aglomerações urbanas, um desejo firme de vencer a rotina. Não se pode afirmar, sem certa margem de erro, que essa rotina vinha sendo ultrapassada com rapidez. Porque, na verdade, o que ocorria era uma modificação lenta que só após o início do *rush* da borracha tomaria aspecto de intensidade fora do normal. No caso de Santarém, é de assinalar-se, todavia, que essa rotina perdia conteúdo porque se constituíra lá um núcleo com maior disposição de criar e de realizar-se. O pronunciamento de viajantes e de cientistas que a visitaram serve para documentar o ritmo do progresso.

Comecemos por lembrar o descritivo de Spix e Martius. Santarém, às vésperas dos acontecimentos da Independência, já se assegurara um relevo especial. Enriquecera em número de habitantes, em tetos, em área edificada, portanto. Seus habitantes já possuíam bens materiais que atestavam a melhoria das condições existenciais. Leiamos o que escreveram os dois naturalistas bávaros:

"Santarém, chamada Tapajós na língua geral, é a vila mais importante de todo o Amazonas, e a sua situação garante-lhe rápido florescimento e opulência, com o progressivo povoamento destas regiões. Está assentada sobre um terreno desigual, que se eleva 12 a 13 pés acima do rio. Diversas filas de casas de um só pavimento formam a rua principal e outras laterais, e apresentam aspecto de asseio e comodidade. A igreja nova, cuja construção ainda não se concluiu, dá idéia de bom gosto e bela disposição. Tem duas torres baixas, quadradas, estilo muito comum nas províncias do norte do Brasil. Aqui, como nas demais vilas do interior do Pará, as paredes das casas são de pau-a-pique, barreadas e caiadas de branco. O teto é coberto com telhas ou com folhas de palmeira. Poucas são as casas que têm alicerces de alvenaria ou de tijolos. As salas são espaçosas e às vezes têm portas dando para a rua no lugar das janelas, porque eventualmente podem vir a servir como armazém. Muitas vezes é grande o número de quartos em fila, os quais, conforme a necessidade, se dividem para moradia de diversas famílias. Os quintais, nos fundos das casas, são separados uns dos outros por muros baixos de barro, e contêm em geral um telheiro, sob o qual se cozinha, e senzalas para a criadagem da casa, quase sempre índios, raros sendo os pretos ou mulatos. Em vez de vidraças, vêem-se por toda parte somente postigos ou fino gradil de madeira. O chão raras vezes é assoalhado; em geral, é coberto de tijolo, ou, nas casas mais pobres, é de terra batida. As portas consistem, quase por toda parte, em dois batentes, cada um dos quais é feito de uma só tábua. As paredes são caiadas de branco ou de amarelo, com tabatinga tirada da espessa jazida junto do rio; para melhor ligar esse material, amassa-se não somente com água, mas também com uma parte do leito viscoso da sorveira, árvore da família das apocináceas *(Collophora utilis,* Mart.). Esse simples modo de construção está de acordo com o mobiliário das salas. Móveis finos são raros, embora haja à mão muitas das mais preciosas madeiras, como a *muira-pinima* (entre nós, chamado pau-rosa). As cadeiras são usualmente de palhinha ou forradas de couro; em vez de sofá, penduram uma rede de algodão branco, finamente tecida com

desenhos delicados, não abertos; há também um espelho. Em vez de lustres, usam grandes lampeões de latão, nos quais arde, por diversas mechas, o óleo de rícino. O número dos habitantes de Santarém, registrados nas listas da igreja, não se eleva muito além de 2.000; se forem contados todos os que vivem dispersos, fazendeiros que moram longe e as inúmeras famílias de índios que ali trabalham, calculam-se em 4.000 todos os habitantes do distrito, avaliada a sua área em 15 léguas quadradas. Entre os moradores, existe um número relativamente grande de brancos, que se domiciliaram aqui e aqui se prenderam, casando com mulheres de cor. Desde Pombal, predomina em Portugal a idéia da opulência natural da província do Pará e da sua situação próspera; e facilita-se como muito oportuna a vinda das classes mais baixas do povo para aqui, onde se relacionam com os índios, e há possibilidade de empregá-los nas plantações, em lugar dos escravos. Justamente esse trato com os índios — cujos serviços, bem como os artigos que eles trazem ao mercado, não se pagam a dinheiro —, deu motivo a que muitos colonos montassem lojas abertas ou fechadas, com toda a espécie de mercadorias européias, dando assim à vila a aparência de animado comércio, que de outro modo de todo não existiria. Deve-se considerar Santarém o empório do comércio entre a parte ocidental da Província do Pará e a capital. Das vilas vizinhas, Óbidos, Faro, Alenquer, Vila-Nova-da-Rainha (a oeste), Alter-do-Chão, Vila Franca, Boim, Pinhel e Aveiro (ao sul), à margem do Tapajós, trazem cacau, salsaparrilha, cravo do Maranhão, algum café, algodão e borracha. Os fazendeiros, que têm as suas plantações próximas, e só raramente, sobretudo na ocasião dos maiores dias santos, vêm à cidade, outrora cuidavam quase exclusivamente de cultivar o cacau; em tempos recentes, começam a dar mais atenção ao café, ao algodão e ao anil. Muitos desses opulentos donos de terras remetem os seus produtos, em suas próprias canoas, para Belém-do-Pará, de sorte que ao grande número de intermediários não resta senão negociar com os índios do Tapajós, que habitualmente entregam os seus artigos em minguadas porções. Em extremo favorável para o comércio de Santarém é a navegação do Tapajós até à Província de Mato Grosso, a qual é empreendida com maior freqüência do que a do Madeira, desde uns 15 anos para cá. Os negociantes de Santarém fazem essa viagem, não simplesmente para estar em trato comercial com os mato-grossenses, mas também para permutar com as duas poderosas tribos dos Mundurucus e Manués, que vivem ao longo do Tapajós, cravo-do-Maranhão, salsaparrilha, cacau, adornos de penas e o guaraná, cujo preparo é negócio exclusivo dos Maués.

Saindo de Santarém, pelo rio acima, faz-se em seis semanas a viagem, em barco pequeno, ligeiro; numa canoa grande, que carrega umas 1.200 arrobas, gastam-se quatro meses ou ainda mais tempo. Notícias mais minuciosas acerca do Tapajós e do comércio desse rio, eu a darei na nota 39[1]."

Em 1828, o Cônsul russo no Brasil, G. H. Langsdorff, membro da Academia das Ciências de S. Petersburgo, visitando o interior do Brasil, atingiu Santarém, descendo de Mato Grosso pelo Tapajós. O pintor da expedição, Hércules Florence, escreveu o roteiro da viagem. Santarém, nas páginas que nos legou, foi assim retratada:

"Assente na confluência dos dois rios e à margem oriental pelo Tapajoz; é o povoado bonito e bem situado em terreno plano que desce por uma rampa suave para a água. Numa eminenciazinha, a E. vêm-se ainda os inicios de um fortim construido pelos holandezes, quando até ai levaram suas conquistas. O paiz em torno é chato umas três léguas para o sul, onde se erguem montanhas, as primeiras que vimos desde Itaituba. As ruas são largas, cortadas em angulos retos e bem alinhadas a cordel. A igreja bem ao centro, a melhor que se me deparou desde S. Paulo, tem a fachada ornada de um frentão e de torres.

Como quase todas as povoações da província, possue Santarém seu aldeamento de índios. Ficão elles para L. separado por um grande terreno quasi baldio. Transposto que seja, não se ouvem mais os asperos sons da palavra portuguêsa, porém sons os doces e incompletos da lingua geral brasilica, que falavam os pais d'aquelles aldeados, reunidos e congregados n'essas choupanas pelos jesuitas [...]

Quando se chega do interior, uma cousa que causa estranheza é o fallar dos habitantes; carregado e com sotaque dos filhos d'alem Atlantico: é que os portugueses são alli mais numerosos,

1 Santarém, em 1788, quando a visitou o Bispo Frei Caetano Brandão, era assim, na palavra do ilustre prelado: "Esta villa é uma das melhores do Estado; compõem-se de moradores brancos e índios, 1300 almas. As casas dos indios estão arrumadas com muito bôa ordem e asseio. É terra abastada de peixe; serve de escala às embarcações que descem do Rio Negro e Madeira. Tem alguns moradores abonados, cuja riqueza consiste principalmente em cacao, que é o mais bem preparado de toda a Capitania, juntamente com o das povoações vizinhas, Óbidos e Alenquer." Os descritivos de Martius e Spix constam de seu livro de viagens, intitulado *Viagens pelo Brasil*, tradução mandada efetuar pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizada pela senhora Lúcia Furguim Lahmayer e publicada em 1938. Os textos transcritos constam do 3.° vol.

e a pronúncia européia pode-se conservar em sua integridade sem sofrer a modificação brasileira[2]."

Nesse mesmo ano, o Comandante Militar local, João Roberto Aires Carneiro, em longa exposição apresentada ao governo provincial, traçava um pitoresco descritivo do Baixo Amazonas. Santarém figurava ali:

"Entre as mais ricas e populozas Villas da Provincia, tem Santarem a Preferencia: Está situada à margem Austral do Grande Rio Amazonas, à Foz do Rio Tapajós, sobre a mais bela e amena planície, no milhor local, que seguramente pode haver toda a Provincia: seu terreno se concentra ao Sul em largura immensa e se alonga de Lest a Oest em não pequena longitude. Contem 1004 Fógos; 6861 Habitantes Livres e 2895 Escravos, e Dista da Capital da Provincia 160 a 170 leguas segundo os calculos mais exactos.

Os Santarenos são como todos os Brasileiros amigos da Paz e da Virtude[3]."

Em 1830, um oficial da marinha inglesa, Henry Lister Maw, descendo o Amazonas, vindo do Peru, no livro em que registrou as suas observações, intitulado *Narrativa da Passagem do Pacífico ao Atlântico atravez dos Andes nas Províncias do Norte do Perú e Descendo pelo Rio Amazonas até ao Pará*, ao tocar em Santarém, experimentou grandes emoções. Vivia-se, então, uma época de reservas, de desconfianças com relação aos estrangeiros, que podiam ser espiões, perigosos à integridade regional como parte do Império. Foi preso, sofreu dissabores. Embora, deixou-nos um quadro bastante interessante acerca da cidade. Leiamo-lo na tradução lançada em Liverpool em 1831:

"A villa de Santarem, julgo ser tão grande, mas mais bem edificada, que a Barra do Rio Negro. Há várias ruas, cujas casas se unem, e são de dimensoens quasi iguaes. A em que vivia Mr. Jeffries formava huma de varias, pertencentes ao mesmo individuo, tendo huma communicação a trevez, por meio de grandes portas, de forma que abrindo-se estas portas, unicas que se fechavão, todo hum lado da rua formava huma só casa, ainda que os pateos por detraz erão distinctos. As ruas são largas, mas não compridas,

[2] Cf. Hercule Florence, "Esboço de Viagens Feitas pelo Snr. de Langsdorf no Interior do Brasil, desde Setembro de 1821 até Março de 1825", *in Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil*, tomo XXXIX, segunda parte, ano 1876, p. 170.

[3] Os relatórios do Capitão Aires Carneiro constam do códice 451, da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.

e não são calçadas. As casas são cobertas com têlhas, e quase todas caiadas de branco ou d'amarello. A igreja, que está situada perto da praia, he grande, e bem edificada, mas não ornada, tendo duas pequenas tôrres quadradas. O quartel e a casa do Commandante militar estão situadas huma de fronte da outra, formando as esquinas de huma rua de hum lado, e fazendo frente do outro para a praia[4]."

Alfred Russell Wallace e Henry Walter Bates, no decorrer de seus contactos com o extremo-norte do Império, estiveram em Santarém. O primeiro, no ano de 1843, quando subiu o rio em direção a Manaus. O segundo, em 1851, na mesma rota para Manaus, começando suas andanças a serviço da ciência. Ambos gostaram da cidade de Tapajós. E depuseram com certa simpatia em favor do burgo, sua atualidade e perspectivas risonhas de seu futuro.

Wallace escreveu:

"A cidade de Santarém está colocada em lindo local, num declive, na barra do Tapajós, com uma linda praia arenosa e uma pequena colina em uma de suas extremidades, ali existindo uma fortaleza, de paredes de barro, dominando as proximidades do Amazonas.

As casas são limpas e as ruas regulares; mas, não havendo ali veículos de roda e sim apenas alguns cavalos, estes pastam à vontade nas ruas, que são cobertas de ervas e de relvas.

A igreja, com as suas duas torres, é um edifício bonito e notável.

As casas, em sua maioria, são pintadas de branco ou de amarelo, e os portais, das janelas e das portas, são pintados de um verde muito vivo.

No porto, não há desembarcadouro, ou cais, sendo as cargas descarregadas para as montarias, de modo que dificilmente podeis alcançar terra, sem molhardes os pés ou o calçado.

As praias estendem-se muitas milhas, para baixo ou para cima da cidade, e é ali que se fazem todos os serviços de lavagem de roupa da localidade, vendo-se os linhos estendidos na areia quente, o que produz um agradável espetáculo.

Durante todas as horas do dia, vêem-se ali inúmeros banhistas. Os filhos dos índios e dos negros nadam como peixes.

[4] Cf. p. 249. Lister Maw experimentou dissabores que relata minuciosamente no livro, que é realmente um repositório interessantíssimo acerca da vida amazônica na época.

Nos fundos da cidade, há extensos campos arenosos, onde se vêem espalhados cajueiros, mirtáceas e muitas outras árvores ou arbustos, havendo, logo adiante, uns morros baixos, alguns desnudos e outros cobertos de mato denso.

O comércio local consiste principalmente na exportação de castanhas, salsaparrilha (que é a melhor do Amazonas), farinha, peixe salgado, sendo alguns desses artigos obtidos dos índios Mundurucus, industriosa tribo que habita o rio Tapajós.

Há ali, como no Pará, muitas pessoas que passam uma vida completamente ociosa e estéril, amparadas exclusivamente pelo labor de uns poucos escravos que herdaram.

O governo executivo local consiste em: o comandante militar, que tem o encargo do forte e de uma dúzia ou duas de soldados; o comandante dos trabalhadores, que superintende os índios, empregados em qualquer serviço público; o juiz de direito ou juiz criminal e civil da comarca; o delegado de polícia, que se encarrega da administração dos passaportes e dos serviços de vigilância; o vigário ou sacerdote; e alguns outros funcionários, que lhe são subordinados.

À tarde, geralmente, alguns desses e alguns dos principais negociantes costumam reunir-se em frente à casa do capitão Hislop, que está localizada em aprazível ponto, donde se descortina o rio, e onde se sentam, fumam, tomam rapé, falam sobre política, sobre direito, uma hora ou duas.

Além do capitão, há ainda outros dois ingleses, que ali estão residindo desde muitos anos, e são casados com mulheres brasileiras[5] "

Bates assim se pronunciou:

"É a cidade mais civilizada e o centro mais importante das margens do rio principal, desde o Peru ao Atlântico. A bela cidadezinha, com suas filas de casas uniformemente caiadas de branco e de telhas vermelhas, no meio de jardins verdes e de matas, assenta em leve elevação da margem direita do Tapajós, junto ao seu ponto de confluência com o Amazonas. [. .]

Achei Santarém lugar muito diverso dos outros povoados sobre o Amazonas. Em Cametá os mamelucos alegres, bem-humorados, formavam o grosso da população, e os imigrantes brancos, como no Rio Negro e no Alto Amazonas, pareciam ter confraternizado bem com os aborígines. Nos arredores de Santarém

[5] Cf. Wallace, *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*, tradução de Orlando Torres, São Paulo, 1939, pp. 167-70.

os índios, ao que suponho, tinham sido originalmente hostis aos portugueses; como quer que seja, a mistura das duas raças não se processara aqui em grande escala. Não achei os habitantes aquele povo simples, afável e de falar rústico que encontrara em outras pequenas cidades do interior. Os brancos, portugueses e brasileiros, constituem aqui uma classe mais numerosa que em outros centros, e têm grandes pretensões à civilização; são negociantes e merceeiros da praça, senhores de escravos, donos de fazendas de gado e de plantações de cacau. Entre os principais residentes devem ser igualmente mencionadas as autoridades civis e militares, que são gente inteligente e de boas famílias de outras províncias. Poucos índios vivem na cidade; esta é muito civilizada para eles, e a classe inferior é constituída (além de alguns escravos) de mestiços, em cuja composição predomina o sangue negro. A gente de cor também exerce os vários ofícios; a cidade comporta dois ourives, que são mulatos, cada qual com vários aprendizes; os ferreiros são principalmente índios, como se observa geralmente em toda a província. As maneiras da classe superior (copiadas do Pará) são muito afetadas e formalistas, e a ausência da cordial hospitalidade, encontrada em outras localidades, produz a princípio desagradável impressão. Observa-se muita cerimônia nas relações da gente mais elevada, tanto uns com os outros como com os estrangeiros. O melhor aposento de cada casa é reservado para as recepções, e as visitas devem apresentar-se de roupa preta, sem tomar em consideração o furioso calor que reina nas ruas de Santarém ao meio dia, que é a hora habitual das visitas. Na sala há um sofá e cadeiras de vime, laqueadas e douradas, dispostas em quadro. Convidam as visitas a sentarem aí, enquanto se trocam cumprimentos ou se tratam os negócios. Ao despedir-se, o dono da casa conduz a visita com repetidas curvaturas, que acabam na porta da rua. Essa classe não tem o hábito de fumar, mas todos tomam rapé, que é guardado em bocetas de prata e de ouro, de grande luxo. Todos os homens de posição e a maioria das senhoras usam relógios e correntes de ouro. Não são freqüentes as reuniões sociais; os homens mais importantes estão inteiramente ocupados com seus negócios e com a família; o resto do povo passa as horas de ócio no bilhar ou no jogo, deixando as esposas e filhas em casa. De longe em longe um dos principais cidadãos dá um baile. No primeiro a que assisti, os homens ficaram a noite toda sentados de um lado da sala e as damas do outro, e os pares se formavam por meio de cartões numerados, distribuídos pelo mestre de cerimônias. [...]

Santarém é localidade muito agradável para se morar, apesar de sua sociedade. Não há insetos nocivos: mosquitos, piuns, maruins ou motucas. O clima é magnífico. Durante seis meses do ano, de agosto a fevereiro, chove muito pouco, e o céu se conserva escampo durante semanas a fio e o vento fresco do mar, que dista umas 400 milhas, modera o grande calor do sol. Às vezes o vento sopra tão forte, dias e dias, que é difícil avançar contra ele, quando se caminha pelas ruas, e entra pelas janelas e portas das casas, espalhando roupas e papéis em todas as direções. O lugar é muito salubre, mas nas mudanças de estação há resfriados graves e oftalmias. Aí encontrei três ingleses, que residiam há muitos anos na cidade ou seus arredores, e que ainda conservavam aspecto florido; o rosto rechonchudo e fresco de muitas das senhoras de meia-idade também testemunhava a salubridade do clima de Santarém. As ruas estão sempre limpas e enxutas, mesmo em plena estação chuvosa. Há muita ordem e a praça é bem sortida. Só as pessoas que sofreram das dificuldades de obter as coisas necessárias à vida, seja por que preço for, na maioria dos povoados do interior da América do Sul, podem apreciar as vantagens de Santarém neste particular. Mas aí tudo era muito caro, exceto a carne, e dia a dia se tornava mais caro. Açúcar, café e arroz, que podiam ser produzidos com abundância nos arredores, são importados de outras províncias, por elevado preço, e o açúcar é de fato um pouco mais caro aqui do que na Inglaterra. Havia dois ou três açougues, onde se podia comprar excelente carne fresca, a dois dinheiros ou a dois dinheiros e meio a libra. O gado não precisava ser trazido de longa distância, como no Pará, criando-se nos campos em torno do Lago Grande, a um ou dois dias de viagem da cidade. Pode-se comprar peixe fresco no porto quase todas as tardes, mas como o fornecimento não correspondia à procura, havia sempre uma corrida de compradores para beira dágua quando aparecia uma canoa de pescador. Distribui-se muito bom pão todas as manhãs, bem como leite e grande variedade de frutas e verduras[6]."

Gaetano Osculati, italiano, em 1853, encontrou a cidade assim:

"Santarém *é picola città situata alla sponda destra del rio* Tapayos. *É di forma regolare, le strade rette e spaziose, selcinte in parte; le abitazioni sono di stilo europeo, ad uno o due piani,*

[6] Henri Walter Bates, *The Naturalist on the River Amazonas*, tradução brasileira de C. Melo Leitão, S. Paulo, 1944, pp. 44-5, 7-9, 15-16.

*coperte di tegole ed imbiancate. La chiesa é vasta, adorna ai fianchi la due torri. É dominata da um piccolo menticello, ove trovasi una fortalezza di nessuna importanza, ove sventola la bandiera brasiliana, servibile altre volte a difendere la città dagli attacchi degl'indiani, ed a sorvegliare la navigazione del fiume; vi si mantine però constantemente una guarnigione de 200 soldati. Vi é organizzata la dogana, facendosi sol Gran Parà um attivo commercio por mezzo di batteli a vapore, shooner, brigantini e golete. Con altre barche minori mantengono la comunicazione com* Cuyabá *e coll'interno della provincia di* Matto Grosso *per mezzo* del Tapayos.

*La popolazione ammonta al presente a circa 4000 anime, ed è composta di bianchi, negri schiavi, indiani* Mahuès *e* Mundrucus. *Dapprima ascendeva a 6000 anime, e malgrado la vantaggiosa sua postura, che la fa emporio del comercio dell'alto Amazone, del rio* Prietto, *nom che di Cuyabá nella provincia di* Mato Grosso, *le rivoluzioni che agitarono quel luogo hanno quasi annichilato la prosperità di quel paese*[7]."

A. de Belmar, um viajante francês que percorreu o Brasil em 1860, deixando-nos um livro interessante acerca das condições políticas, econômicas e sociais do Brasil, em particular a área nortista, esteve em Santarém. Viu-a assim:

*"La vile est aujourd'hui ornée d'élégantes maisons perfaitement alignées. On y remarque même divers édifices construits avec une sorte de luxe, une église cathédrale qui est la plus belle de la province, un hôpital, une fontaine, une maison commune. MM. Pinto frères y ont établi depuis quelque temps un moulin à broyer la canna à sucre. Ce moulin, qui est encore le seul qui on trouve dans la comarque, est dirigé par un Français; il donne annuellement 200 tonnes de cachaza ou tafia, et fournit tout le sucre nécessaire à la consomation de la ville et du pays, ce que représente une quantité de 15 à 16 mille arobes. La population de Santaren, qui n'était que de 4 mille âmes en 1854, est aujourd'hui de 6 à 7 mille, et représente un mélange de blancs, d'indiens et de métis. Le principal commerce du pays consiste en gomme élastique, en cacao, dont il produit tous les ans plus de 20 mille arobes; en pirarucú, dont il sale environ 100 mille tonnes; en drogues médicinales et en marchandises importées d'Europe. C'est principla-*

[7] Cf. Gaetano Osculati, *Esplorazione delle regione equatoriale*, Milão, 1854, pp. 258-9.

*lement dans les bois de Santaren qu'on recueille de mururé, dont la pharmacie fait un grand usage*[8]."

Três brasileiros, a seguir a esses estrangeiros, vieram viver a vida da cidade, nela se demorando mais tempo e, portanto, podendo senti-la nas transformações que experimentava e nas características que a distinguiam no momento. Esses três brasileiros foram Domingos Ferreira Pena, Comandante Rufino Luís Tavares e João Barbosa Rodrigues. O primeiro, cientista, geógrafo, naturalista e etnógrafo, dirigia o Museu Paraense, que fundara. O segundo era um técnico da armada nacional, às voltas com o estudo do Tapajós. O terceiro, fundador do Museu Botânico do Amazonas, sediado em Manaus, entregava-se de corpo e alma à investigação da natureza regional, fosse física, fosse aquela em que o homem constituía o elemento fundamental. Enamorados, todos os três, do ambiente amazônico, o que elaboravam como resultado de suas pesquisas constantes expressava-lhes aquele estado dalma emocional que viviam continuadamente.

A Ferreira Pena, Santarém apareceu como:

"A primeira impressão que se sente ao entrar-se nas águas do Tapajós é um pouco confrangente, e seria triste si a graciosa perspectiva dos montes e a presença do edifício da casa da camara, recentemente construido, não attenuasse o effeito produzido pela cor escura do rio, e pelo facto de se não ver a cidade se não quando se está já dentro de seu porto.

Esta cidade porém vista da bocca do Igarapé-uas-sú ou, ainda melhor, a 3 milhas acima da povoação, apresenta aos olhos o mais bello aspecto que se encontra em todo o Amazonas e seus affluentes brasileiros. É uma vista tam pitoresca, tam cheia de ornatos da natureza que viria involuntariamente a imaginação de um poeta a idéia de saudar a cidade como a Rainha do Amazonas.

Santarem está situada a margem direita do Tapajós em um terreno que desce com ligeiro declive de S.N. a 5 kilometros da juncção deste rio com o braço meridional do Amazonas.

Posição astronomica é 2° 24' 52" lat. S
11° 33' 11" long. O (Rio de Janeiro.)
Altura acima do nível do mar 16 metros. [...]

[8] Cf. A. De Belmar, *Voyage aux Provinces Bresilienes de Para et des Amazones on 1860*, Londres, 1861, pp. 51-2.

A povoação consta de duas partes distinctas: a cidade propria que fica muito conchegada ao morro da fortaleza, e a aldêa que se estende para O.

Esta que ha 15 annos era ainda exclusivamente habitada por descendentes de indios, começa a ser invadida pela cidade e ahi já apparecem algumas casas bem construidas que constrastão com as cabanas de pallha dos velhos indigenas.

A cidade compõe-se de várias ruas, travessas e praças com 210 casas, 15 das quaes não são habitadas ou estão em ruinas.

Uma excellente e bella igreja matriz, tratada e conservada com esmero, bastante espaçosa, é dedicada à N. S. da Conceição.

Um cemiterio bem construido, mas collado em logar muito superior a cidade, o que não deixa de ser um inconveniente.

Um elegante paço municipal, recentemente edificado conjunctamente com a cadêa que faz parte do mesmo edificio.

Taes são os estabelecimentos publicos de Santarem, havendo entre os predios particulares alguns construidos com gosto e amplas acomodações.

Segundo uma nota estatistica que o juiz municipal e delegado de policia, o sr. dr Pinheiro Corrêa franqueou-me a população da cidade é apenas de 1761 habitantes, numero que eu considero como o minimo calculado[9]."

Luís Tavares sentiu-a como:

"Cidade populosa e commercial da provincia do Pará, uma das mais notaveis pela sua posição geográfica à margem direita do rio Tapajoz, junto à foz. Acha-se situada aos 6° 12' 50" de longitude O de Belém, e aos 2° 24' 50" de latitude S, na distancia de 950 kilometros daquella cidade capital. Foi edificada sobre uma grande planicie com pequeno declive para o N, e nas condições de poder prosperar, porque é a chave do grande tributário do Amazonas que banha seu litoral, com navegação franca até à primeira cachoeira. Seus primitivos habitantes foram os indios Tapajoz, os quaes legaram seu nome ao rio. Ainda hoje, na parte occidental da cidade, se vê os restos de um dos seus aldeamentos, onde vivem alguns descendentes de tão pacificos quanto laboriosos indigenas. Em 1754 teve a categoria de villa. Até então foram os Tapajós catechisados pelos padres jesuitas, dos quaes aprenderam a cultivar o cacáo que nascia agreste de seus fertilissimos terrenos, o que presentemente é um dos mais importantes ramos de seu commercio de exportação para Belém. Em 1848, em virtude da

[9] Cf. D. S. Ferreira Pena, *A Região Occidental da Provincia do Pará*, Belém, 1869.

lei provincial n. 145 de 24 de Outubro do mesmo anno, passou à de cidade. Até meiado do anno de 1870 foi Santarém o entreposto de todo o commercio do alto Tapajoz e de Alenquer, porém, estendendo-se a navegação por vapores até aquelles lugares, começou a perder parte do seu movimento mercantil. Contudo, salvo um dos mais importantes negociantes do Alto-Tapajoz, que vive ha muito tempo em Itaituba, todos os mais residem na cidade, onde effectuam suas transações por intermedio da praça da capital. A principal base de todo esse movimento é a bem conhecida gomma-elastica, de que abunda extraordinariamente os alagados do Tapajós e de muitos affluente, especialmente acima de Itaituba.

A topographia da cidade é a seguinte: duas praças, a da Imperatriz e a Municipal; onze ruas, do Imperador, dos Mercadores, da Boa-Vista, da Praia, do Castello, de Santa Cruz, da Constituição, de S. Sebastião, do Principe, da Alegria e das Flores; treze travessas, do Castello, dos Mercadores, dos Martyres, da Matriz, da Imperatriz, da Igreja-Velha, do Mafra, de D. Januaria, de Macapa, de Manoel Ignacio, do Collares, do Mundo Novo e do Jutahy. Contém trezentas habitações, das quaes umas sessenta são cobertas de palha, estas na maior parte situadas no lugar denominado Aldêa — ao O da cidade. As casas mais modernas são sobrados e assobradadas, e participam de mais regularidade e mesmo de alguma belleza na construção. Vão abandonando esse cunho tão peculiar das primitivas edificações, que as faziam acanhadas, soterradas e pouco ventiladas. Entre as principaes, sobresahe o palacete do venerando e prestimoso Barão de Santarém; procurou-se na fachada imitar a do palacio do governador da provincia na capital. Os edificios de serventia publica constam, da igreja matriz, sob a iniciação de Nossa Senhora da Conceição, bastante espaçosa, porém de construção fraca e architetura impropria de um templo, nella se vê um crucifixo de ferro dourado, pesando 60 arrobas, que o valalleiro Carlos de Martins offereceu em 1846, em cumprimento de um voto por ter sido salvo do furor das ondas do Amazonas a 18 de Setembro de 1819. Tem mais a cidade, as capellas de Nossa Senhora dos Martyres e de S. Sebastião, esta em começo à custa das esmolas dos fiéis. Um cemiterio nos suburbios, com sua respectiva capellinha e entrada no fim da travessa dos Martyres. Na praça Municipal, a que primeiro se avista antes de penetrar a foz do Tapajoz, acha-se o paço da municipalidade servindo também de cadêa publica. É um edifício moderno e apropriado, satisfazendo assim as necessidades do serviço a que se destina. Logo em seguida e sobre um morro que se interpõe, apparece o perimetro de um forte por

acabar, levantado sobre reunias do que que fôra alli construido, em 1697, à custa de Manoel da Motta de Siqueira. Embora a cavalleiro da cidade, não se presta, como meio de defesa, pela circunstancia de não ter a margem opposta outra fortificação com a qual cruze seus fogos, quando é sabido que o Igarapé-assú permite a passagem de qualquer vapor que demandar o ancoradouro pela parte de cima ou occidental. A praça da Imperatriz, que se trata de arborizar, promette ser uma das mais bellas, particularmente quando novos e mais regulares edificios fecharem seu perimetro pelo N e lateraes. Jaz ahi esquecida e sob a terra, a primeira pedra para uma casa destinada à instrução primária; foi collocada sob os auspicios do Dr. Portella, quando em 1872, visitou o interior, na qualidade de presidente da provincia. Se a iniciativa partio da primeira autoridade, que no decurso da sua administração mostrou-se sempre dedicado em melhorar e popularizar a instrução, tambem me cumpre mencionar que encontrou todo o apoio dos mais conspicuos cidadãos de Santarem, os quaes subscreveram quantias mais ou menos importantes para um tão necessário melhoramento. A proposito de instrucção, convém aqui registrar um facto que revela o gráo de incremento que vai tendo a da comarca, talvez uma das mais favorecidas da provincia. Consta presentemente de 24 estabelecimentos distribuidos pela fórma seguinte: oito no perimetro da cidade, sendo um collégio de instrucção primaria e secundaria para o sexo masculino, subvencionado pelos cofres da provincia; cinco escolas para o mesmo sexo, das quaes uma a expensas da municipalidade, tres publicas e uma particular; finalmente duas para o sexo feminino, todas publicas; em Arimanduba uma para o sexo masculino; Aritapera duas para o mesmo sexo; Alter do Chão uma para o sexo masculino; Boim duas, recemprovidas de professores, sendo uma para cada sexo; Aveiros uma para o sexo masculino; Itaituba duas, uma para cada sexo; Alemquer tres, duas para o sexo masculino (uma destas noturna por conta da municipalidade) e uma para o feminino; Curuá uma para o sexo masculino. São Todas freqüentadas por cerca de 640 alunos, pertencentes ao sexo masculino 525, e ao sexo feminino 115, livres, 619, escravos 21, todos estes ultimos da escola elementar nocturna de Santarem.

É Santarem a cabeça da comarca do mesmo nome. Sua divisão civil, policial e ecclesiastica é a seguinte: Municipios: Santarem, Villa Franca e Alemquer, Freguezias, de Santarem, Alter do Chão, Villa Franca, Boim, Aveiro, Itaituba e Alemquer. Termos judiciarios, Santarem e Alemquer. Divisão policial, duas de-

legacias, de Santarem e Alemquer e sete subdelegacias, de Santarem, Villa Franca (duas), Alemquer, Boim, Aveiro e Itaituba. Divisão eclesiastica, sede do vigario geral da jurisdição, confiada presentemente a um dos mais virtuosos e doutos sacerdores, se estende às parochias acima referidas e a muitas outras da provincia Autoridades, um juiz de direito, dous ditos municipaes, seus suplentes, duas delegacias de policia, uma promotoria publica, uma vigararia geral, quatro juizados de paz em Santarem e quatro no segundo districto, alem dos das outras parochias. Tem mais um commando superior da guarda nacional, com varios corpos, 802 guardas do serviço activo e 313 da reserva. A policia local compõe-se de 20 praças. Escrivães, um do civel, crime, tabellião de notas e de registro da hipothecas, um de orphãos e ausentes, um do jury e execuções crimes e um do juizo de paz e subdelegacia de policia. Collectorias duas, das rendas geraes e das rendas provinciaes. Agencias do correio, da Amazon Steam Navigation Company Limited e The Liverpool and Amazon Royal Mayl Steam Company limited.

A grande differença de nivel entre uma vasante e enchente annual não permitte dar ao contorno da cidade, pela margem do rio, mais regularidade e belleza com a construcção de uma casa. As extensas e alvacentas praias de arêa que se vê de um a outro extremo do litoral, que a vasante deixa descobertas durante os quatro ultimos mezes do anno, dão à cidade um aspecto que não deixa de ser agradavel e original. Faz lembrar o de algumas cidades maritimas do Imperio, que assim tem conservado tão notavel caracterisco ainda dos tempos coloniais.

Segundo o mais moderno recenseamento, que me consta ter servido de base aos trabalhos estatisticos da respectiva directoria na côrte, a população é de 2.304 almas, sendo 1.120 individuos do sexo masculino e 1.184 do sexo feminino; são livres 1.837, escravos 467[10]."

Barbosa Rodrigues viu-a, cheio de emoção:

"Os dias são alegres, seu alvorecer é lindo e as suas tardes soberbas. O espetaculo que se repete todas as tardes, durante o arrebol, é sempre variado e magestoso. Nunca se deita o sol no Tapajós, senão cercado de ouro e purpura. A elevação de 16 metros acima do nivel do mar, contribue para que a sua situação seja magnifica. Distando 460 milhas da embocadura do Rio-Negro

10 Cf. Rufino Luís Tavares *O Rio Tapajós*, Rio, 1876, pp. 8-12.

e 650 do oceano, está collocada de maneira a ser um centro de grande valor commercial. Seu clima, posição e uberdade dos terrenos convidam a emigração a fazer ahi um nucleo, do qual grandes e importantes resultados se devem colher. Se pelos seus bellos pontos de vista, pela sua posição, torna-se a princeza do Amazonas, pela sua população tambem occupa um lugar importante. Contém a cidade 2 304 individous, sendo 1.120 do sexo masculino e 1.184 do feminino. Nacionaes 2.203 e estrangeiros 101, com 567 tapuyos, 659 pardos e 348 pretos. Apenas são escravos 467 individuos e só sabem ler 586. Todo o municipio tem 8.643 habitantes, do sexo masculino 4.191, e do feminino 4.452.

Compõem-se a cidade de cinco ruas parallelas ao rio, cortadas por oito travessas em angulos rectos, embellezada por um largo e duas praças, comprehendendo 300 casas, das quaes 12 são de sobrados e 65 de palha, todas bem edificadas, se bem que algumas antigas e ainda de rotulas e postigos, contam-se entre ellas 36 lojas de fazendas de seccos, 2 ourivezarias, 5 sapatarias e 1 fabrica de cal, 1 relojoaria, 2 lojas de alfaiates, 4 mercearias, 1 saboaria, etc., além de 26 regatões ou commercio ambulante para o interior.

A casa da camara é um bonito edificio, espaçoso, tendo no frontespicio quatro colunas, que formam um peristyllo para onde se sobe por uma escadaria que o rodeia, e que dá entrada por tres portas, tendo duas janellas de cada lado. Divide-se da cadêa, que está do mesmo edificio, por um pateo quadrado, rodeado de colunas quadrangulares. Contém esta quatro grandes, arejados e limpos compartimentos, onde actualmente existem 18 presos e condenados, e um louco.

Foi começada a construcção em 1853 e terminada em 1867. O seu rendimento annual é de 7:000$ a 8:000$000.

Um grande e asseado templo serve de matriz, com a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Se bem que sua parte archietectonica não contenha ricos ornamentos, pódesse dizer que é ella a melhor igreja das povoações do Amazonas. Outr'ora tinha duas torres, porém essas cahiram. Faz frente para o rio e occupa um dos lados do largo que fica quasi no centro da cidade. Foi inaugurada em 1819, e construida pelos esforços do vigario de então, o padre portuguez Manoel Fernandes Leal e dos cidadãos José Fernandes dos Reis e Antonio Fernandes dos Reis, por appe-

lido os 'preguiças'. Depois da nossa emancipação politica, o mesmo vigario não querendo adherir a ella retirou-se para Lisboa.

Examinando a igreja, deparei com um crucifixo que para mim mereceu grande veneração e respeito, porque commemora um milagre, feito quando o Dr. Von Martius, dirigindo-se a Santarém, naufragou no dia 18 de Setembro de 1819 no Amazonas, proximo à embocadura do Tapajós. Um quadro de ferro fundido com letras em relevo, douradas, collocado na base da cruz, refere o milagre, da seguinte fórma: 'O cavalheiro Carlos Fred. Phil. de Martius, membro da cademia real das sciencias de Munich, fazendo em 1817-1820 de ordem de Maximiliano José, Rei da Baviera, uma viagem scientifica pelo Brazil e tendo sido aos 18 de setembro de 1819 salvo por misericordia Divina do furor das ondas do Amazonas junto à villa de Santarém, mandou como monumento de sua pia gratidão ao Todo Poderoso erigir este crucifixo nesta igreja de Nossa Senhora da Conceição no ano de 1846.

O Christo é de tamanho natural, de ferro dourado, cravado em uma cruz de itaúba. Cumprindo a promessa que então fizera, o sabio botanico, apenas chegou à Europa, remeteu a imagem e o quadro, sendo então aqui collocado na cruz em 1846. Orna o primeiro altar da direita. Não é obra de arte, mas eterniza duas cousas: a 'pia gratidão de Martius e sua vinda ao Braszil'.

Esta é a terceira igreja; a 1.ª, que existia na primitiva aldêa, era coberta de telha, segundo o inventario que li feito pelo primeiro vigario, era na rua do Castello, na esquina fronteira à actual pharmacia do Sr. Mattos e foi edificada pelo 4.º missionario o Padre João Maria Gorsoni em 1682; a 2.ª, no largo da Imperatriz, onde hoje ainda se vê um cruzeiro. Mal edificada pelo Padre Manoel Rabello, foi em 1733 reedificada pelo Padre Luiz Alvares, que ahi missionou até 1746. Esta tinha junto um collegio dirigido pelos padres da companhia, que existia, já arruinado em 1814, sendo abandonado em 1819, depois da conclusão da actual matriz.

No campo em frente ao centro da cidade, existe o cemiterio, todo murado, com uma capelinha, e algum tumulos de marmore, de valor.

À direita da cidade, separada por uma espaçosa praça à margem também do rio, está a "Aldea", o ultimo vislumbre da antiga taba, da qual só resta uma velha tapuya centenaria. É habitada por tapuyos, descendentes dos velhos Tapajós e por outros de cruzamento de outras tribos. Compõem-se de sessenta e oito palhoças,

algumas arruadas, outras espalhadas, feitas das folhas da palmeira *curuá* (*arralea espectabilis*). Cada palhoça contém, termo médio, cinco pessoas. Foi mais numerosa esta aldêa, porém em 1855, invadindo o cholera-morbus o Amazonas, ceifou quasi toda a sua população. Conservam os indigenas ainda uns restos longinquos dos usos primitivos.

À esquerda da cidade fica um outeiro, d'onde se goza o mais bello panorama. Quando não fosse notavel esse ponto pelo grande horizonte, e perspectivas variadas que dahi se gozem, as ruinas que ahi ainda se vê, de um antigo forte, o fariam, com as suas recordações historicas[11]."

As referências que estamos transcrevendo das páginas de quantos puderam ver Santarém através dos tempos que ela vivia são um documentário interessante e firme acerca das transformações que sofria. Evidentemente, não parara em sua ascensão. O título de cidade, que lhe fora outorgado em 1848, não fora desmerecido. E tanto assim que em 1888, quando se procedeu ao inquérito por todo o Império sobre as condições dos Municípios, Santarém forneceu informações que a creditavam. Esses dados constam do livro de Manoel Baena. São os seguintes:

"A cidade de Santarém está situada na margem direita do rio Tapajoz, a 693 kilometros e 500 metros da capital em terreno que desce com ligeiro declive de Sul a Norte, a 5 kilometros da juncção d'este rio com o braço meridional do Amazonas. Bella situação, de perspectiva pittoresca pela proximidade das serras Panema e Irurá, ao Sul da cidade; clima saudavel, terras altas, collinas, planicies, varzeas, campos. A cidade, fôro que lhe foi conferido pela Lei n.º 145, de 24 de outubro de 1848, é a sede da comarca e da 2.ª vigararia geral (denominada vigararia geral do Baixo Amazonas), instituida pela provisão de 17 de agosto de 1821; consta de varias ruas, travessas e praças, 309 a 400 casas geralmente bôas e de construção moderna, cemiterio murado, paço municipal, elegante edificio, bôa igreja matriz com altar de marmore branco, uma ermida em construção, sob a invocação de S. Sebastião, padarias, diversas officinas, 2 typographias, 2 periodicos, o Municipio e o Baixo Amazonas, 2 advogados formados e 2 provisionados, 2 boticas, 1 médico, 1 sociedade ethnographica, 11 escolas publicas no municipio, casas de negocio bem sortidas, collectorias geral e provincial, agencias do correio, bilhar, illuminação a ke-

11 João Barbosa Rodrigues, *Rio Tapajós*, Rio, 1875, pp. 6-10.

rosene, 1 fabrica de licôres, vinagre e vinho de cajú, cujos productos foram premiados em duas exposições, olaria a vapor, serrarias, fabricas de cal, estrahida de pedras das margens do Tapajós, perto de Itaituba, engenhos de canna de assucar. Agricultura pouco desenvolvida; cultiva-se cacáo, mandioca, em menor escala, canna de assucar e tabaco, particularmente nos estabelecimentos dos antigos colonos americanos e na colonia "Bom Gosto", fundada com emegrados da secca. As principaes industrias exercidas na comarca são: a extração da gomma elastica nas cachoeiras no Alto Tapajós, a criação de gado vacum, em maior escala no lago Grande, municipio de Villa-Franca e a pesca do pirarucú. Exporta cacáo, castanha, vinho de cajú, oleo de cumarú, licôres, salsa, peixe secco (pirarucú), borracha, couros e gado em pé. Na cidade ha abundancia de melões, atas, cajús, abacates, bananas, tamarindos, laranjas, ovos, etc. É porto de escala de quasi todos os vapores que navegam o Amazonas e dos que fazem o serviço da linha de Manáos, subvencionado pelo governo geral, e da de Juruty e Itaituba, pelos cofres provinciaes[12]."

Sob a República, esse desenvolvimento não cessou. O Tapajós era um dos grandes rios da borracha. O *rush* sobre suas margens, na busca incessante à produção gomífera, importava no maior desenvolvimento de Santarém, que era a porta do grande rio. Coudreau e Paul Walle, depondo para o nosso levantamento, respectivamente em 1895 e 1908, são testemunhas fidedignas interessantes, que confirmam a nossa conclusão. Coudreau entusiasmava-se com o Tapajós. Santarém pareceu-lhe um burgo sem a população de 10.000 habitantes de que se ufanava.

Paul Walle escreveu:

*"Six heures après avoir quitté Monte Alegre, nous arrivons à la jolie ville de Santarem, qui apparait avec l'elégance d'une station balnèaire, bâtie sur l'emplacement d'un village d'Indiens Tapajos, sur la rive droite du fleuve de ce nom et à son confluent avec l'Amazone. Santarem, qui a déjà 20.000 habitants environ, est destinée à prendre un certain développment en raison de sa situation, des terres feriles qui l'environnent, et de son bon climat. Déjà, d'ailleurs, elle se donne des airs de grande ville; elle possède un théâtre, de belles maisons et un marché bien pourvu. Santarem est le grand centre commercial de touté la région baignée*

[12] Manoel Baena, *Informações sobre as Comarcas da Província do Pará*, Belém, 1885, p. 61

*par le fleuve Tapajos, région qui fournit en abondance la noix du Brésil, l'huile de copahu, la vanille, le cacao, la sasepareille; outres ces produits forestiers, elle exporte du caoutehouc, du bétail et du poissom salé*[13]."

Não nos queremos alongar na transcrição dos textos em que Santarém figura. Os que recordamos parecem-nos suficientes para documentar o progresso constante de que Santarém não se afastava e valia para expressar o sentido dinâmico da sociedade que o elaborara, e ao elaborá-lo realizara-se com decisão e firmeza.

13 Paul Walle, *Au Pays de l'or noir*, Paris, s/d., p. 94.

# Itaituba, Aveiro e Vila Franca Figuram no Quadro Demográfico

A ocupação do vale do Tapajós foi sendo realizada sem pressas. Inicialmente ocorreu a criação do núcleo que viria a ser Santarém. As aldeias missionárias, montadas pelos jesuítas, constituíram os centros demográficos que se seguiram. Em todos eles, nesses dias iniciais, a população é a população das antigas tabas de Tapajós e outros grupos indígenas que vão sendo catequisados e trazidos a uma vida organizada, de acordo com o sistema que os religiosos elaboram em seu propósito evangelizador.

A criação das edilidades e dos povoados sob a administração de diretores da confiança dos Capitães-Generais do Estado do Grão-Pará, melhor ordenando e disciplinando os contingentes indígenas, a que se juntam reinóis que chegam sem cessar da Europa e se vão distribuindo pelos povoados do interior, ou se instalam nas propriedades agrárias e de extrativismo, foi o passo seguinte que assegurou a incorporação da imensa área nova. Esses núcleos, que congregavam habitantes indígenas, reinóis e mestiços, escravos e homens livres, além de Santarém, eram, ao longo do rio, em direção às suas cachoeiras, Vila Franca, Boim, Alter do Chão e Pinhel. Vila Franca foi sede de Município, como Alter do Chão, quando Mendonça Furtado iniciou a organização política do Estado que governava. Boim e Pinhel foram graduados, na mesma época, na condição de povoados.

Com o decorrer dos anos, à medida que o rio era melhor conhecido, criavam-se novos núcleos, com indígenas do alto rio Mundurucu, principalmente Curi, na boca do igarapé do mesmo nome, Aveiro, fundada em 1781 por determinação do Governador Telo de Menezes e Santa Cruz, mandada estabelecer por D. Francisco de Sousa Coutinho em 1799, subordinada a Pinhel. Já nos inícios do século XIX, tinham origem Ixituba e Itaituba. Aquele, em 1833, possuía 48 casas cobertas de palha, constando a população de 458 índios, 42 brancos e quatro escravos. Este servia, então, de entreposto para o comércio com Mato Grosso. Fora fundado em 1812. Tanto Ixituba como Itaituba, no período da cabanagem, foram centros de atividade tanto de legais como de rebeldes. A posição geográfica dos dois núcleos explicava o interesse que despertavam. Sua posse importava em possibilidades maiores ou menores de êxito nas ações militares.

Nessa fase, moradores da região, fugindo aos excessos dos cabanos, procuraram uma nova localização, onde pudessem estar menos inseguros. E fundaram o que denominaram de Ponto de Brasília Legal, à margem esquerda do Tapajós. A posição não apresentava condições especiais que explicassem a ampliação do burgo. Cercavam-na alagadiços, que impediam que os moradores pudessem fazer as lavouras essenciais à manutenção do diário alimentar. Nem por isso deixou de ser habitada. E nos entreveros da guerra civil, as forças legais utilizaram-na como cabeça-de-ponte para as operações sobre os acampamentos rebeldes no alto rio. Em 1849, reduzia-se a 15 cabanas cobertas de palha. A população se fora retirando em direção a Itaituba, que apresentava melhores condições para permanência. Em 1854, pela lei 266, de 16 de outubro, foi elevada à categoria de vila, sendo sede de Município. Sua escassa prosperidade impediu, porém, a instalação da Câmara, portanto o cumprimento da legislação[1]. Itaituba, ao contrário, começava a prosperar. A lei 290, de 15 de dezembro de 1856, transferiu de Brasília Legal para Itaituba a sede do Município, instalado a 3 de novembro de 1857. Fora fundador do povoado, em hora difícil, o Tenente-Coronel Joaquim Caetano Correia[2].

Bacabal e Barreiros, aquela povoado de Mundurucu, fundado pelos missionários Pelino de Castro Valva e Antônio de Albano, e

[1] Cf. Ferreira Pena, *op. cit.*, pp. 111 e 114.
[2] Cf. Palma Muniz, *O Município de Itaituba*, Belém, 1906; Raimundo Pereira Brasil, *O Rio Tapajós*, Paris, s/d.

este propriedade particular, foram os outros dois centros que se constituíram ainda no século XIX, distinguindo-se dos demais lugares que, com o *rush* da borracha, começaram a surgir. Em 1872, Bacabal já possuía 700 habitantes. Quanto a Barreiros, a Lei 324, de seis de julho de 1895, dava-lhes o título de vila, instalada a 10 de fevereiro de 1896.

Com o *rush* da borracha, aumentara consideravelmente a população do Tapajós. Os seringais eram centros demográficos em movimento e em crescimento constante. O elemento nordestino perseguido por rigores das secas começara a chegar em 1879 quando fora mandado estabelecer-se em Santarém, na colônia agrícola Borin, Bom Destino, montada nas vizinhanças dos norte-americanos, no lugar denominado Marutituba, a 12 e meio quilômetros dos seringais, o que levou a nova corrente de imigrantes à aventura extrativista. Esses tipos de pioneiros eram cearenses. O primeiro grupo somava 278 pessoas. A colônia não experimentou prosperidade. Foi abandonada pelos colonos[3].

A multidão indígena constituíra o elemento populacional por excelência, quantitativamente. A presença portuguesa representara-se também por número elevado, com a particularidade de ser cheia de prosapia, de poder, compondo, em conseqüencia, com seus descendentes diretos, uma sociedade branca. A mestiçagem processando-se, porém, como nos demais trechos do mundo amazônico, em Santarém não deixara de ocorrer. Bates, que a sentiu de perto, apontou-a como das menores da Província, não esquecendo de registrar também que o contingente indígena, todavia, ao que se verifica da documentação relativa à vida sob a colônia e sob o Império, teve preponderância. Nos vários núcleos que se montaram ao longo do rio, por isso mesmo, esse contingente deu a grande cor à paisagem humana[4].

[3] Para o histórico da presença dos cearenses na colônia Bom Destino, além do que consta nas "falas" dos Presidentes da Província do Pará, mais os seguintes trabalhos: Palma Muniz, *Colonização e Imigração no Estado do Pará,* Belém, 1917; Ernesto Cruz, *Colonização do Pará,* Belém, 1958.

[4] Finda a Cabanagem, o governo teve pela frente o grave problema dos grupos que haviam pegado em armas e eram agora verdadeiros desajustados sociais. Era preciso assegurar-lhes novas condições de vida, impedindo que se tornassem um elemento desassociativo, perigoso à harmonia e à própria estabilidade econômica da região. Foram então criados os Corpos de Trabalhadores, em que eram engajados para os serviços públicos. Tinham disciplina militar para efeito de seu aproveitamento. Nesses Corpos engajavam, de acordo com a lei, índios, mestiços, pretos livres ou libertos. E podiam ser solicitados por particulares que carecessem de mão-

O crescimento da população, mercê das condições que se iam criando, foi real. As estatísticas apresentadas pelos viajantes que visitaram a região são de uma evidência fora de qualquer dúvida. Ao tempo da Guerra do Paraguai, é certo, registrara-se um desfalque no ativo populacional. A corrida aos seringais do Madeira ao Purus, por outro lado, contribuíra também para esse desgaste. Como os surtos epidêmicos de varíola e de cólera, que abriram claros profundos[5], em 1858 e 1867.

O censo realizado em 1862 indicou para o Tapajós uma população de 14.730 habitantes, o de 1872, uma de 15.464, assim distribuídos: Santarém, 8.749; Vila Franca, 3 672; Aveiro, 1.972; Alter do Chão, 593; Boim, 600; Itaituba, 1.578.

Em 1883, os algarismos eram estes: para a região, 22.797 habitantes, sendo Santarém, 8.745; Vila Franca, 3.754; Aveiro, 2.064; Itaituba, 1.978; Boim, 1.298; Alter do Chão, 525. Já pelo censo de 1920, viviam nos Municípios do Tapajós 54.740 pessoas, das quais 41.546 em Santarém, 8.221 em Itaituba e 4.937 em Aveiro. Em 1940, eram 56.711, com 47.559 para Santarém e 9 152 para Itaituba. O aumento não cessava. O censo de 1950 acusou para o vale imenso 72.563 indivíduos, Santarém 61.611 habitantes, enquanto Itaituba 10.952. Na comparação com o Xingu, o Tapajós apresentava um índice de crescimento muito maior. Como os seus núcleos urbanos, Santarém preferentemente, revelavam progresso material mais sensível.

O elemento estrangeiro, em Santarém, também subia. Em 1872, o censo acusara 231 estrangeiros.

A paisagem social, demográfica, ao longo do vale do Tapajós, enriquecia-se em corpo e em números. Os núcleos que a compunham figuravam ponderantemente no quadro demográfico da Amazônia.

de-obra para os seus empreendimentos agrícolas, domésticos e industriais. Em Santarém, como nos demais Municípios integrantes da Comarca, criaram-se os respectivos Corpos. Os resultados foram precários, devido à direção canalha que lhe deram muitos dos que foram designados para dirigi-los. Se em vez de executarem a lei nos propósitos sãos que ela possuía, exorbitaram, utilizando os trabalhadores, sem paga de qualquer espécie, em serviços próprios, de amigos, numa exploração inconsciente de braço que desse modo se transformava em braço escravo.

[5] Acerca das epidemias que assolaram o vale do Tapajós e outros distritos da Província, é obra fundamental, de Artur Viana, *As Epidemias do Pará*, Belém, 1906.

# O Tapajós é Uma Fronteira Econômica

O objetivo econômico na empresa de desbravamento e de ocupação da Amazônia, explicando a presença dos sertanistas que partiam de Belém, no período colonial, e distanciavam vigorosamente daquela base, também serviu ao deslocamento incessante da fronteira que Portugal foi elaborando em detrimento de possíveis títulos de Espanha sobre os territórios interiores da região. Nos primeiros tempos, descobertas espécies vegetais e animais que interessaram aos mercados portugueses para suas operações mercantis na Europa, a penetração fora sendo realizada para a coleta da especiaria rendosa, mas, de certo modo, como uma iniciativa do colono. Com a necessidade de substituir as que o Oriente, perdido para Portugal, já não estava garantindo para o giro mercantil, o impulsionamento da penetração passara a constituir uma determinação oficial. E como tal, ativada através de prêmios, de solicitações, de ordens expressas visando a ampliação do mercado produtor, que prometia grandes rendimentos e já atraíra a concorrência de outros europeus — os holandeses, os franceses e os ingleses.

Já vimos, em capítulo anterior, que o Tapajós desde os primeiros tempos fora considerado como uma das melhores fontes de suprimento na movimentação de tais negócios comerciais. A "droga do sertão" era abundante ali. E se representava em cacau, cravo, salsa e guaraná.

Os cronistas dos dias iniciais do descobrimento, civis e religiosos, todos se referem ao grande curso fluvial assinalando a

existência de matéria-prima abundante, que estava convidando à exploração intensiva. A entrada dos sertanistas operou-se, em conseqüência, muito naturalmente. Não se tratava de empreendimento impreciso, duvidoso. A certeza da colheita era positiva. E a exploração foi efetuada, como lemos, apesar da oposição do gentio e das dificuldades resultantes da extensão encachoeirada do rio em direção aos seus manadeiros.

Quanto teria rendido esse comércio de drogas, não sabemos. Não há estatísticas conhecidas nem mesmo nos arquivos até o presente examinados. Os dados que teriam sido registrados na fortaleza, na sua função fiscalizadora, não chegaram até nós. Uma nota estatística revelada por Martius e Spix, a respeito do que se registrava em Gurupá, não é suficiente para permitir o conhecimento minucioso do rendimento daquela aventura. Porque não cobrem apenas o que teria sido extraído à floresta no Tapajós, mas tudo o que se produzia no Baixo Amazonas. Ademais, os sertanistas, fugindo ao rigor da tributação, procuravam escapar à vigilância do Gurupá, passando ao largo da praça, à noite, ou metendo-se pelos canais do labirinto da zona dos estreitos. O vulto do negócio no Tapajós pode-se, todavia, assentar ou afirmar em face dos documentos a que já fizemos referência e pelos quais se tem uma idéia da importância que se atribuía à região e de quanto as autoridades estavam interessadas em que fosse utilizada a droga ali abundante. A desobstrução do rio em face da resistência do gentio, determinada de Lisboa, até onde o assunto fora ventilado, vale como uma eloqüente demonstração do que representava, não para comunicações com Mato Grosso, mas como empório de matéria-prima necessária no Reino.

Santarém, como centro ativo da empresa comercial sobre o Tapajós, beneficiando-se intensamente de sua posição geográfica, constituiu, por isso mesmo, uma das melhores situações econômicas de todo o vasto interior amazônico. Aqueles títulos políticos, que fora grangeando no decorrer de sua história, significavam muito mais o reconhecimento da prosperidade econômica que alcançava ou desfrutava que propriamente manifestação do poder público visando simplesmente a fortificação de um núcleo para a melhor atuação oficial sobre o imenso espaço que se abria no oeste. Santarém representava uma porta do sertão.

Quando se encerrou o período colonial, já havia, à volta da vila, pela circunvizinhança, propriedades agrícolas que produziam o necessário ao abastecimento do Município e eram núcleos de onde saíam os grupos de sertanistas empenhados na exploração da floresta. A lavoura do cacau estava em franco desenvolvimento.

Era fundamental. Fora incentivada pelo poder público, que prometera favores, concedera isenções de impostos. Os lavradores de todo o Baixo Amazonas e do Tocantins, atendendo às solicitações governamentais, haviam idealizado plantações de vulto. De certo modo, o prestígio dos proprietários rurais da vasta região ligara-se ao maior ou menor número de cacaueiros que possuíssem. Apesar das enchentes, que destruíam plantações, a lavoura era intensificada. Santarém, rivalizando com Óbidos, no particular da produção cacaueira, procurava ter a predominância. Plantava-se mais — café, milho, feijão, arroz, mandioca, algodão e tabaco. Havia fazendas de criar gado vacum e canela, que não prosperavam com a velocidade desejada por dois motivos capitais, segundo a verificação do Coronel Aires Carneiro: desleixo dos proprietários, que entregavam as fazendas a simples vaqueiros, e enchentes violentas, que diminuíam a área de pasto ou matavam o gado[1].

O comércio era animado e dominava não apenas o Tapajós, atingindo Cuiabá, mas também se espraiava por todo o Baixo Amazonas. Um pequeno estaleiro começava a produzir embarcações para a navegação do Amazonas, Tapajós e rios próximos, servindo, desse modo, à expansão que se efetuava ao proporcionar os instrumentos essenciais ao transporte de mercadorias e passageiros. Nesse mesmo estaleiro, construíra-se um barco de alto porte que fora mandado a Portugal, mas não provara bem, de modo a permitir o giro intercontinental para que fora construído.

O comércio de Santarém, passada a fase dramática do pós-independência e da Cabanagem, tomou corpo. As propriedades rurais voltaram a prosperar. A existência de agentes consulares de França e Inglaterra, apesar das considerações contrárias à presença deles pela falta de nacionais daqueles países em número que lhes justificassem a atuação, era outra demonstração de que os interesses mercantis do lugar, com produção que procurava os mercados exteriores, avultavam. Além da produção extrativa havia a mercadoria resultante das lavouras. Mais, nos sítios, nas fazendas, a criação de gado cavalar e bovino começava a produzir.

Ao tempo da visita de Martius, ou posteriormente de Langsdorf, os que possuíam o poder econômico eram, *grosso modo*, portugueses ou deles descendentes diretos. A prosódia servia à identificação desse ponderável elemento social. Já no interior do

[1] Cf. relatório de oito de janeiro de 1828 do Coronel Aires Carneiro, códice 451, da B.A.P. do Pará.

Município e pelos demais termos do Tapajós a situação era outra. A multidão dominante era nativa, isto é, descendente direta do gentio local, os caboclos que haviam pegado em armas nos entreveros contra os que representavam o passado colonial. O panorama fora, porém, como era natural, sendo alterado. E já por mais de meados do século XIX, isto é, entre 1875 e 76, quando a estudaram o Comandante Rufino Luís Tavares e João Barbosa Rodrigues, toda a atividade criadora estava em mãos de nacionais. Diz, por exemplo, Barbosa Rodrigues positivamente: "o comércio de Santarém é grande e está todo nas mãos dos nacionais, que procuraram o engrandecimento do seu torrão"[2].

Esse comércio operava-se principalmente tendo por eixo o Tapajós. Santarém servia de entreposto para o alto rio e para o Baixo Amazonas até Alenquer. Itaituba, posteriormente, isto é, de 1870 em diante, atraindo atenção como ponto mais apropriado para alcançar-se o alto rio, fazia certa concorrência. Nem por tal suceder, a sede do Município perdeu a importância de entreposto. A condição que resultava da posição geográfica continuava a assegurar-lhe importância. Os homens de negócios que se deslocavam para o comando das operações em Itaituba continuavam a morar em Santarém. A cidade era a capital do vale Amazônico.

Em 1868, a vida econômica estava assim registrada: "dentro da cidade 30 casas de commercio de seccos e molhados, por grosso e a retalho, comprehendendo n'esse numero um armazem"[3].

Segundo as informações coletadas por Ferreira Pena, as atividades criadoras dos santarenos, que ele especificara na síntese dos algarismos apresentados, podiam ser melhor compreendida pelos dados em que as especificaria:

"Em Santarem ha uma fabrica de vinhos de cajú como já ficou referido. É propriedade do sr. Silva Rabello (Joaquim Honório), homem intelligente e laborioso.

N'esse estabelecimento fabrica-se vinho extraido do cajú em maior porção e de outras fructas em menor quantidade, bons licores, aguardente e um pouco de vinagre.

Extrahe-se excellente oleo de cumarú e de ricino em porção mui limitada.

As machinas empregadas no estabelecimento são:

1 Engenho de cortar e esmigalhar fructas.

1 Prensa.

[2] Cf. Barbosa Rodrigues, *O Rio Tapajós*, p. 18, Rio, 1875.
[3] Cf. Ferreira Pena, *op. cit.*, pp. 71-2.

1 Cylindro para extração de oleos.
2 Aparelhos destilatorios de Egrot.
O producto annual da fabrica regula, termo medio:
5.000 Litros de vinho de cajú.
8.000 Garras de licores.
Aguardente.
Vinagre.
Oleo de Cumarú.

Os vinhos, bem que uma ou outra vez sejam adocicados, já, em abono de sua boa qualidade mereceram ao seu laborioso fabricante dous premios que, como se sabe, se não dão por empenho, nem por attenções pessoaes: mas sim por remerecimento real reconhecido por juizes competentes e imparciaes. Estes premios foram:

Uma medalha de prata dada pela exposição nacional do Rio de Janeiro.

Uma medalha de cobre dada pela exposição Universal de Londres.

Para quem sabe quam valiosos são esses documentos, nada mais é preciso para ter a certeza de que os vinhos de cajú fabricados pelo sr. Rabello merecem a estima dos apreciadores. [ .]

A cal que se prepara em Santarém não é senão um producto de industria extrativa. Ella não provem de uma fabrica especial, mas sim de uma das ollarias de telhas e tijollos, pertencente a um negociante portuguez, o sr. A. J. da Silva e Souza.

A cal é extrahida de pedras vindas das margens do Tapajós, perto de Itaituba, sendo queimadas no mesmo forno de coser telhas, juntamente com estas.

A fabrica não está ainda montada convenientemente; mas o seu industrioso proprietário espera brevemente fazel-o, e então poderá obter por anno 24.000 alqueires, em lugar de 6 a 8.000 que hoje fabrica. O preço d'este artigo é actualmente de 1$400 réis por alqueire.

Na Ponta da barreira de Paricatuba, há, segundo me consta, um estabelecimento igual ao do sr. Silva e Souza, de Santarem.

No sitio denominado Patacho ao pé das Barreiras do Ecuipiranga e da foz do Lago Grande, ha outro estabelecimento identico aos antecedentes.

Tive a satisfação de verrêste estabelecimento onde, ao contrario do habitual, reina muita actividade e promptidão methodica no serviço, provavelmente porque este é pessoalmente inspeccionado pelo seu proprietario, o sr. capitão Mattos, que ali reside com sua familia.

As pedras d'onde se extrahe a cal são vindas tambem do Tapajoz em batelões que a condusem para a ollaria levando ella em troca para Itaituba as telhas, tijolos e a cal já preparada.

O modo de obter este producto é o mesmo empregado em Santarem na ollaria do sr. Souza; o forno em que as pedras são queimadas é o mesmo destinado as telhas.

Na 1.ª fornada de pedras queimadas conjunctamente com as telhas que occuparam tres quartas partes do forno, obtem o sr. capitão Mattos 300 alqueires de cal.

Na 2.ª o producto subio a mais de 1.200 alqueires, o sr Mattos contava tirar em junho uma fornada de 2.000 alqueires. [...]

O cacáo é com effeito o genero que occupa quasi exclusivamente os braços dos lavradores, e a sua cultura dentro do município só se fazia até hoje nas varzeas do Amazonas.

Ha 4 ou 6 annos, porem, segundo as informações que tenho, alguns lavradores observando que haviam sitios onde esta planta produzia bons fructos, resolveram tentar a sua cultura nas terras firmes do município de Itaituba à margem do Tapajoz, e o resultado tem sido o melhor possivel. Isto indica que tende-se em fim a abandonar-se os lamaçaes das varzeas trocando-os por terras enchutas para este genero de cultura.

D'este artigo exportou-se em 1867 pelo porto de Santarem 75,506 arbs. de cacáo.

O guaraná não é cultivado no municipio, mas sim de Itaituba, d'onde vem para Santarem. A quantidade exportada em 1867 foi de 1746 lbs., ou 54 arbs. e 18 lbs.

O feijão é cultivado em pequena escala; todavia em 1867 houve uma exportação de 161 alqs. para a capital.

É um producto muito estimado porque o seu uso como alimento sadio e nutritivo vae se generalisando na provincia, mormente na capital.

O fumo (tabaco) cultiva-se tambem em pequenas porções. A exportação no anno passado foi de 6 arbs.

Alem dos generos mensionados cultiva-se somente em quantidade sufficiente para o consumo domestico, a mandioca, o café, o milho, e o arroz.

A criação de gado é também uma industria interessante muito da predileção dos principaes habitantes de Santarem, mas como nos mais municipios d'esta comarca e da de Obidos, ella se reparte por grande numeros de pessoas tendo cada uma sua pequena porção de gado.

Os campos aliás, não são muitos e nem muito extensos, limitando-se aos de Aritapera, aos do continente entre o Tapará e o districto de Monte Alegre, e alguns ao S. O. de Santarem. [. . ]

Esta industria resultou para a exportação do anno passado os seguintes productos:

37 cabeças de gado.
852 arrobas de carne secca.
51 ditas de sêbo.
3805 couros secos e salgados.

No mesmo anno foram exportados 45 cavallos.

A pesca produzio para a esportação no referido anno 11.741 arbs. de pirarucú.

A caça que podia ser uma importante industria do povo, por ser muito abundante e variada, é completamente desprezada. O acaso, o quasi sempre a fome é que a põe em ação. Ella produziu na esportação 2.207 libs. de pelles de veado.

Quanto a industria extrativa vegetal, os productos exportados em 1867 foram os seguintes:

| | | |
|---|---|---|
| Salsaparilha . . . . . | 454 | arbs. |
| Gomma elastica . . . . . | 5.654 | " |
| Castanha da terra . . . . . | 16 766 | alqs. |
| Ditas sapucaya . . . . . | 107 | " |
| Oleo de cuphaiba . . . . . | 6 800 | libs."[4] |

A renda dos habitantes de Santarém, apurara Ferreira Pena, é índice seguro para uma verificação das possibilidades financeiras locais, objetivando os empreendimentos econômicos. Era a seguinte:

"Possuem.

| | | |
|---|---|---|
| De 100$ a 500$000 . . . . . | 170 | pessoas |
| De 500$ a 100$000 . . . . | 26 | " |
| De 1000$ a 2000$000 . . . | 10 | " |
| De 2000$ a 4000$000 . . | 6 | " |
| De 4000$ a 10000$000 . . . . . | 1 | " |
| Sem rendas conhecidas . | 1548 | pessoas"[5] |

[4] Cf. Ferreira Pena, *op. cit.*, pp. 80-6.
[5] *Op. cit.*, p. 71.

As rendas públicas arrecadadas pela coletoria provincial constavam de:

| | |
|---|---|
| "1847 a 1848 .. . ... .. . . | 5:453$191 |
| 1848 a 1849 . ..... | 6:589$748 |
| 1851 . . . .. ..... | 4.032$756 |
| 1852 .. . .. ..... | 3:983$690 |
| 1853 . ... ..... . | 4:527$186 |
| 1867 ... . ... . ... | 11:966$199 |

Estes dados podem servir para comparar as arrecadações n'estes ultimos 20 annos.

As rendas geraes arrecadas pela respectiva collectoria no anno financeiro de 1866 a 1867 importam em réis 6:479$504, sendo de renda própria 3:739$049, extraordinario 81$600, deposito 2.658$855.

As rendas da agencia do correio no exercicio de 1867 a 1868 importaram em 947$870[6]."

O comércio efetuava-se sempre utilizando a via fluvial. Uma verdadeira flotilha de embarcações, dos mais variados tipos e tamanhos, em conseqüência, era mobilizada para o mister. Em 1828, Hércules Florence encontrara fundeados no porto da cidade 10 a 12 sumacas de fundo chato, e número duplo de canoas.

Em 1848, conforme elementos coligidos por Ferreira Pena, a flotilha que realizava o comércio de Santarém constava de uma galeota, um patacho, três escunas, 13 cobertas, 13 botes, nove igarités, seis vigilengas, quatro batelões e dois barcos. Entre Santarém e Belém empregavam-se barcos a vela. Com o advento da navegação a vapor, os barcos a vela tinham entrado em ocaso. De toda a exportação do Município e circunvizinhanças, tocava a estes ora a oitava, ora a quarta parte. Esse comércio efetuava-se também com Mato Grosso, vencendo as dificuldades criadas pelo trecho encachoeirado. Empregavam-se canoas especiais, denominadas igarités e ubás. Vinham de Diamantina e traziam couros, pequenos diamantes, ouro em bruto, que eram trocados por sal, ferro, aço, pólvora, chumbo, louça, vinhos e guaraná[7].

Em 1851, a Comarca registrara a existência de um patacho, sete escunas, doze hiates, quatro batelões, 25 cobertas, 32 mestres, 35 pilotos, 24 marinheiros brancos, 230 índios, nove pardos, qua-

[6] *Op. cit.*, p. 72.
[7] F. Pena, *op. cit.*, p. 80.

tro pretos e 11 escravos. Já em 1855 esses algarismos estavam assim registrados: 86 embarcações, com 2.125 toneladas e 697 tripulantes. Era o quarto Município em ordem de importância nesse particular. Quatro anos decorridos, o quadro era este: 15 escunas, dois iates, três cúters, 29 batelões, 16 barcos, 47 canoas, seis vigilengas, 24 cobertas, duas gambiarras, 19 botes, com um total de 3.881 toneladas, 1.145 tripulantes livres e apenas 30 escravos. No total de 361 embarcações registradas na Província para o movimento comercial, Santarém contribuía com 163. Era expressivo.

"O valor da importação no anno de 1867, segundo as tabellas anexas ao Relatorio da directoria da Companhia de Mauá, unico documento que existe para se conhecer esse movimento, foi de 549·876$900.

Este algarismo refere-se unicamente ao valor das mercadorias importadas em Santarem pelos vapores da companhia não existindo (ao menos publicados) outros documentos que mostrem o valor das importadas por barcos de vela. Creio, porém, não commeter erro muito sensivel calculando-o em uma 4.ª parte do importado pelos vapores.

Assim terems.

| | |
|---|---|
| Valor de generos importados em Santarem, a saber: | |
| Em vapores . . . . . | 594:876$900 |
| Em barcos de vela . . . | 148:719$225 |
| Somma . . . | 743 596$126[8]." |

Os regatões, que, no seu ousio e nos seus processos pouco louváveis de negociar com os sitiantes, feriam fundo os interesses dos grandes comerciantes estabelecidos nos centros urbanos, fugindo ao pagamento de impostos e desviando as mercadorias que haviam sido financiadas por aqueles homens de negócio, encontrando no Tapajós um grande campo de trabalho, nele ingressaram com a mesma impetuosidade e decisão. Em 1867 somavam 14; em 1868 ascendiam para 26. O algarismo não podia ser mais expressivo. Os regatões, subindo o rio, rasgavam perspectivas menos ásperas aos que viviam nos seus sítios, obrigados a compromissos com os comerciantes de Santarém. As reclamações destes eram

[8] Ferreira Pena, *op. cit.*, p. 89.

constantes, inclusive à alegação, que impressionava as autoridades, de que o comércio dos regatões era um comércio aventureiro que impedia o desenvolvimento dos núcleos urbanos nas suas características de unidades demográficas e centros de civilização. O regatão valia como um agente de dispersão. As cidades e vilas, pela concorrência que faziam aos negociantes estabelecidos nelas, não podiam desenvolver-se.

Até então a vida econômica de Santarém e de todo o vale do Tapajós processara-se condicionada pela preponderância da produção florestal, e representada pelo guaraná, cravo, copaíba, castanha, salsa, cumaru. Apenas o cacau e um pouco de guaraná tiravam o caráter de economia totalmente extrativista à economia regional.

Ainda no período colonial, cabe referir, criara-se no lago Grande, de Vila Franca, um pesqueiro real, que contribuía para o fornecimento de pescado para os núcleos da região e também para Belém. Era um dos muitos estabelecimentos montados e mantidos pelo governo, no seu propósito de dinamizar e dirigir a economia amazônica.

Esse pesqueiro realizou uma obra vastíssima de colheita e de abastecimento, em nada contribuindo, porém, para a melhoria das técnicas de pesca. Em todo caso, significava atividade produtiva. Sob o Império, o pesqueiro entrara em decadência, pois que não era mais da natureza e dos propósitos oficiais a manutenção de serviços daquela espécie[9].

O descobrimento de vastos seringais no Tapajós, assegurando maior peso a esse extrativismo, de certo modo fez interromper a tentativa de passar-se a uma fase mais criadora pela ação sobre a terra na lavoura intensificada de produtos indígenas e alienígenas. A economia florestal estava na natureza daquelas populações que se haviam elaborado justamente na ação desenvolvida sobre a floresta. A lição dos norte-americanos e de uns tantos que se aventuravam à experiência de uma mudança não frutificava. As esperanças dos Presidentes da Província na alteração do gênero de vida perdiam todo vigor.

A borracha fora inicialmente explorada na região dos estreitos, nas ilhas. Aos poucos, à medida que os mercados norte-americano e europeu reclamavam a matéria-prima para atendimento

[9] Cf. José Veríssimo, *A Pesca na Amazônia*, p. 154, Rio, 1895. Sobre o pesqueiro de V. Franca, há vasta documentação na B.A.P. do Pará.

de seus parques industriais que se desenvolviam vertiginosamente, o esforço por descobrir áreas onde realizar a colheita do látex aumentou. E pelo Xingu e pelo Tapajós principiou a empresa nova. Os seringais foram sendo descobertos. Nos primeiros tempos, os sertanistas exploravam apenas as margens e as terras mais imediatamente próximas das margens. Não se lançavam ao centro da mata, ignorando a riqueza que escondiam em árvores para corte ou receosos de uma penetração ousada, mas profundamente perigosa. A corrida, em conseqüência, processava-se cautelosamente, autorizando a impressão imediatista de que os seringais rapidamente se desgastavam. Ademais, contribuindo para essa impressão ou a certos aspectos dando-lhe conteúdo, o corte das árvores efetuava-se de maneira violenta. Ora o madeiro era cortado alto a baixo, em espiral, para sangrar o mais que fosse possível, garantindo um rendimento sensacional, ora era derrubado para a extração mais direta. De qualquer maneira, as árvores sofriam profundamente, quando não eram imediatamente destruídas. As espécies iam assim terminando seu ciclo vital, empobrecendo a região extrativa e tirando aos seringais as possibilidades de uma atividade permanente e de rendimento constante.

Vencidas as hesitações ou os receios, verificada a existência no coração da floresta de imensas reservas de seringueiras, modificou-se a situação. E às centenas, seringueiros de Santarém, de Itaituba, de Alter do Chão, do Baixo Amazonas, deixando aqueles núcleos urbanos, enfrentaram a mata cerrada numa verdadeira ofensiva. A zona das cachoeiras foi ultrapassada na nova aventura. Já agora o que a provocava não era o relacionamento com Mato Grosso, para o intercâmbio que visava Cuiabá. O que se procurava, e foi sendo encontrado, era a *Hevea brasiliensis*. Além das populações caboclas da região, atiraram-se ao empreendimento os próprios elementos indígenas — os velhos Mundurucus, seduzidos pelas promessas dos regatões e dos seringueiros ou proprietários de seringais. Os nordestinos que começavam a chegar, e com os quais voltara a tentar-se lavoura assistida, cedo se deixaram seduzir pelo extrativismo, abandonando os núcleos coloniais e atirando-se também à cata das seringueiras. Todo um verdadeiro *rush* improvisou-se pelo Tapajós, que se afirmava uma das fronteiras mais intensas, mais ativas, mais dinamizadas da Amazônia de então. Estava-se na oitava década do século XIX. Antes do *rush* que revelou o Acre e levou à ocupação dos vales do Purus e do Juruá, o Tapajós serviu de fronteira no episódio da conquista da floresta para a extração de leite de seringueira.

Em Santarém, criava-se um dos mais fortes centros para a operação. De lá saíam os grupos que iam fazer a produção dos seringais. Lá se instalavam casas comerciais que incentivavam a ofensiva, financiando as expedições descobridoras e exploradoras. As referências a Santarém, como a Itaituba, na função de centros ativos de comando na exploração dos seringais do Tapajós e do próprio Baixo Amazonas, são constantes nas "falas" dos Presidentes da Província do Pará. Nos quadros de produção gomífera, o Tapajós trazia a contribuição mais sensível. Era por excelência o rio da borracha. Houve, por isso mesmo, uma razão para que nele fosse o britânico Alexander Wickman colher as sementes que levaria à Grã-Bretanha para as experiências conduzidas a bom termo no jardim botânico de Kew, a fonte direta das plantações que iam ser realizadas no Oriente, com graves conseqüências para a economia gomífera nacional e, já neste século, Henry Ford tentasse a heveicultura às suas margens.

Quando Chandlesse visitou o rio nas suas investigações científicas, ano de 1861, como posteriormente Barbosa Rodrigues, Rufino Luís Tavares, e mais modernamente Henri Coudreau, o Tapajós atraía as atenções gerais pela alta produtividade de seus seringais. Suas margens concentravam populações que cuidavam intensamente da seringagem. Os seringais eram o fundamento de vida da região, embora a castanha e o cacau ainda figurassem nos algarismos da exportação com certa significação. O que Euclides e antes dele Baringhtown Brow viram no Purus, já sob a República, podia, então, ser encontrado no vale do Tapajós.

Barbosa Rodrigues, em 1871, pretendera ter visto um certo desânimo na vida comercial de Santarém. Através de uma estatística que levantou, constatara que a produção não apresentava ritmo ascensional. A corrida aos seringais, aqui e ali infrutífera, explicaria esse estado de coisas. Essa corrida, todavia, não cessava, esclareceu, trazendo profundo desequilíbrio na vida local. centenas de indivíduos haviam abandonado suas plantações, seu comércio, atirando-se à aventura extrativa no Alto Amazonas. A borracha, então, de 7.477 arrobas, em 1869, decrescera para 6.987, em 1871. Ora, essa escalação, como se iria verificar daí por diante, era uma das características do extrativismo. A produção de uma região era um ano ótima, para descer no outro, mercê dos excessos e erros das técnicas de colheita, das perdas de trabalhadores vitimados pelas febres de mau caráter, etc. E tanto assim que já em 1885 subia para 22.885 kg. Ademais, no particular da produção gomífera, os seringais de Santarém não possuíam a mesma capacidade dos que existiam no Município de

Itaituba, que, por exemplo, nesse mesmo 1885, contribuía com 269.804 kg de borracha.

Barbosa Rodrigues registrou, porém, em seu livro, como tração dominante das populações do Tapajós, a febre da borracha[10] Traço que ia marcá-las por muito tempo.

[10] A história da exploração dos seringais do Tapajós pode ser escrita na base dos elementos proporcionados pelos viajantes que assistiram ao *rush* e através das "falas" dos Presidentes da Província do Pará. É, porém, sem maiores particularidades, a história do episódio registrado nos outros grandes vales da Amazônia.

# O Levantamento Científico do Vale do Tapajós

O reconhecimento científico da Amazônia fora iniciado sob a dominação portuguesa. No decorrer dos séculos XVII e XVIII, realizara-se, sob variados ângulos, uma primeira identificação regional, com resultados que haviam permitido a ação política dos estadistas visando o reconhecimento da soberania lusitana sobre o vasto território. As comissões de limites que percorreram o extremo norte, em serviços de demarcação, procederam a um inventário minucioso que ficou confiado ao conhecimento de muito poucos, mas nem por isso deixou de ser um inventário precioso, minudente, que muito credenciou os que o promoveram e os que o efetuaram com tanto interesse e decisão.

No particular do vale do Tapajós, já tivemos oportunidade de fixar o interesse que houve acerca das particularidades do rio, e como decorrência desse interesse o que pôde ser levado a termo para o inventário científico. Não apenas aquele esforço memorável de sertanistas e de missionários, que procuravam a gentilidade local ou visavam o relacionamento mercantil com Mato Grosso, mas igualmente a atividade científica de pesquisadores civis e militares que correram o rio, procuraram suas origens, levantaram as primeiras cartas geográficas, fizeram descritivos, contribuindo, desse modo, para que fosse possível ter-se um conhecimento mais positivo, menos inseguro, do que era o rio e do que dele poderia

esperar-se como via de comunicações e como área útil no tocante ao rendimento econômico.

Quando se encerrou o período colonial, evidentemente não era desprezível o acervo do conhecimento recolhido através do incursionamento ao longo do rio. Muitos dos afluentes do Tapajós haviam sido penetrados, deles sabendo-se o essencial para os objetivos mercantis então dominantes. Até aquele momento, todavia, todo esse esforço fora um empreendimento de portugueses e de brasileiros. A Amazônia permanecia trancada aos olhares cobiçosos dos outros povos. Portugal mantinha-se intransigente na política da porta fechada, que com a Independência foi, aos poucos, sendo revogada para a permissão de entrada aos homens de ciências — estrangeiros que imaginavam, naquele mundo imenso, encontrar importantes respostas às dúvidas científicas da época. O Tapajós beneficiou-se dessa modificação de política. Porque, interessando aos investigadores estrangeiros, foi objeto de estudos deles, do mesmo modo que os investigadores brasileiros para ele se voltaram, também com a mesma preocupação e o mesmo dinamismo.

Em 1828 houve a primeira viagem exploradora. Realizou-a o Cônsul russo no Brasil, George Heinrich von Langsdorf, alemão de origem. Chefiando um grupo de cientistas sob o patrocínio do Czar Alexandre I e integrada a expedição, além de vários outros, que tomaram outra direção, pelo astrônomo Rubzoff e o desenhista Hércules Florence, dirigiu-se a Diamantina, em Mato Grosso, de onde passou aos rios Preto, Arinos, Juruena e Tapajós, até Santarém. Langsdorf enlouqueceu no decorrer da viagem. Embora, o material botânico, etnográfico, zoológico e os elementos de natureza geográfica que foram recolhidos ou constatados asseguraram à grande expedição nomeada pelos frutos que deveria ter trazido. A vasta documentação que dela resultou não mereceu, todavia, as honras da publicação, o que impediu que se possuísse logo um imenso conhecimento da região visitada[1].

Em 1852 foi a vez de Henry Walter Bates, que entre junho e outubro subiu o rio até as corredeiras do Cupari, de lá regressando a Santarém, de onde partira. Em sua excursão, além das observações sobre o grupo Mundurucus, procedeu a minuciosas

[1] Cf. Hércules Florence, "Esboço da Viagem Feita pelo Snr. Langsdorff no Interior do Brasil", *in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomos XXXVIII e XXXIX, Rio, 1875 e 1876; N. G. Chprintsinr, *La Première expedition russe au Brésil, in Essais de Geographie*, Moscou, 1956.

verificações sobre a natureza ambiente. Naturalista, Bates pôde colher apreciável material para suas reflexões sobre o meio amazônico[2].

William Chandlesse, da Sociedade Geográfica de Londres, em 1861, vindo por São Paulo e Mato Grosso, atingia o Juruena, passava ao Arinos e após descia o Tapajós. Era, de todos os grandes contactos havidos com o vale Tapajônico, o de maior rendimento específico. Porque permitia a aquisição de informações mais possíveis, colhidas com maior segurança, e a elaboração de uma carta mais ou menos minuciosa. A descrição dos três rios era feita com o maior rigor técnico por um homem de ciência que podia usar o título sem nenhum constrangimento[3]

Participando da expedição conhecida por "Morgan Expedition", Charles Frederick Hartt examinou a geologia do Tapajós. Ano de 1870-1 Eram seus companheiros Herbert H. Smith, Orbille A. Derby, Richard Rathbun e John Clark. A expedição visava confirmar ou contestar a teoria de Agassiz acerca da formação estrutural do vale amazônico[4].

Antônio Manoel Gonçalves Tocantins e Julião Honorato Correia de Miranda foram os dois engenheiros brasileiros que se seguiram no estudo do Tapajós. Procuravam, em missão oficial do governo da Província, a possibilidade da construção de uma estrada que contornasse as cachoeiras, permitindo as comunicações mais rápidas, mais fáceis e mais seguras entre o Médio e o Alto Tapajós. A empresa tinha um sentido material de interesse econômico para o desenvolvimento da Província. O Presidente Abel Graça, nesse particular um dos mais atilados governantes da região, estava preocupado com o problema. O Tapajós seria um grande caminho de civilização, nos aspectos econômicos que a civilização possui, se pudessem ser utilizadas as suas águas em combinação com os caminhos terrestres. A comissão produziu extenso e minucioso relatório que indicou particularidades do rio, de Itaituba

[2] Cf Henry Walter Bates, *The Naturalist on the River Amazon*, Londres, s/d., pp. 211-255.

[3] O relatório de Chandlesse foi publicado no *Journal of the Royal Geographical Society*, vol. XXXII, Londres, 1862.

[4] Não há um relatório particular sobre o reconhecimento do Tapajós, pois a expedição teve sua atenção dirigida igualmente para outros trechos do território amazônico. No *Boletim do Museu Paraense*, relativo a 1896, reproduziu-se a exposição que Hartt fizera pelo *Diario do Grão Pará*, antes de regressar aos Estados Unidos.

para cima, justamente o trecho sobre que se dirigiu a atenção dos dois técnicos[5].

Barbosa Rodrigues e Rufino Luís Tavares, em 1875 e 1876, também se dedicaram ao exame do grande curso fluvial. Barbosa Rodrigues empenhava-se num vasto programa acerca dos afluentes do Amazonas. Visitou com olhos de ver o Urubu, o Jatapu, o Trombetas, o Nhuamundá e o Capim. No Tapajós, seu exame não se restringiu aos aspectos fisiográficos da bacia. Botânico e etnógrafo, naturalista, portanto, no melhor sentido da palavra, subiu o rio, detendo-se no estudo de todas as suas variadas peculiaridades. Procedeu ao inquérito social, ao inquérito econômico, ao inquérito urbanístico, ao inquérito etnográfico. O inventário que escreveu do rio, dos núcleos urbanos, das riquezas florestais e minerais, das tradições históricas, é o que existe de melhor até hoje como obra de análise e de cobertura universal. Porque não se ateve a este ou aquele aspecto. Homem de conhecimentos especializados, é certo, mais de formação universal, pôde assim, facilmente, colher um retrato exato e total da região no momento em que a percorria e a analisava[6].

Rufino Luís Tavares era oficial de marinha. A investigação a que procedeu originou-se do propósito governamental de apurar detalhes acerca do Tapajós, no tocante à sua navegabilidade. Até onde o rio poderia ser utilizado pelas embarcações em movimento na Amazônia, as embarcações a vapor da companhia que Mauá organizara ou das outras empresas comerciais, ou mesmo de navegação como a do Alto Amazonas, que procediam ao desbravamento econômico do vale pelo transporte de mercadorias e de homens que faziam a ocupação diária dos seringais, das fazendas de criar, dos cacauais, era preciso averiguar com segurança. Rufino Luís Tavares desincumbiu-se satisfatoriamente do encargo. E na memória que escreveu a respeito, expôs ao vivo um retrato do vale em ângulos cheios de interesses que o revelaram não apenas o técnico preso às limitações de sua especialidade ou de sua incumbência, mas um espírito curioso, inteligente, que sabia ver e sabia indicar[7].

[5] O relatório dos dois engenheiros vem publicado em anexo à "fala" do Presidente Abel Graça, de 15 de agosto de 1872.

[6] O livro em que Barbosa Rodrigues reuniu e divulgou o resultado de suas atividades científicas no Tapajós tem o seguinte título: *Relatório sobre o Rio Tapajós,* Rio, 1885.

[7] Rufino Luís Tavares escreveu o livro *O Rio Tapajós,* Rio, 1876.

O problema das nascentes do Tapajós e da acessibilidade de alguns de seus afluentes, que se aproximavam das águas do Xingu, particularmente o Paranatinga, também conhecido por São Manoel ou das Três Barras, tendo criado de certo modo um tema que provocava interesse, determinou a organização de uma expedição, patrocinada ou incentivada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, hoje Sociedade Brasileira de Geografia. De sua direção foram encarregados os Capitães Antônio Lourenço Teles Pires e Oscar de Oliveira Miranda. Era o ano de 1888. O primeiro seria o chefe, o segundo, o ajudante substituto imediato. Dela participavam mais os Capitães — todos eles de engenharia do exército — José Carlos da Silva Teles e Augusto Ximento Villeroy, este último primeiro Governador do Amazonas no período republicano.

A expedição era integrada ainda por um sargento, 20 praças e três sertanistas mato-grossenses, conhecedores da região que deveria ser percorrida. Partindo de Cuiabá em julho daquele ano, a expedição experimentou toda espécie de dificuldades: além daquelas criadas pela própria natureza física local, mais as endemias que a assaltaram e a foram reduzindo no número, afinal limitado a 10 pessoas. O chefe Teles Pires por fim faleceu.

> "A 13 de julho de 1890, dos dez homens restantes, em um naufragio de canoas numa cachoeira, desapareceram sete tripulantes e tôda a ferramenta; recomeçando, pela terceira vez, a tarefa de fazer mais uma canoa, o que se tornou possível, por haver deixado a montante alguns machados; trabalho que não foi preciso concluir, pois, 25 dias depois do desastre, o resto da expedição encontrou, subindo o rio, o Capitão José Soares de Souza Fago, enviado de Manaus, em socorro da comissão que afinal atingiu a capital amazonense. [...]
>
> O capitão Miranda confeccionou um mapa do Alto Xingu e formadores do Tapajós, com o reconhecimento do rio São Manuel ou Paranatinga, afluente do Tapajós, na escala de 1:1.700,00; desenhando este rio de 7° de latitude sul até as nascentes dos seus formadores. Por êsse mapa o formador ocidental do Paranatinga dista do rio Romuro [Xingu] umas seis milhas em linha reta. O autor assinalou na carta geografica serras, tabas indigenas, lugares em que se encontram fósseis, rios, rebojos, baixios, ilhas, cachoeiras,

saltos, da bacia do S. Manuel ou Paratinga; sendo as longitudes de acordo com o meridiano do Rio de Janeiro[8]."

Henri Coudreau, a serviço do Estado do Pará, por determinação do Governador Lauro Sodré, subiu e desceu o rio entre julho de 1895 e janeiro de 1896. Atingindo a zona das cachoeiras e o São Manuel ou das Três Barras, procedeu ao reconhecimento minucioso daqueles acidentes, num inventário interessantíssimo, ao mesmo tempo em que procedia ao levantamento das possibilidades econômicas da vasta área e ao estudo dos grupos indígenas que encontrou, em particular os Mundurucus, os Maué e os Apiacá[9].

Frederico Kazter, que chefiava a seção de mineralogia e geologia do Museu Paraense, hoje Museu Emílio Goeldi, a serviço daquela organização percorreu o rio. Visava o conhecimento dos recursos minerais, que se anunciavam constantemente como uma das maiores riquezas ali escondidas. O resultado não foi animador — nem ouro, nem petróleo, nem carvão. Os minérios de ferro encontrados não apresentavam valor industrial devido à pequenez da posança. O calcáreo era o menos desencorajador. Existia acima de Itaituba e poderia servir a um empreendimento econômico apreciável.

O inventário científico do Tapajós evidentemente não estacionou nesses esforços realizados por cientistas nacionais e estrangeiros. A literatura geográfica que se escreveu a seu respeito evidencia a constância das investigações e o interesse que o rio provocou, como vem provocando. A importância da via fluvial e as perspectivas de sua dinamização, à medida que se alteram as condições existenciais na região, crescem e impõem o prosseguimento dos estudos. O que apuraram aqueles investigadores, todavia, já apresenta significativa contribuição para o conhecimento realístico do rio, superando em muito o que constava como resultante das apurações dos sertanistas, dos religiosos e dos servidores civis e militares que Portugal usara para proceder àquele reconhecimento preliminar.

[8] Cf. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,* vol. VI. O trecho transcrito é parte integrante do magnífico estudo intitulado "Nos Vales do Xingu e do Tapajós", da autoria de José Moreira Brandão Castelo Branco, *in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* vol. 231, pp. 34-5, Rio, 1956.

[9] Cf. Henri Coudreau, *Voyage au Tapajós,* Paris, 1897 Dessa obra há tradução em português, da autoria de Miranda Bastos, edição Brasiliana, São Paulo, s/d.

# Um Baronato Perdido na Floresta

Na formação da sociedade brasileira, foi sob o Império que a nobreza com origem na posse da terra, conseqüente às ações militares ou aos gestos que mereceram a paga dos governantes, começou a ter existência. Até então, essa nobreza resultara não de títulos nobiliárquicos, mas de reconhecimentos e louvores oficiais, concessão de mercês régias e títulos de ordens honoríficos. Portugal não reconhecera em seus súditos da colônia sul-americana condições que exigissem ou permitissem a proclamação de merecimentos, que devessem ser exaltados e pagos através da nobiliarquia que criara para suas gentes metropolitanas. A conquista da terra nova, na irradiação para oeste, para o norte e para o sul, portanto a criação da imensa base física, seguida da estruturação da sociedade e da economia regionais, não foi suficiente para provocar, de parte dos governantes reais portugueses, o imediatismo da formação de uma nobreza titular brasileira. Essa situação só veio a modificar-se realmente com a Independência, quando o Imperador se fez rodear de condes, viscondes e barões, que ele foi buscar em quantos se haviam distinguido na ação política, nos serviços prestados à causa nacional, ou se haviam credenciado pela posse de uma fortuna material útil ao próprio desenvolvimento da nova nação.

Na Amazônia, onde os integrantes da vida política, social e econômica vinham sendo tratados sem a devida consideração, não tendo merecido a homenagem pública do Imperador, apenas se

lhes fizera, meio a meio e em número bastante reduzido, como que a denunciar a não-existência de brasileiros que se houvessem distinguido ali no serviço da pátria ou estivessem longe das condições de cultura capazes de provocar a atenção e o carinho do poder público a concessão daqueles títulos de ordens, seguramente suficientes para satisfazer vaidades ou atender a exigência de ordem político-partidárias[1].

Esse quadro sofreu, porém, modificação, lembrando-se o Imperador de seus súditos do extremo norte para atribuir-lhes a nobreza nobiliárquica que lhes desse a mesma posição que os demais súditos das outras áreas políticas do país.

Esses beneficiários da magnificência imperial foram: Ambrósio Leitão da Cunha, Barão de Mamoré; Antônio de Lacerda Chermont, Visconde de Arari; Antônio Gonçalves Nunes, Barão de Igarapé-Mirim; José Caetano Correia, Barão do Tapajós; Bernardo de Sousa Franco, Visconde de Sousa Franco; João Walkens de Matos, Barão de Maridá; José Coelho da Gama e Abreu, Barão de Marajó; Domingos Antônio Rayol, Barão de Guajará; Romualdo Antônio de Seixas, Marquês de Santa Cruz; Manoel Francisco Machado, Barão de Solimões; Miguel Antônio Pinto Guimarães, Barão de Santarém[2].

Miguel Antônio Pinto Guimarães, agraciado com o título de Barão de Santarém, não se impusera à graça imperial por gestos nervosos de guerreiro. Fizera sua vida a serviço da nação através de uma atividade construtiva, que o elevara a figura de expressão cívica do país, e não apenas da própria Região Amazônica. Era um daqueles muitos servidores do Império que o dignificaram na tarefa da formulação do equilíbrio econômico. Nascido em Santarém a oito de janeiro de 1808, começara suas atividades no meio comercial local. Seu pai era um dos que estavam realizando a empresa de criar, na vila tapajônica, aquele centro de ativação econômica e social, cujo desenvolvimento procuramos acompanhar nas páginas desta tentativa de registro

[1] A concessão dos títulos de ordens honoríficas foi feita para os homens públicos da Amazônia desde a incorporação da vasta Província do Pará, que então compreendia toda a região. O primeiro agraciado foi o paraense José de Araújo Roso, que viajara até a Corte para fazer a comunicação de que o Imperador fora aclamado em Belém e de lá regressara agraciado com o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa e Presidente da Província.

[2] Pode ser verificada a pobreza de beneficiários de títulos nobiliárquicos na Amazônia à leitura da obra clássica do Barão Smith de Vasconcellos, *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro,* Lausanne, 1918.

histórico. Associando-se ao irmão, Manoel Antônio Pinto Guimarães, constituiu com ele firma comercial que lhe permitiu amealhar recursos suficientes para uma vida próspera. No exercício do comércio, tomou contacto com os homens de negócio do vale do Tapajós, do Baixo Amazonas e de Belém, sem que, todavia, em nenhum momento houvesse assumido qualquer atitude menos justa com relação àqueles que se tornavam devedores e, pelo mau andamento dos negócios, se viam impossibilitados de saldar os compromissos. Era uma de suas constantes o não executar credores.

No serviço da causa pública, foi ascendendo a todos os postos que se lhe podiam abrir. No decorrer da Cabanagem, formou ao lado dos chamados legais, atuando com decisão e merecendo louvores por seu espírito de disciplina, de dedicação e decisão no cumprimento do dever. No tocante aos postos administrativos, foi Comandante do Corpo de Trabalhadores, de Seizel, Juiz de Paz, coletor das rendas provinciais, delegado de polícia, chefe de censo e delegado literário, todos esses cinco cargos exercidos em Santarém. Quanto a postos eletivos, vereador de Santarém, Presidente da respectiva Câmara entre 1848 e 1876, Deputado Provincial entre 1854 e 1872, suplente a Deputado Geral na 10.ª legislatura. Por três vezes, teve o nome incluído na lista tríplice para o Senado Imperial. Deteve o Comando Superior da Guarda Nacional das comarcas de Santarém, Óbidos e Monte Alegre, desde 1852[3].

Por ato de S. Majestade o Imperador Pedro II foi nomeado Segundo Vice-Presidente da Província. Chamado a dirigi-la, governou-a várias vezes — de 31 de julho a 16 de outubro de 1855; de 16 de maio a 8 de novembro de 1869; de 22 de abril a 3 de julho de 1871; de 5 de novembro de 1872 a 18 de abril de 1873. Em todas essas ocasiões, fez-se credor do respeito de seus governados. Suas "falas", dirigidas à Assembléia provincial ou a seus sucessores, são documentos simples, mas deveras interessantes, que refletem a sua orientação e as preocupações em torno à causa pública.

Em 1855, S. Majestade agraciou-o com o oficialato de Ordem da Rosa; em 1859, foi elevado a Comendador, e em 1867 a Dignatário. A 17 de maio de 1871 a Princesa Imperial D. Isa-

[3] O perfil do Barão de Santarém foi divulgado, em resumo, por Palma Muniz, no capítulo que escreveu acerca dos paraenses ilustres para o *Dicionário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo 2, Rio, 1922.

bel, na Regência do Império, deu-lhe o título de Barão de Santarém[4].

O outro beneficiário da hierarquia nobiliárquica do Império, nascido em Santarém, foi o Coronel José Caetano Correia, agraciado pelo decreto imperial de 19 de agosto de 1888 com o título de Barão de Tapajós. Era Coronel da Guarda Nacional e presidira a Câmara de sua cidade natal de 1876 a 1886.

[4] O Barão faleceu em Santarém a 15 de agosto de 1882.

# Em Novembro de 1889, Começava Outro Regime

O advento da República não importou diretamente para Santarém, como não importou para os demais núcleos urbanos da Amazônia, em modificaçôes de profundidade que possam ser atribuídas à formulação de nova mentalidade dos homens públicos, ascensão de outros mais votados à causa pública ou mais decididamente voltados para a dinamização do meio. Nesse particular, não parece que a República, como instituição, tenha significado um passo largo no caminho do progresso local. Santarém, que caminhava, sob o Império, sem mudanças sensacionais na sua vida de cidade amazônica, continuou no mesmo ritmo sob a República. A novidade maior era a existência agora de uma nova figura no quadro da administração. Além da Câmara Municipal, submetida aos modelos riscados pela disciplinação votada pelo Legislativo estadual, criara-se o cargo de Intendente Municipal. A inovação importava em dar existência a homem poderoso que teria, daí em diante, os destinos do núcleo em suas mãos. Aquele poder que o regime anterior atribuía aos vereadores e ao Presidente da Câmara, passava agora a ficar nas mãos de um só indivíduo. E as Câmaras, em Santarém, como por todo o Brasil, perderam a significação e a importância que possuíam desde o período colonial. O Intendente, de certo modo, vinha substituir o Capitão-Mor que existira no ciclo colonial. Santarém experi-

mentou, em conseqüência, as comoções cívicas das lutas eleitorais na disputa entre os candidatos à Intendência.

Sua história, sob o regime republicano, é a história morna de todos os Municípios amazônicos. Em nenhum momento diferiu deles. Quebrou a monotonia da vida quieta de sempre quando, em 1924, e mais recentemente, em 1956, conheceu dias mais intensos com os dois movimentos que agitaram a região. No primeiro, a cidade foi ocupada pelos rebeldes vindos de Manaus e depois pelas forças legais que vinham restabelecer o regime alterado e chegaram do Rio de Janeiro. A cidade, nesse caso, não teve participação no acontecimento, embora houvesse aplaudido os rebeldes. No segundo, de menor vôo, mas de muito maior divulgação, a cidade agitou-se, às ameaças de um ataque aéreo de forças que tentariam desalojar os aviadores que, em Jacareacanga, se haviam declarado em desacordo com o governo vigente no país.

No tocante às suas questões locais, mais vivo foi o interesse por que seus limites ficassem definitivamente fixados, limites com os Municípios vizinhos e com o Estado do Amazonas. Legislação decretada pelo Executivo paraense procurou encerrar as dúvidas existentes e acomodar os santarenos e seus vizinhos[1]. Estava-se, então, muito longe daqueles momentos agudos que puseram em perigo a harmonia provincial depois da Independência.

O problema do patrimônio municipal foi definitivamente esclarecido através de ato do governo do Estado e das providências que a própria Prefeitura de Santarém adotou. Pelo aviso de 14 de abril de 1873, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas concedera à Câmara légua e meia de terras entre os rios Maicá e Mapiri. Só em 1902, porém, foi feita a demarcação, a cargo do agrimensor Anísio Lins de Vasconcelos Chaves, por determinação do Intendente Dr. Silvino Pinto Guimarães, aprovada de acordo com a legislação estadual, que regulava a matéria, a nove de julho de 1902[2].

Esse mesmo agrimensor foi posteriormente encarregado de traçar o arruamento das zonas novas da cidade que, em conseqüência, perderam aquele caráter acanhado, de ruas e praças pequenas, estreitas, tão caras aos fundadores dos centros urbanos do Brasil-Colônia. As avenidas, ruas e praças rasgadas e nive-

[1] A legislação que regulou os limites do Município consta da memória de Palma Muniz sobre os Municípios paraenses, divulgada no nono volume dos *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.*

[2] Cf. Palma Muniz, *Patrimônio dos Conselhos Municipais do Estado do Pará,* pp. 151-66, Paris, 1904.

ladas, largas, longas, arborizadas, deram à cidade um ar de centro ativo e de futuro promissor. Não se trabalhava para o passado nem para o presente, no que ele possuísse ainda de rotineiro, para o amanhã, que parecia animador.

A sociedade de Santarém, nas duas primeiras décadas do ciclo da borracha, dinamizou-se no tocante à sua vida mundana. As reuniões festivas, nos salões que se abriram, nos clubes que começaram a funcionar, asseguraram à cidade, que se ufanava do título de "Pérola do Tapajós", uma importância especial sobre todas as demais cidades do Baixo Amazonas, Itaituba, nesse momento, disputava a Santarém a condição de Município mais rico em borracha, donde a posse de maiores disponibilidades. Os seringais de Itaituba eram, realmente, os mais movimentados. Nem por isso Santarém deixou de manter-se com altaneirice. A situação geográfica da sede garantia-lhe a posição. Ademais, muitos dos que faziam a exploração dos seringais de Itaituba e do Alto Tapajós continuavam morando em Santarém. Não a abandonaram. Ao contrário, investiam nela, contribuindo para que progredisse, quanto ganhavam nos outros Municípios.

O depoimento de Paul Walle, que recordamos em capítulo anterior, dá bem uma idéia de como Santarém continuava a dispor do primado no Tapajós e no Baixo Amazonas. Nenhuma cidade rivalizava com ela do ponto de vista de suas condições materiais, de população, de riqueza em bens possuídos por seus moradores, emprestando à cidade os foros de centro culto. Barbosa Rodrigues fundara, em sete de setembro de 1872, uma biblioteca pública, que de logo se enriquecera com dois mil volumes. Essa biblioteca continuava em funcionamento e em crescimento. Centros recreativos para os vários níveis dessa sociedade serviam de ponto de reunião. Para distração pública, o governo municipal construiu um pequeno bosque. Os cemitérios eram em número de dois — um para cristãos e outro para judeus. É que o elemento judeu crescera com o desenvolvimento dos negócios da borracha e da castanha. A colônia portuguesa continuava a mais importante, com o comando das operações mercantis ligadas ao abastecimento, comércio de secos e molhados, fazendas e mesmo a comercialização dos produtos extrativos. O Paço Municipal, construção datando do período imperial, era obra vistosa. As habitações, por seu lado, haviam também sido melhoradas consideravelmente. E sobrados de boa apresentação garantiam um tom de dignidade maior a Santarém.

O *rush* da borracha assegurara continuidade ao progredir de Santarém, progredir que incluía melhoria do nível cultural de

sua população. Os filhos das famílias de melhores posses desciam para Belém, a matricular-se nos colégios da capital, conquanto em Santarém mesmo, além de grupo escolar, ordens religiosas mantinham estabelecimentos para a educação secundária e profissional de rapazes e moças.

Em 89 começara um novo regime político. A motivação econômica, todavia, é que explicava o desenvolvimento que a cidade experimentava.

# De Vigararia-Geral a Sede de Bispado

A aldeia missionária dos jesuítas, quando começou a mudança política que Pombal determinara, foi graduada na condição de paróquia. Era Bispo do Pará e homem de confiança do Capitão-General, seu substituto no governo em suas ausências e impedimentos, o Dr. Frei Miguel de Bulhões Sousa. Em conflito com os inacianos, o Prelado cedo vislumbrara a necessidade de atribuir aos núcleos que os missionários haviam montado por todo o vale aquela condição nova, desse modo entrosando o mecanismo religioso com o novo mecanismo administrativo que se iniciara. O conflito com os jesuítas aumentara em virtude das restrições que eles lhe faziam a propósito das visitas que desejava fazer às aldeias e à autoridade que desejava exercer sobre elas como autoridade maior, religiosa, na região[1].

No Tapajós, missionava, a essa altura, com os poderes a que estavam habituados os membros da Companhia de Jesus destacados para os serviços nas zonas sob catequese, o padre Luís Álvares. Até então, comportara-se de maneira a merecer os louvores de Mendonça Furtado. Defendera sempre a liberdade dos

[1] Cf. de nossa autoria os livros *A Conquista Espiritual da Amazônia*, São Paulo, s/d.; e *Estadistas Portugueses na Amazônia*, Rio, 1948.

indígenas e considerava os pertences de sua igreja como bens da aldeia.

Criada a paróquia por D. Miguel de Bulhões, pelo ato de 22 de abril de 1759, através do qual assegurava a continuidade da ação do catolicismo no Estado, padre Luís Álvares não se mostrou o mesmo homem disciplinado. E não desejando cumprir as ordens governamentais para retirar-se do lugar, transferindo a direção da paróquia ao sacerdote designado pelo Bispo, criou o incidente que seria somado aos vários outros que Mendonça Furtado iria reunir no libelo que escreveu para acusar a Companhia de promover a desordem na região, o que, de certo modo, poderia ser considerado como parte de um vasto plano que visava a criação de uma unidade política liberta da autoridade civil portuguesa. À chegada do pároco, que vinha tomar posse, o reverendo Francisco Xavier Eleutério, nomeado por provisão do antístite, daquela data, reunidos, para a solenidade, os notáveis do lugar, desde o Capitão-Mor Paulo, o Tenente Manoel Correia Moncada, Comandante do destacamento, os principais dos nativos, padre Luís protestou. Alegou que não recebera instruções de seu Superior em Belém para fazer a entrega da igreja. O vigário não se deu por vencido. Mandou lavrar termo por escrivão devidamente instruído e autorizado por ele. Era o dia três de julho de 1757[2].

O missionário não se restringiu ao protesto ou embargo à posse. Fez mais, segundo a palavra de Mendonça Furtado:

"... cometeu o sacrílego insulto de hir as Imagens Sagradas, que estavam nos Altares, etirarlhe os resplendores deprata, para os trazer o Collegio os quaes lhes foram tomados na Fortaleza de Gurupá, cujo comandante mos remeteu aqui eeu os entreguey ao Bispo para os fazer restituir aquella nova Parochia as mesmas Sagradas Immagens.

Tambem consta qui, que repartiu alguas Immagens por Indios seus conhecidos em cujas cazas naó podem ter veneraçaó algua, pela mizeria epenuria em que vivem todos sem haver hua casa desta gente, em que haja hum lugar para aquellas Imagens terem algum genero deculto.

Este mizeravel Relligioso sem embargo de fazer estes disturbios merece algua compachaó, naó só pelos seus annos, mas

[2] O termo e o ato de nomeação do vigário foram publicados por Barbosa Rodrigues em seu livro sobre o Tapajós.

por seachar estoporado, echeyo de mizerias, pelas quaes selhe fará aviagem summamente penoza[3]."

O incidente ficou circunscrito ao episódio. As alfaias foram reincorporadas à igreja. A paróquia, acompanhando a vida da vila, então criada, realizou-se lentamente. Sucederam ao reverendo Francisco Xavier Eleutério os padres Antônio Silva, nomeado a 17 de setembro de 1760, e Dionísio da Fonseca, a 29 de julho de 1775.

Em 1821, sendo Bispo do Pará D. Romualdo de Sousa Coelho, decidiu criar, com sede em Santarém, uma Vigararia-Geral. O Bispado era imensamente grande. Apenas na Capitania do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas, existia uma outra Vigararia-Geral. Os serviços do culto sofriam com a distância entre as igrejas, a falta de clero em quantidade suficiente para as cerimônias diárias e a impossibilidade de o próprio Bispo estar presente, de quando em vez, às paróquias, para a solução dos problemas que tivessem surgido. A nova Vigararia importava na execução de uma boa política visando a consolidação da empresa religiosa. Quanto à escolha do local, a preferência por Santarém advinha seguramente de sua situação geográfica, de suas condições existenciais, de sua importância no quadro dos centros urbanos do Baixo Amazonas.

Dizia o Bispo, criando a Vigararia:

"Fazemos saber q. attendendo às distancias, perigos e dificuldades, e q'os Habitantes do Baixo Amazonas encontrão no trajecto de caudalosos Rios, e Grandes Bahías para recorrer a Capital nas duas dependências, assim temporaes, como espirituaes, q'são privativamente a Nossa competência, e devendo nós ocorrer a taes inconvenientes e facilitar quanto está da Nossa parte remedios mais opportunos: Havemos por bem crear e estabelecer como por esta o fazemos huma Vigararia Geral naquelle Districto subordinada a da Capital, ficando sempre livres as Partes recorrer a huma, ou outra, como mais convier aos seos interesses: E porq' a Villa de Santarem daquelle Districto he a mais popolosa, e de mais facil acesso pela sua Situação local será ali a residencia dos Vigarios Geraes, semq' por isso se considere annexo à Pessoa do Paroco da mesma Villa, ficando por conseguinte extincto

[3] Cf. ofício de Mendonça Furtado, de 22 de outubro de 1757, a Tomé J. da Costa Corte Real, *in Anais da B.A.P. do Pará*, t. 5, p. 283, Belém, 1906.

o Emprego de Vigario da Vara q'até agora exercião os respectivos Parocos[4]."

A Vigararia compreendia todas as paróquias entre Gurupá e Macapá, até a Comarca do Alto Amazonas. Integravam-na, em conseqüência, 25 unidades — Alenquer, Almerim, Alter do Chão, Arraiolos, Aveiro, Boim, Carrasedo, Curi, Exposende, Faro, Gurupá, Juriti, Masagão, Monte Alegre, Macapá, Óbidos, Oiteiro, Pombal, Porto de Mós, Pinhel, Souzem, Vieiros, Vilarinho do Monte, Vila Franca. Servia a uma população de 27.724 moradores. As côngruas pagas aos vigários — e nem todas as igrejas possuíam vigário permanente — somavam apenas 5:200$000 anuais... As igrejas em grande parte estavam arruinadas. Em boas condições, havia unicamente seis. Eram as de Faro, Gurupá, Macapá, Santarém, Souzel e Vila Franca. As rendas das paróquias refletiam o estado geral da Vigararia. Santarém rendia 300$000 anuais. Óbidos, 200$000; Monte Alegre e Vila Franca, 150$000 cada uma. As demais não atingiam os 100$000. Exposende rendia 4$000 e Arraiolos, 5$000.

O primeiro Vigário-Geral foi o padre português Manoel Fernandes Leal. Profundamente ligado aos interesses de sua pátria, não cedeu de maneira alguma no abandono de suas convicções cívico-políticas. Contra ele, por isso, se levantou a voz dos nacionalistas, que o forçaram a abandonar a paróquia e a Vigararia, retirando-se para Portugal.

O Tapajós continuava sendo um mundo por conquistar no que dizia respeito à população indígena. A incorporação dos Mundurucus e dos Maués, nos fins do período colonial, não fora suficiente em face da existência de outros grupos indígenas. Ademais, os Mundurucus careciam de quem lhes fizesse a mudança cultural, nucleando-os, atuando sobre eles com o objetivo de fazê-los participantes da vida social da região em condições diferentes daquelas em que tinham vivido até então. A empresa missionária, por isso, passou a ser uma cogitação dos governantes da Província. Faltava, no entanto, o clero capaz para a grande aventura espiritual. Se ele não existia para os quefazeres da rotina paroquial... Frei Egídio de Garésio, capuchinho, foi encarregado, em novembro de 1848, das tarefas de aldeamento no alto rio. Fundou os núcleos de Santa Teresa, Santa Cruz, Curi, Ixi-

[4] A Provisão consta de livro próprio no Arquivo da Arquidiocese de Belém e nos foi proporcionada por D. Alberto Ramos, Arcebispo de Belém.

tuba e Maloca Nova. Os índios reunidos eram todos Mundurucu. Só no alto rio, contavam-se cerca de três mil Mundurucus que desejavam entrar em contacto permanente com a civilização ocidental e, por isso mesmo, logo se acercaram do missionário aceitando-lhe a direção espiritual. As aldeias prosperaram. Frei Egídio vencia 500$000 de côngrua. Os índios trabalhavam na produção de guaraná, salsaparrilha, breu, estopa, tabaco, mandioca. As malocas por submeter ou assistir eram em número grande, e congregavam mais de 9.000 pessoas só no Município de Itaituba[5].

A empresa missionária, todavia, não foi adiante. Frei Pelino de Castro Valva e Frei Antônio Albano, em 1872, estabeleceram a aldeia de Bacabal. Frei Pelino, esquecendo suas obrigações religiosas, atirou-se ao negócio rendoso da venda dos produtos locais. Foi demitido a bem do serviço público em 1876. Frei Serafim de Triestre, outro religioso que atuou no Tapajós, tentou sustentar os aldeamentos, principalmente o de Bacabal, mas não obteve resultado compensador. A obra missionária falhava. O espírito de solidariedade e de sacrifício dos catequistas do período colonial perdera sentido. Os novos missionários não revelavam a mesma disposição. Quanto às diretorias de índios, serviço civil que o governo imperial criara através das próprias Províncias, igualmente falhou. Nos relatórios e "falas" Provinciais não há, no particular do Tapajós, notícias favoráveis aos respectivos encarregados. Como no período de Pombal, com a mão-de-obra abundante, representada pelo índio que ele recebia para dirigir, preferia utilizá-lo nos seus negócios que assisti-lo no que fosse preciso para elevar-lhe o padrão de vida. E no entanto, ao longo do rio e afluentes, viviam, então, os Ampuriá, os Senecuriá, os Suriana, os Periquito, os Matuari, os Uarapá, os Apaumariá, os Marixitai, os Amanajá, os Apicuricu, os Mecuriá. Os Mundurucu e os Maué, estes entre o Madeira e o Tapajós, constituíam os grupos mais densos, mais ativos, mais em contacto permanente, contacto comercial, com os moradores dos Municípios de Itaituba e Santarém.

Quanto aos templos para as cerimônias religiosas, Santarém dispunha de grande igreja, cuja construção fora sendo efetuada lentamente, com recursos dos moradores e contribuições da Câ-

[5] Os dados aqui registrados são coletados ao *Mapa das Igrejas Pertencentes ao Distrito do Baixo Amazonas no Ano de 1825*, manuscrito existente na Biblioteca Nacional.

mara e do próprio governo provincial. De porte monumental, orgulhava-se, como ainda se orgulha, de um Cristo de bronze mandado por Carlos Frederico von Martius. Tendo corrido risco de vida por ocasião de um naufrágio nas águas do Amazonas em frente a Santarém, o naturalista bávaro fizera a promessa de dotar a igreja daquela imagem. E, cumprindo o compromisso, remetera o Cristo, que se encontra no altar-mor da igreja com a seguinte inscrição: "O cavalheiro Carlos Fred. Phil, de Martius, membro da academia real das sciencias de Munich, fazendo de 1817 a 1820, de ordem de Maximiliano José, rei da Baviera, uma viagem scientifica pelo Brazil, e tendo sido aos 18 de Setembro de 1819 salvo, por Misericordia Divina, do furor das aguas do Amazonas, junto à villa de Santarém, mandou, como monumento de sua pia gratidão ao Todo Poderoso, erigir este crucifixo nesta igreja de Nossa Senhora da Conceição, no anno de 1846."

A vida religiosa de Santarém em 1903 sofreu mudança radical. É que pelo decreto consistorial de 21 de setembro, fora criada, a pedido do Bispo do Pará, D. Francisco Maia, a Prelazia de Santarém, confiada por outro decreto consistorial de 26 de março de 1904 a monsenhor Francisco Benício da Costa. A Vigararia-Geral não satisfazia mais as necessidades espirituais da região. E se fora forjando a idéia de que era preciso trazer à Amazônia uma nova seiva religiosa pela mão de ordens e a criação de novas unidades administrativas. A Prelazia estava ligada a esse espírito de reforma e de ampliação da obra do catolicismo. Em dezembro de 1906, a Santa Sé entregava aos franciscanos, sediados na Bahia, a Prelazia. Desde o período colonial, os franciscanos se haviam integrado na Amazônia. Nos primeiros tempos da conquista, por meio deles, fora possível congregar o gentio e realizar as operações militares visando a expulsão dos ingleses e dos holandeses. Depois, na empresa de catequese, as demonstrações de sucessos haviam trazido fama para a coletividade, do mesmo modo que provocaram, entre os colonos, as mais vivas provas de estima.

A 10 de janeiro de 1907, era nomeado prelado D. Amando Bahlmann O.F.M., que chegou a Santarém a três de agosto. A Prelazia compreendia a mesma área da Vigararia-Geral. Era, portanto, imensa. D. Amando governou durante 30 anos. Além de D. Amando, integravam o primeiro grupo Frei Capistrano Nieggemeyer e o irmão leigo Frei Camilo. Posteriormente, outras Prelazias, no território da centenária Vigararia, foram sendo criadas, pondo fim, desse modo, àquela imensidade espacial que ator-

mentava o prelado, seus companheiros de tarefa espiritual, e não permitia os frutos ambicionados.

Com o advento da Prelazia, foram retomados os trabalhos de catequese, procurando-se a multidão gentia ao longo do Tapajós e afluentes, com o sucesso de que se ufanam seus realizadores, hoje não mais os franciscanos.

# Ford Procura o Tapajós Para Uma Tentativa de Auto-Suficiência

No ano de 1927, a 21 de julho, o governo do Estado do Pará concedia ao Sr. W. L. Blakley um milhão de hectares de terras no vale do Tapajós. Ao beneficiário atribuía-se o uso e gozo da área concedida para a exploração de seringais nativos e plantio intensivo de seringueiras, bem como extração das matérias-primas de produção do Estado, cultivo das espécies de rendimento econômico, exploração das riquezas minerais, aproveitamento do potencial hidráulico, estabelecimento de vias de comunicação de qualquer natureza, edificação dos próprios essenciais à execução do vasto programa de trabalho e construção das demais benfeitorias que fossem indispensáveis. Permitia-se ao mesmo beneficiário a montagem e a manutenção de serviços telegráficos, telefônicos, navegação do Tapajós e Amazonas, construção de docas, armazéns, estabelecimentos industriais, rodovias e ferrovias, aeroportos, montagem de banco e realização de todas as explorações agrícolas e industriais que objetivava.

Isentava-se de impostos, por 50 anos, impostos criados e por criar, e autorizava-se o concessionário a efetuar pesquisas minerais com a preferência de sua lavra.

Vivia então a Amazônia um interesse todo especial pela vinda de capitais estrangeiros para que fosse possível dinamizá-la, uma vez que havia muito poucas esperanças quanto ao capital

nacional, em particular o da própria região, pobre, a lutar contra a desvalorização de seus produtos fundamentais de exportação e com perspectivas limitadíssimas no tocante a qualquer ação do poder público capaz de alterar-lhe a condição existencial. As esperanças ou o estado de confiança era na energia e no espírito de empresa e de ação realizadora da iniciativa de fora. No caso em questão, o que se concedia importava em muita facilidade proposta ao inversor estrangeiro. Abria-se-lhe a porta do vale, num convite talvez perigoso, mas que, no momento, quase todos consideravam necessário como atração.

Em 7 de dezembro do mesmo ano, ocorreu uma alteração no contrato. É que, pela concessão, o beneficiário poderia transferi-lo à companhia que se organizasse com o objetivo de executar o vasto programa econômico. A companhia que se constituiu chamava-se Ford Industrial do Brasil, e fora organizada em Belém a 10 de outubro, com capital de 8.000.000$000 (oito mil contos de réis). Na realidade, a companhia representava os interesses de uma das maiores organizações industriais norte-americanas, a Ford Motor Company, que se estava lançando a empreendimentos do maior vulto fora do território norte-americano, dentro de um amplo programa de auto-suficiência.

As reservas que se escreveram à concessão não foram ouvidas. Por ela, a companhia devia ter em suas mãos as terras do Tapajós, nos Municípios de Aveiro e Itaituba, "limitadas pela frente com o rio Tapajós, do lado de cima com uma linha à distância de doze quilômetros da orla marginal esquerda do rio Tapacurá; pelo lado de baixo com outra linha à distância de doze quilômetros da orla marginal direita do rio Cupary e pelos fundos com uma linha paralela ao curso geral do rio Tapajós, distante cento e vinte quilômetros da sua orla marginal direita, confinando pela frente com o referido rio Tapajós, e lados de cima, de baixo e pelos fundos com terras presumivelmente devolutas. Ficavam ressalvadas as terras de propriedade legítima e as posses legitimáveis, as concessões em vigor, bem como o direito de desapropriação, na forma da concessão e da legislação em vigor.

Henry Ford, o miliardário dos automóveis, imaginara vencer as dificuldades de produção em massa de seus veículos possuindo toda a matéria-prima indispensável. Desse modo, poderia ter um domínio universal de quanto fosse essencial ao funcionamento de seu parque industrial, o que possivelmente levaria a outras conquistas financeiras. O plano estava no espírito da época e consultava aos interesses do capitalismo norte-americano nos seus

propósitos de expansionismo, de inversões no exterior. As técnicas em uso eram velhas, mas os resultados muito mais animadores. Na Amazônia, e no Tapajós em especial, Ford poderia encontrar um mundo essencial ao desenvolvimento de seus imensos negócios. De lá saíra a semente que autorizara a heveicultura intensiva no Oriente. Lá se haviam instalado os norte-americanos no período após a Guerra da Secessão. Lá, técnicos norte-americanos e brasileiros, na chamada Missão Schurtz, que percorrera todas as áreas da América do Sul capazes de produzir borracha, haviam encontrado o campo ecologicamente indicado para as experiências da heveicultura e para um empreendimento de vulto como aquele que se imaginava executar agora[1].

Os trabalhos da Ford Industrial do Brasil foram iniciados sob aplausos e grandes esperanças. Parecia que se ia dar um passo definitivo, que serviria de exemplo a todos. A concessão, pelo que nela se fizesse em favor da heveicultura, serviria como uma verdadeira escola, um exemplo a seguir. Os homens da empresa gomífera na Amazônia não possuíam a mentalidade agrícola. Haviam nascido e crescido com a mentalidade extrativista. Cristalizara-se neles a convicção de que seria sempre pela aventura na floresta, e não pelo domínio sobre a terra, que a Amazônia se asseguraria no plano econômico e na sua destinação civilizadora. O que Ford vinha realizar poderia, porém, conduzir a novos estímulos, a nova formulação do problema regional, conduzindo à mudança de um estilo de vida que estava enraizado. Seria isso mesmo? A experiência Ford permitiria a inovação? Os seus resultados, que se imaginavam certos e seguros, pela alta técnica de que os norte-americanos se diziam possuidores, seriam efetivamente resultados compensadores como negócio comercial, como atividade econômica?

Em Fordlândia, dando início ao plano elaborado pelos técnicos, os norte-americanos iniciaram a heveicultura. Os trabalhadores foram recrutados na própria região. Apenas o pessoal técnico para os trabalhos de cultura e os encarregados da direção do núcleo eram estrangeiros, norte-americanos e holandeses, estes como especialistas nas tarefas de plantio. Foi montada uma pequena vila, com arruamento interessante, construídas habitações

[1] Os relatórios da Comissão Mista Brasileira-Norte-americana estão publicados em inglês e português. Chefiou o grupo brasileiro o Dr. Avelino Inácio de Oliveira. Chefiou o grupo norte-americano o Dr. William Schurtz.

e hospital e adotado rigoroso processo de dieta alimentar, a fim de evitar as enfermidades que perturbassem a execução dos serviços. A floresta foi abatida. Em breve, no entanto, verificava-se que os terrenos escolhidos não pareciam ideais, acidentados, de difícil acesso. Ademais, não se fizera a seleção conveniente das seringueiras para plantio e as doenças começavam a atacar as árvores, impedindo-lhes o desenvolvimento natural. Haviam sido plantadas 1.600 árvores. A experiência fracassava. Que decisão tomar? Como sair da dificuldade, que desmoronalizava o negócio e punha em cheque a ciência dos técnicos chamados a dirigir cientificamente o empreendimento?

A solução encontrada foi obter do Estado do Pará uma alteração no ato de concessão, para que outras terras fossem incorporadas ao patrimônio da Ford Industrial do Brasil, com a compensação encontrada na devolução de um trecho da primeira concessão. O governo paraense aceitou a solução proposta. E pelo contrato, firmado em 4 de maio de 1934, fez-se a permuta. A companhia trocou uma faixa de 281.500 hectares, do fundo da concessão, por outra área, à margem direita do mesmo Tapajós, distante 30 milhas de Santarém, entre as chamadas pontas do Pindobal, ao norte, e São João, ao sul, numa extensão de 50 quilômetros. As terras eram planas, num chapadão considerado dos melhores, terras gordas, apropriadas ao plantio.

Fordlândia chamava-se a concessão primitiva. A nova denominou-se Belterra. Todas as esperanças estavam ali. A floresta foi igualmente derrubada. Doze mil acres foram preparados e plantadas 2.400 seringueiras. As espécies nativas sofreram enxerto de espécies importadas do Oriente. E quando nesse mesmo Oriente os plantadores tomaram a providência de proibir a exportação de mudas, já havia tipos perfeitamente aclimados e em quantidade suficiente para o prosseguimento da experiência e a continuidade das culturas necessárias.

O problema da mão-de-obra era grave. Não se conseguia pessoal habilitado em porção suficiente. A marcha das culturas não se dinamizava na medida do programado. A madeira cortada, para que fosse possível criar as áreas de plantio, havia sido exportada para os Estados Unidos. Foi quando a Ford Industrial do Brasil comunicou ao governo brasileiro que decidira encerrar suas operações, entregando ao poder público as terras e os pertences que introduzira. A indenização que pleiteava era uma indenização simbólica, dado o vulto dos investimentos que realizara. Foi aceita a proposta. E Belterra e Fordlândia passaram a inte-

grar o patrimônio federal, paga a indenização pelo Banco de Crédito da Amazônia e entregues as duas colônias à direção técnica do Instituto Agronômico do Norte, sediado em Belém, que transformou a primeira em campo de criação de gado e a segunda em campo de experimentação científica. Falhara a tentativa de auto-suficiência de Ford, no tocante à produção de borracha.

# Santarém Estrutura Uma Nova Sociedade Para a Amazônia

A história das comunidades amazônicas, refletindo os altos e baixos da região, nos seus aspectos mais dramáticos, seja aqueles que importaram em períodos de progresso, seja aqueles outros que significaram a decadência cíclica que a tem atormentado, é a história de uma sociedade que se definiu distinguindo-se, no quadro das sociedades brasileiras, pela sua integração ao espaço que criou como área física e área política. Nesse particular, ela marcou-se profundamente. Vivendo um mundo de águas e florestas densas, enfrentou essas águas e essas florestas com a decisão de dominá-las e possuí-las. E através do tempo, tem realizado a vida condicionando-a às águas e às florestas, de onde tira o sustento, que utiliza e maneja sem receios, sem hesitações e sem devaneios, em admirável intimidade com a realidade que representam.

Profundamente mansa, a humanidade amazônica não apresenta, no decurso de sua evolução, aqueles lances cívicos que emolduram a humanidade gaúcha, a humanidade nordestina. Aproxima-se, a certos aspectos, pela quietude, do grupo fluminense, da caracterização que lhe fez Oliveira Viana. Mas nem por ser mansa, cordial, tranqüila, reservada, deixou de agitar-se quando sentiu que suas razões de vida eram desprezadas, menos acabadas, ignoradas ou repelidas pelos que vinham comandá-las no estilo unitário com que se pretendera espartilhar o Brasil no Império. Nesse instante, venceu aquelas disposições de quietude que a to-

lhiam e assumiu as atitudes violentas que puseram em perigo o passado e importaram numa decisão de impor-se nas suas diferenças e nos seus direitos.

As coletividades amazônicas não se conformaram, todavia, apenas nessas linhas de personalidade. Porque nem sempre puderam isolar-se. O espaço era imenso. Fora uma resultante da política expansionista da nação colonizadora. A posse física não parecia possível sem a ajuda de outros contingentes que viessem colaborar, aceitando os imperativos mesológicos e concorrendo na empresa de conquista da terra e de aproveitamento de seus elementos materiais de possível comercialização. O nordestino, por isso mesmo, não encontrou dificuldades. Nenhuma restrição se lhe fez. Foi recebido de braços abertos. Caboclos amazônicos e caboclos nordestinos — cearenses, principalmente — deram-se as mãos, viveram em harmonia, complementaram-se e ativaram o processo econômico, sem desfigurá-lo, cedendo as forças da floresta e das águas, executando uma empresa admirável que já se comparou a uma grande ofensiva empreendida contra a própria floresta que escondia riquezas e mistérios.

As cidades amazônicas, como conseqüência, jamais puderam erguer-se sem a marca da vida que se vive na região imensa, permita-se a insistência da expressão, que se deve empregar sempre pela importância de que se reveste o gigantismo espacial da formulação de qualquer problema da Amazônia. Em todas elas há uma passageira movimentação de energias, condicionadas, todavia, ao nomadismo do exército da economia predatória, que não deixa de vigorar. Essa movimentação leva a realizações urbanas sem durabilidade ou sem o sentido do permanente, do definitivo. Daí a inexistência de centros urbanos, de expressão demográfica e civilizadora — exceção as capitais políticas —, o desaparecimento de muitos que tiveram seus momentos de certa significação e a pobreza que lhes caracteriza o quotidiano, como que a indicar-lhes que não há esperanças de um futuro.

Nas páginas desta tentativa de registro histórico de uma comunidade amazônica, vamos encontrar, porém, uma coletividade que permaneceu em ascensão, sem deixar-se vencer, tentando dinamizar-se, procurando resistir à tradição negativa, continuando, enfim, sem desfalecimento, um caminhar ascensional que leva a provocar admiração e a conceder-lhe um grande crédito. Santarém é esta comunidade. Não deu saltos. Não escreveu páginas inéditas de bravura ou de exaltação objetivando à realização de um período majestoso na crônica. Sua vida foi igualmente mansa. Soube conduzir-se nos conflitos políticos do pós-independência com bas-

tante dignidade. Não se mostrou cidade morta. O que a distingue no quadro amazônico é a continuidade de sua existência, que não amoleceu, não se desfibrou, não se rendeu, antes prosseguiu ascensionalmente. Nessa ascensão, é certo, não houve o dinamismo que encontramos a marcar o processo dos centros urbanos do sul do país. Foi muito menos veloz, muito menos diversificado, muito mais restrito nas suas particularidades. Cresceu, por exemplo, em população, que em 1940 somava 7.450 habitantes nas zonas urbanas e suburbanas e em 1950 registrava 14.604, duplicando e constituindo caso único no quadro municipal do Pará! Cresceu em atividade econômica. Porque começou a dar forma a um pequeno parque industrial, inclusive interessando o capital de outras regiões brasileiras distantes. Porque se vem desenvolvendo no tocante à modificação de seu estágio cultural, através de escolas de ensino secundário e profissional, e melhoria das condições de habitabilidade.

Santarém, verdadeira capital do Baixo Amazonas, superou, assim, todos os demais núcleos que pretenderam rivalizar com ela. Óbidos, Faro, Alenquer, Monte Alegre, Vila Franca, Alter do Chão, Boim, Itaituba perderam na partida. Em nenhum momento mesmo, Santarém deixou-se superar. Quando ocorreu a momentânea supremacia de Óbidos ou de Itaituba, na hora da Cabanagem ou no *rush* da borracha, na realidade essa supremacia foi tão rápida que significou muito pouco, ou nada significou. O poder de recuperação de Santarém era sensível, ponderável. A história de Santarém é, portanto, pretendemos ter deixado positivado, a história de uma sociedade mais ativa, mais disposta, menos desarticulada, que está contribuindo efetivamente para estruturar-se, na Amazônia, uma nova orientação e um novo sistema de vida. O passado que elaborou dá-lhe tradição e o presente que realiza assegura-lhe a perspectiva animadora.

Composto e impresso nos
Estab. Gráficos Borsoi S.A.
Indústria e Comércio, à
Rua Francisco Manuel, 55
— ZC-15, Benfica, Rio de
Janeiro, RJ

Mas é como historiador que a figura de Arthur Cezar Ferreira Reis atinge a sua verdadeira dimensão e significado. Tendo por mestres Max Fleuiss, Rodolpho Garcia e Capistrano de Abreu, foi, não obstante, um autodidata, através da pesquisa fecunda e solitária dos cronistas e documentos do Arquivo Público Paraense, fonte preciosíssima sobre o passado do mundo amazônico e das áreas vizinhas, como sejam, Maranhão, Goiás e Mato Grosso.

*Santarém: seu Desenvolvimento Histórico*, assim como a *História de Óbidos*, integra o conjunto de trabalhos de Arthur Cezar Ferreira Reis, cujo objetivo fundamental foi o conhecimento e divulgação do processo histórico da Amazônia. Santarém, superando em importância a Óbidos, funcionou durante muitos anos cômo a capital do Baixo Amazonas, sendo o centro urbano de transição entre o Pará e o Amazonas e o núcleo formador de um novo sistema de vida — enfim, de uma nova sociedade — na região.

Obra, como a *História de Óbidos*, há muito sem reedição, *Santarém: Seu Desenvolvimento Histórico* é livro que a Editora Civilização Brasileira e o Instituto Nacional do Livro, com orgulho, ora repõem em circulação para o público leitor brasileiro.

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

## Arthur Cezar Ferreira Reis

— historiador ilustre e notável homem público do Amazonas — foi o grande defensor da integridade social, política e econômica da região — nos dá neste

# SANTARÉM: SEU DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

o fiel retrato de uma cidade que até hoje exerce papel fundamental na evolução do processo histórico da Amazônia — núcleo gerador de todo um novo sistema de vida, enfim, de uma nova sociedade, na região.

**Cr$ 55,00**

Este preço só se tornou possível devido à participação do Instituto Nacional do Livro/MEC, que, em regime de co-edição, permitiu o aumento da tiragem e conseqüente redução do custo industrial.

**Mais um lançamento de categoria da**

**CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA**

Secretaria de Estado
**de Cultura e**
**Economia Criativa**

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

# *Comunicado*

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

**O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.**

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

**ACERVOS DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

## FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
*cdmam@cultura.am.gov.br*
*acervodigitalsec@gmail.com*

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM**